



Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo
Programa de Pós-Graduação em Turismo
Mestrado Profissional em Turismo

FILHOS DO AVENTUREIRO

Um olhar para gênero, transmissão de saberes, unidades de conservação e turismo



Foto: Alice Watson. Montagem: Djalma Júnior

JULIANA FERNANDES DA SILVA

Brasília (DF)
Julho de 2013



Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo
Programa de Pós-Graduação em Turismo
Mestrado Profissional em Turismo

FILHOS DO AVENTUREIRO

Um olhar para gênero, transmissão de saberes, unidades de
conservação e turismo

Juliana Fernandes da Silva.

Dissertação apresentada ao Mestrado
Profissional em Turismo, no Centro de
Excelência em Turismo (CET), da
Universidade de Brasília (UnB) como
requisito para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof^a Dr^a Ellen Fensterseifer
Woortmann.

Brasília (DF)
Julho de 2013

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Acervo 1010074.

Silva, Juliana Fernandes da.
S586 f Filhos do Aventureiro: um olhar para gênero, transmissão de saberes, unidades de conservação e turismo. / Juliana Fernandes da Silva. -- 2013.
241 f.: il.; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Centro de Excelência em Turismo, Programa de Pós-Graduação em Turismo, Mestrado Profissional em Turismo, 2013
Inclui bibliografia.
Orientação: Ellen Fensterseifer Woortmann.

1. Família - Vida e costumes sociais - Grande, Ilha (RJ). 2. Turismo - Aspectos sociais. 3. Mulheres - Emprego - Grande, Ilha (RJ). 4. Grande, Ilha (RJ) - Cultura e turismo. I. Woortmann, Ellen F - (Ellen Fensterseifer). II. Título.

CDU 338.482:39



Universidade de Brasília
Centro de Excelência em Turismo
Programa de Pós-Graduação em Turismo
Mestrado Profissional em Turismo

FILHOS DO AVENTUREIRO

Um olhar para gênero, transmissão de saberes, unidades de
conservação e turismo

Juliana Fernandes da Silva

Banca Examinadora:

Orientadora Profa. Dra. Ellen Fensterseifer Woortmann
(Universidade de Brasília)

Examinador Prof. Dr. Klaas Axel Anton Wessel Woortmann
(Universidade de Brasília)

Examinador Prof. Dr. Luiz Carlos Assis lasbeck
(Universidade Católica de Brasília)

AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente, por ter mantido minha vida todo esse tempo, por ter tornado possível: a existência de um lugar tão belo e rico; que eu o tenha conhecido ainda na infância; minha vontade de estudar e conhecer cada vez mais sobre o Turismo e a Ilha Grande; e por minha própria existência. E por ter juntado tudo isso em uma vida só.

A meus pais, corujas e orgulhosos da primeira mestre da família. Esses seguraram a barra sempre e diziam estar ansiosos para eu “pegar o canudo”. Sobrou para eles a tarefa da ajuda com cópias, lanches, transporte, até com a pesquisa em campo. Foram meu órgão financiador, na falta de um. E a meu irmão Ézer. Meu agradecimento mais que especial e amor eterno!

Tom Oliveira, meu “badieco”, pelo apoio incansável e paciência, nunca deixando de acreditar que eu seria capaz de dar continuidade a esse sonho e puxando minha orelha quando era preciso. E por seu amor de sempre e para sempre. Também por todas as histórias sobre seu lugar, Ilha Grande, que me levaram à confirmação de alguns dados de pesquisa. Algumas vezes brigando, outras vezes dando carinho, sempre presente.

Profa. Dra. Ellen Woortmann, minha orientadora tão querida, detalhista, cuidadosa, cujos posicionamentos foram de extrema importância não somente para minha construção do conhecimento, mas também para meu crescimento como pessoa. Também pelo apoio e força, nos momentos difíceis, pelos abraços, sorrisos, ou por sua disponibilidade quando eu precisava desabafar.

Prof. Dr. Henyo Trindade Barretto Filho, por ter dado contribuições tão preciosas na banca de qualificação do meu projeto de mestrado, de forma branda e amigável.

Prof. Dr. Klaas Woortmann, por ter participado da minha banca de qualificação, com sugestões bem específicas e detalhadas, que demonstram seu cuidado e atenção ao meu projeto de mestrado.

Prof. Dr. Luiz Carlos Assis lasbeck, por ser meu professor quando eu não precisava ser sua aluna, mas quis ser e ele me aceitou como tal. Por ter me ensinado tanto no início da graduação e, agora, no final do mestrado. Pela espontaneidade com que se dá essa relação professor-aluna, que, sempre digo, é eterna!

A Juzânia, minha amiga, sem a qual eu não teria conseguido em alguns momentos concluir a difícil tarefa de me manter firme frente a tantas dificuldades a que a vida me empurrou enquanto estudava, escrevia artigos científicos, artigos para o jornal, fazia meu projeto, já pensando na dissertação, me preparava para a pesquisa em campo, e tantos outros momentos. Manteve-se ao meu lado até o fim.

A Alice Watson, amiga de Ilha, pelas conversas apaixonadas e críticas sobre as semelhanças e diferenças entre sua ilha, Fernando de Noronha, e minha ilha, Ilha Grande, e que nos fizeram ter uma visão mais aprofundada sobre nossas amadas e respectivas comunidades. Desespero e alegrias compartilhados!

Aos demais colegas do Mestrado em Turismo pelos diálogos, compartilhamento de conhecimentos e experiências, preocupações, lutas em favor nosso e dos futuros mestrandos, sorrisos e lágrimas! Foi maravilhoso conhecê-los.

A Cecília Medeiros, pela amizade sempre presente, seu apoio e os sequestros para o CCBB Brasília quando eu já estava muito estressada e precisando de sol e pé na grama. Você estava lá, ao meu lado.

A todos os que se mobilizaram por mim, quando comecei a vender os “Tridentos Aventureiros”, numa campanha para arrecadar fundos para minha primeira pesquisa em campo, e quando fiz o sorteio da Cesta de Chocolates. Não pensei que tanta gente em Brasília, Angra dos Reis e Queimados nutria por mim tamanho carinho! Muito obrigada!

A João Pontes e Bernardo, por terem, sempre, entre a graduação e o mestrado, sido amigos tão importantes de caminhadas apaixonantes pela Ilha Grande.

A Deborah Prado (Debah), Tatiana Castro (Tati) e Eduardo Castro, pessoas maravilhosas que o Aventureiro me possibilitou conhecer devido às pesquisas. Foi um prazer imenso ter tido essa oportunidade, e os levarei em minhas lembranças com carinho.

A Marcelle e Cinthia, amigas de adolescência que, mesmo distantes, estão sempre presentes para me confortar e demonstrar que a amizade não precisa de curtas distâncias para se manter leal. Eu as amo muito!

A Helena Catão, por toda solidariedade e atenção prestadas nos momentos de desespero, e pelo carinho com que tratava essa menina, "Juilhana". Ambas temos uma paixão comum que nos motiva, Ilha Grande, Aventureiro. Sou muito grata por tudo!

À Elizabeth Marly, que, com tanto carinho, dedicação e atenção nos mínimos detalhes, deu-me suporte quanto à revisão de minha dissertação e de um artigo e, assim, teve participação indispensável à conclusão deste trabalho!

Ao CET/UnB, por ter proporcionado momentos tão bons, sejam eles difíceis ou fáceis, de noites em claro e fins de semana atrás de textos e livros. Foram esses momentos que me fizeram crescer como estudante, profissional e pessoa. Obrigada pelo apoio.

Ao INEA, pelo apoio e esclarecimentos durante todo o processo de construção do conhecimento.

Às instituições de financiamento de pesquisa, por terem me ensinado que não é preciso ter bolsa para seguir em frente com uma pesquisa que, acima de tudo, é um sonho que se realiza. Arregaçar as mangas, trabalhar e conseguir

pelo próprio esforço são uma experiência marcante, e esse saber transmitirei aos futuros herdeiros.

Aos Filhos do Aventureiro. Sem vocês, nada desse trabalho teria dado certo. Por terem aberto suas vidas, seu trabalho, suas casas, e compartilhado seus saberes comigo. Por terem confiado a mim uma parte da responsabilidade de repassar sua importância e seu papel na real preservação desse lugar. Pela riqueza de dados que me fizeram apaixonar ainda mais por esse lugar ao qual fui como criança turista e voltei como adulta pesquisadora. E, especificamente, meu agradecimento a: Neneca e família, por terem me aceitado no Aventureiro, com tamanho carinho, e por terem me permitido participar de alguns momentos de sua vida cotidiana, enquanto estive lá, e por terem se tornado amigos. Lúcia, Vovô e família, por terem sido tão prestativos, mostrando os melhores caminhos a trilhar. Joana, Adilson e família, por mostrarem seu trabalho, por me guiarem nas trilhas do Aventureiro. Leninha, Zeca (*in memoriam*) e família, por terem sido tão cuidadosos e receptivos. Laís e Hamilton, pela acolhida, boas conversas e histórias fantásticas compartilhadas.

“O rosto do outro torna impossível a indiferença. O rosto do outro me obriga a tomar posição porque fala, provoca, evoca e convoca”.

(Leonardo Boff – Saber Cuidar)

RESUMO

Esse trabalho se propõe a analisar como acontece a transmissão de saberes para os “Filhos do Aventureiro”, nas relações de parentesco e compadrio. Com o trabalho partilhado em família, há também uma divisão do trabalho por gênero, com atividades predominantemente femininas, nas roças, nas casas e nos quintais, ou masculinas, no mar; porém relativizada mediante a “complementaridade” entre os gêneros. As Unidades de Conservação sobrepostas ao Aventureiro, se os protegeram da especulação imobiliária, por outro lado, foram uma apropriação por parte do Estado, cerceando não apenas o espaço físico mas também as práticas culturais da população, principalmente nas atividades femininas. Com os cerceamentos, tiveram que adaptar-se a uma dimensão moderna: a do Turismo, em que a relação de gêneros é tida em par de equidade. Os turistas tornam-se, de certa forma, “membros temporários” da família, passando de clientes a amigos em alguns casos. O Turismo possibilita um diálogo entre os saberes tradicionais e modernos.

Palavras-chave: Ilha Grande, Vila do Aventureiro, gênero, Transmissão de saberes, Turismo.

ABSTRACT

This work aims to analyse how occurs transmission of knowledge for “Aventureiro’s Children”, in kinship and *compadrio* relations. On work shared with family, there is a gender division of work, with predominantly feminine activities in *roças*, at home and in backyards, or masculine, on the sea, although it turns relative due to traditional gender “complementarity”. If protected areas superposed to Aventureiro protected them from build’s speculation, on the other hand, it meant a State appropriation, limiting not only their area but also community’s culture, mainly feminine activities. Because of limitations, they had to adapt themselves to a modern dimension: Tourism dimension, in which gender relation is based on trust, in equity state. Tourists become kind of “temporary members” of family, turning from clients to friends in some cases. Tourism enables a dialogue between traditional and modern knowledge.

Keywords: Ilha Grande, Vila do Aventureiro, gender, transmission of knowledge, Tourism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Coqueiro Deitado	2
Figura 2: Localização da Vila do Aventureiro na Ilha Grande	23
Figura 3: Coqueiro da Pedra do Espia.	35
Figura 4: Naufrágio do barco Príncipe de Pares no mar do Aventureiro.	37
Figura 5: Caique olha atentamente aos movimentos da mãe	40
Figura 6: Seu Jairo mostrando as marcas na pedra, grifadas em amarelo, sobre a história da Praia do Demo	43
Figura 7: Remanescentes da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro, entre 2008 e 2010.	45
Figura 8: Representação de roça itinerante	47
Figura 9: Representação de roça fixa	48
Figura 10: Croqui de Edificações no Aventureiro	56
Figura 11: Distribuição das casas na planície e na subida do morro	58
Figura 12: Participação do filho na produção de farinha-da-roça	66
Figura 13: Filho observando e imitando seu pai, ao lavar mandioca.....	67
Figura 14: Plantação de mandioca na roça, depois de tiradas as ramas	77
Figura 15: Representação das roças desativadas e das roças ativas no Aventureiro	79
Figura 16: Catação de Sururu e Caracol – Divisão por gênero	88
Figura 17: Catação de sururu.....	89
Figura 18: Processo de produção de farinha da roça no Aventureiro	94
Figura 19: Casa de farinha	95
Figura 20: Ervas nos quintais	99
Figura 21: Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul (RBEPS) e Parque Estadual Marinho do Aventureiro (PEMA).....	102
Figura 22: Praia do Sul.....	105
Figura 23: Limites propostos para a RDS do Aventureiro	112
Figura 24: Compras vindas de Angra	135
Figura 25: Autorização de Acesso - TurisAngra	151
Figura 26: Exemplo de quarto para turistas - <i>Camping</i> do Ruben.....	154
Figura 27: Ganho monetário de famílias na encosta e na planície.....	156
Figura 28: Menino em sua prancha de <i>body board</i>	169
Figura 29: Luau na praia	171
Figura 30: Diálogo de saberes tradicionais e modernos	178

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Calendário Anual da Produção e do Trabalho no Aventureiro	96
Tabela 2: Conflitos causados pelas Unidades de Conservação, na perspectiva dos Filhos do Aventureiro	124
Tabela 3: Lista de Compras (antes e hoje)	136
Tabela 4: Esquematização das características dos turistas no Aventureiro ..	138
Tabela 5: Tipologias de turistas atuais no Aventureiro.	149
Tabela 6: Atrações indicadas para os turistas pelos Filhos do Aventureiro ...	179

LISTA DE ABREVIATURAS

ALERJ – Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
AMAV – Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro
APA – Área de Proteção Ambiental
CEDERJ – Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
CEPF – Critical Ecosystem Partnership Fund
CODIG – Comitê de Defesa da Ilha Grande
CV – Comando Vermelho
DOERJ – Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro
EHSS Paris - École des Hautes Études en Sciences Sociales
FEEMA – Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
GT – Grupo de Trabalho
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IEF – Instituto Estadual de Florestas
INEA – Instituto Estadual do Ambiente
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPERJ – Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
PEMA – Parque Estadual Marinho do Aventureiro
PF – Prato Feito
PUC – Pontifícia Universidade Católica
RBEPS – Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBIO – Reserva Biológica
RESEX – Reserva Extrativista
SEA – Secretaria Estadual do Ambiente
SERLA – Superintendência Estadual de Rios e Lagoas
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TurisAngra – Fundação de Turismo de Angra dos Reis
UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFF – Universidade Federal Fluminense

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

LEMBRANÇAS DA PESQUISADORA.....	1
INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1 “QUERO VER VIR PARA CÁ E DIZER QUE É O PARAÍSO” ..	22
1.1 Os “Filhos do Aventureiro”	24
1.2 A Mata Atlântica dos Filhos do Aventureiro	34
1.3 Casas, quintais e a comunidade	54
CAPÍTULO 2 A DIMENSÃO TRADICIONAL DO AVENTUREIRO	62
2.1 O trabalho partilhado em família	62
2.2 “Roçar” e “Matar peixe”: Modelos de produção tradicionais.....	74
2.3 A “mistura”: Padrão alimentar do Aventureiro	91
CAPÍTULO 3 “QUANDO A GENTE DESCOBRIU, ISSO AQUI JÁ ERA RESERVA”.....	101
3.1 A Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul e o Parque Estadual Marinho do Aventureiro.....	102
3.2 A comunidade e o órgão ambiental.....	115
3.3 O “arame farpado” simbólico.....	129
CAPÍTULO 4 “TRABALHAR COM O TURISMO”	138
4.1 Caminhantes, duristas e mochileiros: uma linha cronológica.....	138
4.2 “Trabalho de formiguinha”	153
4.3 Influência do Turismo nos costumes.....	164
4.4 Diálogo com os saberes “tradicionais”	176
CONSIDERAÇÕES FINAIS	193
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	201
ANEXOS	211
ANEXO A – DECRETO ESTADUAL Nº 4.972/1981	211
ANEXO B - DECRETO ESTADUAL No 15.983/1990	213
ANEXO C – ARGUMENTO PRÓ-AVENTUREIRO.....	215
ANEXO D – CARTA DA AMAV AO INEA SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA RDS	226
ANEXO E - PROJETO DE LEI Nº 3.250/2010	227
ANEXO F – ARTIGOS DE JORNAIS: OPERAÇÃO ANGRA LEGAL	234
ANEXO G – EXEMPLO DE TERMO DE COMPROMISSO DO TURISTA .	241

LEMBRANÇAS DA PESQUISADORA

Para começar, é importante deixar claro que minha relação com a Ilha Grande, e especificamente com o Aventureiro, começou com um contato desprezioso e infantil, em uma viagem de família para um lugar que, diziam, encantava a qualquer um. Em fevereiro de 1994¹, aos 9 anos de idade, fomos de Angra dos Reis à Vila de Provetá, atravessando, à beira do Costão, o mar agitado em um pequeno barco de pescador muitos turistas a bordo, que, por seu balançar intenso, deixava entrar água, colocando os passageiros em desespero.

De Provetá², fomos para o Aventureiro pela trilha, com aclives e declives fortes, e eu e meu irmão corríamos de um lado para o outro. Quando chegamos lá, não acreditei naquela paisagem, fiquei tão empolgada, e lembro-me de que a areia tão fina e cantante me causava um certo “nervoso” ao caminhar. Percebi o famoso e hoje “sessentão” Coqueiro Deitado (Figura 1), a Igrejinha, aquele mar verde-esmeralda, a mata, a areia branca e cantante, mas não consegui ver (ou fixar na mente) a comunidade – casas e pessoas. Depois disso, minha família e eu voltamos algumas vezes à Ilha Grande, e a paixão infantil começou a tomar um espaço maior dentro de mim, gradativamente.

Posteriormente, na graduação em Turismo, fiz dois trabalhos relativos à Ilha Grande: o primeiro, um roteiro chamado "Pirataria & Aventura na grande ilha dos tesouros", que buscava mostrar os lugares em que piratas e corsários haviam passado na Ilha, oferecendo as possíveis atividades de aventura e lazer naquelas áreas. O segundo, que foi o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), desde o início da graduação eu já sabia que seria naquele que eu chamava de “minha Ilha”.

E, assim, surgiu sob o título “Trilhas Turísticas da Ilha Grande: um caminho para a interpretação e a educação ambiental”. Na pesquisa em campo, em 1º de janeiro de 2010, houve um deslizamento de terra na Ilha Grande (Praia do Bananal) e no centro de Angra dos Reis (Morro do Carioca), o que me impediu de fazer uma parte da pesquisa. Além do sentimento que surgiu pela tragédia, não conseguia

¹ O ano de 1994 foi quando o Instituto Penal Cândido Mendes foi implodido e, por conseguinte, o fluxo de turistas começou a aumentar na Ilha Grande. Minha ida ao Aventureiro, em fevereiro, aconteceu pouco antes, em torno de um mês, da implosão do Presídio em Dois Rios.

² Como veremos no decorrer da dissertação, quando o tempo muda e o mar se agita, os barcos não chegam ao Aventureiro. Sendo assim, quem vai para lá, precisa desembarcar na Vila de Provetá e caminhar pela trilha por 2h30, até chegar ao Aventureiro.

entrevistas quase ninguém. Retornei a Angra dos Reis meses depois para fazer isso.



Figura 1: Coqueiro Deitado (Fonte: Acervo pessoal).

Ainda à época da graduação, eu refleti sobre o sentimento tão profundo que me ligava à Ilha, o qual causava até certo estranhamento a algumas pessoas, afinal sou "de fora", nasci em Queimados, na Baixada Fluminense, e já morava em Brasília. Foi aí que resolvi ser aquele o momento ideal para homenagear a Ilha, e, por isso, tatuei seu mapa em relevo em minhas costas, com os dizeres "Ipaum Guaçu" abaixo, que, em Tupi Guarani, língua mãe daquela terra, quer dizer "Ilha Grande". A razão de eu ter escolhido tatuar o mapa e não apenas um coqueiro, ou uma estrela-do-mar, é que minha intenção era passar uma percepção mais real sobre ela e de mostrar sua topografia, que aos meus olhos, é única, deslumbrante.

Costumo dizer que a busca por conhecimentos é inacabável, e, sendo assim, eu ainda precisava de profundidade dos conhecimentos. E, por ver as grandes transformações socioambientais pelas quais a Ilha vinha sofrendo, além de ter conhecido e me apaixonado por histórias e lendas incríveis contadas pelos ilhéus da Ilha Grande, percebi que as tradições, os costumes "de antigamente" estavam se dissolvendo em novos costumes "de fora", por causa do Turismo sem controle e dos novos residentes – turistas que se mudaram para lá. Por isso, resolvi que pesquisaria a relação conflituosa e complexa entre tradições e modernidade.

Hoje como bacharel e mestranda em Turismo, posso perceber que perpasssei gradativamente, no decorrer do meu desenvolvimento como pessoa humana, algumas diversas fases, que chamarei de perfis de turista. Quando criança, não

fazia ideia da "alma do Aventureiro"³, parafraseando Yázigi (2001). Via paisagens frias. Mas, aos poucos, à medida em que percebia, sorria para as pessoas, conversava com elas, e elas me conheciam, fui tomando consciência sobre o lugar com alma, e tornando-me, naqueles meus momentos livres, uma turista menos naturalista, trocando a experiência do mero usufruto do "paraíso ecológico" por uma vivência da vida cotidiana contemporânea e passada dos ilhéus.

Minhas pesquisas anteriores sobre a Ilha Grande aconteceram de forma muito natural devido à minha facilidade em falar sobre o lugar. Para retornar ao Aventureiro, houve um certo estranhamento inicial, já que eu voltaria depois de muito tempo ao lugar que conheci em minha primeira viagem à Ilha. Assim, fiz duas incursões: uma, de 23 a 31 de agosto de 2011, e outra, de 23 de março a 03 de abril de 2012. Importante dizer em que contexto foram feitas as entrevistas e as interações, porque elas ajudam no diálogo pesquisador-comunidade. Eles gostam de conversar e chamar para participar de seu cotidiano também. Somente tive dificuldade em algumas entrevistas quando o assunto se tratava do conflito que mais os atinge diretamente, a presença do Instituto Estadual do Ambiente (INEA)⁴ no Aventureiro como ente proibitivo e coercitivo, porque sentem-se interditados até em sua fala. No começo, senti receio de falarem algo para uma pesquisadora que poderia estar ligada ao INEA, porque não queriam sair prejudicados perante ao órgão ambiental que os polícia, e perder mais espaço que o que já foi perdido.

Na primeira ida a campo, era inverno, e como o mar estava "grosso"⁵, fui até Provetá e, depois de um descanso e um lanche para reaver as forças, fui de trilha até o Aventureiro. Depois de cerca de 2 horas e meia de caminhada, cheguei à praia, por volta das 20 horas, as ondas estavam muito fortes e as duas barras que correm no meio da praia estavam bem caudalosas. Por isso, foi difícil reconhecer aquela praia ensolarada que conheci aos 9 anos de idade. Com a mochila muito pesada, abaixei sobre os joelhos para sentir com as mãos a terra que me "iniciou" na Ilha Grande. Assim foi o reencontro da então turista, agora pesquisadora com o Aventureiro.

³ Ver "A Alma do Lugar", de Yázigi (2001).

⁴ INEA (Instituto Estadual do Ambiente) é o órgão do meio ambiente do Estado do Rio de Janeiro, criado a partir da fusão e da transferência de atribuições da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente – FEEMA, da Fundação Superintendência Estadual de Rios e Lagoas – SERLA e da Fundação Instituto Estadual de Florestas – IEF, com a missão de "proteger, conservar e recuperar o meio ambiente do Estado para promover o desenvolvimento sustentável".

⁵ Diz-se "mar grosso" quando as condições climáticas adversas incidem sobre ele, fazendo-o ficar agitado, com ondas altas e, em alguns momentos, intransponível.

Em minha permanência, pouco apareceu o sol e muito apareceu o vento Sudoeste⁶. O tempo abriu e o vento deu uma trégua. No dia de ir embora, já anunciavam: “*É melhor correr, que está vindo um Sudoeste!*”. E, de fato, chegando a Provetá, o vento começou a se mostrar. Peguei o barco “Irmãos Unidos”, para transporte de moradores e estudantes, e, passando por Araçatiba, todos tivemos que entrar no barco e fechar a porta, porque o vento estava muito forte e molhava a todos que estavam lá fora com a chuva e a água do mar. Física e psicologicamente esgotada, entrei no barco, sentei em um canto e dormi. Quando acordava, o barco balançava bastante, ora via o céu, ora via o mar, nunca um tranquilo meio termo. E podia ouvir uma senhora com repetidas orações de “*Ai, meu Deus, misericórdia!*”.

Isso me faz que, ao contar dos “meus Sudoestes” para a querida Helena Catão, ela me respondeu que “pesquisa no Aventureiro, tem que passar por Sudoeste”, senão não estaria completo. Realmente faz parte da pesquisa, aproximar-se do contexto. Não apenas conversar com as pessoas, mas viver, compacto em um trecho temporal, o que eles vivem todos os dias de suas vidas e que, de certa forma, os molda a serem quem e são em seus hábitos.

Aproveitei o tempo que lá permaneci para conhecer algumas pessoas, conversar sobre as famílias, o trabalho, as dificuldades provenientes de seu relativo isolamento e de sua relação conflituosa com a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), o INEA e os cerceamentos impostos por meio das Unidades de Conservação implantadas em seu espaço de vida. Fiquei hospedada no *camping* do Ruben, localizado no centro da praia, bem perto da sede do INEA, mas que um casal “de fora” cuida, e que foram pessoas especiais que me deram a acolhida e contaram histórias divertidas.

Na segunda ida a campo, os vínculos, que já existiam, fortaleceram-se e outros vínculos foram criados, o que facilitou bastante as conversas e minha integração com a comunidade. Tanto foi assim, que de fato participei de alguns momentos com algumas pessoas e pude perceber melhor o movimento da comunidade. Um dia, o sol bateu à minha porta, uma luz avermelhada passou pelas frestas e foi me acordar.

⁶ O Sudoeste é o vento mais respeitado não só no Aventureiro, mas em toda a Ilha Grande. Os Filhos do Aventureiro possuem conhecimento empírico elevado a respeito deste vento, como veremos no decorrer desta dissertação.

Eram cerca de 5h30. Fui para a praia apreciar o espetáculo que o Aventureiro me proporcionara. Nunca vi nada parecido. Depois desse dia, acordei todo dia às 5h45 para presenciar isso e, a cada dia, o sol nascia diferente, prenunciando um dia de novos conhecimentos. E eu já emendava na caminhada das mulheres, que começava às 6h30 pontualmente, com quatro mulheres da mesma família, da pedra entre o início da trilha para o cais e a praia, até seu final, quando não atravessávamos para a Praia do Demo e voltávamos até o ponto inicial da caminhada.

Outro dia, a Bete convidou que fôssemos participar da produção de farinha. Para isso, fomos à roça para colher mandioca brava, e percebi o quanto é fisicamente desgastante esse trabalho – e, depois, sentados todos no chão do quintal de sua casa, raspamos a casca, processo em que inclusive seu filho mais novo, Tiago, também participou. Depois, o Lourival, com a ajuda do Tiago e do Francisco, seus filhos, também lavaram as mandiocas no tanque.

No outro dia bem cedo, fomos até lá, já que na casa de farinha, seria continuado o processo de sevar a mandioca na roda, prensar no tapiti, e, dentre outras fases do ritual, passar ao tacho de cobre fazer a torra. A fumaça do forno a lenha, o lacrimejamento por causa disso e o suor foram detalhes dessa experiência familiar. Incrível como a família se une para fazer parte disso.

Também fui, com a Fernanda, o Dudu e o Caique, “matar peixe” no mar, em frente à Pedra da Espia, quando, literalmente, dei meu sangue. Alguns furos e cortes depois por causa da falta de prática, pegamos 154 peixes – 153 sambalos e 1 carapau –, e, em terra, com a Rosa e a Fernanda, aprendi e ajudei a “*consertar*”⁷ os peixes, na pressa de irmos à celebração da Igreja de Santa Cruz. Todos nos aprontamos e fomos participar da Quaresma na Igreja. Havia sido convidada e não negaria esse convite. Foi muito importante compartilhar desse momento de religião com o divino, o sagrado. Para eles, o sobrenatural é fundamental, e todos são “*bem-vindos a essa comunhão*”, nas palavras da celebrante, Suely.

Catamos sururu e caracol, aproveitando a vazante da maré, quando as rochas ficaram expostas e dava para chegar até elas. Com o sururu, fizemos pastéis e, com o caracol, fizemos uma farofa para o almoço. Experiência inusitada a meu

⁷ “Consertar” é limpar o peixe, na fala dos filhos do Aventureiro.

ver, mas tinha um gosto bom, não se parece com nada que eu já tenha provado. “Ah, tem gosto de ‘corocol’” (Fernanda, 20 anos, estudante).

Em outra oportunidade, subi a Pedra da Espia com um morador nos idos de seus 30 anos, que avistou um cardume de longe e apontou para que eu visse. Demorou um pouco, até que consegui enxergar o fervilhar dos peixes na água, “aquela mancha preta ali na água”. De algum modo, senti-me até privilegiada por ter tido essa chance e por ter conseguido ver o cardume. Na hora, lembro-me de ter imaginado como outras pessoas se sentiriam ao ter essa oportunidade. Falaremos disso em momento posterior.

Algumas vezes, fui convidada a tomar café da manhã – inhame com café e fruta-pão com café foram os melhores! – e a almoçar – sempre havia um peixe fresco na mesa – com eles. Também participei de um churrasco muito animado com a família da Suely e do Pepê ao som de um forró tocado no teclado pelo Nilton e cantado por todos e depois que o gerador foi desligado, um voz e violão à luz das lanternas; e da Festa de Aniversário do Toninho, filho da Rosa.

E em um dia do fim de semana, em que havia maior movimento de turistas, que chegavam de lancha às 15 horas, fui para a cozinha do bar “O Menino da Canoa”, para ajudar a Rosa e a Fernanda no preparo e na montagem de alguns pratos, mas também ajudei no atendimento, servindo alguns pedidos. E, no final das contas, chamavam-me de “Menina da Ilha”, e diziam que eu estava pronta pra morar por ali, o que parece difícil, mas é bastante tentador.

Cabe dizer que, na escolha da foto de capa deste trabalho, a canoa “Minhoca”, ou seja, da sua terra, e saída do tronco de uma árvore em terra, vai para seu mar em busca do fruto do mar deixa transparecer a complementaridade na transmissão dos saberes tradicionais. Ainda mais, o menino que, de dentro da canoa, na areia sendo tocada pelas ondas do mar, observa o movimento de turistas, mostra a dimensão da relação entre saberes tradicionais e saberes modernos, inclusive, esses últimos sendo representados, além da presença de turistas na praia, por minha tatuagem do mapa da Ilha Grande sobreposta à imagem, tendo em vista que alguns jovens do Aventureiro têm sua tatuagem com motivo relacionado ao pertencimento e à identidade de ilhéu, “caiçara”, de “filho do Aventureiro”, como veremos no decorrer do trabalho.

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem o objetivo de analisar a Transmissão de Saberes, por meio da perspectiva de gênero, com as possibilidades do olhar para o diálogo entre os saberes tradicionais e os saberes modernos na Vila do Aventureiro, Ilha Grande, RJ, tendo como um dos focos o Turismo. Nesse sentido, tem-se o problema de pesquisa: Como se dá a transmissão de saberes tradicionais e dos saberes modernos, por meio do Turismo, na Vila do Aventureiro?

Para isso, comparei o uso tradicional e moderno da terra e do mar e os limites impostos pelo INEA para a Vila do Aventureiro; analisei a relação entre gerações quanto ao interesse dos jovens e das jovens em receber conhecimentos tradicionais, e dos homens e mulheres adultos, em receber conhecimentos modernos.

Reconheci, na relação transgeracional, o papel da mulher e do homem nos processos culturais da Vila do Aventureiro e sua perspectiva sobre a transmissão de saberes tradicionais e modernos; e considerei o Turismo, enquanto propiciador de contemplação, na visão de “paraíso” e “natureza intocada”, ou de vivência abarcando a visão sobre os saberes tradicionais na Vila do Aventureiro.

Esta pesquisa etnográfica tem uma abordagem qualitativa, tida por Dencker (1998) como uma metodologia aplicada para se compreender problemas e estruturas sociais no universo de ocorrência dos fenômenos, os processos sociais pelos quais a Vila do Aventureiro passa e que influenciam o fenômeno da transmissão dos saberes e do Turismo desenvolvido na comunidade.

De nível exploratório, porque obtém uma maior experiência sobre o problema delimitado; descritivo, tendo em vista que conhece a comunidade e os processos pelos quais passa referentes à transmissão dos saberes e ao Turismo; e explicativo, sabendo que encontra os motivos para que os fenômenos abordados aconteçam na comunidade.

É um Estudo de Caso, “cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente” (TRIVIÑOS, 1987, p. 133), pretendendo analisar como se dá a transmissão de saberes na Vila do Aventureiro, e sua importância para que a vida e a produção, em que se inclui o Turismo, desenvolvam-se de forma sustentável. Para se chegar aos resultados obtidos nesta pesquisa, foram cumpridas as seguintes etapas a fim de desvelar o problema apresentado: pesquisa exploratória, pesquisa

bibliográfica e documental, pesquisa em campo, sistematização e análise dos dados, redação da dissertação.

Na Vila do Aventureiro, a fim de ter uma compreensão “em sua intimidade” (DEMO, 1995, p. 250) dos fenômenos ali ocorridos, foi estudada a transmissão de saberes dada na relação de parentesco e de compadrio com adultos e jovens da comunidade. Além disso, foi feita uma comparação entre fenômenos ocorridos na Vila do Aventureiro e em outras comunidades com aspectos culturais semelhantes, para deixar claras semelhanças e diferenças entre elas.

Para isso, levou-se em consideração o recorte dos saberes da terra, na perspectiva de gênero feminino, visto que, em comunidades litorâneas, o mar é de domínio masculino, sendo a terra de domínio feminino. Sabe-se que, nessas comunidades, o papel da mulher é “invisibilizado”, segundo Woortmann (1991), sendo chamadas comunidades (apenas) pesqueiras; e o fenômeno Turismo enquanto elemento de saber moderno.

É importante deixar claro que esta dissertação é baseada em fatos ocorridos até o ano de 2012, quando fiz minha última ida a campo. Foi feita uma primeira pesquisa em campo, exploratória, que ocorreu entre os dias 20 e 31 de agosto de 2011, por se tratar de um período de baixa temporada turística, em que o contato com os “Filhos do Aventureiro” se daria mais facilmente, sem a presença contínua de turistas, quando foi feita uma observação do cotidiano da comunidade.

Nessa oportunidade, foram escolhidos sete núcleos familiares/pessoas a serem analisados, levando-se em consideração seu envolvimento sociocultural e modelos de produção a que eles estão relacionados com mais ou com menos predominância. E os núcleos/pessoas são esses⁸: (1) família do Pepê e da Suely, (2) família da Bete e do Lourival, (3) família da Candinha e do Maneco, (4) família da Daiane e do Cristiano, (5) família do Gustavo, (6) Janaína e Adriano (mãe e filho), e (7) Representante do INEA.

Com eles, foram feitas entrevistas semi-estruturadas ou em conversas informais com as mulheres, os homens e com os jovens, para saber sua perspectiva sobre os saberes tradicionais e modernos, e como se dá sua transmissão entre as gerações. Além disso, no decorrer das conversas, surgiram assuntos relacionados à

⁸ Os nomes são apenas representativos, para resguardá-los.

criação da REBIO e a presença do INEA na comunidade, que sugere um marco referencial.

Em campo, ao final de cada entrevista, algumas vezes no início da noite, foram feitas notas, relatando detalhes da observação e das conversas. Em um segundo momento, os dados foram analisados a fim de se ter um posicionamento inicial acerca do modo de vida da comunidade e da relação entre gerações na transmissão de saberes.

Foi feito levantamento bibliográfico e documental, no decorrer de todo o curso do mestrado, na construção do trabalho, a fim de ter um embasamento teórico para este estudo, com base em publicações, tais como livros, dissertações, teses e artigos científicos referentes aos assuntos pertinentes a esta pesquisa. Além disso, serviu para desvelar marcos referenciais de processos pelos quais a vila, assim como a Ilha Grande, atravessou com o passar do tempo, especificamente do século XX, que trouxeram modificações socioculturais para a comunidade.

Em uma segunda ida a campo, de 23 de março a 03 de abril de 2012, período em que se encerra a alta temporada turística, quando pude ter mais contato com o Turismo do Aventureiro, foi feita mais uma coleta de dados, cujo levantamento deu-se por meio de observação das práticas cotidianas dos Filhos do Aventureiro, como roçado, produção da farinha de mandioca, pesca, coleta de mariscos, celebração na igreja e Turismo, cafés-da-manhã, almoços, churrasco, festa de aniversário, o que possibilitou uma maior integração com os moradores, a fim de garantir resultados mais reais, e para levantamento mais profundo de seus elementos culturais, seu modo de vida e produção, da relação entre comunidade e turistas.

As entrevistas semi-estruturadas foram feitas utilizando gravador de som ou, em conversas informais, com anotações, a fim de analisar como se dá a relação entre as gerações, quanto ao interesse dos jovens e das jovens em receber os saberes tradicionais, e dos adultos e jovens em receber saberes modernos, levando-se em consideração a visão de gênero sobre seu papel na sociedade e na transmissão de saberes entre as gerações, além de continuar uma análise já iniciada em agosto de 2011 sobre a relação da comunidade com o INEA.

É importante ressaltar que, na pesquisa em campo entre março e abril de 2012, devido às dificuldades em entrevistar a família do Gustavo, foi escolhido mais um núcleo familiar para a pesquisa: a família da Rosa e do Edson.

Após o levantamento de dados, foram feitas a sistematização e sua análise, com a construção temporal de práticas cotidianas de “antes” e de “agora”, e, depois, uma análise de conteúdo, mencionada por Triviños (1987). Ainda seguindo o que foi proposto pelo citado autor, foram postas as respostas, recortadas por categorias de assuntos, gênero (masculino e feminino) e de gerações (avós, pais, filhos). Feito isso, procedemos a uma análise para selecionar os resultados, encontrados em observação e entrevistas, que nortearão o decorrer da dissertação.

Para que se trate sobre os saberes e sua transmissão entre gerações, antes é preciso abordar a questão de saberes herdados e reconstruções mediante o próprio movimento a que a cultura lhe dispõe. Le Goff (1990, p. 424) descreve a memória como “propriedade de conservar certas informações”, sendo uma forma de reviver acontecimentos e conhecimentos do passado. Contudo, segundo Diehl (2002, p. 112), não se pode mais recorrer à memória apenas para fazer essa busca no passado, mas como um “processo dinâmico da própria memorização”, em que o passado é revisitado ao mesmo tempo em que o presente é vivido como continuação do passado, por fim, aglutinando-se passado e presente na constante construção da identidade.

Pollak (1992, p. 201) caracteriza a memória como sendo “um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes”. Certamente, a memória também é individual, mas seu respaldo ocorre na coletividade, quando, com transformações e mudanças sociais, molda seus elementos herdados, estruturando sua identidade.

Pollak (*op cit*) e Hall (2005) afirmam que a memória e a identidade estão relacionadas diretamente ao sentimento de pertencimento, de vínculo, “há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade” (POLLAK, 1992, p. 204), já que o que se observa é que todo o conhecimento transmitido e herdado, considerando as ressignificações dadas pela comunidade, molda-se à identidade comunitária. Assim, cada indivíduo sente-se parte da coletividade, identificando-se com a vida social, garantindo a continuidade e a coerência do indivíduo para com o grupo e do grupo para consigo mesmo e para com outros grupos sociais.

Hall (2005, p. 13) ainda cita que “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”, o que significa dizer que ela não existe como amálgama, mas metamorfoseando-se, de acordo com a seguinte afirmação de Sahlins (2003, p. 189), de que “nenhum objeto, nenhuma coisa é ou tem movimento na sociedade, exceto pela significação que os homens lhe atribuem”, o que se aplica não somente aos objetos mas também ao espaço a que a comunidade está vinculada, e que é suporte das atividades e dos objetos, e é fonte natural de recursos para sua vida e produção.

A identidade, em construção inacabada e inacabável, é modificada num processo dinâmico em busca constante de sua unidade, plenitude, segurança e coerência, em que suas ações são a força motriz do processo de sua construção, definindo e redefinindo significados conferidos a objetos e ao espaço. Como disse Geertz (1973, p. 15), “o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”, e, nesse contexto, ele e a comunidade a que ele pertence, tecem-na, produzindo sua história, sua vida, o seu sentido de ser. Como o conceito de cultura “é essencialmente semiótico” (GEERTZ, 1973, p. 15), os comportamentos do homem, por assim dizer, podem ser abordados como essencialmente simbólicos, carregados de significado que deve ser conhecido e aceito coletivamente para que se torne parte do modo de vida da comunidade.

As ações sociais, os significados que o homem dá aos objetos e ao território, formam o espaço específico e não-estático da comunidade. O espaço cumpre as funções de objeto da atividade humana, como recurso natural e como suporte de sua atividade. E dentro da perspectiva de espaço como base da atividade humana, só se pode conceber o ambiente como espaço social de acordo com o uso que os grupos humanos lhe dão, por meio de seu trabalho e suas relações sociais, moldando, assim, as comunidades dentro de peculiaridades locais.

O ‘particularismo’ das comunidades marítimas, como foi dito antes, está relacionado com o ambiente físico do mar, marcado por mudanças sazonais importantes, por fenômenos atmosféricos que operam transformações rápidas no corpo d’água (DIEGUES & VIANNA, 1995, p. 30).

Vejamos o que aconteceu no Aventureiro. Quando o barco Príncipe de Pares foi a pique no Aventureiro, no dia 28 de março de 2012 depois de entrar um Sudoeste e começar uma tempestade, a reação foi de tristeza unânime que durou dias, e transparecia um “luto” por dois motivos: primeiro, por ser um barco quase

centenário, conhecido e valorizado por todos; e, em segundo, pelo encerramento do meio de produção de seu dono, com a compreensão da comunidade sobre a dificuldade da vida do ilhéu que perdera afundado não só seu barco, mas também sua fonte de renda, além de ser uma separação entre o mestre do barco e seu “companheiro” de intempéries, ventos e mar grosso, o próprio barco. Essa compreensão coletiva e a ajuda dos moradores ao recolherem pedaços do barco espalhados pela Praia são o respaldo coletivo do fato de ser o mar e o trabalho no barco são elementos importantes para o ilhéu e, mais especificamente, os Filhos do Aventureiro.

Diegues estudou a respeito de sociedades marítimas e, sobretudo, as de ilhas, sobre as quais citou que

Desenvolveram uma relação particular com o mar, vendo nele ora uma barreira ora uma via de contato com outras sociedades. Para elas, o mar não é meramente espaço físico, móvel, mutante, mas lugar de seu trabalho, de sua sobrevivência e sobre o qual dispõem de grande conhecimento acumulado (1998, p. 43).

Por essa relação muito próxima com o mar, de dependência ligada à possibilidade e à impossibilidade de contato com outras comunidades e por ser o mar uma de suas fontes de subsistência, acumulam um conhecimento que é transmitido, no sentido de ser ensinado e aprendido, geração a geração, e, nesse processo de transmissão e herança de conhecimentos, forma-se a memória da comunidade, bem como sua identidade. Além disso, da mesma forma que o mar possibilita o contato com o “mundo externo”, em alguns períodos serve-lhe de obstáculo, como acontece no inverno na Vila do Aventureiro, entre junho e agosto, quando o mar fica grosso e, com maior frequência, chegam os “*respeitados*” ventos Sudoeste, que impedem a permanência dos barcos no mar.

Há dimensões diferentes: os Filhos do Aventureiro são do Aventureiro, são ilhéus da Ilha Grande, e, por sua vez, são angrenses (naturais de Angra dos Reis). Contudo, veem-se como naturais do Aventureiro, diferente de quem é da Vila do Abraão, ou da Praia de Araçatiba, por exemplo, ou de quem é da cidade de Angra dos Reis (do continente). O relativo isolamento em que a Vila do Aventureiro é posta, por causa de sua localização externa (mar aberto) da Ilha Grande, as intempéries climáticas e a necessidade de um barco para se deslocar⁹, e a

⁹ Discurso sobre essa necessidade do barco para deslocamento porque, mesmo com a existência de trilha para ir até Provetá ou, de forma velada, pela Praia do Sul até a Parnaioca ou até o Abraão, o

dependência das condições do mar são fatores para um marco identitário para os Filhos do Aventureiro.

E, por isso, o contato com o “mundo externo” por meio do mar também concede uma noção de territorialidade.

A noção de territorialidade do mar é diferenciada da noção espacial rural/urbano/industrial. O mar é cíclico e móvel e, ademais, ainda que existam pontos de pesca, a sua apropriação pelo pescador – tal como em outras comunidades litorâneas – é marcada por uma noção indivisa do espaço – “o mar é de todos” (CUNHA, ROUGEULLE & VON BEHR, 2004, p. 42).

As ilhas são, em essência, polissêmicas. Diegues (1998, p. 13) listou alguns significados do mundo insular, mas os que saltaram aos meus olhos foram dois: “inferno e paraíso” e “liberdade e prisão”, o que me sugere uma contradição simultânea que permeia a questão das sociedades insulares. Se, por um lado, há uma visão voltada à liberdade e ao paraíso, como um lugar excelente, em que todos os seres estão em harmonia, há, por outro lado, uma visão de que as ilhas são lugares isolados e castigados pelo tempo, ligada a inferno e prisão. São dois contrapontos coexistentes no mesmo ambiente.

Quando era uma ilha-prisão, desde a instalação da Colônia Correccional de Dois Rios em 1894 até seu fechamento em 1990 e implosão em 1994, a Ilha Grande ganhou o apelido “Caldeirão do Diabo”. Os fugitivos se escondiam na mata, chegavam às vilas, saqueavam, faziam reféns, pegavam barcos para chegar ao continente. Para os moradores, estava estabelecido o “inferno”, porque viviam sob tensão, esperando o próximo ataque. Além disso, a visão de “inferno” contrapõe-se à visão de “paraíso” dos turistas, por sua qualidade cênica natural, composta por mar verde-esmeralda, mata, praia, sol, propício ao lazer, tendo em vista que: (a) os turistas, em sua maioria, conhecem e desfrutam do lugar apenas em feriados e no verão, quando o mar é calmo, o mar tem tons de esmeralda, quando é feita a composição daquela qualidade cênica exposta acima; (b) os moradores convivem com as mudanças climáticas e as dificuldades impostas por elas aos que decidiram lá permanecer. Sabe-se que, no Aventureiro, quando o mar engrossa e “o tempo vira”, é melhor que ninguém entre ou saia, para evitar tragédias.

barco pode ser usado tanto para ir até outras comunidades na Ilha, até a cidade (Angra) ou demais localidades.

Ainda sobre isso, Diegues (1998, p. 13) expôs que, no mundo moderno, as pessoas tendem a visualizar as ilhas como “redutos do mundo selvagem, lugares paradisíacos para novas descobertas, aventuras e lazer tranquilo, configurando-se como um dos símbolos mais claros de exotismo”, o que praticamente dá continuidade a essa visão da “liberdade” que se pode ter em ilhas, como se fossem um “paraíso” perdido, em que podem se perder e aventurar a serem outras pessoas, fora do padrão a que estão submetidos na urbe. Isso abre caminho para outra tendência, que sustenta essa: a do interesse por privatizar praias e construir infraestrutura para receber mais visitantes (especulação imobiliária), arriscando os ambientes naturais insulares, ainda mais frágeis que os continentais, e que tem como consequência quase certa, quando não o subaproveitamento de mão de obra dos ilhéus, sua expulsão.

As ilhas são espaços bem específicos ambiental e culturalmente falando. Por mais que haja similaridades entre uma ou mais comunidades do litoral, as situadas em um ambiente insular desenvolvem particularidades devido a seu relativo isolamento, e sua submissão às condições do mar e do vento. Os ilhéus conhecem a si por si mesmos, fortalecendo sua identidade. Isso é chamado, por geógrafos e antropólogos franceses, “*îleité*”, ou “ilheidade” em português, segundo o autor.

Essa tomada de consciência de um modo de vida particular [...] está associada a um conjunto de representações e imagens que os ilhéus formaram a respeito de seu espaço geográfico-cultural, oriundas da insularidade¹⁰ (DIEGUES, 1998, p. 14).

Vai além disso. Eles têm consciência sobre seus limites quanto ao mar, mas também quanto à terra, quanto à relação mar-terra, e respeitam-na. Conhecem os movimentos das marés, dos ventos, das nuvens, e lidam com isso. As peculiaridades sociais e culturais das comunidades litorâneas são ainda mais fortes quando estão fixadas em ilhas, e mais ainda quando sua localização na ilha é em mar aberto, o que tende a isolá-la um pouco mais que a comunidades localizadas na parte voltada para a baía ou no próprio continente.

Por conta do maior isolamento, quando comparadas às comunidades litorâneas do continente, uma das peculiaridades das populações ilhéus é a ligação estreita com o sobrenatural, por meio do natural. Como será visto mais à frente, os “Filhos do Aventureiro” têm seus mitos, como é o caso já citado da história da Nossa

¹⁰ Insularidade é referente à distância e isolamento geográfico e cultural, segundo Diegues (1998).

Senhora em embate na Praia do Demo, suas rezas, suas crendices e benzeções, como é o seguinte caso, para curar picada de cobra:

Cobra, tu não mordeste o pé de (falar o nome da pessoa) e sim na veia do pé direito de Nosso Senhor Jesus Cristo, no Manto Sagrado da Virgem Pura e o Sagrado São salvador que cura. Na sabatina de Jesus, Jesus na sabatina. Onde se acha Jesus, Maria e José, esses bichos para eles não há. Meu sagrado São Salvador, tome conta deste enfermo, que tu és o curador. Se é jararaca, é folha seca. Se é jararacuçu, é cipó. Rezar um Pai Nosso, uma Ave Maria e uma Gloria ao Pai. (MACIEL, SOUZA & CARDOSO, 2011, p.87).

Em abril de 2012, Suely (48 anos, agente de saúde) me contou assustada o que havia acontecido na noite anterior. As luzes do Aventureiro já haviam apagado, o que sugere que eram mais que 22 horas. Ela voltava de uma das casas da vila em direção à sua casa, quando, passando por uma casa vazia (seu dono estava em Angra), viu luzes acesas dentro da casa e na varanda. O detalhe é que não havia lâmpadas nos bocais. Suely acreditou que aquilo seria um tipo de mensagem, e que ela era quem precisava saber de alguma coisa. Estava desesperada por não saber o que aquela “mensagem” significava. Coincidência ou não, um dia após esse ocorrido, o barco Príncipe de Pares naufragou no Aventureiro, conforme já foi relatado. Cabe lembrar que Suely é a ministra da Igreja, responsável por ela nas celebrações em que o padre não está presente.

Além de ser baseada “nas formas de representação simbólicas e imagens decorrentes da insularidade”, a ilheidade está ligada ao “vivido”, ao cotidiano e, por isso, também às divisões de trabalho feitas dentro da comunidade. No caso do Aventureiro, a pesca ficou sendo mais forte na identidade insular da vila depois da inclusão de um saber moderno, o uso dos motores nos barcos, que possibilitaram a pesca embarcada, fazendo com que sua identidade / ilheidade fosse mais marcada pelo mar, pela pesca, pelo masculino, secundarizando a terra, a roça, o feminino em importância de trabalho. Entretanto, antes de isso acontecer, a roça era da mesma forma uma atividade cotidiana muito importante, devido à quantidade de roças, ao tamanho dos terrenos destinados a esse fim, à força de trabalho e ao interesse dos filhos em aprender a lida da terra e em ajudar a manter o ciclo produtivo para a alimentação da família e dos compadres que prestassem auxílio no trabalho.

Os homens são antes de tudo seres biológicos, assim como os outros seres que compõem a natureza, ainda mais, seres “biológico-sociais”, por se relacionarem com outros semelhantes, em sociedades. Eles não meramente sobrevivem, mas

“sobrevivem de uma maneira específica” (SAHLINS, 2003, p. 187), diferenciando-se de outras sociedades em certas características, por mais que haja características afins entre ambas, o que acontece mediante adaptações ao ambiente.

Assim, os homens produzem, segundo o autor (*op. cit.*), um “modo de vida à sua maneira”, uma cultura específica, constantemente reconstruída e reproduzida em um sistema de objetos presentes no espaço.

Como será analisado mais adiante, o advento das casas de alvenaria, no Aventureiro, foi um fator de modificação que, juntamente com outros fatores, marca a adequação de um costume interno à sociedade moderna, “de fora”, pela facilidade de construção, fazendo uso de materiais não coletados em sua natural fonte de recursos, mas “no continente”, em Angra dos Reis. E isso não influencia apenas na forma das casas, mas também modifica o rito de construção, já que os mutirões entre compadres não são mais necessários para tal, apenas um ou dois pedreiros profissionais.

Esse afastamento de sua natural fonte de recursos e desnecessidade dos mutirões marca ainda um afastamento interno na comunidade, enquanto seres sociais, acabam por não precisar tanto mais de seus vizinhos como força conjunta de trabalho.

E a relação entre gêneros se dá de forma complementar, em alguma época com mais importância econômica e menos em outra época no Aventureiro, ao contrário, por exemplo, do que acontece com as comunidades costeiras do Nordeste, estudadas por Woortmann (1992). Nessas comunidades, da proibição do trabalho feminino decorreu a violência dentro de casa, por parte do marido, que chamava a mulher de preguiçosa por não trabalhar, já que seu trabalho foi proibido. No Aventureiro, essa violência não chegou a acontecer. Como veremos no decorrer dessa dissertação, com a sobreposição de uma Reserva Biológica à comunidade, o espaço de trabalho da mulher diminuiu muito, o que fez diminuir também a quantidade de alimentos cultivados na roça, mas a mulher adaptou-se ao trabalho do Turismo, o que, por sua vez, foi positivo para a relação entre gêneros, já que fez com que as mulheres tivessem uma alternativa econômica e alimentar.

E como colocado acima, a cultura ilhéu é fortalecida e reafirmada por seu relativo isolamento, que não influencia apenas geograficamente a vida de seus moradores, mas também simbolicamente. Contudo, a complementaridade não ficou

obsoleta. O mar depende da terra, e o homem, da mulher, e vice-versa, complementando-se.

Se, antes da entrada dos barcos a motor, o mar servia-lhes como via de transporte de pessoas e de seus produtos até o continente, e de meio de comunicação, também a terra, fornecedora da alimentação de base dos Filhos do Aventureiro, dependia dos frutos provenientes do mar para complemento nutricional, pois aquele não continha a quantidade ideal de nutrientes para manter a família sustentada o suficiente para o trabalho cotidiano.

Castro (1998, p. 7) expõe que “a natureza apresenta-se imediatamente ao conhecimento desses grupos como um lugar de permanente observação, pesquisa e reprodução de saberes” de acordo com sua vivência, “encontrar seu próprio caminho pelo terreno de sua experiência” (INGOLD, 2010, p. 23). Campos (1982) classifica o saber em duas categorias: como “saber empírico”, provindo de um processo em que, “a partir de uma atitude contemplativa com relação à natureza, um ou vários fenômenos se submetem à constatação, observação e elaboração de conhecimento” e o “saber mágico”, que é manifestado “de forma simbólica, como mediador social por meio da linguagem, não por magias praticadas”. Tendo em vista que, em Castro (1998), os saberes, a observação e a “pesquisa” são feitas por eles para seu próprio uso na vida cotidiana, os saberes refletem vivências, “maneiras de ver e interagir com o mundo (CAMPOS, 1982, p. 31).

Ingold (2010, p. 23) usa dois exemplos: “assobiar uma melodia” e “contar uma história” seriam como recordá-las, que é “é como andar pelo campo ao longo de um caminho que você já percorreu antes em companhia de outra pessoa”. Nesse sentido, dentro da experiência da vivência, os saberes são transmitidos numa dinâmica de construção dialógica. Acumulam e trocam conhecimentos empíricos sobre os objetos, não como objetos materiais apenas, mas envolto em simbologias, durante toda a vida da comunidade no decorrer dos séculos. De sua relação e vivência no meio ambiente ilhéu, é que são manifestos seu vocabulário, seus gestos, seu modo de viver, e, que, segundo Castro (1998), “usam para traduzir sua vivência e adaptação aos ecossistemas”.

Após dar essa entrada ao assunto, já podemos fazer sua disposição pelos capítulos, nos quais esta dissertação está estruturada. São eles: Capítulo 1 – Quero ver vir pra cá e dizer que é o paraíso; Capítulo 2 – A dimensão tradicional do Aventureiro; Capítulo 3 – “Quando a gente descobriu, isso aqui já era Reserva”; e

Capítulo 4 – “Trabalhar com o Turismo”, dentro dos quais trabalharei com as temáticas dos saberes tradicionais, as dificuldades postas pela imposição da Reserva sobre a vida dos Filhos do Aventureiro, e sua adaptação a novos costumes colocada pelos saberes modernos trazidos pela RBEPS e pelo Turismo.

No capítulo 1, abordaremos os Filhos do Aventureiro, chamados de “caiçaras” e classificados como “população tradicional”. Seus conhecimentos são construídos com base no que lhes é fornecido pelo meio ambiente, apesar de terem contato com a cidade também.

Abro espaço para iniciar uma caracterização, pelas relações de parentesco e compadrio, que evidencia a reciprocidade nas atividades cotidianas. Abro caminho para abordar o uso do termo “caiçara” por estudiosos, para designá-los e classificá-los num conjunto maior de comunidades em condições afins, sabendo que a comunidade se apropria do termo para ser reconhecida como dona de sua terra perante o restante da sociedade.

Começo a mencionar o trabalho tradicional do Aventureiro, sendo seu modo de vida na roça e na pesca, prevalecendo a mulher no trabalho da terra e o homem no trabalho no mar. Como veremos, estão sujeitos às condições climáticas adversas, dos ventos e do mar, e, por isso, dispomos dos saberes transmitidos, tendo em vista que se localizam baseados nesses saberes transmitidos e transformados, num processo não passivo e que acontece mediante a visão diferenciada que eles têm acerca da natureza. Entretanto o que se nota é que a relação dos jovens do Aventureiro com o meio ambiente se dá em termos diferentes dos de seus pais e avós, já que nasceram em um período em que a existência da Reserva já estava naturalizada à comunidade, como será mais detalhado à frente, e a limitação dos espaços de trabalho e a perda de acesso aos recursos afetou principalmente às mulheres.

No capítulo 2, foco na dimensão tradicional do Aventureiro, abordando com mais detalhes as relações por consanguinidade e afinidade, que permeiam as atividades cotidianas, os trabalhos e, logo, a transmissão de saberes. As crianças do Aventureiro iniciam-se nas tradições participando do trabalho como uma brincadeira, com o olhar atento aos movimentos de seu “tutor”.

Há, no trabalho partilhado em família, uma divisão de gênero. Então, busco entender o papel da mulher no Aventureiro, com trabalhos de cuidado com sua

família, mas também com trabalhos que ajudam no sustento, o que é reconhecido e valorizado pelos homens da comunidade.

Entro, em seguida, na questão dos modelos de produção tradicional no Aventureiro, com enfoque maior no trabalho na roça, representando o trabalho feminino na terra, e na pesca, representando o trabalho masculino no mar, por serem as atividades tradicionais principais. A produção é, basicamente, para o sustento familiar, mesmo que os Filhos do Aventureiro não subsistam apenas por isso. Assim, os gêneros se complementam, sendo um o “suposto” da produção do outro.

Exponho que, antes da criação da RBEPS, havia bem mais roças itinerantes ativas que as atuais roças fixas. Apesar disso, ainda algumas cultivam na roça e produzem na casa de farinha ainda que a diminuição dos espaços de trabalho tenham enfraquecido as relações de parentesco e compadrio e, assim, a complementaridade de gênero e a transmissão de saberes.

Mostro também que a pesca suplantou as roças como principal fonte de renda, mas não acabou com elas. Pontuo o papel da mulher na pesca, como “braço” (WOORTMANN, 1991) do homem transformando o produto do trabalho masculino em produto feminino, por exemplo, por meio da salga do pescado. Relativizando a divisão dos espaços de trabalho por gênero, observamos que os trabalhos se completam.

Abro um espaço à culinária particular dos Filhos do Aventureiro, destacando o cultivo da mandioca, para a produção da farinha, como um alimento-base e, suas refeições, mostrando anualmente algumas “safras” do lugar, o que nos leva a dizer que os frutos do mar e da terra se complementam na alimentação, caracterizando a complementaridade entre os gêneros sobre os saberes transmitidos.

No capítulo 3, mostro que a Reserva Biológica da Praia do Sul e o Parque Estadual Marinho do Aventureiro carregam consigo a ideia de isolamento levada pela criação da maioria das Unidades de Conservação de Proteção Integral, com o objetivo de distanciar a “natureza” da interferência humana.

Exponho a cronologia da sobreposição do Aventureiro pelas Unidades de Conservação, na tentativa de esclarecer sua influência sobre o cotidiano da população, tendo em vista que, se a vila foi protegida da ação de empresários “de fora”, chamados por eles de “*Marajás*” que se espalharam pela Costa Verde, ela ficou à mercê de sua apropriação pelo Estado.

Abordo a luta dos Filhos do Aventureiro para permanecer legalmente em sua terra, e a proposição de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável para substituir o Parque Marinho e parte da Reserva Biológica, fazendo-os ter condições de vida e trabalho em sua terra. Veremos que as práticas e os saberes do Aventureiro sofrem coerção rotulada como “educação ambiental”, quando, na verdade, se trata mesmo de um “arame farpado” simbólico. Para entrar na comunidade, cooptam moradores para trabalhar para a “firma”, o INEA, o que cria desavenças e desigualdade social. Há relato de que o tempo de agora é pior que o tempo de antes, da época do Presídio em Dois Rios., por haver a “humilhação” da limitação, da coerção e do medo.

A desunião acontece por mais que as relações comunitárias sejam baseadas na reciprocidade e na confiança - parentesco e compadrio. Até porque, se, por um lado, a palavra dita é o que vale para os Filhos do Aventureiro, por outro lado, para o órgão ambiental, vale mais a lei escrita. Mas cabe refletir sobre a efetiva proteção da natureza com a participação da população.

Mostro que, por ter uma relação mais estreita com o meio ambiente, a mulher foi quem perdeu mais com a limitação dos espaços de trabalho, e pontuo que, além das restrições, essa sobreposição ainda os põe em situação de insegurança alimentar porque os Filhos do Aventureiro dependem de maior ganho monetário para as compras, que são maiores que antes.

No capítulo 4, trabalho primeiramente, com três categorias cronológicas de turistas no Aventureiro, expondo seus padrões. Os caminhantes colocavam sua vida em risco ao passar pelas trilhas no período de funcionamento do Presídio de Dois Rios. Os “duristas” não tinham como pagar pelos serviços e acampavam pela praia desordenadamente. E os mochileiros vieram após as proibições de acampar na praia, pela Operação Angra Legal, que iniciou o processo de ordenamento do Turismo no Aventureiro. Categorias que transpassam o tempo são os turistas “clientes” e os turistas “amigos”, que mais tem a ver com o perfil e a aproximação dos moradores, seja antes, durante ou depois do fechamento e implosão do Presídio. Os turistas “clientes” ainda sem aproximação ou sem muito interesse pela cultura do lugar, hedonistas, e os turistas “amigos”, geralmente voltaram ao Aventureiro mais de uma vez e criaram vínculos com famílias do lugar.

Busco mostrar que o Turismo é um trabalho de sazonalidade bem marcada no Aventureiro, sendo visto por alguns moradores como uma “salvação da lavoura”,

mas pensar assim em detrimento das atividades tradicionais é algo a se repensar porque, dessa forma, perderiam-se as peculiaridades do lugar, e os turistas não teriam o “diferente” a desvelar.

Apresento as diferenças entre os negócios turísticos localizados na praia e na encosta, que são mais próximos à tradição ou à modernidade de acordo com sua localização. Saliento que, na perspectiva de gênero sobre a gestão do Turismo no Aventureiro, a relação entre eles é de confiança e estão em par de equidade, pois é um trabalho feminino e masculino. Levanto a questão de que o Turismo é um “*trabalho de formiguinha*”, pelo qual juntam dinheiro para reformas, fundos de emergência e para tratamento de saúde.

Busco entender as influências do Turismo nos costumes dos Filhos do Aventureiro, elementos de saber moderno com o que adaptaram seu cotidiano. Na alimentação, com os PFs, no modo de vestir, com estilo de surfista, em tatuagens que remetem à identidade ilhéu, e os modelos de produção tradicionais que são vistos como “passado”. A desunião também é relatada como consequência do Turismo, por ter entrado mais dinheiro na comunidade.

Outra questão que trago à tona, um dos pontos principais desta dissertação, é o diálogo dos saberes tradicionais e modernos que o Turismo pode propiciar. O trabalho dos Filhos do Aventureiro compartilhado com os turistas, no “encontro turístico” (SANTANA, 2009), traz uma relação não meramente mercantil, mas uma troca de experiências, já que há um certo interesse por parte dos turistas e, por parte dos moradores, há inibição ou não pensam que seu cotidiano seja interessante.

Como veremos, o Turismo não necessariamente é degradante, se for controlado. É uma oportunidade para a troca de informações, passando de mero lugar de “usufruto da natureza” a também lugar de “vivência da cultura”. Outra questão que busco expor é a dos turistas como membros temporários da família, sendo cuidados por ela em sua permanência no Aventureiro, saindo da característica do Turismo como atividade econômica somente e entrando na característica do Turismo da relação humana e das trocas de saberes.

CAPÍTULO 1 “QUERO VER VIR PARA CÁ E DIZER QUE É O PARAÍSO”

“Eu num saio daqui. Aqui é melhor. Lá fora, não tem lugar pra morar, é difícil conviver com a bandidagem. Aqui ainda é tranquilo” (Filha do Aventureiro, 48 anos).

A Vila do Aventureiro, ou como é mais comumente chamada – “o Aventureiro”, localiza-se nas coordenadas geográficas “23° 10'S, 44° 17' W” (BIDEGAIN & FRESCHI, 2009, p. 10), a sudoeste na Ilha Grande, na praia de mesmo nome, com seus cerca de 800 metros de comprimento:

A leste pelo mar e a oeste pela crista da serra, que sobe gradativamente até atingir 464 metros a sudeste, e é limitada pela Ponta do Aventureiro e pelas pedras que a separam da Praia do Demo a nordeste (VILAÇA & MAIA, 2006, p. 66).

A Ilha Grande¹¹, localizada na Baía da Ilha Grande, em Angra dos Reis, município da Região da Costa Verde, no litoral sul-fluminense, é a maior do Estado do Rio de Janeiro, com 193 km² de área total, e está distante “a 150 km do Rio de Janeiro e a 400 km de São Paulo, dois grandes centros urbanos” (SANTOS, 2006, p. 445), que ficaram relativamente mais próximos devido à construção da Rodovia Rio-Santos (BR-101) em meados da década de 1970, facilitando o acesso e a comunicação entre Angra dos Reis e essas duas capitais, que facilitou a entrada do Turismo, com suas influências nos costumes, como veremos no capítulo 4.

As comunidades mais próximas do Aventureiro (Figura 2) estão na Praia de Provetá, da Parnaioca, de Araçatiba, de Dois Rios e da Longa, sendo que seu acesso é possível pelo mar, quando as boas condições climáticas o permitem; e pela terra, quando o “mar grosso” impossibilita seu acesso.

¹¹ A ocupação da Ilha Grande remonta a 3000 a.C., segundo Benevides (2012), com a comprovação da existência de Sambaquis na área. Segundo Nesi (1991) e Mello (1987), há relatos de índios Tupinambá, membros da Confederação dos Tamoios, que eram chamados os “Senhores da Ilha Grande” (MELLO, 1987, p. 12), e de navegadores em toda a Ilha Grande a partir do ano de 1502, sendo considerada a primeira ocupação europeia. Também, a Ilha era “base da pirataria[e corso] nos séculos XVI, XVII e XVIII”, segundo Nesi (1990). Ainda de acordo com Mello (1987), a Ilha Grande deixou de ser do Estado de São Paulo para se tornar fluminense, pela falta de condições de exterminar o contrabando e a pirataria naquela jurisdição.

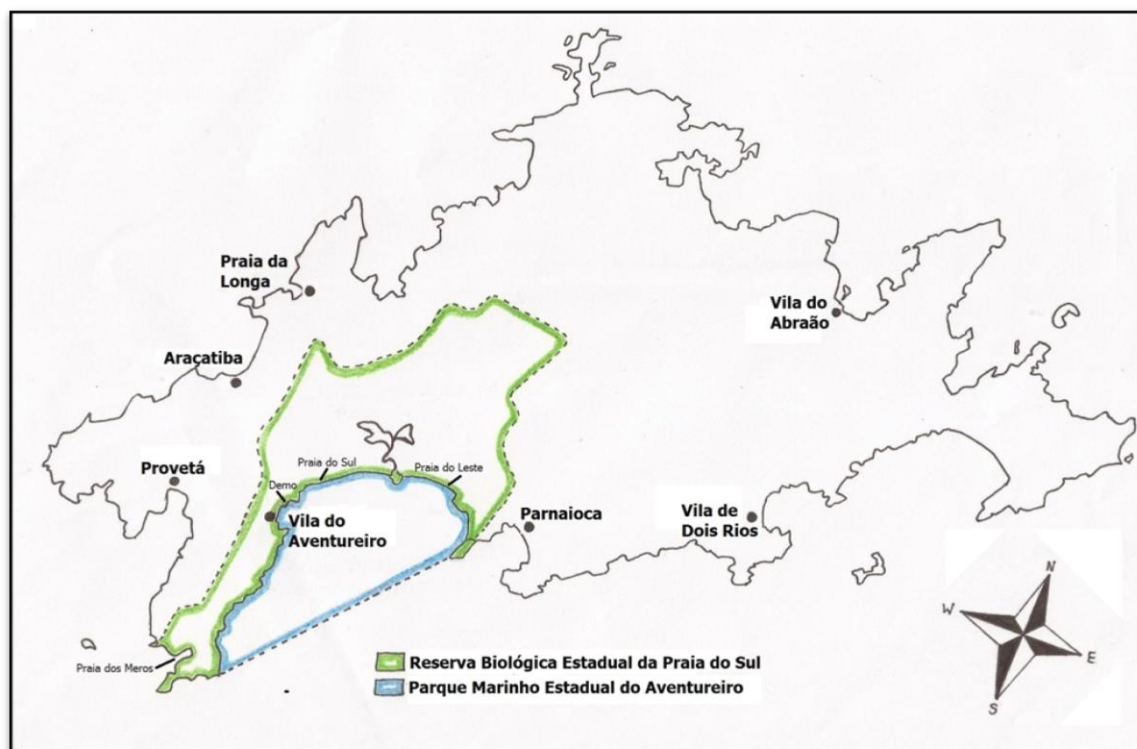


Figura 2: Localização da Vila do Aventureiro na Ilha Grande (Fonte: Acervo pessoal)

As pessoas que nasceram e se criaram na Vila do Aventureiro são chamadas assim: ou é “Povo do Aventureiro” (VILAÇA & MAIA, 2006), ou é “*Filho do Aventureiro*”. Esta, no entanto, foi a designação que mais ouvi enquanto conversava com as pessoas “*do lugar*”. Mas, no meio acadêmico, científico, convencionou-se denominá-los “caiçaras”, já que tem características similares a comunidades que “habitam o litoral dos estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro” (ADAMS, 2000b, p. 143), ou seja, na parte sudeste da Mata Atlântica (BEGOSSI, 1999; SANCHES, 2001), apesar de serem encontrados hábitos parecidos por todo o litoral brasileiro, por terem elementos culturais e sociais comuns (MUSSOLINI, 1980; ADAMS, 2000a) provenientes da mesma base, à época da colonização do Brasil, no contexto de ocupação do litoral brasileiro para o interior e dos ciclos econômicos vividos na região sul e na região sudeste do Brasil, e que são uma categoria das “populações tradicionais”, como veremos abaixo.

1.1 OS “FILHOS DO AVENTUREIRO”

A expressão “população tradicional” é empregada para designar:

Um conjunto de populações de pescadores artesanais, pequenos agricultores de subsistência, caiçaras, caipiras, camponeses, extrativistas, pantaneiros e ribeirinhos que fazem uso direto dos recursos da natureza, através de atividades extrativistas e/ou de agricultura com tecnologia de baixo impacto ao meio, que vivem em remanescentes florestais que são ou podem vir a ser unidades de conservação (VIANNA, 2008, p. 214).

Contudo, isso não é uma definição do que são as “populações tradicionais”, o que tentaremos fazer a seguir, pelo menos para uma aproximação do que venha a ser uma caracterização das populações ditas tradicionais. A propósito, Barretto Filho (2001, p. 147) coloca o termo “população tradicional” como uma “expressão mistificadora e imprecisa – entre o tempo e o modo – que conservamos, por comodidade e preguiça intelectual, para designar certo tipo de sociedade” e, por rotular uma ou outra comunidade como “tradicional”, é de se supor que acabe por haver um congelamento dos seus aspectos culturais, já que, saindo da lista de requisitos para “obtenção do título” de “tradicional” ou “caiçara”, perante a sociedade moderna, alguma população não seria tratada como tal. Este também é um modelo de saber moderno instituído, que se aproxima da comunidade, sob um argumento identitário, para ser reconhecida pela sociedade moderna como “donos da terra”.

Antes de continuar, gostaria, contudo, de abrir um parêntese para abordar a dicotomia tradições-modernidade, para que fique mais claro. As tradições referem-se aos aspectos culturais que seguem, geração a geração, sendo transmitidos como referências constantes, porém não amalgamadas, em que se baseia a continuidade da comunidade com determinados costumes, rituais, crenças, língua, sotaque e termos regionais, usos, leis, e giram em torno de simbologia que pode ser similar em outra cultura, ou totalmente diferente, dependendo da distância e das influências recebidas. Por outro lado, o mundo moderno:

Se caracteriza pela introdução na economia de regras sistemáticas de crescimento e de aumento da produtividade do trabalho. O acúmulo sem precedentes de riqueza desloca as fontes do poder político. Se nas sociedades tradicionais o poder emanava das tradições, nas modernas ele emana da produção econômica, da acumulação de capital (VIANNA, 2008, p. 256).

O acúmulo de riquezas sem precedentes, exigido pela sociedade moderna, a faz contrastar das sociedades tradicionais. Para Giddens (1991), o que difere as

sociedades modernas das tradicionais é: (1) o “ritmo de mudança”, cujo movimento é intenso na modernidade, (2) o “escopo da mudança”, já que diferentes lugares no mundo são interconectados mais facilmente, e direcionam a uma transformação social e homogeneização, e (3) a “natureza intrínseca das instituições modernas”, visto que não se encontram necessariamente em períodos históricos anteriores ou encontram-se bastante modificadas de acordo com o ritmo frenético da modernidade. A esse propósito, Barretto Filho (2001) faz menção ao “homem natural” em contraponto ao “mundo moderno”:

A ideia de ‘homem natural’ como a perfeita expressão da humanidade é parte da atração romântica mais ampla pelo primitivismo [...] e desdobra-se na crença de que o retorno a uma vida mais simples e primitiva é o melhor antídoto para os males do mundo moderno, excessivamente refinado e civilizado (BARRETTO FILHO, 2001, p. 143).

Entretanto, existem ligações entre o tradicional e o moderno, tendo em vista que não são mundos blindados separadamente, mas com pontes de contato:

Existem, obviamente, continuidades entre o tradicional e o moderno, e nem um nem outro formam um todo à parte; é bem sabido o quão equívoco pode ser contrastar a ambos de maneira grosseira (GIDDENS, 1991, p. 11).

Cabe, então, que sejam analisados os casos em detalhes para que se chegue a uma conclusão quanto à linha tênue de continuidades e descontinuidades, similaridades e diferenças entre o tradicional e o moderno. Não se deve tratar um e outro como dois universos absolutos e separados, mas considerar suas ligações para uma análise mais acurada dos fatos encontrados em cada caso.

Sahlins (1997) aborda a questão da interdependência entre “tradicional” e “moderno”, “campo” e “cidade” e que esses conhecem as contradições entre si. Para ele, “a reprodução da sociedade doméstica através da emigração frequentemente se faz acompanhada de tensões intergeracionais”, já que os jovens saem para o mundo, deixando para trás sua sociedade em busca da “liberdade” das limitações quanto a costumes, condições de educação, trabalho, saúde e acesso.

Os “Filhos do Aventureiro” constroem seus conhecimentos a partir do que o meio ambiente historicamente lhes fornece como recurso e base de vida, fazendo desenvolver sua subsistência, que não significa apenas o “ter para comer”, mas ter como prover recursos para a casa, a família, o trabalho e o lazer. São chamados de população “caiçara”, para Vianna (2008, p. 257) “como resíduos tradicionais ainda não totalmente atingidos pela modernização da sociedade dominante [...] que não

são ‘sobras históricas’”, sociedades rústicas não totalmente desligadas da sociedade urbana e moderna, mas têm vínculo com ela para venda e compra de insumos e outros motivos.

Ao longo do tempo, foram construídos, acumulados, adaptados e selecionados conhecimentos sobre o meio – clima, fauna, flora, solo – e foram surgindo técnicas de manejo dos recursos naturais para suprimento de suas necessidades, sua subsistência. Essas técnicas são transmitidas geração a geração, como será visto com mais detalhes no capítulo 2. Mas cabe mencionar que o saber e o saber-fazer construídos historicamente nesse contato intergeracional com o meio é o que lhes proporciona suas características peculiares, quando tratadas diferentemente das sociedades urbanas. Leitão (2011, p. 18) expõe que: “Populações tradicionais, embora não pertençam à cultura moderna, foram afetadas pela modernidade”¹², como veremos a seguir.

Essas populações, na verdade, “são pré-capitalistas, articuladas ao modo de produção predominante e convivendo com ele, ainda que de forma periférica”, que teve como exemplo citado pela autora (VIANNA, 2008) os pescadores tradicionais da Juatinga (Paraty, RJ), que participam de mercado de alimentos. No Aventureiro, até meados da década de 1980, quando havia apenas trabalhos tradicionais, os Filhos do Aventureiro levavam para a cidade grande parte dos produtos de seu trabalho, como a farinha de mandioca e o peixe seco, como acontecia também com os pescadores no mercado de alimentos na Juatinga (RJ) (*op cit*).

A ligação das populações “caiçaras” com centros urbanos ou semi-urbanos também foi mencionada por Mussolini (1980) e Adams (2000b), devido às relações econômicas e até políticas e religiosas. Leitão (2011) cita que:

A cultura caiçara, como outra qualquer, não pode ser considerada estática. Ela muda e evolui de acordo com os movimentos ambientais e com o contato com outras populações e culturas (LEITÃO, 2011, p. 23).¹³

Essa questão fica mais clara quando pensamos que, no Aventureiro, o excedente da produção era vendido em Provetá ou em Angra dos Reis, ou, no popular, Angra. Essa até hoje é chamada, por moradores da vila, de cidade, em frases como “*Vou para a cidade amanhã*”, embora essa ligação com a “cidade” seja menor por se tratar de uma comunidade insular, e não apenas litorânea, como

¹² Tradução nossa.

¹³ Tradução nossa.

acontece com a maioria das comunidades ditas “caiçaras”, porque a localização e a comunicação permitem uma maior aproximação entre o rural e o urbano, nesses casos. Os principais motivos para as idas à cidade são: para dar à luz os filhos, tratamento de saúde, compras, visita a parentes e amigos, estudos e para venda de peixes excedentes. Todavia, os dois motivos mais citados pelos moradores durante as entrevistas foram emprego e estudo.

Arruda (1999, p. 79) também parcialmente define populações tradicionais por esse viés econômico, pelo contato com as sociedades urbanas para compra de alguns insumos e venda de seus produtos artesanais, o que o autor completa mencionando que isso ocorre com “uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, normalmente, de base sustentável”¹⁴. Ademais:

Ocupam a região há muito tempo e não têm registro legal de propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de utilização comunitária, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente (ARRUDA, 1999, p. 80).

As áreas de utilização comunitária são *locus* de aprendizado, onde se tem maior oportunidade de experimentação, observação e imitação dos costumes, logo, é *locus* de transmissão de saberes. Claro que qualquer área é passível de ser *locus* de aprendizado, entretanto, nota-se que as atividades em conjunto possibilitam potencializar a experiência.

Diz-se que a relação dessas populações com a natureza é harmônica, pelo uso dos recursos naturais para sua subsistência e trabalho:

A argumentação de que as populações tradicionais são harmônicas com a natureza pressupõe que elas têm baixa intensidade de uso dos recursos naturais e ocupação territorial, em comparação às sociedades modernas [...] mas por esse raciocínio, as sociedades modernas também deveriam ser consideradas harmônicas com a natureza, posto que detêm conhecimento científico sobre ela [embora lhes falte a prática etnosustentável] (VIANNA, 2008, p. 277).

Ainda, Barretto Filho (2001, p. 147) menciona que os grupos étnicos, indígenas e “tradicionais” são parte do ecossistema em que vivem e que precisam ser protegidos e têm “uma espécie de sintonia natural com a natureza”. Por esse

¹⁴ Sustentabilidade, para fins desta dissertação, seguindo o que mencionou Sharpley (2010, p. 7), está ligado à “capacidade de continuidade”. Não tenho a intenção, entretanto, de entrar na discussão teórica sobre o termo.

motivo é que as Unidades de Conservação não deveriam trazer consequências nocivas à sua existência e vivência, seja por “reassentamento forçado, expulsão, ruptura de seus estilos de vida tradicionais, desagregação cultural e econômica”, desde que esses grupos também não sejam nocivos às características físicas e naturais daquele ecossistema.

Entretanto, a conclusão a que se chega é que o critério para sustentação desse argumento e para a permanência de populações tradicionais nas Unidades de Conservação está no etnoconhecimento¹⁵ e nas práticas sociais nele baseadas, e não em qualquer forma de conhecimento. Para essas populações, o problema maior tem sido consequente das dificuldades de sua remoção ou permanência nas unidades de conservação (ARRUDA, 1999).

Seguindo essa linha de raciocínio, “o território dessas sociedades [...] é descontínuo, marcado por vazios aparentes” (DIEGUES & ARRUDA, 2001), que são usados em algumas épocas determinadas do ano, como os espaços de roça itinerante, ou o período de defeso de uma espécie de peixe ou crustáceo, a fim de permitir a recuperação dos recursos na natureza, respeitando, assim, seus ciclos. Por esses “vazios aparentes” no tempo e no espaço é que surgem os conflitos entre comunidades ditas “tradicionais” e os órgãos ambientais que criam Unidades de Conservação e as retiram de seu território. Por outro lado, é na consciência sobre a importância do manejo adequado dos recursos naturais que se pode notar os saberes transmitidos e herdados historicamente entre as gerações. Isso será melhor abordado no capítulo 3.

A respeito dessas populações, Vianna (2008, p. 207) expõe que “populações tradicionais” é uma “expressão vaga e genérica”. O que não pode ocorrer, entretanto, é a análise simplificadora baseada apenas em conhecimentos científicos acerca dessas populações, imobilizando suas peculiaridades.

Mas, como se sabe, a cultura é um processo dinâmico (LARAIA, 2001), que confere a qualquer sociedade o constante estado de mudança inerente às escolhas individuais e sociais que são adaptadas para conservar e alterar suas formas de

¹⁵ O etnoconhecimento é o saber que uma população transmite e constrói de geração a geração, sobre sua visão e significação do mundo à sua volta, mediante vivência e experimentação de acordo com sua própria cultura, envolve a presença das comunidades tradicionais com suas técnicas patrimoniais na relação simbiótica entre homem e natureza (DIEGUES, 2001, p. 70). Para Adams (2000a, p. 164), “essas populações têm uma boa percepção sobre o meio em que vivem” e para Diegues (2001, p. 70), ele tem a ver com “técnicas patrimoniais e [...] uma relação simbiótica entre o homem e a natureza”.

manejo. Além disso, há, na cultura camponesa, ligação com a sociedade moderna, tendo em vista que requer contínua comunicação com outra cultura (a nacional, urbano-industrial)” (DIEGUES, 2001, p.80).

Os Filhos do Aventureiro caracterizam-se pela “importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais” (DIEGUES, 2001, p. 88). Considerando que, na maioria dessas comunidades, todos são ligados de alguma forma pelas relações de parentesco e compadrio, essas são essenciais para qualquer atividade que partilhem. Assim, de certa forma, todos dependem uns dos outros em suas atividades.

As atividades cotidianas, segundo o mesmo autor, estão associadas a simbologias, mitos e rituais, levando em consideração que o produto de seu trabalho não é só totalmente material:

No coração das relações materiais do homem com a natureza aparece uma parte ideal, não-material, onde se exercem e se entrelaçam as três funções do conhecimento: *representar, organizar e legitimar* as relações dos homens entre si e deles com a natureza” (DIEGUES, 2001, p. 63).

Isso significa dizer que, além de o trabalho cotidiano ter produtos obviamente materiais, também há produtos ideais, simbólicos e rituais. Um exemplo simples dessa peculiaridade é a divisão dos pescados com quem participa na pesca ou puxando a rede na praia, ou em outros trabalhos em que se necessita de mutirão, em que a solidariedade toma um foco simbólico central, porque quem trabalha, merece receber uma retribuição por isso. Cabe ressaltar que a solidariedade, para Adams (2000c, p. 109) “era importante fator de equilíbrio”.

Ademais, as “populações tradicionais”, como no caso do Aventureiro, distinguem-se por sua “auto-identificação” (DIEGUES, 2001) ao grupo, pelo sentimento de pertencimento de cada membro com a comunidade, por mais que naturalmente não se identificassem em alguma categoria específica de “população tradicional”, como os “caiçaras”, visto que essa é uma construção da sociedade moderna, adaptada à categoria particular de “filhos do lugar”, e é uma forma de mostrar que se pertence a determinada comunidade, tendo em vista que, assim, a comunidade seria reconhecida como portadora de direito de permanência em sua terra, embora ameaçada de expulsão.

Então, como Ferreira (2004) menciona, “caiçara” seria uma “identidade atribuída”, é importante para reiterar sua identidade, seu sentimento de pertencimento, seu direito. Conforme cita Costa (2009), esse termo “se consolidou após as pesquisas de cientistas sociais entre as décadas de 1940 e 50”. O mesmo ocorre com os moradores da Juréia (SP), que têm nisso um “reconhecimento da identidade imposta” (NUNES, 2010, p. 69). A expressão “caiçara” é atualmente usada “pelo próprio habitante do litoral, numa atitude de reconstrução e de fortalecimento de sua identidade cultural” (VIANNA, 2008, p. 266), porque, assim, seriam reconhecidos como “comunidade tradicional” e poderiam reivindicar seus direitos perante o Estado, valorizando o “ser caiçara”, querendo ter reconhecida também sua forma de viver.

Em depoimentos, usam expressões como “*filho daqui*” e “*filho do Aventureiro*”, mesmo que os partos não sejam mais feitos por parteiras, mas na Santa Casa em Angra dos Reis, essa categoria, na visão deles, não muda. Se tem sua ascendência no Aventureiro e pertence àquela terra, é “*Filho do Aventureiro*”.

Adriano, 26 anos, que até esse ano era caseiro numa casa no Aventureiro e tornou-se guardião do INEA, nasceu em Angra, mas como ele disse, “*vim dois dias depois para cá, ainda passei no Provetá antes, mas sou filho daqui*”.

Mesmo que a pessoa tenha nascido no Aventureiro, saído na infância e voltado depois, na adolescência ou na juventude, ainda assim, autodenominam-se “*Filhos do Aventureiro*”. Como exemplos, cito a Suely, que nasceu no Aventureiro, foi morar na cidade do Rio de Janeiro e voltou ao Aventureiro com 13 anos, quando se casou com o Pepê; e o Maneco, que também nasceu lá, mas foi para Meros, outra praia da Ilha Grande, mais ao norte do Aventureiro, e voltou quando jovem, com idade entre 18 e 19 anos.

Os hoje adultos nasciam no Aventureiro, mas, atualmente, as mães dão à luz os filhos na Santa Casa de Angra, “*porque já tinha hospital em Angra. O pessoal faz isso, vai ganhar neném em Angra para depois voltar, mas eu fiquei 2 meses em Angra [...]*” (Nilton, 27 anos, guardião do INEA). Era costume dos moradores enterrar o umbigo de seus filhos no chão. Atualmente, alguns dos Filhos do Aventureiro ainda o fazem. Outros guardam o umbigo de seus filhos em um embrulho fechado em suas casas.

Em campo, não ouvi um motivo uníssono aparente para que se enterrasse o umbigo das crianças. Bete e Lourival citaram que “*tem que enterrar porque, se*

barata, rato come, a criança vira ladrão". Cristiano, em uma conversa informal, mencionou que "*tem que enterrar e plantar uma árvore em cima*", apesar de não ter sabido explicar o porquê. Isso reforça a identidade cultural dos Filhos do Aventureiro, enfatizando que lá é sua terra, e lá eles poderiam, por direito, permanecer pois pertencem àquele lugar, já que, mesmo nos dias atuais, reconhecem seu lugar no ambiente e o lugar do ambiente em suas vidas. Acima de tudo, indo além das respostas que ouvi em campo, podemos refletir que o umbigo enterrado dá ideia de pertencimento, fincar raízes em sua terra, para sempre pertencê-la. Esse ritual é maternal, então, a mulher é responsável simbolicamente pela permanência e pertencimento, pelo enraizamento de seu filho naquela terra.

Para terem sua vida e cultura considerada, dentro das situações conflituosas na luta por sua terra e contra a expulsão velada por meio da implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em sua terra, da especulação imobiliária e da invasão de um Turismo intensivo a que estavam sendo submetidos, os Filhos do Aventureiro agregaram essa definição para si, como aconteceu em todo o litoral entre o Rio de Janeiro e o Paraná.

O significado da palavra "caiçara" foi estudado por Sampaio, em 1987, no entanto, mais difundido por Adams (2000a), e depois repetido por alguns estudiosos (GARROTE, 2004; BORGES & PEIXOTO, 2008; CARVALHO, 2010) de "comunidades tradicionais" e, mais especificamente, de comunidades "caiçaras", partindo de sua etimologia, do tupi-guarani, "*Caá-içara*", que era:

Utilizado para denominar as estacas colocadas em torno das tabas ou aldeias, e o curral feito de galhos de árvores fincados na água para cercar o peixe. Com o passar do tempo, passou a ser o nome dado às palhoças construídas nas praias para abrigar as canoas e os apetrechos dos pescadores (ADAMS, 2000a, p. 146).

Podemos citar algumas das populações que são chamadas de "tradicionais" pelos estudiosos do assunto:

As comunidades caiçaras, os sitiantes e roceiros, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas (DIEGUES & ARRUDA, 2001, p. 27)

Não se pode, contudo, considerá-las como tendo a mesma natureza, homogeneizando-as num só bloco, porque, por mais que todas as comunidades dependam dos recursos que o meio ambiente fornece, são dependentes de uma

forma bem específica, apesar de haver pontos em comum nos aspectos que definem as sociedades.

Como já citei anteriormente, os ditos “caiçaras” originaram-se a partir da colonização portuguesa no Brasil, por meio da “miscigenação entre o colonizador português, o índio e o negro” (ADAMS, 2000b, p. 143), o que também foi abordado por Sanches (2001), sendo que a maior influência sociocultural, que pode ser percebida nos costumes dos “caiçaras”, foi feita por meio dos portugueses e índios brasileiros.

E no afã de chegar a uma caracterização mais precisa sobre essas comunidades, vários autores as definiram de formas diferentes, como “populações rurais do nosso litoral” (MUSSOLINI, 1980, p. 219), “sociedade camponesa” (DIEGUES & ARRUDA, 2001, p. 25; VIANNA, 2008, p. 59), “população rural não-indígena” (BORGES & PEIXOTO, 2009, p. 769), ou “população tradicional não-indígena”¹⁶ (LEITÃO, 2011, p. 21), fazendo uma separação entre as populações indígenas das demais ditas “tradicionais”, “pescadores artesanais”, ou “comunidades humanas marítimas, gentes do mar, comunidades tradicionais de pesca, ou [...] povos do mar” (CALLOU, 2010, p. 45), de “pescadores-lavradores” (VIANNA, 2008) ou “pescadores-agricultores”, comparando-os aos caboclos do Amazonas (SILVA, 2004, p. 4).

Na Juatinga, Paraty (RJ), os “pescadores-lavradores” tornaram-se apenas pescadores, depois que entraram as traineiras, mesmo que artesanais ou embarcados. No Aventureiro, mesmo com a mudança nos modelos de produção com a entrada dos motores nos barcos na década de 1950, continuaram também sendo lavradores, apesar de a pesca ter mais espaço para trabalho que a roça, que permaneceu, embora em menor escala.

Além disso, Adams (2000a, p. 147) incluiu o “caiçara” na cultura caipira, citando estudos de Pierson & Teixeira (1947) e Noffs (1988), que os consideram “uma expressão regional do caipira do interior”; e Silva (2004, p. 8); citou-o como sendo, na verdade, uma “subcultura caiçara” dentro do conjunto de uma “cultura marítima brasileira”, visto que partilhariam de práticas culturais com outras “subculturas”. Todas essas designações têm sua diferenciação mediante o trabalho que executam cotidianamente, na pesca, na roça, na caça, ou no extrativismo.

¹⁶ Tradução nossa.

Esses modelos de produção serão trabalhados mais à frente, no capítulo 2. Embora haja toda essa gama de definições e caracterizações do “caiçara” por parte dos estudiosos da Academia, os “Filhos do Aventureiro” não se definiam primeiramente como tal.

A Vila do Aventureiro é vista popularmente como uma das últimas comunidades “caiçaras” do Estado do Rio de Janeiro, ou, como é visto na Ilha Grande, “a comunidade mais caiçara da Ilha”. Isso decorre do fato de que as demais comunidades na Ilha Grande, 21 ao todo atualmente (BENEVIDES, 2012, p. 6), que também tinham seu trabalho baseado em pesca, agricultura e demais atividades similares acabaram tendo maior influência da especulação imobiliária, incidindo em evasão da população, e a maior parte das que resistiram deixaram de lado essas tradições em busca de um trabalho menos árduo, mais fácil, no Turismo.

Por outro lado, no Aventureiro, mantiveram seu modo de vida na roça e na pesca, embora em menor escala, justamente pelo relativo isolamento físico e institucional, apesar das adaptações sociais, provenientes da entrada de elementos sociais modernos/urbanos e com os cerceamentos consequentes da criação da RBEPS.

Como será visto, em comunidades camponesas, rurais, litorâneas, a mulher, via de regra, está voltada ao mundo natural, privado, à terra, enquanto que o homem está voltado ao mundo social, público, ao mar (BECK, 1991; MACHADO, 2009). Como é exposto por Woortmann (1992), essa perspectiva “invisibiliza” a mulher, diminuindo a importância de seu papel social na comunidade somente ao trabalho doméstico e de cuidado para com a família, tendo o homem destaque na responsabilidade de ganho monetário para sustento do lar. Por outro lado, para Adams (2000c, p. 107), “a função da mulher na sociedade caiçara era o de mãe de família, dona de casa, trabalhadora do lar e da roça”.

Segundo o que cita Tedeschi (2009, p. 51), “os espaços a serem ocupados por cada um também são definidos [...] correspondendo ao homem o local público e de produção; à mulher a esfera privada ou doméstica”. No Aventureiro, o que ocorre é que a mulher tem seu espaço não apenas no “cuidado” com o lar e a família, mas cuida da casa, das ervas e pequenos animais (galinhas, patos, perus), das roças e das casas de farinha, liderando o processo produtivo, em posição privilegiada, iniciando o processo de produção, quando seiva a mandioca na roda e toma o rodo

nas mãos para secar a massa da mandioca, passando o trabalho aos filhos ou ao marido apenas quando se cansa¹⁷.

Para os “Filhos do Aventureiro”, a categoria “morador” é usada para intitular aqueles que são nascidos e criados no Aventureiro e não no sentido de residir, de fixar residência apenas, como se percebe a partir das palavras escritas no livro “Onde Deixei Meu Coração”, de Maciel, Souza & Cardoso, “Já existem pessoas residindo recentemente no Aventureiro autodenominando-se ‘moradores’, sem nenhum vínculo com as tradições locais” (2011, p. 110)¹⁸, o que pude perceber em uma fala durante uma conversa: “*Veio para cá há alguns anos e já se acha morador*”.

1.2 A MATA ATLÂNTICA DOS FILHOS DO AVENTUREIRO

A Vila do Aventureiro, segundo diversos relatos dos próprios moradores da Ilha Grande, parece carregar esse nome por causa de seu relativo isolamento, por estar circundada por montanhas e o Oceano Atlântico, e, por estar à mercê do clima adverso, no inverno, quando o mar fica “grosso” e ocorre com mais frequência o vento Sudoeste, “o mais respeitado” pela população de lá. Por esse motivo, dizem que “quem consegue chegar lá, é muito aventureiro”.

Esse é um requisito que condiciona a população e que se inicia com o começo da comunidade, pois a condição de “ser aventureiro” está ligada à coragem de suportar as intempéries do vento e do mar e se instalar naquele lugar, e, nos dias atuais, está ligado também aos novos aventureiros, os filhos que permanecem no lugar e os “mochileiros”, que atravessam o mar para conhecer o Aventureiro. A respeito destes, veremos à frente, no capítulo 4.

¹⁷ Com base em observação e participação do processo de produção de farinha, em uma casa-de-farinha, no mês de março de 2012.

¹⁸ Somente para esclarecer, a Neuseli Cardoso, uma das autoras do livro acima citado, é natural do Aventureiro. Saiu de lá em sua adolescência para estudar na cidade. Desde então, já tinha consciência sobre a importância de sua cultura, tornou-se professora na Vila do Abraão e começou a coletar dados e materiais sobre sua terra. Neuseli Cardoso, Hilda Maria de Souza e Alba Costa Maciel juntaram-se para escrever esse livro com base nos materiais que Neuseli havia juntado. Essa última já havia escrito antes com Neuseli o livro “Cura Sabor e Magia nos Quintais da Ilha Grande” sobre o uso que os ilhéus fazem das plantas para tempero e cura natural e sobrenatural, com base em seus relatos. Neuseli tomou para si a luta por sua terra contra as imposições de fora para dentro e de cima para baixo. Mais recentemente, em 2011, participando de eventos como o TEDx¹⁸ Baía da Ilha Grande, para mostrar as riquezas de seu povo.

O Sudoeste ocorre principalmente no inverno, apesar de também ocorrer em outras épocas do ano, a qualquer momento, e é respeitado pelos moradores do Aventureiro porque impossibilita os barcos de entrar, sair ou permanecer em sua reentrância, tendo que ser atracados em Provetá, em Araçatiba ou, mais abrigado ainda, na Praia da Longa, por não estarem em mar aberto, mas praticamente de frente para a Baía da Ilha Grande. Impossibilita, também, o acesso dos barcos para embarque e desembarque de pessoas e cargas. Nesse caso, para chegar ao Aventureiro tem que ser por trilha a partir de Provetá. “A mudança do tempo depende da mudança do ar” (MACIEL, SOUZA & CARDOSO, 2011, p. 92), e, no Aventureiro, para saberem que vento se aproxima (principalmente aquele que causa mais temor – o Sudoeste), no alto da Pedra da Espia, há um coqueiro que lhes serve de biruta¹⁹ (Figura 3), como pude observar entre agosto de 2011, a fim de descobrir a direção e a velocidade do vento que se aproxima.



Figura 3: Coqueiro da Pedra do Espia (Fonte: Alice Watson).

¹⁹ Biruta é um aparelho para mostrar a direção dos ventos. Mas, Seu Jairo, morador de Provetá e dono do barco Cathita, que atravessa os turistas que chegam ao Provetá até o Aventureiro, havia me dito que aquele coqueiro foi plantado ali para fazer sombra a quem espiava os cardumes, na Pesca da Espia. Então, sua função de biruta foi secundária, agregada.

O saber a respeito da mudança de tempo, sobre o vento e o mar, é transmitido tradicionalmente de geração a geração, o que significa dizer, retomando o que foi dito anteriormente sobre a dinâmica da cultura, que há adaptações, seleção de saberes por escolha da geração “herdeira”. Tanto os mais velhos quanto os mais jovens, homens ou mulheres, sabem “ler” ou estão em processo de aprendizado, as indicações dadas pelo vento, pelo céu, pelas nuvens, pelos animais ou vegetais. Veremos alguns desses sinais abaixo, referentes ao Sudoeste. Pode haver a adaptação a tecnologias modernas, como a conferência da “leitura” tradicional dos sinais da natureza por meio de consultas à previsão do tempo em *sites* de institutos meteorológicos ou pela televisão.

Maciel, Souza & Cardoso fizeram um apanhado de dizeres caiçaras, na Ilha Grande, a respeito do tempo, o que chamaram de “meteorologia caiçara”. Para o vento Sudoeste²⁰, foram citados:

- Estrelas dançando viradas para o Sul é sinal de Sudoeste.
[...]
- Quando a lua está entrando na serra toda amarelada é lua chorando: sinal de Sudoeste.
[...]
- Vento Norte é chamada, é aviso de Sudoeste.
- Durante o dia, eu olho a maré, quando o Sudoeste cai na maré enchendo é sinal de chuva mais ou menos para três dias.
- Quando o Sudoeste cai com a maré baixa é Sudoeste seco, sem chuva.
[...]
- Nuvens compridas no céu (rabo de galo) indicam chegada de Sudoeste.
[...]
- Urubus voando em círculos, lá no alto, é sinal de Sudoeste (2011, p. 92).

Exemplo da força do mar e do Sudoeste foi o que aconteceu, no dia 28 de março de 2012 (Figura 4). Amanheceu com céu limpo, mas o tempo virou aos poucos e, quando olhamos para o coqueiro da Espia, ele anunciava que o temido vento se aproximava. Maneco ficou de levar alguns turistas para Angra, no barco Fernanda Abreu. Todos ficaram apreensivos e comentavam “*ele vai voltar*”. Pelas condições do tempo, já sabiam que o barco não passaria pela Ponta do Drago²¹. Mar grosso, chuva persistente, vento anunciado, e o Fernanda Abreu retornou.

Pouco tempo depois, o mestre (que não era do Aventureiro) do outro barco quase centenário e bastante conhecido das pessoas na Ilha e em Angra, o Príncipe

²⁰ Além do vento Sudoeste, são feitas referências a: vento Oeste, “Lestada”, vento Sul e vento Norte.

²¹ A Ponta do Drago é uma ponta de formação rochosa, que serve de marco para quem vai de Angra ou Provetá ao Aventureiro de barco. Quando o mar está “grosso”, ninguém passa pelo Drago porque nessa parte do mar, “engrossa” muito mais.

de Pares, que estava descarregando material de construção para as obras da casa do INEA, disse que voltaria para Angra “*de qualquer jeito*”. Alguns turistas foram junto, apesar da insistência das pessoas do lugar, que diziam “*pelo amor de Deus*” para não irem. Passaram por ondas gigantescas e o mestre não deu ouvido aos pedidos de que ele retornasse à vila, junto a gritos desesperados dos turistas.



Figura 4: Naufrágio do barco Príncipe de Pares no mar do Aventureiro (Fonte: Criste).

O barco chegou a sair do mar e voltar batendo com força contra as ondas que quase o engoliam. Foi aí que apareceu uma fissura em seu casco e começou a afundar e o motor dava sinais de falha, e então voltaram. Ao chegar no meio do mar do Aventureiro, o motor parou completamente. Foi o tempo de o Maneco, com o seu barco, ir até o Príncipe de Pares resgatar tripulantes e passageiros e o barco afundou rapidamente, espalhando destroços pela praia e cerca de 300 litros de óleo no mar, segundo o “burburinho” pela praia. No dia seguinte, o Aventureiro mostrava feições de “luto”, porque o naufrágio é, na visão deles, o encerramento de um ciclo de trabalho e adaptado a um novo trabalho do Turismo, já que havia sete turistas no barco e, caso ocorresse alguma fatalidade com esses turistas, o fato possivelmente recairia sobre eles. Mas, também, é como se fosse o encerramento de uma vida, morte comparada à de uma pessoa, já que o barco e o mestre são praticamente um

só e, una-se a isso o fato de aquele barco ter estado presente no decorrer da vida de muitos “filhos do lugar”, durante várias gerações e participando de suas vidas.

Os turistas não possuem conhecimento empírico sobre o Sudoeste, o “mar grosso” e seus efeitos, mas os moradores o possuem, e como os acontecimentos são recorrentes, os jovens também possuem os saberes sobre o Sudoeste, e cada estrago feito pelo vento e pelo mar “grosso” é memorizado, como contaram repetidas vezes: “*O mar já bateu tão forte que derrubou esse muro aqui, tá?*” (Jovem de 27 anos).

Contudo, há de se refletir que, no momento em que os moradores alertam os turistas sobre o eminente perigo de voltar para Angra no meio de um Sudoeste, mesmo que os turistas não deem crédito ao alerta, há uma combinação de saberes, tendo em vista que os moradores têm os saberes tradicionais de reconhecimento dos sinais que o clima e o mar mostram, e têm os saberes modernos, nesse caso, de serviço aos turistas dentro do vínculo de trabalho com o cuidado.

Nesse sentido, é preciso abordar pontos cruciais para o entendimento acerca dos saberes tradicionais. Os conhecimentos ou saberes tradicionais são vistos como “o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitidos oralmente, de geração em geração” (DIEGUES & ARRUDA, 2001, pp. 31-32). Morin (2000, p. 56) ainda diz que a cultura é “conjunto dos saberes, fazeres, regras, normas, proibições, estratégias, crenças, idéias, valores, mitos, que se transmite de geração em geração”. Assim, à medida que evoluem os saberes, sua manutenção acontece coletivamente, permitindo que seja formada e continuada a identidade cultural do grupo social, levando em consideração a dinamicidade a que a cultura está submetida. E mais:

Ainda que existam representações simbólicas e, sobretudo, míticas que perpassam as distintas culturas e formas de organização social, cada uma dessas últimas tem sua maneira própria de representar, interpretar e agir sobre o meio natural (DIEGUES, 2001, p. 63).

Cada população, apesar de viver com condições parecidas de ambiente e ter vivido nos mesmos contextos, viveu e experimentou soluções diferentes para os problemas. Os saberes estão ligados à concepção de *habitus*, que Bourdieu (2007, p. 349) coloca como “o sistema de esquemas interiorizados que permitem engendrar todos os pensamentos, percepções e ações característicos de uma cultura”. Assim, os saberes são, de geração a geração, transmitidos, assimilados e adaptados

mediante escolha no contexto cultural de um grupo social. O Sudoeste é temido por moradores idosos, adultos e jovens. Os turistas não o conhecem e, portanto, não o temem, porque não lhes é característico e recorrente.

Maciel, Souza & Cardoso (2011) mencionam que, na Vila do Aventureiro, “a sobrevivência dependia do conhecimento transmitido oralmente”, e, assim, por meio das falas de seus pais, avós, padrinhos, esses conhecimentos eram passados às gerações seguintes. Enquanto Cunha, Rougeulle & Von Behr (2004, p. 11) esclarecem que, no caso da pesca, alguns sinais compostos pela combinação de fatores naturais que dariam um sinal de alerta sobre que atitudes tomar na navegação são elementos integrantes do saber tradicional do pescador, construído pela interação e visão sua e de gerações anteriores com o mundo, com a natureza, “seja pela observação ou pela experimentação, ou ainda, por sua própria cosmovisão”. Rodrigues (1997, p. 5) cita que os saberes também são transmitidos implicitamente por meio “da imitação de posturas, de atitudes, das regras”. A observação e a experimentação não necessariamente são acompanhadas de uma transmissão oral. A experiência vai além, e a transmissão oral é apenas uma das formas como ocorre a transmissão de saberes.

A transmissão de saberes tradicionais sobre vida, uso dos recursos naturais, arte, crenças, lendas, produção, via de regra, é feita oralmente, ou por observação e atenção, por meio de vivências, e pode ser em direção vertical, do mais velho para o mais novo, o que não impede que um membro mais novo ensine algo a um membro de mais idade; ou em direção horizontal, entre pessoas da mesma idade, ou faixa etária, geração ou gênero. Lisboa, Féres-Carneiro & Jablonski (2007, p. 52) definem isso como a “travessia de uma geração à seguinte de legados, rituais e tradições”, que permite a continuidade da identidade da comunidade, mesmo havendo acontecimentos que desestruturam a forma anterior desses conhecimentos para transformá-los em novos conhecimentos e novas formas de reprodução social. A transmissão de saberes é, ao mesmo tempo, transmissão e transformação de saberes.

E, como essas representações não podem existir apenas no pensamento, que é individual, “são expressas numa linguagem, a qual representa uma das condições indispensáveis ao aprendizado das técnicas e da sua transmissão” (DIEGUES, 2001, p. 65). Linguagem essa não pode ser tratada apenas por palavras escritas ou faladas, mas como uma forma de comunicação, de transmissão,

interação entre pelo menos duas pessoas da comunidade, o que pode ser, de um lado, colocado por meio de gestual, e, de outro lado, observando atentamente os movimentos.

Quando o Caique, 4 anos, olha atentamente aos movimentos da mãe, Rosa, acompanhada de uma comadre, enquanto catam sururu nas pedras do Costão [do Demo], ele participa ativamente dessa atividade (Figura 5), e a partir do momento em que ele começa a perceber a catação de sururu, ele também toma lugar nessa catação por meio dessas percepções, já tem os saberes em processo de desenvolvimento na atividade.



Figura 5: Caique olha atentamente aos movimentos da mãe (Fonte: Acervo pessoal).

Os procedimentos desenvolvem-se em sua mente pela percepção dos movimentos da mãe, seguido das tentativas de imitação e adaptação a seu próprio modo de fazer. Outra questão é que, ao catar o sururu com sua mãe, a catação e o sururu adquirem novo significado, tendo em vista que a criança não apenas come o sururu, mas ajuda aprendendo e trabalhando na catação.

A percepção e a ação do “aprendiz” são capacidades desenvolvidas pelo treinamento “sob orientação de praticantes já experientes” (INGOLD, 2010, p. 16). Assim, Caique estava atento aos movimentos, aprendendo, e tomando parte na

catação até como um receptor dos conhecimentos transmitidos e, futuramente, se tornará, junto a isso, transmissor desses conhecimentos com sua percepção sobre esses conhecimentos, aos de sua geração ou às próximas gerações.

Segundo Ingold, desde antes do nascimento, na barriga da mãe, o bebê é exposto a diversas sensações, ruídos, ao mundo exterior. Isso continua a partir de seu contato com esse mundo, no crescimento, visto que, para ele, as habilidades individuais não são pré-especificadas internamente, nem externamente impostas pelo ambiente, mas há uma “auto-organização dinâmica do campo total de relacionamentos no qual a vida de uma pessoa desabrocha” (2010, p. 15).

O olhar atento aos movimentos, dentro da perspectiva de “educação da atenção” (*op cit*) nos remete a pensar que a mãe é responsável por passaros valores e princípios, mostrando e ensinando-lhes como viver de uma certa forma em seu ambiente, com a ressalva de que a criança atenta aos movimentos dando-lhes novo sentido. Conforme a criança vai crescendo é que há uma aquisição de conhecimentos maior acerca de sua categoria de trabalho, seja masculina ou feminina.

Análogo ao Aventureiro, ocorre na comunidade de Zacarias, em Maricá, litoral norte do estado do Rio de Janeiro, segundo o que foi descrito por Mello & Vogel (2004) sobre os jovens que ganham sua primeira tarrafa, feita pelos pais ou avós, quando o observador se torna pescador, e “junto com o objeto, seu novo proprietário adquire muito mais do que lhe é dado perceber de imediato”, porque, com ela, recebe obrigação de conservá-la e de aprender técnicas de seu manejo.

Tendo em vista o saber que é essencialmente empírico:

A destruição do habitat natural da comunidade será secundada pelo seu desaparecimento como sistema cultural e vice-versa, pois um sem o outro é insustentável (CASTRO, 1998, p. 8).

Mas isso não impede que haja saberes transmitidos quando há incorporação de novas tecnologias e novos elementos culturais, os saberes modernos.

Por assim dizer, quando há um impedimento da permanência de populações tradicionais, com seus saberes, práticas, técnicas, dentro de algumas Unidades de Conservação que sobrepõem sua comunidade, o saber moderno reafirma a importância da pesquisa científica, do saber científico, e, de certa forma, nega a consistência do conhecimento tradicional sobre a biodiversidade, o etnoconhecimento.

A Praia do Demo, que está entre a Praia do Aventureiro e a Praia do Sul, tem sua história como uma forma de representação do espaço de vivência na comunidade, onde se pode “interpretar, dar significado, porém de forma fantástica, poética” (PAES, 2010, p. 24). Isso acontece em outros pontos do Aventureiro, e que, no decorrer deste trabalho, serão citados.

As “marcas” deixadas pela “Nossa Senhora” e pelo “burrinho” na pedra podem ser vistas na Figura 6²², segundo o Seu Jairo, que me levou até o local em abril de 2012 e, na figura, aparece apontando para as marcas que seriam do “burrinho”, e, logo abaixo de sua mão, a marca mais larga seria o pé de “Nossa Senhora”: “*Diz que Deus passou ali, é, Ele passou lá*”, como podemos ver na história contada por Neuseli Cardoso, e que ouviu de seu pai, “Meu Santo” a respeito do nome da Praia do Demo (CARDOSO, 2000, p. 26):

Na Praia do Aventureiro, na época em que Jesus passou pela Terra.

Era inverno. Durante o mês de agosto o mar ficou agitadoíssimo. Ninguém entrava, ninguém saía da citada praia.

Os pescadores ficavam dias sentados na espia, estudando os mares, quando de repente, olharam para a praia do lado esquerdo e viram sete homens saindo numa enorme canoa, jogando rede, pegando peixes em sete balaies grandes, saíam cada um com um balaio na cabeça e sumiam na mata.

Os moradores da Praia do Aventureiro ficaram intrigados.

- Quem são aqueles malucos que saem todos os dias no mar tão agitado? Resolveram vigiar as criaturas estranhas.

Ao chegarem lá, esconderam-se atrás de uma árvore, observando a distância passo a passo do grupo dos sete.

Estes como de costume colocaram a rede no mar agitado, pegaram peixes, voltaram à praia, encheram os balaies, carregando-os na cabeça, andando sumiram na mata, não deixando pegadas na areia.

A turma do Aventureiro ficou arrepiada, assustada e correu para Igreja.

Todos rezaram a noite inteira.

No dia seguinte, voltando ao local, avistaram uma mulher de branco, montada num burrinho. Foram ao encontro dela.

A mulher de branco aproximou-se do grupo dos sete, ergueu os braços, segurando uma cruz e com um toque de mágica, as criaturas estranhas explodiram exalando um forte cheiro de enxofre. A mulher de branco era Nossa Senhora.

*A praia ficou batizada como a **Praia do Demo**.*

Atestam os moradores do Aventureiro, como prova do fato, pode ser visto as marcas do pé de Nossa Senhora e das quatro patas do burrinho encravadas na Pedra do Demo”.

²² Ambas as marcas foram circuladas com pontos para enfatizar e melhorar a compreensão da imagem.



Figura 6: Seu Jairo mostrando as marcas na pedra, grifadas em amarelo, sobre a história da Praia do Demo (Fonte: Acervo pessoal)

Essa história das marcas no Costão é transmitida de geração a geração e todos sabem. Assim como acontece com os conhecimentos práticos de trabalho, também é feito com a fé, lendas, histórias, rituais. O que se percebe também é, que tempos atrás, havia uma perspectiva holística (do todo) sobre o mundo, do meio ambiente, em que a tríade Deus-homem-natureza era bem presente. Hoje em dia, a relação homem-natureza é mais enfatizada, e difundida por meio da criação de Unidades de Conservação pelos órgãos ambientais.

O Aventureiro fica localizado em área do bioma Mata Atlântica, que é composto por “ecossistemas que ocupam faixas de larguras muito variáveis ao longo da costa brasileira” (TROVATTO *et al*, 2008, p. 17). Esses ecossistemas apresentam zonas de alta biodiversidade, e variam entre si de acordo com temperatura, a frequência das chuvas, a altitude, a proximidade do oceano e a composição do solo, apresentando-se como:

Florestas altas e densas prosperando em terras com muita chuva (alta pluviosidade); florestas mais abertas; florestas com dominância de Pinheiro-do-paraná (araucária), e florestas ocorrendo em locais marcados por uma estação seca longa ou bastante longa. Em altitudes mais elevadas, a o predomínio de vegetações nativas de porte baixo, formadas por arbustos e plantas herbáceas. No litoral,

em contato com o mar, ocorrem localmente manguezais regados com água salobra e, por outro lado, restingas em solos arenosos nunca inundados (TROVATTO *et al*, 2008, p. 17).

A Mata Atlântica, originalmente, totalizava “mais de 1.360.000km² do território nacional” (BRASIL, 2002, p. 217), mas, segundo dados do IBAMA (2012), atualmente, restam apenas “cerca de 7,3% de sua cobertura florestal original”, sendo que cerca de 70% da população brasileira reside em área desse bioma. “Em 1997, a Mata Atlântica passou a ser considerada um *hotspot*²³ mundial” (VIANNA, 2008, p. 174), dos 34 atuais *hotspots*, juntamente com o Cerrado. E esse bioma é tido como um dos mais ameaçados embora seja bastante rico em biota endêmica e, segundo a autora (*op cit*), é nesse bioma em que se encontram grande parte dos “sistemas estaduais de unidades de conservação”, em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Paraná e no Espírito Santo, sendo que os estados que são considerados mais populosos são Rio de Janeiro e São Paulo. A população algumas vezes reside dentro e no entorno das Unidades de Conservação.

Segundo Campanili & Prochnow (2006, p. 88) entre os anos de 1990 e 1995, “as florestas fluminenses perderam 140.372 ha”, e entre 1995 e 2000, “as florestas fluminenses perderam 3.773 ha”. E segundo a Fundação SOS Mata Atlântica (2011), resultados obtidos entre 2008 e 2010 indicam que os remanescentes da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro²⁴ estão em 19,61% da área total do bioma (Figura 7), o que significa dizer que o desmatamento e a perda de biodiversidade caíram significativamente nesse período. Mesmo assim, “o estado de conservação da cobertura vegetal nativa do Rio de Janeiro é crítico”. Para completar, de uma área total de 81.038 hectares do município de Angra dos Reis, a área de remanescente da Mata Atlântica tem 64.429 hectares.

²³ *Hotspots* são áreas prioritárias para conservação, com “concentrações excepcionais de espécies e níveis extraordinários de endemismo” (BARRETTO FILHO, 2001, p. 145), que, entretanto, estão sendo ameaçadas de extinção.

²⁴ Não tive acesso a dados sobre a Mata Atlântica especificamente em Angra dos Reis, por isso, o recorte mais aproximado usado sobre esse Bioma é sobre as florestas fluminenses, de Campali & Prochnow (2006).

recuperação é proeminente, se os espaços de trabalho são suficientes. Caso contrário, há uma perda gradativa de nutrientes na terra, pelo uso excessivo de uma mesma pequena terra, e baixa na quantidade de peixes mais comuns em determinadas áreas.

Por outro lado, Adams (2000b) defende a agricultura de subsistência “caiçara” como sendo um sistema sustentável, importante para a conservação da floresta. E para Sanches (2001, p. 53), a relação entre os “caiçaras” e os ecossistemas da Mata Atlântica “sempre serão complexos, pelos seguintes motivos: “Primeiramente, desde a época da colonização, a exploração crescente e os assentamentos humanos degradaram a Mata Atlântica”. Apesar da manutenção das tradições, os “caiçaras” sempre fizeram parte de um cenário econômico em pequena escala.

O fato é que a presença dos “caiçaras” nas áreas da Mata Atlântica contribuiu para a sustentação de uma relação em que a natureza lhes fornece a maior parte dos recursos para a sobrevivência enquanto a comunidade tem a função natural (no sentido de ser comum a eles) de proteger seu espaço, para sempre tê-lo disponível para obtenção de recursos naturais.

Os Filhos do Aventureiro constroem seus conhecimentos a partir do que o meio ambiente historicamente lhes fornece como recurso e base de vida, fazendo desenvolver sua subsistência, que não significa, como já foi mencionado, apenas o “ter para comer” e sobreviver, mas, por outro lado, é ter como prover recursos para a casa, a família, o trabalho e o lazer.

Os saberes sobre os recursos naturais e seus usos são transmitidos mediante uma visão diferenciada que eles têm da natureza. Para a sociedade moderna, uma determinada árvore pode ser apenas uma árvore alta, frondosa. Contudo, para os caiçaras de maneira geral e, mais especificamente, para os Filhos do Aventureiro, o bacurubu é “a árvore da canoa”, bem como o bambu é “a planta para a parede de estuque”. Por isso, não se pode falar em desmatamento, mas em uso consciente e direcionado, visto que cortam aquela árvore para manejo e uso quando necessário.

Sua concepção de natureza está ligada a “*tudo o que está aí*”, ao seu redor, fazendo referência ao morro, ao mar, à praia. A natureza não lhes é distante, é útil, aproveitada em seu cotidiano, são parte dela e ela os completa. Eles não têm sua relação com a natureza como uma paisagem que merece apreciação, mas tradicionalmente trabalham com ela. Abria-se um pedaço da mata para usar como roça, depois deixava-se o solo recuperar seus nutrientes enquanto usavam outro

pedaço. Vejamos o que menciona Adams (2000c), sobre o tradicional método de cultivo itinerante nas roças “caiçaras”:

Com a derrubada da mata, há uma redução no número de espécies, mas, com a instalação do policultivo e com a retomada posterior da capoeira, o número de espécies torna a aumentar (ADAMS, 2000c, p. 138).

Homens abrem caminho e mulheres trabalham, alternando os espaços de trabalho na roça dentro da mata, aproximando-se à sustentabilidade, numa relação positiva entre população e o restante do mundo natural (Figura 8). Essa é a dimensão em que os adultos estão inseridos, visto que vivenciaram esse período anterior às Unidades de Conservação.

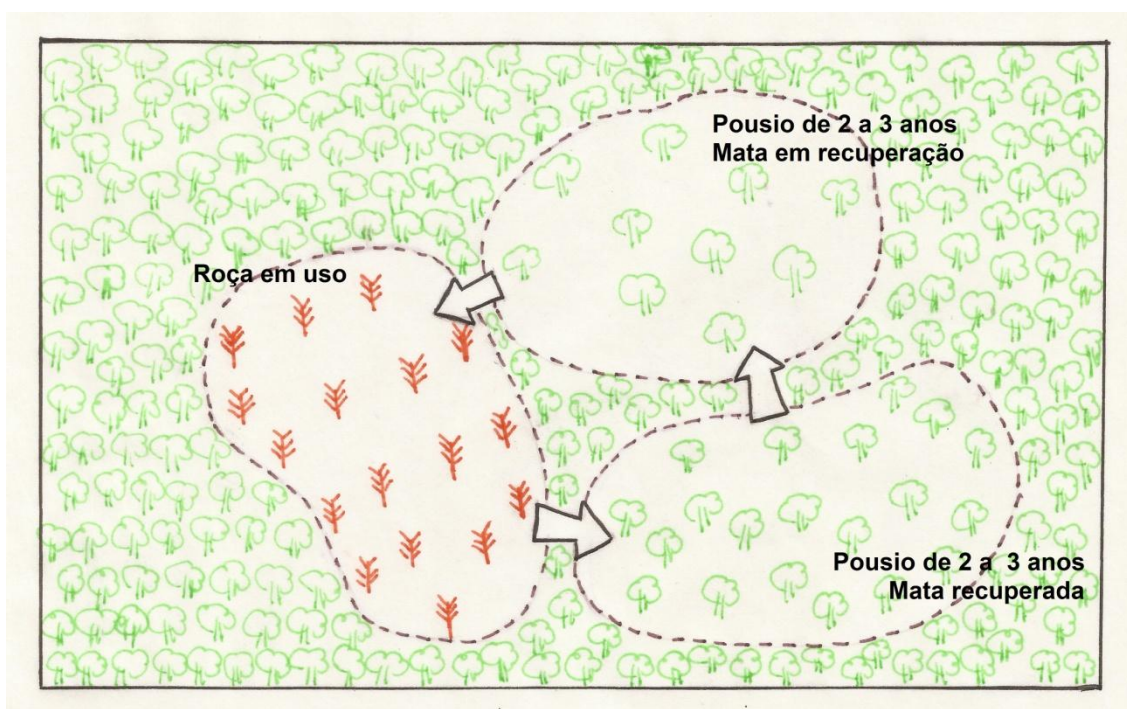


Figura 8: Representação de roça itinerante, alternância tradicional dos espaços de trabalho na roça e uso dos recursos naturais (Fonte: Acervo pessoal)

Na figura acima, podemos perceber a circularidade da terra, de quando era trabalhada em roça itinerante, e de seus nutrientes. Em determinado tempo de trabalho na roça, abrem espaço de roça na mata, deixando aquele primeiro de lado, e, assim, sucessivamente, voltando àquele primeiro espaço de roça quando a mata já passou por um período de recuperação do solo. Naqueles espaços, a mata torna a crescer e tomar conta do antigo pedaço de terra que fora utilizado para o plantio. Contudo, atualmente, o órgão ambiental impõe um padrão diferente do anterior. Os

pedaços de terra são, em quantidade e dimensão, menores; as roças são fixas e o solo torna-se empobrecido, porque não há alternância no cultivo, como chama a atenção na Figura 9. Essa é a dimensão em que vivem os jovens, como veremos a seguir, pois já nasceram no período posterior ao da entrada das Unidades de Conservação.

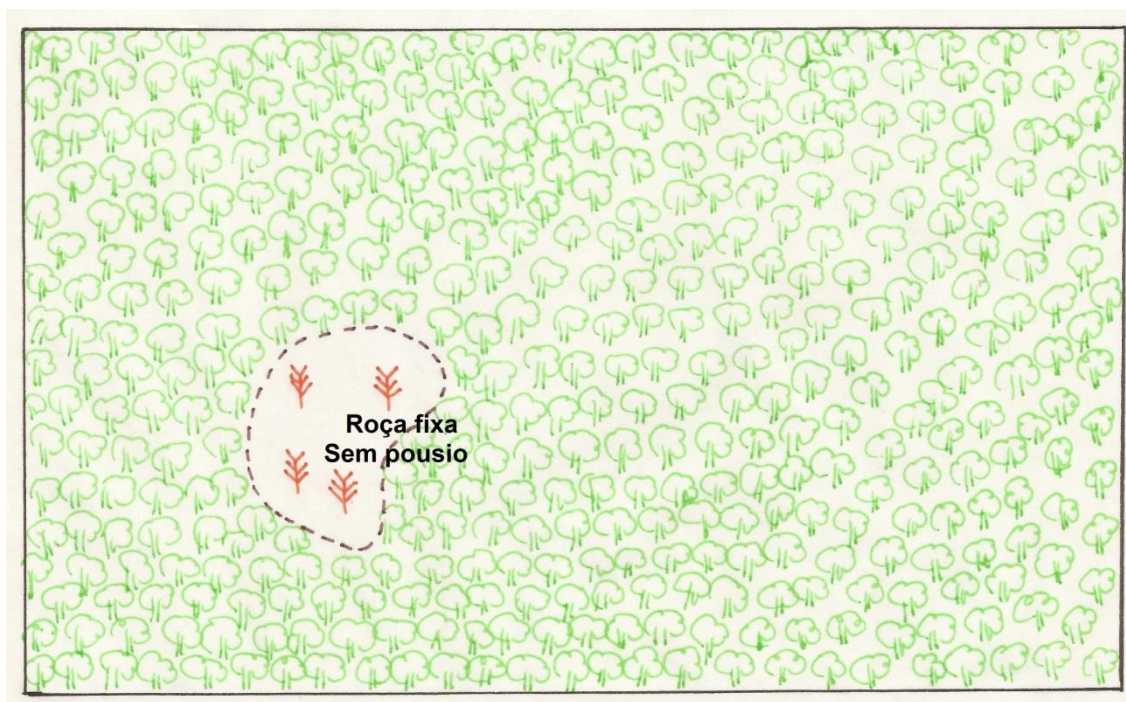


Figura 9: Representação de roça fixa - não-alternância dos espaços de trabalho na roça e uso dos recursos naturais (Fonte: Acervo pessoal)

Maneco (pescador e dono de *camping*, 52 anos) citou: “Às vezes a gente queima umas folhas secas para fortalecer a terra. [...] Coloquei fogo na minha roça e não na floresta”. Há uma diferença colocada, então, também quanto à perspectiva dos moradores e do órgão ambiental. Na visão dos locais, isso é tido como uso dos recursos, do pedaço de terra, o que, na perspectiva do órgão ambiental, significa destruição da natureza, desmatamento e exploração.

Como pode-se notar pela figura acima, a roça é fixa e menor, justamente pelo fato de que, com a proibição da roça itinerante, aquele único pedaço de terra em que são cultivados os vegetais não apresenta mais a circularidade de terra e de nutrientes do solo que havia quando ainda era itinerante. O uso intensivo causa empobrecimento do solo cultivado.

Por isso, é possível dizer que a relação dos jovens do Aventureiro com o ambiente se dá em dimensão diferente à dos seus pais e avós, que nasceram e lá foram criados em outros termos, anteriores à Reserva e ao Parque Marinho. Enquanto, para os adultos, os jovens são vistos como à parte do trabalho nas roças, como citou a Candinha (44 anos, dona de casa), *“Essa rapaziada de hoje não gosta mais de roça. Não acostumou, é por isso. O meu filho mesmo, se perguntar pra ele onde é a roça, ele não sabe onde é”*. Os jovens, por outro lado, tem mais contato com a dimensão da preservação do meio ambiente, tendo nascido já num período em que a Reserva havia sido criada.

A respeito disso, Nilton (27 anos, guardião do INEA) mencionou: *“Ah, antigamente era muita roça, você olhava assim, via tudo pelado. Hoje é mais bonitinho, mais verdinho”*.

Essa é “uma visão estética da natureza”, a qual, de acordo com Diegues (2004, p. 10), predomina na ideia de preservação. Os jovens do Aventureiro já nasceram no período em que o conhecimento moderno e visão estética foram inseridos na realidade da comunidade e, por isso, essa visão permeia a fala de um jovem ao citar que o morro agora está “mais bonito”, “verdinho”. Não necessariamente esta demonstra preocupação ambiental, mas, certamente, estética. Além disso, a ideia de preservação da natureza nos termos estéticos, de morro “verdinho” já é um saber que passa a ser transmitido para as gerações de futuros jovens do Aventureiro.

O próprio Diegues (2001, p. 13) já havia mencionado que o objetivo da criação de áreas naturais protegidas é a preservação dos espaços com atributos como “riqueza natural e estética”²⁵ da vida “selvagem”, que levam o ser humano àquela ideia de natureza intocada, também característica da criação de Unidades de Conservação.

Observe o seguinte relato:

Antes que tinha a roça, não é do tempo deles agora, que roça não existe mais, mas a gente mostra pra eles que antes tinha a roça que tudo era roça, nem sabem, esse morro era tudo roça de todo mundo (Suely, 48 anos, agente de saúde).

Nesse fragmento, pode-se notar que a percepção e a importância da roça / da mata têm pesos diferentes para jovens e adultos, apesar de todos serem a favor de

²⁵ Grifo nosso.

que a flora e a fauna tenham que ser preservadas, seja com a roça como se fazia antes das restrições de uso do solo, ou com a mata restrita em seu uso após esse processo. O morro que era “*tudo roça*” e que atualmente é “*mais bonitinho, mais verdinho*” era, na visão dos adultos, preservado, porque tinha o manejo do solo baseado nos conhecimentos dos antigos transmitidos entre as gerações, pelo sistema de coivara. Apesar de isso não ser negado pelos jovens, o mesmo morro “*verdinho*” tem um aspecto naturalizado, “regenerado”, aproximado à visão de “natureza intocada”²⁶ (DIEGUES, 2001), protegida da ação do homem, era “*roça de todo mundo*” porque parentes, vizinhos, amigos a compartilhavam ao plantar, limpar, colher, e cada participante recebia sua retribuição pelo trabalho compartilhado.

No Aventureiro, ocorre o ecossistema de Floresta Ombrófila Densa, além dos “ecossistemas associados” (CAMPANILI & PROCHNOW, 2006) de restingas, costões rochosos e manguezais.

A **Floresta Ombrófila Densa** tem vegetação de “altura média de 15 metros, mas as grandes árvores chegam a atingir até 40 metros” (INSTITUTO RÃ-BUGIO, 2012), ou seja, formações vegetais que cobrem, segundo Campanili & Prochnow (2006, p. 21), a planície litorânea e principalmente as “encostas da Serra do Mar, da Serra Geral e em ilhas situadas no litoral entre os estados do Paraná e do Rio de Janeiro”. A caracterização ombrotérmica (temperatura e precipitação) da Floresta Ombrófila Densa está “presa aos fatores climáticos tropicais de elevadas temperaturas (média de 25° C) e de alta precipitação durante o ano (de 0 a 60 dias secos)” (DIEGUES & VIANNA, 1995, pp. 250-251). Logo, a Ilha Grande apresenta esse tipo de vegetação em praticamente toda a sua extensão, e no Aventureiro também existem árvores altas, frondosas em sua extensão.

Nesse ecossistema, a população do Aventureiro coletava alguma madeira para fazer canoas, principalmente com o guapuruvu ou ingá, construir casa, com barro e bambu, artesanato com fibras de juçara e plantas medicinais. É uma questão de “ler a mata”, tendo em vista que há uma variedade de árvores para diferentes finalidades, como mencionado acima, e que tem seus usos bem delimitados, o que é diferente da questão da estética, do “verdinho”, de ter uma variedade de espécies

²⁶ “A noção de mito naturalista, da *natureza intocada, do mundo selvagem* diz respeito a uma representação simbólica pela qual existiriam áreas naturais intocadas e intocáveis pelo homem, apresentando componentes num estado “puro” até anterior ao aparecimento do homem. Esse mito supõe a incompatibilidade entre as ações de quaisquer grupos humanos e a conservação da natureza”. (DIEGUES, 2001, p. 53).

bonitas de árvores, visão essa que é posta de fora para dentro, por meio do órgão ambiental e da visão de natureza.

Na **Restinga**, que ocorre na região litorânea, tem-se o ecossistema mais ameaçado da Mata Atlântica, com um tipo de vegetação rasteira. Há vegetação de restinga na Praia do Aventureiro, na Praia do Demo e na Praia do Sul e do Leste. Nas restingas, pegavam alguma caça, como “opção alimentar” (ADAMS, 2000c, p. 149), usando arapuca e atiradeira.

Segundo Adriano (26 anos, guardião do INEA): “*Gostava de caçar [passarinho] com atiradeira e trazia para casa, quando não tinha nada para tomar café, eu comia*”. Ele ainda completou que “*bicho que dá na Praia do Sul é capivara, cotia e paca*”, mas que era costume caçar paca e cotia, e não a capivara:

Caçava com espingarda mesmo, não tinha trabuco ainda. Caçava na restinga, às vezes, colocava a espingarda onde sabia que passava o bicho. Às vezes, estava passando e pegava o bicho (Adriano, 26 anos, guardião do INEA).

E mencionou que chegou a ir com seu pai, Florindo (já falecido), na Lagoa, para pescar de rede: “*Já fui pescar com o pai, mas não dava muito peixe não. O que mais tem de peixe é robalo, tainha, parati*”. Pegavam apenas peixes grandes, e os pequenos, devolviam à “natureza” vivos. Isso é uma prática etnoecológica tradicional dos Filhos do Aventureiro.

Os **Costões Rochosos** são ecossistemas formados por rochas, sendo uma transição entre o ambiente terrestre e o marinho, mas é considerado muito mais uma extensão do ambiente marinho, tendo em vista que a maioria dos organismos que o habitam estão ligados ao mar (CARVALHAL & BERCHEZ, 2013). Segundo os autores, há duas categorias de costões rochosos: os “expostos”, que recebem maior impacto hidrodinâmico, e os “protegidos”, onde as ondas batem mais suavemente. No Aventureiro, há alguns ambientes com incidência desse ecossistema do tipo “exposto”, dentre os quais, o Costão do Demo, entre a Praia do Demo e a Praia do Sul. Dos Costões “do Aventureiro”, as mulheres coletavam sururu e caracol para substituir a “mistura”, caso faltasse peixe.

Nos **Manguezais**, ecossistema exposto ao regime de marés, há espécies típicas adaptadas a esse ambiente. Eles são popularmente conhecidos como “berçários” devido a uma série de organismos como peixes e crustáceos que lá se reproduzem. Segundo o Instituto Rã-Bugio (2012), “nos manguezais não há muita

riqueza de espécies, porém são destacados pela grande abundância de populações que neles vivem”. Dentro da RBEPS, há uma área de manguezal, que fica entre a Praia do Sul e a Praia do Leste. Desse ecossistema, matavam peixes que já tivessem um tamanho adequado e soltavam os peixes pequenos, respeitando também a época do defeso.

Por meio do contato com o restante da natureza, com os ecossistemas, os saberes são construídos, reconstruídos e transmitidos. Geração a geração, os Filhos do Aventureiro aprendem, pela observação e vivência, como manejar os recursos nela existentes, algumas vezes sob a vigilância dos pais ou compadres, quando estão lhe acompanhando os passos, os erros e acertos; outras vezes, sozinhos, pelo “desbravamento”, quando, já com alguma idade, o jovem entra no mato para brincar e conhecer seu meio ambiente.

Quanto à fertilidade do solo, “*tudo que plantava dava, né? É só plantar que dá ainda*” (Cátia, 54 anos, merendeira). Mas o fato é que o solo passou a não ser mais usado em alguns trechos ou usado em bem menor escala em outros por conta da proibição do manejo da roça itinerante e consequente diminuição do espaço para plantio.

A diminuição dos espaços de trabalho na roça afetou principalmente a mulher que, apesar de não tomar para si a atividade mais pesada, que é papel do homem, ainda assim, é quem toma a responsabilidade por seu cuidado, juntamente com os afazeres da casa, do quintal e com os filhos:

Eu trabalhei na roça da minha mãe desde pequeno, meu padrasto não podia e eu sabia que se num ajudasse minha mãe, ia faltar comida dentro de casa. No tempo dos meus avós, era a mesma coisa. Hoje não existe mais a roça, virou floresta (Gustavo, dono de camping).

Junto com essa questão da perda maior do espaço de trabalho feminino, está a transformação da maior parte desse espaço em floresta, chamada de “regeneração da mata”, e que muito tem ligação com a visão de “natureza intocada” (DIEGUES, 2001) historicamente seguida na criação das Áreas Protegidas, modelo estadunidense, e das Unidades de Conservação de Proteção Integral, modelo seguido pelo Brasil. Para Leitão (2011, p. 26), “a ideia de natureza separada de cultura é uma construção que diz muito a respeito da cultura moderna”²⁷. Essa separação de homem e (restante da) natureza, por meio do ato de tornar a roça e os

²⁷ Tradução nossa.

recursos naturais simbolicamente inacessíveis aos Filhos do Aventureiro é que faz o “virar floresta” ser insustentável. Sobre essa questão, Adams coloca que, no Paraná, alguns acontecimentos levaram ao desaparecimento das roças: “baixa fertilidade natural do solo, falta de orientação técnica adequada, restrições impostas pela legislação e intensificação da pesca comercial” (2000c, p. 141).

No caso do guapuruvu, chamado no Aventureiro de “bacurubu”, certa vez, numa das conversas informais que tive com o Pepê no Aventureiro, ele me contou que não havia mais tantos bacurubus, e que não podiam mais fazer canoas dessa árvore. Cada uma dessas árvores era plantada acompanhando o crescimento de um filho para, chegando à idade adulta, poder fazer sua canoa. Atualmente, não se pode mais fazer canoa do tronco dessa árvore, ao mesmo tempo em que não há também muitos exemplares.

Aqui, há uma proteção ambiental, quanto à não-retirada dos bacurubus, mas houve uma “desproteção social”, que, entendo eu, representa que a população é afastada dos costumes antigos de manejo dos recursos naturais por serem vistos como degradantes. Os meninos não crescem mais junto com sua árvore.

Isso mostra a relação homem-natureza o caiçara, ainda demonstra a sustentabilidade das ações tradicionais, e sua preocupação natural de não retirar recursos do ambiente “sem remorso” (HARDIN, 1968). Pelo contrário, preparavam a árvore, para que crescesse ao mesmo tempo em que seu filho.

E a construção da canoa é uma construção em relação à questão de gênero, visto que cabe ao masculino, desde a infância, formando um paralelo entre a vida da árvore e a vida do menino que se tornará homem, tal qual a árvore se tornará a canoa que o acompanhará muitas vezes até a morte. O menino e o bacurubu crescem juntos, homem e meio ambiente não são dois conjuntos separados, mas unos simbolicamente.

Em caráter de esclarecimento, houve uma praga que secou quase todos os exemplares da Ilha Grande, entre as décadas de 1980 e 1990. A principal praga que ataca os bacurubus é a broca-da-madeira, um besouro que perfura o tronco das árvores, mas não há informação disponível certa sobre a causa da morte dos bacurubus:

Foi uma praga que deu aí que matou os bacurubus, e não foi só aqui não, foi na Ilha toda. Não sei se deu isso em outro lugar, mas aqui aconteceu isso. A última canoa que eu fiz foi de uma árvore que tinha caído no chão.

Aí eu falei com o André [Adjunto Operacional do INEA], pra eu fazer a canoa (Lourival, funcionário da Locanty, 50 anos).

1.3 CASAS, QUINTAIS E A COMUNIDADE

Como se pode notar a partir da Figura 10, a seguir, há uma igreja no centro da Praia do Aventureiro, a Igreja de Santa Cruz, que foi primeiramente construída como uma capelinha em estuque, e sua história é a seguinte, segundo Maciel, Souza & Cardoso (2011):

Os antigos contavam que cerca de 150 anos atrás fazia parte da comunidade da Praia do Aventureiro um moço cujo nome era Josué. Este homem vivia gritando, gritava por tudo! Um dia, ele foi pescar de canoa ali perto do Cael de Varejo e a canoa dele virou. Então, ele começou a bater os braços, gritando e pedindo socorro. Só que ninguém deu importância ao seu pedido pois estavam acostumados com suas brincadeiras bobas. [...] Seu corpo afundou, aparecendo alguns dias mais tarde, já bem deteriorado. Encalhou justo ali, onde está hoje a Igreja de Santa Cruz. Então seu pai pegou seus restos mortais, enterrou-os, pondo um marco – uma cruz de cedro²⁸ – madeira de lei, bem naquele lugar. A Vila ficou muito triste com o ocorrido e, de quando em quando, as mulheres se reuniam para rezar ao redor daquela cruz. Mesmo ficando muito tempo ao relento a cruz não se deteriorou e as senhoras continuaram a sentar-se na areia rezando em memória de Josué. Tornou-se um ritual de fé e, achando-se até que poderia tratar-se de um milagre, o fato do marco estar em perfeito estado, a comunidade resolveu construir naquele local uma capelinha de estuque e sapê²⁹, para preservar a cruz e atrair mais devotos [...]. Com o decorrer dos anos cresceu a fé em Santa Cruz e com a prosperidade do lugar, os moradores foram modernizando a capelinha³⁰ [...] trocaram a taquara e o barro por tijolos e o sapê por telha canal (MACIEL, SOUZA & CARDOSO, 2011, pp. 71-72).

Há três aspectos os quais gostaria de trazer à reflexão, e que grifei na citação acima: (1) A autora menciona que fizeram uma “cruz de cedro” para ser um marco dos restos mortais de Josué. Isso demonstra um conhecimento sobre as espécies que estão à disposição na floresta, como recurso de vida e para a manutenção das crenças. (2) A “capelinha de estuque e sapê” é um tipo de edificação antiga, e foi uma prática existente até quando começaram a levantar as casas em alvenaria. (3) Depois, “foram modernizando a capelinha”, substituindo os métodos e materiais de construção conseguidos ali mesmo na vila pelos comprados na cidade, o que denota que os saberes foram adaptados, e o que deu entrada aos métodos modernos de construção.

²⁸ Grifo nosso.

²⁹ Grifo nosso.

³⁰ Grifo nosso.

Há também, perto da Igreja, a Escola Municipal Osório Manoel Corrêa, que vai até a 4ª série do nível fundamental. É uma escola com apenas uma turma multisseriada, com uma professora para todas as disciplinas, como também ocorre no Saco do Mamanguá, Paraty, RJ (GARROTE, 2004). A escola compreende uma sala de aula, uma pequena horta, um pátio com área de lazer, a sala da diretoria, uma cozinha para preparo da merenda. Nessa escola, estudam as crianças menores. As maiores continuam os estudos na escola de Provetá, inaugurada no ano 2000, que oferece também o ensino médio completo, ou em Angra dos Reis.

Para levar os alunos do Aventureiro até o Provetá, quando o tempo está bom, vem um barco às 7 horas da manhã, quando é possível vê-los surgindo dos caminhos de suas casas até o cais, onde aguardam o barco. Quando alguém se atrasa, corre para não perder o barco, que sai pontualmente ou até um pouco antes da hora marcada. No inverno, por vezes, não há transporte para eles, já que o mar está “grosso” e venta muito, o que torna muito perigosa a travessia. Nesse caso, eles vão de trilha até Provetá ou simplesmente não vão enquanto o tempo não melhorar.

Veremos, a seguir, um croqui das edificações do Aventureiro (Figura 10) de acordo com o que observei em campo, que mostra a encosta, a planície, a praia e o mar; as moradias e edificações públicas, como a igreja, a escola e a sede do INEA; e a infraestrutura turística, como *campings*, quartos para turistas e bares/restaurantes.

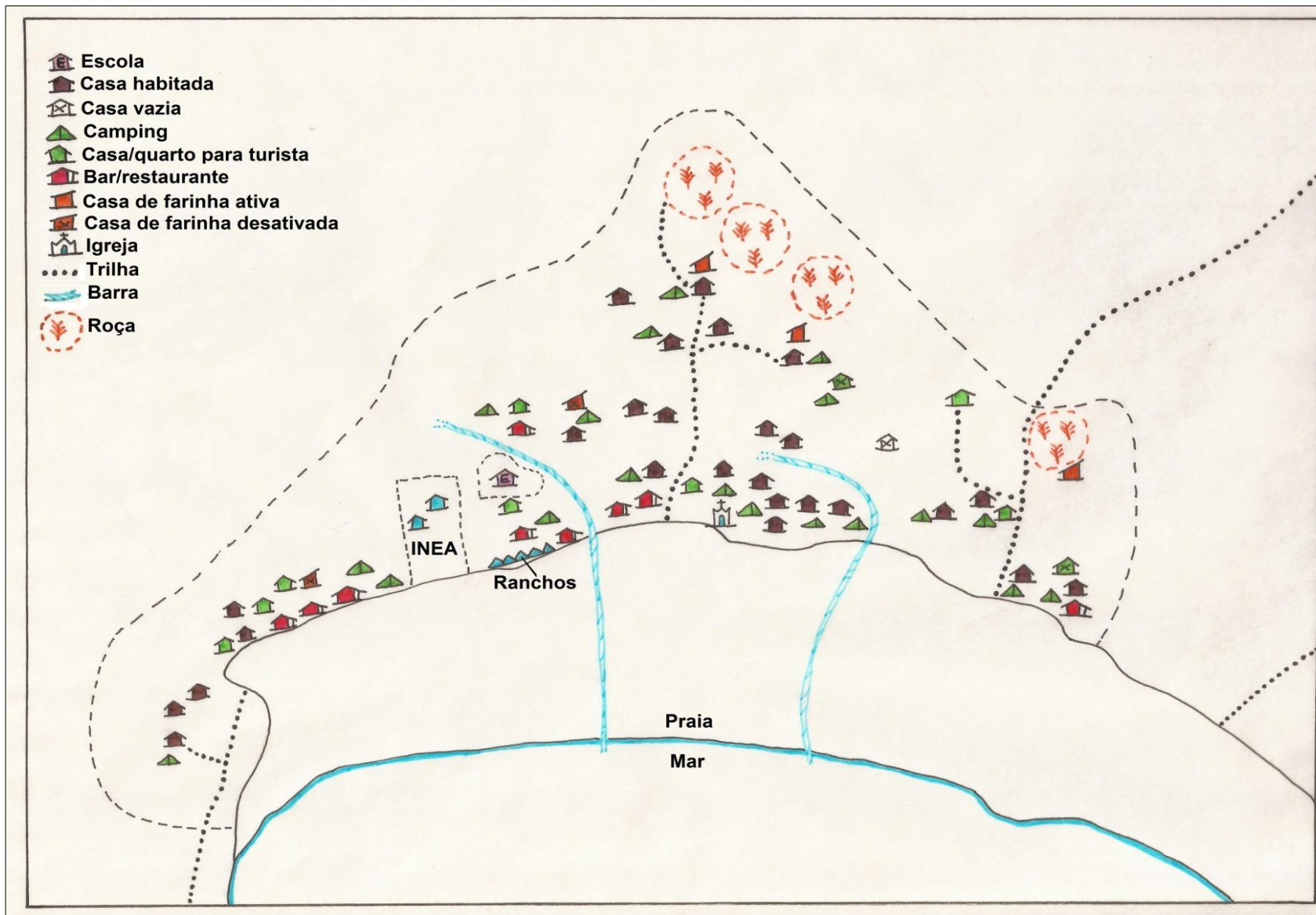


Figura 10: Croqui de Edificações no Aventureiro (Fonte: Acervo pessoal)

Por entre os tons de verde da mata, podemos ver as edificações, pequenos pontos brancos das casas, misturando-se ao verde à sua volta, e algumas ampliações das casas com uma lona azul destoante, mas que é o material autorizado pelo INEA para essa finalidade. Seu modo de vida pode ser visto nas edificações, nas festas, no trabalho e nas relações familiares. As edificações no Aventureiro eram todas tradicionalmente construídas de estuque, por meio do trabalho em mutirão, que é quando as famílias e compadres se unem em função do trabalho. De acordo com Adams (2000c, p. 109), os mutirões “levavam a uma distribuição mais ou menos equitativa dos produtos obtidos nas culturas”, visto que estão baseados em solidariedade e reciprocidade.

Quando os parentes e compadres se uniam para um mutirão na construção de uma casa de estuque, por exemplo, todos se ajudavam sem a exigência de salário, mas em uma relação de reciprocidade, em que um ajudava ao outro seja na roça, na casa de farinha, ou na construção de outra casa. E é a partir da transmissão de saberes que é possível construir a casa, não somente aos compadres da mesma geração, mas entre gerações diversas, por meio de observação, vivência e imitação. Além do mais, quando construíam uma casa de estuque, utilizavam matéria-prima local, o barro, a madeira, o sapê. E esse é um conhecimento também transmitido por meio das gerações. Atualmente, poucos têm o conhecimento da construção de casas de estuque no Aventureiro, tendo em vista que as novas casas são construídas em alvenaria, com tijolos e cimento comprados em Angra, por um pedreiro pago.

A casa de estuque, ou pau-a-pique³¹, que é uma modalidade de adobe, era feita com “o barro amassado, o bambu, caibros retirados da mata, sapê, cipó para fazer às vezes de pregos” (MACIEL, SOUZA & CARDOSO, 2011, pp. 83-84). Hoje em dia, as casas sofreram modificações, “quando não foram totalmente reconstruídas em alvenaria, têm partes em alvenaria acopladas ao restante, de estuque” (FERREIRA, 2004, p. 71), ou ainda paredes de estuque acopladas ao restante em alvenaria, e o mutirão cedeu lugar ao trabalho dos

³¹ Técnica de construção através de entrelaçamento de bambu – no caso do Aventureiro – vertical e horizontalmente, para preenchimento com barro, formando, assim, as paredes da casa.

pedreiros, com materiais de construção comprados em Angra. Ao aguardar o barco no cais da cidade, é possível observar toda a movimentação dos passageiros carregando os barcos com esses materiais para ir para a Ilha Grande, em meio ao descarregamento de peixes de outros vários barcos atracados ao cais.

Voltando ao Aventureiro, suas casas, distribuídas na planície da praia e na subida do morro, como será visto na Figura 11, são pequenas e todas formam uma espécie de rede, porque são ligadas por trilhas, o que também acontece entre casas e roças. O mesmo ocorre na comunidade do Escaléu e de forma diferente na de Ipanema, onde as casas se dispõem na orla da praia (VIANNA, 2008). Ambas as comunidades ficam em Paraty (RJ).

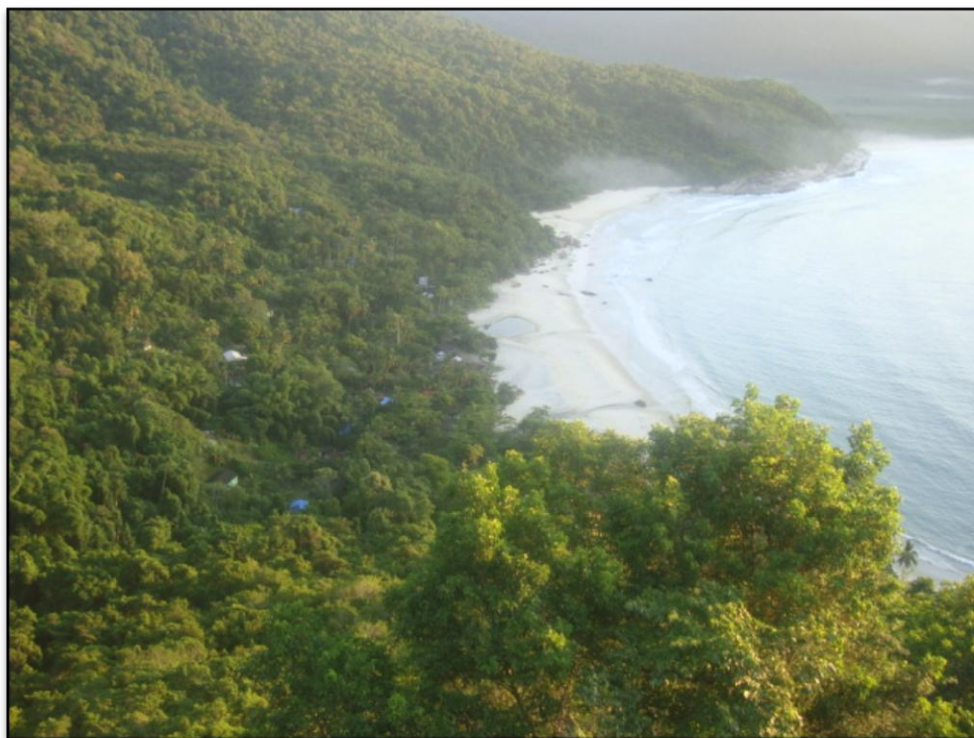


Figura 11: Distribuição das casas na planície e na subida do morro (Fonte: Acervo pessoal)

É recorrente também que, apesar de cada família ter sua propriedade privada (casa/quintal), ela não seja cercada, ou que seja usada cerca viva, e que as casas sejam ligadas por trilhas, ou melhor, “*caminhos*” por dentro da mata. Na Ilha Grande, isso se repetia em outras comunidades antes do crescimento do Turismo, como já foi o caso do Provetá e do Bananal. Certa

vez, indo para o Aventureiro por trilha junto com o Lourival, ele me avisou que pegaríamos uma trilha secundária, que nos levaria até a casa dele e da Bete e, de lá, eu iria até a praia.

Woortmann (1991, p. 16) menciona a casa como “o centro das atividades familiares” e componente do “campo feminino”, um espaço de encontro, que reúne a família e as visitas, geralmente na cozinha. As casas no Aventureiro têm uma cozinha grande e, como pude notar, na maioria das vezes, dividida em duas partes – uma interna e uma extensão externa. É a parte da casa em que a família mais se encontra e onde recebem as visitas, o que sempre acontece acompanhado de um convite ao café, alguns quitutes e prosa. Por um viés um pouco diverso, na casa da Bete, o espaço da casa de farinha torna-se a cozinha quando não está em atividade, com essa mesma peculiaridade de que parte da cozinha (pia, “bica”, mesa) fica na varanda e no quintal.

Nas casas, nota-se uma sala pequena, quase nunca usada, a não ser quando a família se reúne, principalmente na hora das novelas, que coincide com o período em que o gerador a diesel é ligado, das 18 às 22 horas, salvo nos períodos de alta temporada, quando o gerador fica ligado por mais tempo para satisfazer a necessidade dos turistas.

Os geradores, no Aventureiro, são abastecidos com óleo diesel que, em Angra dos Reis, em agosto de 2012, estava custando R\$ 2,13 por litro. Em dias comuns, os geradores ficam ligados quatro horas por dia, o que dá um consumo de quatro litros por hora, ou seja, dezesseis litros de diesel por dia e, em um mês com 30 dias, 480 litros de diesel. Então, no final do mês, são gastos ao menos R\$ 1.022,40 por mês, só para o uso do gerador que, segundo Cátia (54 anos, merendeira), “*gasta esse dinheirão com diesel [...] porque todo gerador do Aventureiro, ligado às [...] 6 horas da noite, de 6 às 10, e quando é época de feriado, amanhece o dia rodando*”. Além do gasto alto com combustível para o gerador, há de se pensar que o equipamento traz consigo poluição sonora, atmosférica, do solo, consequentes de seu uso, e que seriam bem menores com o uso da eletricidade trazida por cabos, como acontece no Provetá, ou da energia solar.

Como se não bastasse a poluição no solo, no ar e sonora que o gerador produz, ainda causa um prejuízo enorme às famílias que permanecem na sua

terra e dependem de algumas poucas atividades para obter ganho monetário. Há um morador, Edson, marido da Rosa, em fase de construção de seu barco, e que precisa manusear instrumentos elétricos de carpintaria, usando, para isso, energia elétrica que é gerada pelo motor a diesel. Com isso, os gastos com o combustível sobem muito, visto que é bem maior que o período de 4 horas diárias em que geralmente os geradores são usados.

Há aqui, também uma prática dos saberes tradicionais adaptada com saberes modernos, tendo em vista que o barco demanda o uso de equipamentos elétricos, modernos, ligados com a eletricidade gerada a diesel.

O quintal das casas tem características definidas por seus moradores. Apesar das semelhanças postas, haverá distinção entre os quintais de comunidades diferentes e, mesmo no contexto da comunidade em questão, distinção entre os quintais conforme localização geográfica (encosta-planície), época do ano (verão-inverno, alta temporada-baixa temporada) e trabalho familiar (roça-pesca-turismo). Nos quintais do Aventureiro, tem-se grande variedade de árvores frutíferas, e notamos alguns coqueiros, bananeiras, mangueiras, dentre outras.

Lotados de barracas na alta temporada turística, os quintais foram aproveitados para área de *camping*. Essas são as casas das famílias “mais prósperas”, segundo Costa (2008, p. 14), porque o maior, mas não o único, ganho monetário está nos serviços prestados para os turistas. As casas mais próximas à praia são as que mais recebem turistas em seus *campings*, e também conseguem obter maior ganho monetário com isso. Algumas casas, ou partes delas, foram transformadas em quartos para os turistas, com acesso a banheiro e cozinha.

Outra dimensão interessante é que os quintais são um espaço de trabalho alternado, feminino e masculino, diferente da contraposição entre roça (feminino) e pesca (masculino) (WOORTMANN, 1991), como será visto no capítulo 2. Os turistas montam suas “moradias temporárias”, as barracas, nos quintais e tornam-se “membros temporários” da família, como veremos no capítulo 4.

Além dos quintais, “a casa de farinha era um importante local de encontros” (ADAMS, 2000c, p. 110), e, embora em menor escala devido à diminuição da quantidade de casas de farinha no Aventureiro, continua sendo

um local de encontros, onde a família e compadres se reúnem mantendo um laço de parentesco e compadrio importante para a solidariedade na comunidade, e, com o encontro entre gerações, possibilitando também a transmissão dos saberes da produção de farinha e de cultivo da roça.

CAPÍTULO 2 A DIMENSÃO TRADICIONAL DO AVENTUREIRO

“Quanto mais gente da família ajudar, melhor. Precisa de todo mundo fazendo alguma coisa e eu nem preciso dizer o que cada um faz porque já sabe o que tem que fazer” (Filha do Aventureiro, 46 anos).

Nos depoimentos coletados, repetia-se a frase: *“aqui todo mundo é família”*. Os Filhos do Aventureiro mantêm relações de parentesco e compadrio para suas atividades cotidianas. Isso significa dizer que temos dois tipos de relações. O primeiro se forma por vínculos entre membros de uma mesma família por meio do sangue e da aliança (consanguinidade e afinidade). O segundo é um vínculo dado por meio de escolha, com relações amistosas entre compadres, amigos. Nessas duas formas de relações sociais, são construídas e incentivadas noções de confiança, respeito, intimidade e proteção social.

2.1 O TRABALHO PARTILHADO EM FAMÍLIA

As atividades cotidianas compartilhadas por laços de parentesco e compadrio, com os pais, tios, parentes, vizinhos, criam uma oportunidade para a transmissão de saberes, visto que é por meio delas que, na maioria dos casos, os filhos aprenderão técnicas de produção e manejo, como pude perceber em diversos momentos em campo, em falas como *“aprendi com meu pai”*, *“aprendi com minha mãe”*, *“aprendi com meu primo”*, *“saía para pescar com meu pai”*, *“ia para a roça com a minha mãe”*, existem em diversas outras comunidades, como veremos em alguns casos a seguir, com exemplos citados por alguns estudiosos. Em outros casos, também há um aprendizado *“sozinho”*, e que ocorre com observação e tentativas de imitação: *“ficava olhando meu primo fazer barquinho”*.

Em comparação, na comunidade de Guaraqueçaba, Paraná (CUNHA, ROUGEULLE & VON BERH, 2004), a posse das casas é herdada por laços de parentesco, e o descascamento do camarão é um trabalho compartilhado sobre *“relações de vizinhança, de amizade, ou de parentesco”* (p. 27). No Saco do Mamanguá, Paraty, RJ (GARROTE, 2004), os moradores têm por costume fazer trocas ou pequenas vendas de alimentos e outros itens, que vêm de seus

quintais, entre as famílias, parentes e compadres. A autora citou a farinha, que é produzida pelos mais velhos, com a ajuda das mulheres e dos jovens.

Isso também acontece no Aventureiro. Trocas e pequenas vendas são feitas entre os vizinhos mais chegados, que produzem farinha ou que têm algumas ervas nos quintais:

Minha esposa é que vende uma farinha para as colegas, pros vizinhos, mas é pouca coisa, faz aí 20, 30 reais, 50, é o que ela faz, por baixo, mas a roça é só mesmo pra gente comer mesmo, pra manter mesmo (Maneco, 52 anos, pescador).

Esse trecho deixa claras as pequenas trocas e comercializações entre vizinhos e compadres, levando em consideração que não é a principal razão para o plantio e a produção de farinha da mandioca. O excedente é vendido ou trocado e o principal é para sua subsistência, sua alimentação.

Nunes (2003) mostra que, em Juréia – Itains, SP, em tempos de paz e tranquilidade entre os membros das famílias, eles reafirmam seus “laços de amizade, de convívio, de respeito, de reciprocidade”. Entretanto, nos momentos de tensão, esses laços são negados, “postos de lado”, mesmo que haja um real grau de parentesco.

Ainda, na comunidade São Paulo Bagre, Cananéia, SP (SOUSA & SUZUKI, 2010), o modo de vida marcado pelas “relações sociais de reciprocidade, parentesco, compadrio e de vizinhança” vem sofrendo transformações evidenciadas na produção material e nas relações imateriais. Apesar disso, há ações baseadas nessas relações intragrúpicas, isoladas, na tentativa de recuperar suas tradições nas atividades do mar e da terra, de saberes ligados à natureza, de festas e danças.

No Aventureiro, ainda há relações baseadas em laços de amizade e respeito, em parentesco e compadrio. Porém o que se nota é que essas relações têm sofrido um certo desgaste.

Os compadres, comadres, padrinhos e madrinhas dos Filhos do Aventureiro são escolhidos pelo critério de proximidade, respeito e confiança. “São parentes ou afins, moradores do próprio local ou de praias próximas. Outras vezes, o compadre tem posses, mora em Angra dos Reis e é apenas um conhecido” (VILAÇA & MAIA, 2006, p. 77).

As relações de parentesco e compadrio são alicerce pelo qual se tem a continuidade das tradições. As famílias, no que inclui os compadres e as comadres, estão unidas na colaboração das tarefas cotidianas e das festas, dadas as proporções de acordo com a divisão do trabalho por gênero, seja na lida da roça, na produção de farinha, na pesca artesanal, nos cuidados com a casa:

Aqui, na minha família, quando faz uma festinha qualquer, a família se ajunta, às vezes a Suely, minha outra irmã que mora ali, meus sobrinhos, junta todo mundo e faz uma festinha na igreja, aí um dá um bolo, outro dá um suco, outro um guaraná, outro dá uma coca, aí faz tudo, outro traz uma cerveja, é assim, cada um se ajunta e faz aquilo, aqui não é todos, não é todos, mas a maioria se ajunta e faz isso (Maneco, 52 anos, pescador).

Quando a farinha é produzida no Aventureiro, quem participa do trabalho recebe uma parcela da produção como retribuição, mesmo que seja alguém “de fora”. No caso dessa pesquisa em campo, tomei parte em momentos de trabalho com algumas famílias, como foi o caso em que trabalhei desde a colheita das raízes na roça da Bete até a produção da farinha, auxiliando-os nos momentos em que era possível a participação sem prejudicar a qualidade do produto, digo, para não “*empelotar*” a farinha ou não torrar demais, ou não sevar os dedos em vez da mandioca. Tentei comprar a parcela que eu queria daquela farinha, mas o que ouvi foi: “*Não, você também fez farinha, merece ganhar sua parte!*”, e, de jeito nenhum, consegui pagar pelo meu saco de farinha.

Assim também acontece na pesca. As famílias cujos membros entraram com a canoa ou o barco no mar, ou puxaram a rede na praia e ajudaram a “desmalhar” o peixe também recebem uma parcela referente ao seu trabalho. A retribuição pelo trabalho também é uma forma de saber transmitido, que, mesmo com adaptações, chega aos dias atuais, nos modelos tradicionais de trabalho na pesca e na roça, ou no modelo moderno de trabalho que é o Turismo, como será visto no capítulo 4.

Bete (46 anos, dona-de-casa), nascida na Vila do Aventureiro, explicou como ocorre o trabalho na casa de farinha de sua família, que “*Quanto mais gente da família ajudar, melhor*”. Para isso, ela disse que “*precisa de todo mundo fazendo alguma coisa*” e que “*cada um faz porque já sabe o que tem que fazer*”.

Nesse trecho, ela explicitou que o trabalho é executado por quem está disposto a trabalhar naquele momento, embora cada membro da família saiba de sua parte e, acima de tudo, de sua responsabilidade no processo. Continuando o depoimento, Bete nos deixa transparecer outra questão interessante: “O *Tiago* [filho de 2 anos] *descasca a mandioca com uma faquinha cega*”. (Bete, 46 anos, dona de casa).

Aqui, o que se nota é que o filho encara sua participação no processo como uma forma de lazer, que é também um fazer, aprendizado que envolve prática, mas com cuidado para que ele não se machuque. Então, existe a atenção de duas maneiras: a atenção do Tiago ao aprender fazendo; e a atenção de seus pais, ao vigiar suas ações, corrigindo-o, ensinando-o e evitando acidentes no manuseio do instrumento de trabalho, a “faquinha” que lhe é dada, sem corte, para que apenas raspe a casca da mandioca, sem se ferir.

Como mencionado anteriormente, do olhar atento de Caique para sua mãe, o pequeno Tiago (2 anos), filho da Bete, não se contentava em apenas observar sua família indo para a roça colher mandioca e chorou porque não o permitiram que fizesse o mesmo. Quando todos chegaram da roça, ele sentou-se, juntamente com toda a família no chão do quintal e, com sua faquinha, olhava os movimentos de todos à sua volta, imitando-os, aprendendo e participando da produção da farinha-da-roça ao mesmo tempo em que seus pais, seus “orientadores”, o advertiam sobre os riscos e mostravam como pegar a faquinha, para que direção ele deveria raspar e como deveria pegar a mandioca. Davam ao Tiago as instruções, mas era ele que colocava em prática, construindo seu conhecimento. Exemplo disso pode ser visto na Figura 12.



Figura 12: Participação do filho na produção de farinha-da-roça (Fonte: Acervo pessoal)

Após essa etapa, ainda auxiliou seu pai a lavar as raízes descascadas no tanque, mexendo a água de um lado para outro, pegando alguma mandioca, copiando o movimento que seu pai fazia, levantando-as do fundo do tanque de forma que ficassem limpas e de lá fossem posteriormente retiradas (Figura 13). E, assim, a transmissão de saberes também é partilhada em família, relacionando as gerações representadas no processo de produção de farinha.



Figura 13: Filho observando e imitando seu pai, ao lavar mandioca (Fonte: Acervo pessoal)

De forma lúdica, observa-se a transmissão de saberes. Além dos casos do Tiago e do Caique, que observei de perto, apareceram nos relatos de alguns moradores, histórias sobre brincadeiras ligadas ao “tradicional” do Aventureiro, as quais enumerarei abaixo:

(1) Fernanda (20 anos) ia para a roça com sua avó. Enquanto estava sentada brincando, percebia os movimentos de sua avó limpando a roça, o que também é uma forma de aprendizado. A criança tem contato com o ambiente da roça, o espaço de trabalho de seus pais, avós, vizinhos:

Eu ia com a minha vó. Quando eu era menor e minha vó ainda era viva, eu sempre ia com ela, era sempre ela, eu e um cachorrinho que eu tinha. Aí eu ia e ficava lá sentada, e ela ficava limpando. Aí depois também eu cresci aí fiquei mais em casa cuidando do meu irmão (Fernanda, 20 anos, estudante).

(2) Bete (46 anos) contou que “as crianças” foram, certa vez, para a roça para ajudar a plantar feijões, e plantaram mais que o máximo permitido de feijões por roçado, e o trabalho teve que ser refeito. Brincaram de semear:

Uma vez, fomos eu, a Karen, o Francisco, a Suely e o Pepê plantar feijão aqui na roça. Aí, as crianças foram também. A gente estranhou que eles tinham feito o trabalho muito rápido. Um tempo depois que a

gente foi ver, tinha cada roçado com 15 pés de feijão e a gente teve que tirar tudo porque no máximo é 3 ou 4 pés de feijão no roçado (Bete, 46 anos, dona de casa).

(3) Dudu (28 anos) disse que ele e os irmãos iam para a roça acompanhando sua mãe, e ficavam no aceiro brincando e comendo “*umas paradas de farinha com água, farinha e peixe frito*”. Ele observava sua mãe, que ficava lá de manhã até de tarde trabalhando, e também ia pescar com seu pai, quando “*criancinha*”, com 4 anos de idade.

(4) Caique (4 anos) foi pescar com seus primos e irmã, cantarolando “*Valeu a pena, ê, ê. Valeu a pena, ê, ê. Sou pescador de anzol*”, fazendo uma versão da música “Pescador de Ilusões”, da banda “O Rappa”, o que é, também, um saber moderno sendo misturado a um saber tradicional, na construção de uma nova perspectiva do Caique sobre aquela atividade e o modo de vida do Aventureiro.

(5) Quando era criança, Adriano (26 anos) ia para a roça do Gustavo e do Tião para brincar, e ia pescar com seu pai:

Aprendi com meu pai, com minha mãe. Quando era criança, ia pra roça dos outros, para ajudar e para brincar na do Gustavo, do Neco. Ia pescar no barco Alto Mar, do vô Osório e do Edson. (Adriano, 26 anos, guardião do INEA).

É interessante ressaltar que todas as brincadeiras citadas estão ligadas a uma forma de trabalho, seja na roça, seja na pesca. Mesmo por meio de uma brincadeira no aceiro da roça, ou em um barco, ou na praia, ou em casa/quintal, enquanto a criança brinca, percebe os movimentos dos mais velhos, tentando imitar o trabalho dos pais em suas brincadeiras. Assim, os saberes são transmitidos de forma lúdica e no contexto da comunidade, por meio de observação, imitação e, também, reconstrução dos saberes “tradicionais”. E, como já foi exposto, o olhar atento da criança ao trabalho dos pais e a brincadeira com as sementes, com alguns instrumentos de trabalho, também são formas de aprendizado e de contato com o tradicional.

À guisa de esclarecimento, quando o “aprendiz” faz o trabalho ou alguma etapa do trabalho de maneira correta, não ouvi palavras nem observei gestos de elogios por parte de seu “tutor”, seja pai, parente ou amigo.

Sobre a divisão do trabalho por gênero, Machado expõe que “aos homens fica reservado o dever de garantir o sustento da casa indo ao mar,

enquanto as mulheres ficam com a educação dos filhos e cuidando da casa em terra” (2009, p. 3). Entretanto, cabe lembrar que isso ocorre de maneira relativa, porque as mulheres também eram responsáveis pela alimentação (sustento) da família com a produção na roça, na catação ou coleta, e, hoje, também com um trabalho assalariado.

Cátia (54 anos, merendeira) nos contou que “*a única diferença é que os homens pegam o trabalho mais pesado, mas todos sabem fazer de tudo*”. Isso deixa claro que, no Aventureiro, há complementaridade e respeito entre os gêneros, tratados por eles em par de equidade, em que cada qual tem consciência de seu papel e do papel do outro na sociedade:

No fabrico da farinha, essa colaboração é mais intensa: cunhadas que moram perto e irmãs deslocam-se de suas casas para ajudar. Mesmo porque, nem toda casa – família nuclear – possui uma casa de farinha. Esta é comum para duas ou três famílias vizinhas, quer dizer, ligadas por laços de parentesco e afinidade. [...] mulheres que moram perto umas das outras que criam laços mais estreitos de colaboração entre si. Para isso, são fundamentais os novos laços de compadrio criados: tornam-se comadres (VILAÇA & MAIA, 2006, p. 82).

As relações sociais são bem marcadas pelo parentesco e pela vizinhança, como se pode notar por este fragmento de texto. Observa-se com outro trecho de mesma autoria: “A roça é muito mais que a produção de alimentos: ela produz famílias, núcleos individualizados, fundamentais para a reprodução da sociedade”. (*op cit*, p. 85). As autoras enfatizam o papel da mulher nas atividades colaborativas, sendo responsáveis pelas atividades nas roças e nos quintais, tomam lugar fundamental como elos nas relações de parentesco e compadrio.

As mulheres possuem um saber tradicional sobre o meio ambiente que pode ser usado para a preservação da biodiversidade. “Nessa perspectiva, a relação entre mulheres, gênero, meio ambiente e desenvolvimento é não só permanente como muito estreita” (MACHADO, 2007, p. 487).

As mulheres são responsáveis por dar segurança aos novos herdeiros dos saberes tradicionais acerca do uso dos recursos naturais de um modo específico e ensinam-lhes os significados do mundo na visão da comunidade, são elas as responsáveis pelos filhos, pelo menos até uma certa idade, se for menino, quando eles se tornam também aprendizes das atividades masculinas,

e são elas que estreitam as relações entre os membros da família e entre as famílias.

Com o trabalho partilhado em família, há também uma divisão do trabalho por gênero, o que se aplica à pesca, à roça, o trabalho em casa, os serviços como o de caseiro, ou nos *campings*. Existem os responsáveis pelo trabalho e uma ajuda mútua, com a participação de membros da família e amigos, em relações de parentesco, compadrio, amizade e vizinhança. Isso se repete em outras comunidades no litoral sul fluminense. Vianna (2008) expõe o trabalho das mulheres no Escaléu, em Paraty (RJ):

As mulheres não participam da pesca, exceto para cobrir a eventual falta de um dos camaradas ou para trabalhar na rede morta do cerco. A exceção é a pesca de lula [...]. Elas fazem o serviço de casa (cozinham, lavam as roupas e as panelas, varrem o terreiro), trabalham na manutenção da roça (o serviço mais pesado da roça – como a coivara – é feito pelos homens) e no fabrico da farinha, atividade de que participam os filhos menores, rodando o ralador (VIANNA, 2008, p. 97).

No Aventureiro, ao contrário do Escaléu, não se vê mulheres pescando, nem para cobrir a falta de algum homem no barco. Mas, da mesma forma, mulheres também podem participar da pesca de lula.

Ao fazer a farinha de mandioca, o comando da atividade é notadamente feminino, com o auxílio dos demais, marido, filhos, outros parentes, vizinhos. Quanto mais ajuda houver, mais rápido e com mais qualidade é produzida a farinha. A diferença é que os filhos menores não se posicionam no ralador, mas fazem tarefas menos perigosas ou que exigem menos atenção e experiência. Então, a transmissão dos saberes acontece de forma gradativa, em que é permitido aos filhos ou filhas tomar parte do processo quando já têm maior habilidade sobre uma etapa do saber-fazer.

Em algum momento, um filho ou uma filha mais velha pode ajudar a sevar a mandioca na roda, mas o comando é, por mais tempo, da mulher, da mãe, que se posiciona na roda. Isso denota uma hierarquia familiar na divisão do trabalho. Rosa, quando entrevistada, fez uma descrição detalhada de suas atividades diárias:

Eu acordo às vezes 6, às vezes 7. Aí, primeiramente, o café da manhã. Aí às vezes é assim, eu acabo de jantar aí já deixo as coisas tudo limpas, louça lavada, tudo. Aí no outro dia eu já pego as coisas do café, faço a mamadeira do Caique, que é a primeira coisa que eu

tenho que fazer é a mamadeira dele, lavo a louça do café, coloco a comida das galinhas, que é assim, coloco o café no fogo e vou cuidar das minhas galinhas, coloco comida, água, aí volto pra cá, limpo o bar por fora, por dentro. Aí, depois que termino aqui, vou na casa do meu pai. Aí cuido da casa do meu pai, limpo casa e lavo roupa. Aí eu volto pra cá e já faço o almoço. [...] Mas é assim, quando eu saio de lá é mais ou menos 9h30, 10h, aí eu lavo a roupa e faço o almoço. [...] Limpo cozinha, lavo a louça, depois vou lá pra casa, limpo a casa, lavo roupa, volto pra cá e faço o café da tarde.[...] Aí já começo a fazer a janta, mas eu não gosto de fazer a janta, aí já faço o almoço que já fica pra janta. Aí de noite, eu vejo minha novela, tomo meu banho e vou dormir (Rosa, 41 anos, dona de bar e camping).

Geralmente, as mulheres demonstram estar muito ocupadas com atividades de cuidado e atenção. As funções da mulher na sociedade caiçara são de esposa e mãe, dona de casa e da roça e agente de saúde (ADAMS, 2000a; WOORTMANN, 1991), destacando seu papel de importância elevada para o sustento, no cuidado e na reprodução da família, quiçá da comunidade, onde se insere o núcleo familiar. Por outro lado, de acordo com o exposto por Adams (2000a), os homens são responsáveis por atividades que garantem um certo ganho monetário para compras a partir da pesca, construções, transporte, venda de pescado na cidade e trabalhos que exijam condicionamento e esforço físicos maiores.

O cuidado com a saúde também é feminino. Assim como acontece com as comunidades pesqueiras do Nordeste, era a mulher que “detinha os saberes tradicionais relativos a doenças e remédios, quem administrava a cura” (WOORTMANN, 1991, p. 5-6). Hoje em dia, isso diminuiu consideravelmente. Quem fica doente, é levado a um hospital em Angra, fica internado para tratamento; e as mulheres, à maternidade, para dar à luz os filhos, não precisando mais de parteiras. Para casos menos sérios, as ervas medicinais e de tempero, tais como alfavaca, boldo, urucum, pimenta, Jamelão, noz moscada, pau d’alho, ainda têm espaço, são plantadas nos quintais e compartilhadas entre as vizinhas, quando alguém precisa. No Aventureiro, a Suely é agente de saúde há 13 anos. Sua responsabilidade nessa função é a seguinte:

Cuido dos moradores, pressão, se alguém passar mal, tenho que chamar a Defesa Civil, tem que pegar remédio para os diabéticos e hipertensos, se precisar, dar encaminhamento [...] tem que ir nas casas, mas eu tou sem aparelho de pressão. [...] Uma vez no mês, de quinze em quinze dias, porque ver todo dia também não tem como (Suely, 48 anos, agente de saúde).

Além de exercer a função de agente de saúde, Suely também é ministra da igreja desde o ano de 2003. O cuidado com as questões religiosas também é uma responsabilidade feminina, pelo que se pode aferir. Nas comunidades pesqueiras do Nordeste, as mulheres “eram também responsáveis pelo prédio da igreja e pela novena e orações” (WOORTMANN, 1991). São trabalhos que as fazem ser reconhecidas perante a comunidade, pelo cuidado com o natural, o familiar e o sobrenatural, visto que cuidam do corpo e da alma das pessoas.

Segundo Machado (2007, p. 488), as mulheres catadoras de caranguejo da Amazônia brasileira não são reconhecidas em seu trabalho, muito menos seus saberes são reconhecidos pelo poder público para a conservação dos manguezais. As mulheres do Aventureiro, de acordo com as entrevistas, entretanto, têm seu papel e valor reconhecidos na comunidade, porque trabalham muito. Rosa pontuou a importância dos dois gêneros no trecho:

Na real verdade, a mulher aqui é bem homenageada assim, porque as mulheres aqui trabalham muito. Não são só as mulheres, os homens também, mas eu acho que as mulheres trabalham mais, porque tem o dia a dia, né? Porque é de manhã, trabalha o dia todo, né? É casa, é comida, é roupa, é não sei o quê (41 anos, dona de bar e camping).

O trabalho de cuidado, como já venho mencionando, é eminentemente feminino, contando com o auxílio dos outros membros da família, como se nota pelos relatos dos moradores: “*Eu ia para a roça junto com ela [mãe]. Às vezes ela ia para a roça e eu ficava, às vezes eu ia para a roça e ela ficava. Cuidando dos meus irmãos que eram menores*” (Candinha, 44 anos, dona de casa). A mesma divisão de responsabilidades femininas de cuidado, em essência, continua sendo transmitida às filhas. Enquanto a mãe trabalhava ou trabalha na roça, as filhas cuidam dos irmãos mais novos e fazem as tarefas domésticas. Isso observei em campo, com a filha adolescente de uma moradora, que cuidava de seu irmão de 2 anos, e se confirma pelo relato abaixo:

Depois que eu cresci, aí fiquei mais em casa cuidando do meu irmão. [...] Mais do Caique mas do Toninho também. Porque a gente tem só cinco anos de diferença, aí eu estava meio jovenzinha também. Às vezes minha mãe ia também na roça, fazia comida, e eu ficava mais tomando conta das crianças mesmo (Fernanda, 20 anos, estudante).

Sendo o trabalho dividido em tarefas entre familiares, compadres e vizinhos, os moradores sempre destacam-se em alguma tarefa ou trabalho específico:

Ajudei [na roça], aí fui crescendo, crescendo, crescendo, aí eu ajudei meu pai. Meu pai eu ajudei muito. Na roça, na enxada. Meu pai falou que eu era, da família, o melhor da enxada (Dudu, 28 anos, caseiro e artesão).

Comparando ao caso estudado por Woortmann (1991), todos trabalham para o sustento da família e, ao contrário da atual relação de “dependência” das mulheres para com os homens nas comunidades “pesqueiras” do Nordeste, no Aventureiro existe ainda uma relação de “complementaridade” mútua entre os gêneros. Lá, as mulheres são chamadas de “preguiçosas” porque perderam seu espaço de trabalho e não tem mais com o que trabalhar, sofrendo com a desvalorização social, e até violência.

Enquanto isso, no Aventureiro, a mulher perdeu mais espaço de trabalho que o homem, mas adaptou-se a outros trabalhos que não na roça e na casa de farinha, como o Turismo³², que também é um trabalho que demanda cuidado, e o homem do Aventureiro valoriza a mulher ainda mais que antes. Aqui, não se ouve falar sobre violência doméstica.

Na comunidade de Ponta Negra, em Paraty (RJ), “a maioria das mulheres [...] identificaram sua atividade primária como ‘donas de casa’”³³ (CARPENTER, 2011, p. 82). Como vimos anteriormente e podemos perceber nesse trecho:

É normal pra todo mundo. Antigamente não era, mas agora é. Antigamente, mulher não podia trabalhar, tinha que cuidar dos filhos, do marido, da casa, hoje não, hoje tem os trabalhos aí pra mulherada trabalhar. E é bom. [...] Antigamente tinha preconceito. Antigamente mulher não trabalhava (Suely, 48 anos, agente de saúde).

Conforme Machado (2009, p. 6), “alguns discursos masculinos a respeito da força como variável masculina e que legitimaria o homem enquanto agente produtor [...] se desfaz a um olhar mais atento”, o que reafirma o papel da mulher na esfera produtiva do trabalho na comunidade. Hoje em dia, as mulheres do Aventureiro estão mais próximas a essa esfera, trazendo algum ganho monetário para a família, ao mesmo tempo em que não se afastam do

³² Veremos a questão do Turismo com detalhes no capítulo 4.

³³ Tradução nossa.

trabalho de cuidado, da esfera reprodutiva do trabalho. E, diferente das mulheres de Ponta Negra, não é a maioria das mulheres que se identifica como “dona de casa” apenas, mas tendo uma profissão na área da educação, ou da saúde, ou empregada no bar, dona de *camping*.

Os homens também reconhecem o esforço e o trabalho da mulher, em termos de respeito, demonstrando preocupação, como é o caso do trecho em que o Maneco menciona que:

A Candinha trabalha muito, a mesma coisa que eu. Se tivesse emprego para ela aqui, porque ela se mata naquela roça. Se tivesse trabalho para ela aqui era melhor que ela se matava lá mais ou menos só (Maneco, 52 anos, pescador).

Há preocupação com a mulher por possivelmente estar se esforçando além da capacidade ou da condição física, aproximando o trabalho feminino ao masculino no que tange ao desgaste físico, afinal, além do trabalho que já era feito, as mulheres começaram a ter cargos que antes eram somente masculinos, aprenderam e têm algo do saber-fazer masculino.

Interessante é que, certo dia, enquanto voltava de uma pesca de caniço com jovens do Aventureiro (uma jovem, um jovem e um menino), e ajudava a descarregar o pescado na praia, ouvi o comentário de um senhor do Aventureiro, de 62 anos: “*É bonito ver mulher que faz trabalho de homem, mulher forte*”. A mulher do Aventureiro é valorizada, porque é uma mulher que trabalha, e começa a saber do “trabalho de homem”.

Algumas até têm o saber do trabalho masculino, apesar de não o praticarem: “*Os meus três filhos sabem pilotar o barco. Até a menina sabe, ela sabe pilotar melhor que muito homem adulto por aí. Se um dia precisar trabalhar, já sabe pilotar*” (Maneco, 52 anos, pescador). O fato de uma menina ou mulher deter um saber que é específico do homem causa surpresa e estranhamento em certo momento. Isso não é necessariamente negativo, mas é visto até como uma prova da força da “*mulher forte, que trabalha e luta*”.

2.2 “ROÇAR” E “MATAR PEIXE”: MODELOS DE PRODUÇÃO TRADICIONAIS

A vida e o trabalho dos Filhos do Aventureiro são baseados no conhecimento e no uso dos recursos que encontram em seu espaço de vida, a

mata nas montanhas e o mar na reentrância, que envolvem a Vila. O que produzem é basicamente para o sustento da família com as atividades de subsistência, apesar do que, não vivem apenas da produção de subsistência, mas de outras atividades que não são tradicionais e foram agregadas ao cotidiano, como veremos adiante.

Como acontece no Aventureiro, também é evidente que, como expõe Vianna (2008), nos dois núcleos populacionais estudados dentro da Reserva Ecológica da Juatinga, em Paraty (RJ), havia complementaridade das atividades, o que era responsável pelo baixo impacto sobre os recursos naturais, tendo em vista a baixa densidade demográfica nas comunidades, e que ia ao encontro da ideia de sustentabilidade, comum a essas populações chamadas “tradicionais”.

Em comunidades ditas “tradicionais”, a pesca e o mar são trabalho e espaço do homem, com o auxílio da mulher e da criança em tarefas mais leves, enquanto que a agricultura e a terra são trabalho e espaço da mulher, com o auxílio do homem, em tarefas mais pesadas, e da criança, em tarefas mais leves. Essa é uma relação de “complementaridade desigual face ao todo”, como abordado por Woortmann (1992, p. 31), em que “as respectivas atividades ocupam posições não apenas distintas, mas hierárquicas”. Os gêneros são complementares, mas há uma hierarquia, porque “a identidade masculina constitui a identidade do grupo”, enquanto “a mulher foi ‘incluída’ no homem, como seu ‘braço’”.

No caso do Aventureiro, dependendo do ponto de vista, se masculino, tem-se a mulher como complementar em sua atividade, o “braço” que puxava a rede depois da pesca; e, se feminino, tem-se o homem como “braço”, preparando o solo para a roça ou auxiliando na produção de farinha de mandioca, “rodando a roda” para sevar a mandioca. Um é “suposto” da produção do outro.

Veremos mais detalhadamente acerca dos modelos de produção partilhados nas famílias do Aventureiro, pontuando-os na perspectiva de gênero, com maior ênfase o trabalho na roça e na casa de farinha – o “roçar”, na pesca – o “matar peixe”. O “trabalho com o Turismo” será abordado com detalhes no capítulo 4.

Geralmente, a base da produção de uma comunidade litorânea está no cultivo das roças, atividade predominantemente feminina, e na pesca, atividade predominantemente masculina (ADAMS, 2000; WOORTMANN, 1991). Mas se, por um lado, há inúmeros estudos acerca da pesca, que é trabalho do homem, por outro lado, ainda há pouca referência bibliográfica a respeito do espaço e do trabalho da mulher nas comunidades (BECK, 1991). Entretanto, mesmo essa autora as chama de “comunidades pesqueiras”, categorização essa que é “invisibilizadora” da mulher, já que a pesca não é a única atividade presente em comunidades litorâneas.

Chamo a atenção para o termo “invisibilizadora”, que é usado nessa dissertação no sentido de que se ignora a importância da existência e do papel das mulheres no trabalho e na própria identidade da comunidade. “O discurso do pesquisador como que replica o discurso público dessas comunidades, cuja identidade se constrói sobre a identidade da pesca, concebida como masculina. Relega-se, assim, ao silêncio, as atividades femininas” (WOORTMANN, 1992, p. 1). Utilizo-me deste termo ao longo desta dissertação.

Acerca do trabalho nas roças, havia abundância de produtos provenientes de seu cultivo, e a agricultura itinerante³⁴, que é herança indígena (MUSSOLINI, 1980; ADAMS, 2000b), era bem abastada, sendo até considerada a principal atividade durante muito tempo, e pesca artesanal coexistia, numa relação de “complementaridade” (Woortmann, 1991) de atividades, até porque o produto do trabalho na terra e no mar se complementam em nutrientes, e pela perspectiva de gênero, porque o trabalho masculino e o trabalho feminino são importantes juntos, e um para o outro.

Nas roças, costumeiramente se plantavam mandioca, aipim, batata-doce, feijão, arroz, milho, guando, banana, café, abóbora, cana-de-açúcar, inhame, cará, coco, abacate, goiaba, limão, manga, mamão, “*o que plantava dava, se plantar hoje ainda dá*”, contudo a maior plantação era a de mandioca (Figura 14), devido à fabricação de farinha de mandioca, ou “*farinha-da-roça*”,

³⁴ Na verdade, a agricultura itinerante recebe várias denominações, segundo Adams (2000b, p. 143), como “agricultura/roça de coivara, roça de toco, agricultura de subsistência ou de derrubada e queima”, mas que são sinônimas.

para a qual usam ainda a mandioca-brava, ou Maricá (*manihot utilíssima*), que, inclusive só pode ser utilizada nesse processo porque seu veneno é retirado.



Figura 14: Plantação de mandioca na roça, depois de tiradas as ramas (Fonte: Acervo pessoal)

Assim, conforme relatado abaixo, é o processo de cultivo da mandioca:

Ela [mandioca brava] faz um ano, corta o talo, espera dar uns brotos no talo. Aí é hora de arrancar, para mandioca mais inchada e mais seca, que é melhor pra fazer farinha. Esse talo arrancado serve para plantar em outro canto da roça já repousado (Maneco, 52 anos, pescador).

Segundo Maciel, Souza & Cardoso (2011, p. 53), “há cerca de 50 anos atrás havia na Praia do Aventureiro e no Canto do Sul [...] umas 15 lavouras” que eram das pessoas que moravam no Aventureiro. Vilaça & Maia (2006, p. 79) citam que, em 1984, eram 17 roças grandes no Aventureiro, que cobriam toda a encosta, considerando que seguiam a tradição de ter agricultura itinerante.

Há bem menos roças ativas no Aventureiro no ano de 2012, cerca de quatro, do que em 1984 (*op cit*). Entre o ano de 2004 e o ano de 2008, a quantidade diminuiu de 12 roças para 5 roças (BIDEGAIN & FRESCHI, 2009, p. 34). Por conseguinte, como a produção da mandioca ocupava a maior parte das roças, há menos casas de farinha ativas, o que quer dizer que o trabalho

em conjunto, com a família e os compadres, não existe mais nos mesmos termos de antes, mas em menor escala.

Claro que ainda há roças e casas de farinha ativas, e que devem ser consideradas, mas nem todos participam da atividade, ou colaboram com a produção de farinha, que é também a produção de famílias, e nem todos produzem elos mais profundos de compadrio por meio de relações de cooperação. Tendo diminuído as atividades em família, também se enfraquecem as redes de colaboração (relações de parentesco e compadrio), essenciais à complementaridade de gênero e de atividades no trabalho e na transmissão de saberes.

No Aventureiro, segundo os moradores, usavam queimar a terra para recuperar seus nutrientes. Candinha (44 anos, dona de casa) mencionou que “*era maior e era bem lá em cima do morro, era terra forte, agora é terra mais fraca*” devido a atual não circularidade do uso do solo para o plantio. Hoje em dia, as 4 roças pequenas e fixas (Figura 15) que se mantiveram são as da Bete e do Lourival, da Candinha e do Maneco, da Inês e dos pais da Candinha.

Faz-se necessário destacar que a Figura 15 é uma representação das roças que hoje estão ativas e as que estão desativadas. As roças desativadas estão de acordo com a construção de relatos de que “*o morro era todo ferido, cheio de roça*”, “*o morro era todo roça*” e com pesquisas acerca do Aventureiro (VILAÇA & MAIA, 2006; FERREIRA, 2004). As roças ativas foram levantadas de acordo com observação direta e relatos dos moradores, enquanto estive em campo.

Como já foi mencionado, antes da criação da RBEPS, eles cultivavam a lavoura em um sistema de rotação de solos, o que caracteriza a agricultura itinerante, com “poucos anos de cultivo, alternados com vários anos de pousio” (ADAMS, 2000b, p. 143), quando cortavam, capinavam, limpavam a roça e queimavam, para que o solo recuperasse seus nutrientes.

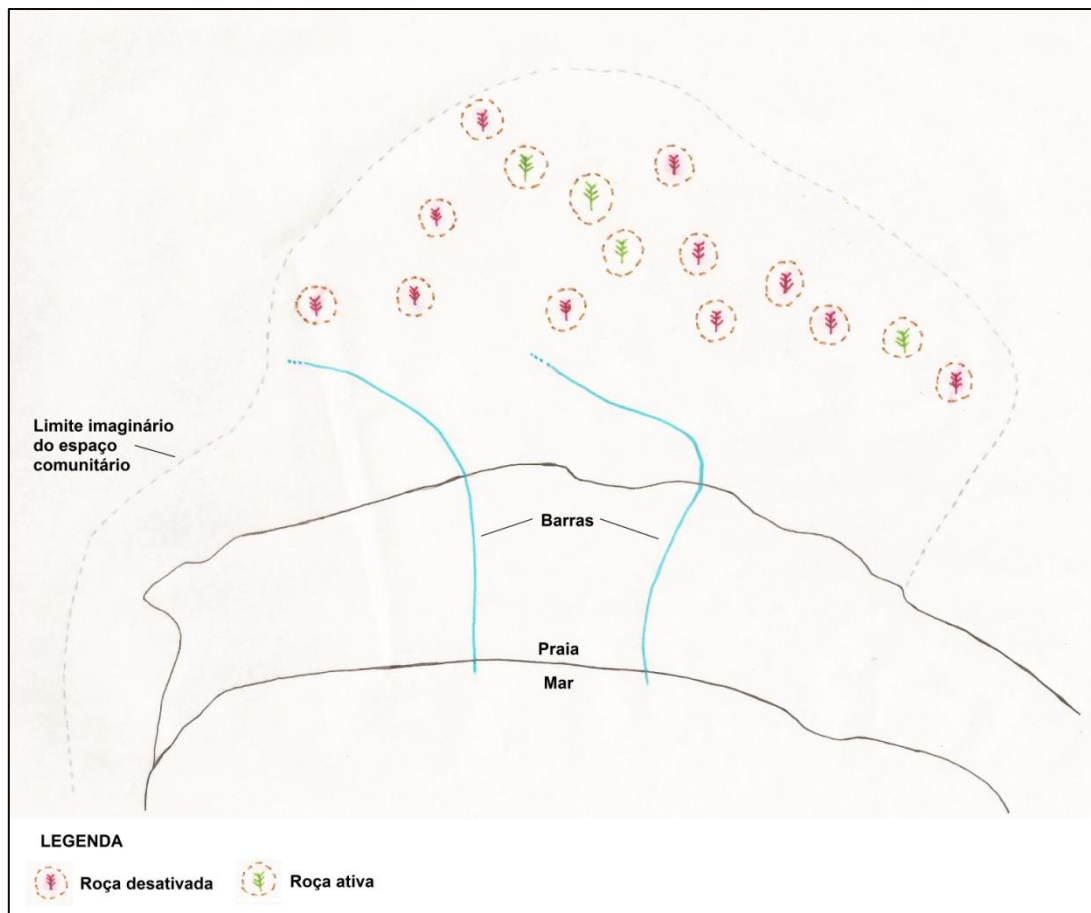


Figura 15: Representação das roças desativadas e das roças ativas no Aventureiro (Fonte: Acervo pessoal)

Esse tempo intercalado entre “atividade” e “inatividade” reservava em si uma sustentabilidade natural, no que diz respeito ao conhecimento que a população tem sobre a importância de se respeitar os ciclos da terra e do mar, do seu “suporte de vida”, porque os nutrientes tinham o tempo de se reconstituir. Havia um controle de pragas devido à queimada do sistema de coivara, sem usar agrotóxicos e a erosão era mínima, segundo o que ressaltou Adams (2000b). Costa (2008, p. 23) ainda cita que “a tecnologia aplicada era a queimada para abertura dos terrenos, e a técnica restrita ao uso do enxadão, enxada e foice, não sendo utilizadas mecanizações de qualquer espécie”. Eram usadas técnicas de manejo do solo, tradicionalmente, que:

Produziram um uso do solo que parece ter sustentado potenciais do solo através das gerações. Sustentabilidade foi auxiliada por uma baixa densidade populacional e pelo baixo percentual de integração de mercado de produtores rurais. Hoje, o uso da floresta pela roça de

coivara diminuiu muito, e os alimentos básicos são amplamente trazidos de fora da vila (WUNDER, 2000, p. 27)³⁵.

As famílias, comadres e compadres se unem para a produção nas casas de farinha, nas quais cada membro da família tem sua função, desde o mais velho até o mais novo, sendo que o homem também participa desse processo de produção e têm o papel “complementar” à mulher (WOORTMANN, 1991), enquanto não está embarcado, pescando. Apesar do papel complementar que o homem exerce na produção de farinha, quem trabalha com a prensa é essencialmente o homem. Essa parte do trabalho, dentro de todo o processo de produção, é uma atividade masculina (BECK, 1991).

Mais uma questão que chamo à atenção é que o homem domina a técnica de trançamento de cestarias, como o tapiti, que é o recipiente feito de palha em que se coloca a massa da mandioca sevada, para prensar e retirar todo o veneno da mandioca brava, antes de torrar.

Com base nisso, tem-se que o masculino dá suporte à atividade feminina, na produção na casa de farinha. As casas de farinha funcionam em menor escala, e conseqüentemente é suficiente a produção menor de tapitis, tendo em vista que os existentes têm uma duração maior, por serem utilizados com menor frequência. Sendo assim, as vias de transmissão e prática desse saber não são usadas com constância e nos mesmos termos que antes.

Encontramos que, como nas comunidades litorâneas nordestinas estudadas por Woortmann (1991, p. 7), “a unidade de produção familiar, conjugando a terra com o mar, constituía um sistema de espaços-atividades estreitamente articulados”. Ou seja, em alguns momentos, as atividades masculinas e femininas se encontram, fornecendo insumos um para a atividade e o espaço do outro. Nesse sentido, não somente as atividades são complementares, mas, na perspectiva de gênero, os saberes também o são. O saber masculino é importante para o saber feminino, e vice-versa, dialogando com ele e precisando de insumos um do outro para o trabalho.

O pescado, produto do trabalho do homem no mar, é complemento para a base da comida, que era a farinha, o arroz e o feijão de suas roças, substituídos hoje pelo arroz e pelo feijão do supermercado da cidade. Ou então, tomando o mesmo exemplo do pescado, que é produto do trabalho

³⁵ Tradução nossa.

masculino, esse torna-se matéria-prima para o trabalho feminino no processo de secagem ou salga do peixe. Logo, o peixe seco, que antes do processo era produto masculino, tornava-se produto feminino, que, ao ser levado de barco e vendido em Angra pelo homem, voltava a ser produto masculino.

Referente ao trabalho na pesca, assim como toda a Ilha Grande ficou conhecida como um importante polo de pescado, os Filhos do Aventureiro têm tecida em sua cultura a pescaria como elemento central. A pesca é pouco praticada durante o verão, quando os olhares se voltam aos inúmeros turistas. Nesse período, a pesca é feita para a alimentação das famílias mas também para abastecer os bares que servem “PFs”.

Os locais de pesca são vários, mas principalmente o mar do Aventureiro, o mar da Praia do Sul, próximo ao Ilhote e, ainda, no “mar de fora” do Aventureiro. Os pescadores saem com seus barcos motorizados, ou com suas “lanchinhas”, para jogar a rede em um canto mais distante da praia, ou de canoa, quando jogam a rede no mar em frente à vila do Aventureiro. Geralmente, no outro dia, puxam a rede, e começam a desmalhar o peixe. Costa (2004) expõe o seguinte:

Foi através da criação do entreposto de pesca e das fábricas de sardinha em conserva que este tipo de pesca ganhou impulso, tornando-se uma atividade economicamente lucrativa e tornando viável a aquisição de motores para os barcos. Em 1950 havia na Ilha Grande cerca de 30 traineiras (COSTA, 2004, p. 119).

Conversando com o Nilton (27 anos, guardião do INEA), ele contou que já pescou várias vezes, mas nunca para fora, “*só aqui mesmo, caniço, canoa, barquinho, na praia*”. Mas ele não mais exerce essa atividade,

Porque fugiu do meu ramo. Parece que essa cultura tá ficando pra trás né, não sei, e a gente não tem tempo pra resgatar. Cada um trabalha com uma coisa, uns trabalham no parque, outros trabalham com barco, não tem como. A gente não tem tempo. Para você fazer o que fazia antigamente, você tem que ficar aqui muito tempo, perder a noção do tempo, entendeu? Senão você não faz (Nilton, 27 anos, guardião do INEA).

Na comunidade da Praia Grande, em Arraial do Cabo (RJ), temos a figura do “vigia”, que faz as vezes do “espia” do Aventureiro. O vigia usa o gestual para se comunicar com os pescadores para entrar na canoa e capturar o cardume com a rede. Como menciona Fabiano (2011, p. 102), “o rendimento de muitas famílias depende da sua capacidade de perceber a chegada do

cardume e de orientar seus companheiros na função de cercá-los”. Essa comunidade fica dentro de uma Reserva que permite a prática dos modos de vida e dos modelos de produção tradicionais, a RESEX³⁶, enquanto o Aventureiro fica dentro de uma Reserva que cerceia essas práticas, a REBIO, que proíbe não apenas essa prática, mas também a permanência de pessoas em seu interior, o que será abordado mais à frente, no capítulo 3.

Segundo Mussolini (1980, p. 235), “os iniciados na pesca conhecem de longe quando o cardume se aproxima pela opacidade que forma n’água e pelo ligeiro marulhar, que ao leigo passam”. A autora ainda cita que o “espia”, geralmente alguém experiente na pesca, posiciona-se “do alto de uma pedra ou mesmo em uma pequena choça coberta de palhas sobre palafitas”. No Aventureiro, o espia posicionava-se sobre uma pedra que recebeu este nome: Pedra do Espia. Avistando o cardume, estava a cargo do espia avisar aos outros sobre “*aquela mancha preta na água*” e, à espreita, os pescadores pegavam suas canoas para lançar a rede e fazer o cerco da tainha.

Certo dia, enquanto eu estava em campo, em março de 2012, os filhos do Gustavo fizeram uma grande pesca, com muitos peixes, puxavam a rede e desmalhavam o peixe, com a ajuda de alguns vizinhos (independente de idade) e de sua mulher. Turistas se achegavam para presenciar o acontecimento, vendo as variedades e a quantidade de peixes pegos, tirando algumas fotos com suas câmeras sempre a postos. Mas havia um distanciamento. Sua família não os convidava a participar e os turistas não se aproximavam o bastante, com a finalidade de fazê-lo. O turista, hoje, eventualmente, “participa” do acontecimento tirando suas fotos e observando o modo de fazer.

A pesca, em sua dimensão econômica, é exposta por um morador: “*Minha vida é mais a pesca, é com a pesca que eu consigo um dinheirinho pra manter a casa, fazer um ranchinho pra casa, arrumar a casa*” (Maneco, 52 anos, pescador). O homem, no papel de mantenedor financeiro, precisa conseguir dinheiro para algumas necessidades da família, enquanto a mulher, no papel de mantenedora nutricional e familiar, consegue os alimentos base

³⁶ RESEX é uma categoria de Unidade de Conservação contemplada no SNUC (2000) como “uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade”, onde é permitida a visitação e a pesquisa científica.

para o cuidado da família especificamente, e da comunidade de forma geral. Hoje, essa relação mudou um pouco. Com a entrada do Turismo, há mais uma forma de ganho monetário, o que será detalhado no capítulo 4.

A sardinha é um dos recursos de pesca mais abundantes no litoral brasileiro. Segundo Paiva & Falcão (2002), “os cardumes são mais frequentes e maiores na baía da Ilha Grande [...]; os maiores cardumes são encontrados no outono e os menores no inverno” (vide Tabela 1, mais à frente). “No período de 1930-1940, surgiram os barcos com redes para pesca de sardinha, as chamadas trainas, na região da Ilha Grande” (VIANNA, 2008, p. 70), e, de acordo com a menção de Ferreira, na década de 1930:

Houve uma onda de imigração japonesa para a Ilha, quando foram instaladas fábricas de salga de peixe que empregaram um grande contingente de nativos (2010, p. 36).

Seguiu-se a tendência no litoral sul-fluminense e norte-paulista, onde a pesca cresceu bastante nesse período, tornando-se industrial³⁷.

A influência de japoneses na Ilha Grande, iniciada na pesca, é evidente até os dias de hoje na Praia do Bananal que, inclusive, apresenta ano após ano o Festival da Cultura Japonesa. Antes disso, como veremos à frente, Lourival fez menção à implantação das fábricas de sardinha da Ilha, que pertenciam a japoneses e a filhos de japoneses, e apresentavam edificações simples.

As fábricas de sardinha da Ilha Grande citadas foram: na Praia Vermelha, em Araçatiba, em Matariz, no Bananal, na Longa, em Maguariquessaba, em Ubatuba e no Abraão, que ficam localizadas a noroeste na Ilha Grande, além de ter citado uma fábrica na Ilha da Gipóia, segunda maior ilha de Angra dos Reis, para onde igualmente forneciam o pescado. Elas não eram de um dono só, “*cada uma era de um dono, tudo japonês*”.

Além dos pescadores, homens, segundo Lourival e Bete, “*a Vó Laura e mais umas três [mulheres] trabalhavam na fábrica do Abraão*”, no processamento da sardinha. Essas tinham que morar na Vila do Abraão, a leste na Ilha Grande, devido à distância até o Aventureiro, a sudoeste.

Em 1978, havia “11 fábricas de prensagem de sardinha” e em 1987, havia apenas três, segundo Mello (1987). E, no Aventureiro, também a pesca

³⁷ Segundo o que expõe Vianna, no início da década de 1960, começou-se a usar as redes de arrasto japonesa por todo o litoral, e que substituiu a rede portuguesa de arrasto, introduziada alguns anos antes no litoral.

tornou-se muito importante e as fábricas de sardinha influenciaram socialmente em pequena escala. Vejamos o seguinte relato do Lourival:

Pescava e vendia o peixe para a fábrica, mas era independente. Quando estava cheia em uma, já tinha barco, ia para a outra, vender em outra. Aí eles pegavam o peixe, colocavam na salmoura e enlatavam em latas de 2 palmos de altura mais ou menos (Lourival, funcionário da Locanty).

Os pescadores do Aventureiro também participavam do citado processo, quando “*matavam*” peixe e, como Lourival mencionou, não havia vínculo empregatício com os pescadores, que trabalhavam por sua conta e seus ganhos eram obtidos conforme a quantidade de peixes fornecidos à fábrica. Ainda segundo ele, isso ocorreu entre os anos de 1983 e 1984.

Ainda conforme Ferreira (2010, p. 36), “essas fábricas começaram a decair na década de 1970 e se extinguiram no início da década de 1990”. Vianna (*op cit*) ressaltou que o desenvolvimento da tecnologia para os equipamentos para a pesca, como os motores nos barcos e o *nylon* usado nas linhas e redes, foi apontado como um dos responsáveis pelo crescimento da atividade pesqueira nesse período. Um saber da sociedade moderna que, dialogando com saberes tradicionais, entra como um fator de mudança social, adaptação e desenvolvimento.

A motorização foi tratada por Adams (2000a) como “um verdadeiro divisor d’águas”. Foi um marco que rompeu com um modelo de produção anteriormente estabelecido nas comunidades “caiçaras”, trazendo mudanças não somente econômicas, mas nos modos de vida, na estrutura social e na hierarquia das divisões do trabalho por gênero. Exemplo disso é a roça, espaço de trabalho feminino que acabou perdendo importância proporcional para a pesca, espaço de trabalho masculino, apesar de coexistirem, embora tenha havido um crescimento da pesca devido aos aportes tecnológicos possibilitados pelos ajustes dos saberes modernos com os tradicionais.

A partir do final da década de 1950 e ao longo da década de 1960, com a introdução de motores nos barcos, a pesca embarcada assalariada, empresarial, cresceu sobremaneira e “diminuiu drasticamente os grandes cardumes de sardinha, causando o fechamento gradativo de todas as fábricas da Ilha Grande” (BIDEGAIN & FRESCHI, 2009, p. 16). Ainda, segundo Costa:

A nova geração do Aventureiro nasceu e cresceu sob a influência do contato com os turistas [...], a geração anterior, por sua vez, cresceu sob influência do trabalho na pesca embarcada e assalariada em traineiras (2008, p. 53).

Bidegain & Freschi (2009, p. 15) mencionam que, “na segunda metade do século XX, a pesca suplantou a lavoura como principal fonte de renda, mas as roças permaneceram, embora em menor número e área, pois os homens passaram a trabalhar na pesca embarcada e na pesca artesanal”, o que tem a ver com a pesca intensa de sardinha para as fábricas de processamento instaladas na Ilha Grande nessa época (BEGOSSI *et al*, 2009) e que aumentou o interesse pela exploração de toda a costa da Ilha para a pesca industrial.

A mulher tem sua participação na pesca no momento de ajudar a puxar a rede, em terra, a desmalhar o peixe, e também “*consertando*”³⁸ o peixe. E, mesmo tendo a ajuda masculina, a mulher era mais presente no processo de salga/secagem, de modo que fosse conservado por mais tempo. Bete (46 anos, dona de casa) assinalou que o peixe seco “*durava umas duas semanas, um mês*” e que “*era muito gostoso, parecia bacalhau*”. E, assim, com seu papel na pesca, ajudava a transformar a matéria-prima trazida pelo homem em mercadoria a ser vendida na cidade. Hoje em dia, a secagem do peixe é feita raramente, e essa diminuição aconteceu porque “*começou a acabar os peixes*”, segundo o Lourival (funcionário da Locanty, 50 anos), uma diminuição na quantidade de peixes em cardumes e de cardumes no mar.

Lourival e Bete teceram o seguinte processo de preparo do peixe seco:

*Escala*³⁹ o peixe, limpa, passa três dias salgando, aí põe para secar, colocava para secar na praia, aí tirava e colocava de novo no outro dia, e fazia isso por uns quatro dias, até secar.

Hoje em dia, a mulher não seca mais o peixe. Quem faz o papel da mulher no sentido da conservação agora é o *freezer*, com a chegada da energia elétrica provida pelo gerador a diesel⁴⁰. É um saber que se modifica simbólica e materialmente.

³⁸ “Consertar” o peixe é limpá-lo tirando a pele e a espinha.

³⁹ Escalar pode ser visto pelo nascido na Ilha Grande tanto como apenas tirar as escamas do peixe quanto como tirar as escamas e a espinha do peixe.

⁴⁰ Lourival me contou, durante uma conversa informal, que, quando a energia elétrica chegou a Provetá por fios, em 2001, os moradores do Provetá começaram a vender seus geradores. Os primeiros geradores do Aventureiro foram comprados de conhecidos que moravam no Provetá e não precisavam mais deles por causa da chegada da energia elétrica por cabos.

Sobre a divisão dos espaços e atividades por gênero, a classificação mais geral em que se tem a oposição entre mar e terra, homem e mulher, acarreta visibilização masculina apenas, enquanto a mulher permanece invisibilizada. Mas, como citou Woortmann:

Se a ênfase se coloca na variedade de atividades desenvolvidas, na cooperação entre homens e mulheres, e no ponto de vista das mulheres, a bipolaridade se decompõe e se relativiza (1991, p. 3).

Para Carpenter (2011, pp. 77-78), “o trabalho reprodutivo é mais frequentemente equiparado ao trabalho doméstico. Entretanto, pode incluir também o ‘trabalho emocional’ ou ‘trabalho de cuidado’”⁴¹, que, segundo a autora, inclui cuidar dos filhos, dos mais velhos e dos doentes, enquanto que o “trabalho produtivo” é definido como o trabalho pago, autônomo e a produção de subsistência.

Na perspectiva de Beck (1991), “a roça e a pesca são espaços concebidos socialmente como masculinos”, vistos como “espaços de produção”, competindo ao homem o trabalho que rende ganho monetário, enquanto “a casa é o espaço concebido como feminino”, “espaço de reprodução”, competindo a ela atividades sem rendimento de ganho monetário, apenas o trabalho de cuidado.

Veremos que no Aventureiro o papel de gênero diferencia-se do trazido por Beck. A mulher também tem seu espaço de produção, trabalhos de “produção”, já que a roça torna-se sua responsabilidade e o Turismo, cuja infraestrutura e atividade dão dadas nos quintais e casas, é tida como uma atividade produtiva, mas com um viés de cuidado, ou seja, um trabalho que une “produção” e “reprodução”. Ademais, para as mulheres, o espaço de trabalho mais importante seria a terra, com o trabalho na roça, tendo em vista, entretanto, que a praia é um espaço intermediário, e de “encontro”.

Quando se trata não absolutamente o mar como masculino e a terra como feminina, mas relativiza-os por meio da consciência sobre a cooperação entre os gêneros e sobre a “complementaridade” entre as atividades e os produtos de seu trabalho (inclusive na alimentação da família), essa perspectiva ameniza o processo de “invisibilização” feminina em comunidades

⁴¹ Tradução nossa.

tidas como meramente “pesqueiras”. Sob essa égide, os trabalhos se completam, cada qual com sua contribuição, sendo um o “braço” do outro.

Acontecia no Aventureiro semelhante às comunidades “pesqueiras” do Nordeste, estudadas por Woortmann (1992, p. 35), em que “áreas de pousio, assim como a ‘mata fechada’, ainda não cultivadas, eram espaços economicamente produtivos”. Retiravam frutos da terra de gênero alimentício e medicinal, além de madeira para construção das edificações e para lenha dos fornos das casas e casas-de-farinha, além de troncos para modelarem suas canoas de voga⁴² e fibras para produção de utensílios que viabilizassem a produção de farinha ou a pesca. Claramente, vemos que o ato de coletar na mata pode se dar concomitante ao ato de transmitir o saber referente ao manejo do meio ambiente e do uso dos recursos naturais para a alimentação, a cura e a sustentação da vida naquele lugar.

Conforme a tradição local, a caça também era feita no Aventureiro e, por serem os vegetais da roça uma fonte de alimentação dos animais, “as armadilhas eram feitas geralmente nas roças”, respeitando o período da procriação (MACIEL, SOUZA & CARDOSO, 2011, p. 51). Atualmente, entretanto, essa atividade está proibida devido à criação da RBEPS. Segundo Ferreira (2004, p. 44), “há uma queixa recorrente, entre eles, sobre a interdição da caça, e da pesca nas lagoas [do Sul e do Leste], pois pelo que relatam, eram atividades consideradas importantes”.

Além do quê, quando há vazante da maré, das pedras, também coletam sururu e caracol para sua alimentação. Sururu é como eles chamam o mexilhão. E caracol, eles chamam de “corocol”. Há uma preocupação forte deles quanto a catar apenas o sururu e o caracol que já estejam em tamanho apropriado, deixando os pequenos para crescer na pedra. Segundo Beck (1991), essa é uma atividade partilhada entre mulheres e crianças quando a maré está baixa, “nos costões e nos baixios”.

Ao contrário do que acontece com as mulheres caboclas do litoral norte da região amazônica no nordeste paraense (MACHADO, 2007, p. 485), no Aventureiro, segundo relatos das moradoras, as mulheres não catavam caranguejo nas lagoas do Sul e do Leste. Mesmo assim, era feita a catação de

⁴² Canoa de voga é aquela construída artesanalmente a partir de um único tronco de árvore.

mariscos (caracol e sururu) nas pedras próximas ao Coqueiro Deitado, entre as praias do Aventureiro e do Demo, no Costão do Demo e até no Ilhote (Figura 16).

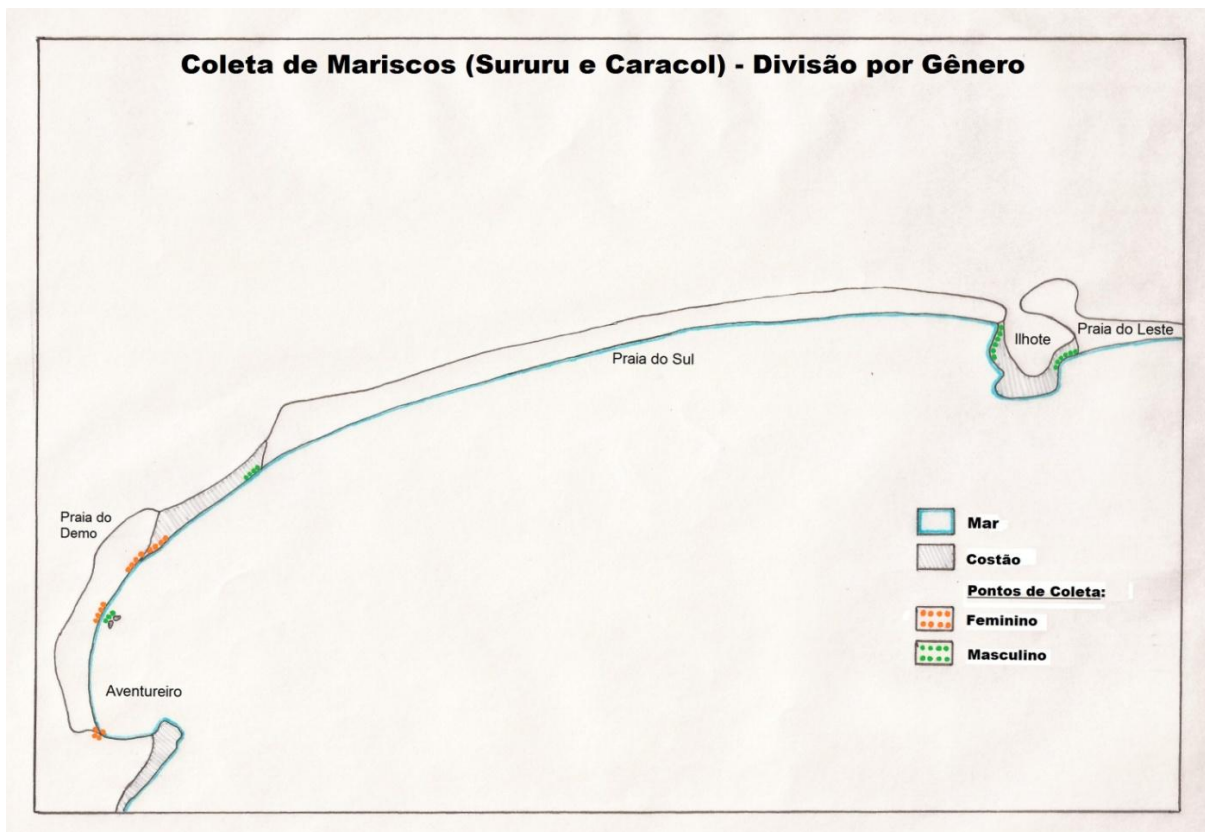


Figura 16: Catação de Sururu e Caracol – Divisão por gênero (Fonte: Acervo pessoal)

Segundo Cátia (54 anos, merendeira), as mulheres costumavam catar sururu (Figura 17) nas pedras mais próximas à praia: “As mulheres pegam sururu mais para a praia mesmo, ali naquelas pedras quem pega é homem, porque tem que nadar, tem que ser mais forte”, por serem de mais difícil acesso e por ser preciso mais força para mergulhar e catar o sururu. Cátia referiu-se às formações rochosas que ficam cobertas pelo mar em quase todo o tempo e aparecem mais na maré baixa. Mas ela informou que os homens também catam sururu no ilhote, onde é necessário também saber nadar.

Além dessas atividades mais pontuadas no Aventureiro, algumas vezes, pegam lula no mar dentro da área do PEMA. Segundo a Candinha (44 anos, dona de casa), “eles pegavam era muita lula aqui, [...] dava para ver daqui eles pegando muita lula que chegou a vender R\$ 400,00 de lula em Angra, R\$

15,00 o quilo”, o que, segundo meus cálculos, indica que o Maneco conseguiu vender cerca de 26,7 quilos de lula em Angra.



Figura 17: Catação de sururu (Fonte: Acervo pessoal).

A pegadeira ou a pesca de lula ⁴³ é “marcadamente estacional, associada à presença de águas frias próximas à costa [...]. As maiores capturas ocorrem nos meses do verão” (COSTA, MOREIRA & HAIMOVICI, 1990, p. 1127). No Aventureiro, a pegadeira geralmente acontece em janeiro (vide TABELA 1, mais à frente). Em 2012, ela aconteceu em maio. As mulheres também podem participar, embora não seja um fato tão comum. Exemplos disso são a Rosa (41 anos) e a Fernanda (20 anos), que, juntamente com o Caique (4 anos) e o Dudu (28 anos), foram pegar lula.

Também têm, os moradores do Aventureiro, o costume de produzir artesanato como remos, canoas e cestos, com os recursos que estão à mão, na mata, por mais que seja em menor escala devido às restrições de coleta de recursos dentro da RBEPS. Caminhando por entre as casas da vila, é possível ver, expostos nas varandas, barquinhos de pescador e canoas com remos,

⁴³ Pegadeira de lula é o termo usado para designar quando fazem a captura sequencial e intensa de um cardume de lulas.

esculpidos em madeira, e pintados em cores vivas para imitar as versões em tamanho original, usadas por eles no cotidiano. O exemplo mais conhecido e artesão mais citado no Aventureiro é o Dudu, que é tido como “um dos principais artistas do Aventureiro” (MENDONÇA & MORAES, 2011, p. 97). Ele conta como foi seu aprendizado do barquinho de pescador:

O barquinho eu vi, o Cristiano fazia barquinho já há tempo. Aí eu fiquei olhando, ele foi fazendo e eu fui olhando. Aí eu fui fazer em casa, fui fazendo, fui fazendo, aí saía errado e eu tacava fora o barquinho. Aí outro dia, eu fui lá ver, aí eu fiquei de noite vendo onde ele batia o facão, onde não batia. Aí fiquei lá vendo uma meia hora assim. Aí eu fui no mato, peguei um toco, e fui cortando, cortando, cortando. Aí deu certo, saiu o barquinho. Foi assim. Agora o resto, a casinha, a canoa, o remo, isso aí eu aprendi sozinho (Dudu, 28 anos, caseiro e artesão).

Porém essa não é sua atividade principal, e ele não faz muitos barcos devido às suas atribuições mais rotineiras como caseiro e no auxílio a alguma obra ou no trabalho com a lancha de seu tio Edson.

A Dona Augusta é quem faz o vinagre de banana. A farinha é feita principalmente pelas famílias da Candinha e da Bete. Dona Augusta (aposentada) nos contou como faz o vinagre de banana, produzido artesanalmente:

Pega as bananas e deixa apodrecer até acabar a espuma, aquela espuma que dá em cima, aí não põe mais nada, é só a banana mesmo. Aprendi com o irmão lá do Provetá que veio aí.

Ela não aprendeu com seus parentes, mas com um “irmão”, como o chama. A transmissão de saberes, nesse caso, não ocorreu verticalmente, entre uma geração e outra. Augusta passou seu conhecimento a outro morador do Aventureiro, Tião, que não tem o costume de produzi-lo. Contudo, é ela quem faz o vinagre de banana para vender, o que, hoje em dia, é feito com a ajuda dos administradores do *Camping* do Ruben e do Restaurante Cantinho. A respeito disso, Tatiana comentou o seguinte:

Eu uso o vinagre da Augusta há algum tempo. Os turistas vinham aqui e experimentavam o vinagre, tá? Eu dizia ‘olha, esse é o vinagre de banana produzido pela Augusta aqui no Aventureiro, tá?’ E todos eles gostavam muito. Mas era muito difícil eles irem lá em cima [na casa da Augusta, que fica localizada em uma parte alta na encosta] para comprar o vinagre. Aí eu falei para ela deixar umas garrafinhas aqui com a gente, tá? Nós não ganhamos nada com isso não, o dinheiro vai todo para a Augusta. O pessoal lá da Rural veio e falou que o vinagre dela é balsâmico, é muito bom.

Cada garrafa de vinagre é de 500 ml, vendido em embalagens de água mineral, sem rótulo, por escolha da Dona Augusta, que diz que “*não, minha filha, não quero papel não, porque a pessoa tem que comprar e olhar para ver se está ... [turvo]. Está bom assim do jeito que está*”. Por ser artesanal, Dona Augusta não faz muitas garrafas por vez e vende, em sua casa ou no Restaurante Cantinho, a R\$ 8,00 a garrafa.

No Aventureiro, os moradores cuidavam de animais de pequeno porte, como galinhas, perus, porcos. Atualmente, isso diminuiu bastante e quase nenhuma família ainda tem pequenos animais em seus quintais e, quando tem, são apenas aves: galinhas, patos ou perus.

2.3 A “MISTURA”: PADRÃO ALIMENTAR DO AVENTUREIRO

Na Ilha Grande, chamam de “mistura” todo alimento forte, com nutrientes significativos e que complementa o arroz, o feijão ou a mandioca, e que é a parte principal da alimentação “caiçara”. Os Filhos do Aventureiro tinham uma alimentação diversificada, com frutas, mandioca, batata-doce e outras raízes, peixes, mariscos, aves e carne suína para “mistura”, mas a base de sua alimentação estava realmente na mandioca e no peixe, como veremos mais à frente. Antes, analisemos o trecho abaixo:

Da roça, a pessoa só faz mesmo a farinha, porque o resto não dá, dá aipim, mas farinha só que é o importante da roça, porque o resto não, só farinha mesmo. Farinha daqui não tem igual não. Em lugar nenhum aí eu vi farinha igual à daqui. Nem em Paraty também que é parecido não tem farinha igual à daqui. Todo mundo em Angra prefere a daqui. Minha tia vende a farinha dela para fora (Dudu, 28 anos, caseiro e artesão).

Aqui, fica explicitada a importância material e imaterial da mandioca para a alimentação habitual, ainda hoje, dos Filhos do Aventureiro. Material por conter nutrientes essenciais e dar o sustento necessário para a vida e o trabalho árduos do ilhéu morador do Aventureiro, e imaterial porque é um elemento da identidade não apenas do “caiçara” em geral, mas também do Filho do Aventureiro, que orgulha-se por ter “a melhor farinha de mandioca” dos arredores, o que não se limita à Ilha Grande, mas a toda a Região da Costa Verde, chegando ao litoral norte do Estado de São Paulo.

Igualmente chamada “pão dos trópicos” ou “pão dos pobres” (MUSSOLINI, 1980) por ter sido um bom substituto ao pão europeu, a mandioca é “um alimento rico em amido e fornece uma série de sub-produtos, sendo rica em vitamina A, calorias e aminoácidos. Entretanto, é pobre em proteínas” (ADAMS, 2000b, p. 144) e, por essa razão, é que o peixe e a farinha de mandioca se complementam, o que é considerado “dos aspectos mais gerais da cultura litorânea” (MUSSOLINI, 1980, p. 226).

A mandioca é tida não somente como um “alimento do cotidiano”, mas também como um item de segurança alimentar e nutricional na comunidade de Sertão do Ubatumirim, em Ubatuba (SP) (DEVIDE, VALLE & CURI, 2005). Garrote (2004), por sua vez, afirma que a farinha de mandioca é bem presente na dieta dos grupos familiares do Mamanguá, em Paraty (RJ) e que, quando falta farinha, compram na cidade.

Há uma diferença dos Filhos do Aventureiro, visto que eles sempre comem com a farinha produzida por eles e, quando comem a farinha de outro lugar ou industrial, estranham, fazendo referência a ela como “*borracha*”, “*não torrada*”. A mandioca é o principal produto da roça para alimentação e para a pequena venda também, visto que seu excedente é vendido para os vizinhos que não têm mais roça e casa de farinha, e, em alguns casos específicos, para turistas e moradores do Provetá ou de Angra.

Seu plantio se dá entre os meses de agosto e setembro (MACIEL, SOUZA & CARDOSO, 2011, pp. 54-56), e, para a produção de farinha. O processo será enumerado a seguir e exposto passo a passo em imagens, na Figura 18: (1) colhem-na na roça, o que é um trabalho bastante desgastante, e que pude vivenciar. A seguir, levam-na ensacada até seu quintal, onde (2) a família se ajunta para descascar as raízes, raspando-as com facas.

Depois disso, (3) lavam a mandioca para tirar o excesso de terra e pequenas sujeiras, para, depois, levá-la para dentro da casa de farinha, onde vão (4) sevar-la⁴⁴ na roda, que é geralmente “girada” pelos homens da casa, enquanto a mulher com mais experiência, normalmente a mãe, pressiona a mandioca contra a roda. Quando o pedaço da mandioca já está em tamanho

⁴⁴ Sevar é o mesmo que ralar a mandioca na roda, que é fabricada artesanalmente, de madeira bem forte, desde sua estrutura até a roda em si, que é recoberta por uma lâmina de metal martelada de forma que se formam ranhuras para o ralo.

bem pequeno, ela empurra a parte menor com um outro pedaço maior de mandioca. Esse processo pode durar várias horas ou o dia todo, dependendo da quantidade de mandioca e, por esse motivo, há revezamento entre os homens que giram a roda e as mulheres que empurram a mandioca na roda.

Após ser sevada, (5) a massa da mandioca é colocada dentro do tapiti, e depois (6) é prensada para extrair todo o veneno, que é o ácido cianídrico⁴⁵. A massa se transforma em um bloco dentro do tapiti, que é quebrado e passado pela peneira dentro do cocho de madeira. (7) Aí começa a torra da mandioca, na chapa de cobre fixada sobre um forno a lenha, específico para a produção da farinha, mexendo-a com um “rodo” ou com dois “facões”, ambos feitos de madeira. (8) Torram uma parte da mandioca e juntam a essa farinha torrada uma parte da farinha não torrada, e daí por diante, até que toda a farinha esteja pronta. O ponto para a torra da farinha é que “*ela estala na boca*”, segundo a Bete, que fez a seguinte advertência: “*Tem que ter cuidado, mexer bem para não virar biju*” e para não queimar. Todo o processo de torra é bem rápido e exige muita atenção de quem manuseia o rodo e os facões, para não perder o ponto.

⁴⁵ O ácido cianídrico (HCN) provoca envenenamento imediato e geralmente leva a óbito após a intoxicação. O que diferencia a mandioca mansa (Aipim) da mandioca brava (Maricá) é justamente o teor de ácido cianídrico. Naquela, há “menos de 50mg de HCN/kg de raiz fresca sem casca”, enquanto nessa, o teor está “acima de 100mg de HCN/kg de raiz fresca sem casca” (CHISTÉ *et al*, 2010, p. 222).



Figura 18: Processo de produção de farinha da roça no Aventureiro (Fonte: Acervo pessoal)

O líquido que foi extraído na prensa fica reservado em potes ou baldes até que o “polvilho” assente no fundo. Então aquele líquido é jogado fora, com cuidado para não ser ingerido por crianças e pequenos animais, e o polvilho segue para o preparo do biju, quando colocam um pano de algodão por cima do polvilho que ficou no fundo, com a farinha quente, que acabou de sair da torra. Depois de seco, preparam o biju:

Na ultima massa que a gente fazia, né, que às vezes não dava para colocar tudo no tapiti, aí pegava um saco desses de colocar farinha, um saco branco de pano, aí botava água na bacia, aí botava um pouco de massa, diluía, aí colocava no saco e ia espremendo até sair a tapioca, aí enchia aquela bacia grande de tapioca, no outro dia levantava cedo e colocava fogo no forno, aí jogava aquela água toda que ficava em cima, botava fora e ficava só a tapioca, aí deixava um pouco secando no sol, depois secava com um pano, aí botava farinha quente, quando já estava fria botava no forno, até secar a tapioca toda, para poder peneirar, aí fazia aquele biju de folha, na folha de banana, pegava a folha de banana, botava na chapa, dentro do forno pra dar uma sapecadinha. Aí biju de sal colocava um pouco de sal ali na tapioca, aí colocava um pouco de coco, colocava outra camada de tapioca, aí fechava. Aí, de vez em quando, as crianças queriam a de açúcar. Aí colocava a tapioca, colocava um pouquinho de açúcar por cima, colocava leite condensado, colocava coco e colocava outra camada de tapioca (Rosa, 41 anos, dona de bar e camping).

Assim são preparados a farinha e o biju, como pude observar e participar do processo desde a colheita da mandioca até mexer a farinha na chapa de cobre. Ainda, segundo a Bete, eles mantêm essa tradição do mesmo modo como aprenderam com seus pais, “*senão não dá certo*” (Bete, 46 anos, dona-de-casa). Todas as casas de farinha (Figura 19) visitadas apresentavam os mesmos tipos de utensílios, “*são os mesmos que minha mãe e minha vó usavam, a foice, a enxada, o rastelo, o facão*” (Candinha, 44 anos, dona de casa), a roda, o tapiti, a prensa, o gamelo, o forno à lenha com tacho de cobre, o rodo.



Figura 19: Casa de farinha (Fonte: Acervo pessoal)

A Bete (46 anos, dona de casa) informou que o tacho que ela utiliza em seu forno de fazer farinha é o mesmo que ela herdou de sua mãe: “*Esse forno foi feito pelo meu esposo, essa chapa de cobre tem 105 anos, passou de geração em geração, entre os parentes e os compadres*”.

Além da mandioca, que tem fundamental importância na roça e na alimentação “caiçara”, e, por isso, foi tratada com mais detalhes. Outros vegetais são cultivados alternadamente, como já foi citado anteriormente. Maciel, Souza & Cardoso (2011) descreveram bastante a produção da roça no Aventureiro, de acordo com sua vivência pessoal e com falas de outros “Filhos do Aventureiro”, minhas experiências e informações, utilizei, com relatos obtidos na pesquisa em campo, para construir uma tabela, com o calendário anual da produção e do trabalho no Aventureiro (Tabela 1), que expõe sistematicamente o que é produzido, plantado, colhido, trabalhado. Devo ressaltar que, na tabela, foram destacados os elementos principais e usuais da produção do Aventureiro.

Tabela 1: Calendário Anual da Produção e do Trabalho no Aventureiro

Jan	Alta temporada turística – Reveillon / Verão	Pegadeira de lula**			
Fev	Alta temporada turística – Carnaval / Verão	Preparo da terra para o feijão*	Colheita do milho*	Colheita do arroz*	
Mar	Alta temporada turística – Semana Santa / Verão	Plantio do feijão*	Maior abundância de sardinhas (Outono)	Banana**	Batata**
Abr			Maior abundância de sardinhas (Outono)		
Mai	Cortar mandioca**	Pegadeira de lula** (2012)	Maior abundância de	Tainha*	

			sardinhas (Outono)		
Jun	Cortar mandioca**	Colheita do feijão*	Maior abundância de sardinhas (Outono)	Tainha*	
Jul	Cortar mandioca**			Tainha*	
Ago	Começa o preparo da terra para mandioca*	Preparo da terra para o feijão*	Preparo da terra para o milho*		
Set	Abertura de covas para plantar as “ramas” de mandioca*	Começa o plantio do feijão*	Plantio do milho*	Plantio do arroz*	Batata**
Out	Plantar mandioca**	“NÃO planta banana, cana, nada, porque tem muita formiga” **			
Nov					
Dez	Alta temporada turística – Natal / Reveillon / Verão	Colheita do feijão*			
Observações: * Maciel, Souza & Cardoso (2011). **Relatos de moradores que têm roça.					

Fonte: Acervo pessoal.

A mandioca, o pescado, a banana, enfim, os frutos da terra e do mar do Aventureiro, por várias décadas, garantiram a subsistência do povo em seu lugar, com os nutrientes necessários para a árdua vida cotidiana. Nas roças e nos quintais é encontrada a base da alimentação, juntamente com os peixes no mar. Isso mostra uma “complementaridade” dos modelos de produção,

apropriando-me do termo usado por Woortmann (1991), que caracteriza uma complementaridade de gênero sobre os saberes transmitidos, que garantem a continuidade da comunidade.

É fundamental observar a “complementaridade” aqui exposta, porque o homem traz o peixe como recurso do mar para a alimentação e para a comercialização, e a mulher entrava com o papel da conservação, na secagem do peixe, para garantir a sua durabilidade no prato da família. Mas, apesar de não haver mais a conservação por secagem, ainda “*consertam*” o peixe, tomando parte como “braço” (WOORTMANN, 1991) do homem na pesca.

Levando em consideração que o mar “dia dá, dia não dá” (WOORTMANN, 1991), caso, em algum momento, a pesca fosse fraca e os homens não conseguissem trazer, do mar, frutos substanciais de seu trabalho, teriam pescado disponível para a “mistura”, transformado e preparado pelas mãos da mulher. O excedente tornava-se mercadoria vendida em Angra.

Por essa linha de pensamento, o sentido da catação de sururu e caracol era a de substituir a “mistura” que faltou, ou o peixe que não chegou do mar. Na comunidade de Baía Formosa (WOORTMANN, 1991, p. 17), as mulheres catavam caranguejo no mangue para compensar tempos fracos de pesca, porque pescaria de rede, não se dá do mesmo modo o ano todo. Acontece parecido com o Aventureiro: “*Antes, todo mundo pegava sururu, quando não tinha muita mistura, a gente comia sururu, dá para fazer sururu frito, cozido, pirão*” (Cátia, 54 anos, merendeira). Nota-se que quem cata mais sururu e caracol são as mulheres, nas rochas próximas à praia.

Nos dias atuais, como o sururu e o caracol diminuíram devido às condições climáticas e do mar desfavoráveis ao seu crescimento, como era antes, seu significado na alimentação dos Filhos do Aventureiro mudou. Hoje em dia, raramente se tem o sururu e o caracol na alimentação. Quando a maré está baixa, é possível ver algumas mulheres, algumas vezes acompanhadas de uma criança ou outra, um balde e um facão à mão, seguindo para os pontos de coleta (Figura 16).

Assim como nas comunidades “pesqueiras” do Nordeste, como tinham uma mais ampla criação de animais de pequeno porte, suínos e aves, “alimentados a partir da roça (e intermediariamente por meio da casa-de-farinha e da casa), por sua vez produziam (ovos) e constituíam alimento”

(WOORTMANN, 1992, p. 35), parte da “mistura” na alimentação das famílias do Aventureiro. Hoje em dia, a prática da criação desses animais diminuiu bastante, sendo apenas alguns moradores que ainda os criam em seu quintal, e apenas aves. Não há mais porcos.

A relação dos “Filhos do Aventureiro” com seu ambiente é de interdependência, o que garante sua sobrevivência, e dava-se não apenas para sua alimentação, mas também busca de ervas, para a cura de doenças, e tempero, plantadas nos quintais das casas, como é o caso da alfavaca⁴⁶ (Figura 20). Os moradores dependiam do saber sobre as plantas com poder curativo, até juntamente com o conhecimento sobrenatural das rezas.



Figura 20: Ervas nos quintais (Fonte: Acervo pessoal)

Como foi mencionado no capítulo anterior, mesmo havendo um relativo isolamento ocasionado pelas condições adversas dos ventos e do mar e da dificuldade de acesso à cidade, os Filhos do Aventureiro, assim como é característico de comunidades “caiçaras” de modo geral, tinham algum contato com o mercado na sociedade moderna, para venda de mercadorias produzidas

⁴⁶ O nome da planta tem sua origem na palavra árabe *albahaqa*, que significa “cura tudo”. Em suas variações, alfavação e alfavaquinha, são encontrados por toda a Ilha Grande, segundo Maciel & Cardoso (2003). Além de ter efeitos curativos para diversas enfermidades, ainda serve de tempero para a comida, sendo vista como próxima ao manjericão.

em sua terra e levadas de barco até Angra dos Reis, e para compras de alguns produtos, que não eram produzidos no Aventureiro:

Ah, quando eu era pequena a gente não comprava o pó de café, a gente colhia aqui e socava no pilão, fazia pó, era até um pó que rendia pra caramba, era forte, bem forte mesmo, fazia café de cana, açúcar comprava bem pouco mesmo. Colhia arroz, feijão. O peixe também que a gente pegava ali no mar né? Fazia banana, secava o peixe, fazia peixe seco, fazia o pirão de peixe com banana verde né? E secava com farinha, que às vezes nem cozinhava o feijão, era só aquilo ali. Colhia batata, aipim. Tudo isso a gente colhia da roça. Era difícil comprar pão, a gente comia essas coisas, colhia fruta-pão. Maioria das coisas a gente colhia tudo da roça. Aí gastava bem pouco, só comprava mesmo óleo, sabão, alguma coisinha assim que aqui não tem como ter, como comprar mesmo (Candinha, 44 anos, dona de casa).

As refeições no Aventureiro são feitas em quatro momentos: café da manhã, almoço, lanche da tarde e jantar. No café da manhã, não havia leite, porque não havia criação de animais de grande porte, mas era composto ou de café ralo bem adoçado ou de café de cana, junto com inhame, batata doce, aipim ou fruta-pão.

O almoço continha principalmente peixe, mas, quando faltava peixe para a mistura, comiam sururu, ou peixe seco, ou algum animal de pequeno porte criado por eles, e, quando faltava algum tipo de carne, comiam, arroz, feijão e farinha, produzidos no Aventureiro. Dizem que “*não pode faltar a farinha*”, reconhecida pelos Filhos do Aventureiro como “*a melhor da região*”.

Pouco tempo depois do almoço, no meio da tarde, em qualquer casa que eu chegava para conversar, encontrava um cafezinho na garrafa, no mesmo estilo do café da manhã, um café fraco e bem adocicado, quando não, um café de cana⁴⁷ acompanhado de muita receptividade. Para o lanche da tarde, quando não se repetem os itens do café da manhã, podem também preparar um bolo, ou bolinhos de banana fritos.

Para a “janta”, repete-se o cardápio do almoço, como a Rosa afirmou: “*eu não gosto de fazer a janta, aí já faço o almoço que já fica pra janta*”. Mas já presenciei a “janta” ser apenas arroz, feijão preto e farinha. Quando há uma ocasião especial, também podem trocar a refeição nesses moldes por um churrasco de carne vermelha.

⁴⁷ Para fazer o café de cana: “*Coloca o pó de café no coador [de pano], ferve metade de água e metade de caldo de cana e passa no coador*” (Candinha, 44 anos, dona de casa).

CAPÍTULO 3 “QUANDO A GENTE DESCOBRIU, ISSO AQUI JÁ ERA RESERVA”

“Não pode fazer uma roça, não pode pescar, vai viver de quê? Vai roubar, vai matar, vai assaltar? Não veem quem tá roubando lá fora, aí a gente que tá aqui, que é sofredor, aí querem parar a gente, ah, pelo amor de Deus! O quê que eles querem mais? Quer que a gente saia, quer que a gente vá para onde? Complica, né? A gente fica num beco sem saída, né? E cada dia que passa é pior” (Filho do Aventureiro, 52 anos).

A concepção de áreas protegidas, segundo Vianna está muito ligada à concepção de conservação, desde o século XIX, quando a natureza selvagem era tratada como “um lugar de elevação da alma humana, de refúgio e intimidade, um paraíso perdido” (2008, pp. 144-145), em que essas áreas eram chamadas também de “ilhas de antítese do desenvolvimento”, o que as caracteriza de forma bem clara quanto ao seu objetivo, que é o de proteger as espécies endêmicas, porém afastando o homem desse espaço para garantir sua regeneração, sendo uma área “reservada” para “o contato com a natureza” e “o retorno a uma vida mais simples”, que funciona como “antídoto” para a sofisticação, a afetação, a superficialidade o refinamento e a civilidade do mundo moderno (BARRETTO FILHO, 2001, pp. 143-144).

Na maioria das Unidades de Conservação de Proteção Integral, na visão moderna, o homem seria tratado como um destruidor das áreas naturais. Ressalto que essa é uma abordagem do homem urbano, e que aumenta o distanciamento entre homem e natureza, quando não leva em consideração a perspectiva tradicional das populações que vivem há anos, quiçá séculos, em contato com essas áreas.

Essa perspectiva é ainda mais destacada em ilhas, que já carregam consigo a ideia de exotismo, de mundo selvagem e de paraíso (DIEGUES, 1998).

3.1 A RESERVA BIOLÓGICA ESTADUAL DA PRAIA DO SUL E O PARQUE ESTADUAL MARINHO DO AVENTUREIRO

O Aventureiro é “sobrepsto” por duas áreas protegidas, ou Unidades de Conservação Estaduais (Figura 21): a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul (RBEPS) e o Parque Estadual Marinho do Aventureiro (PEMA).

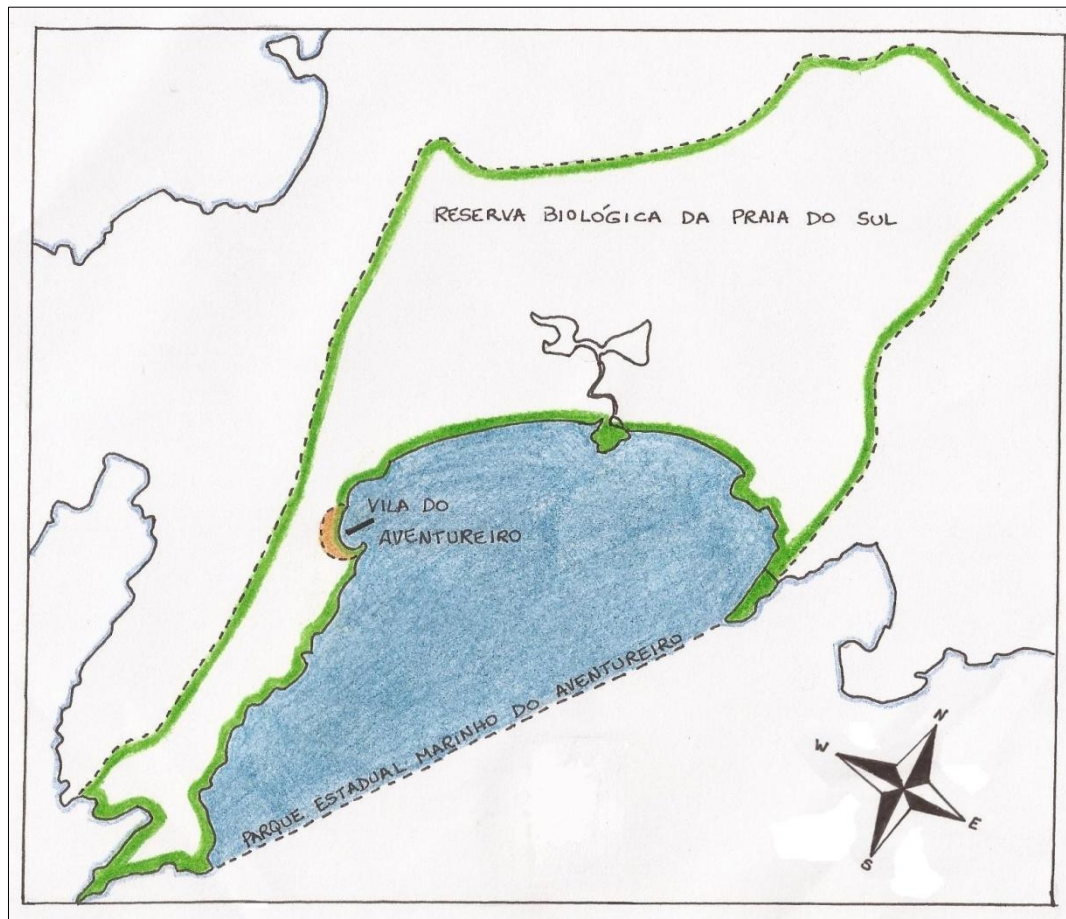


Figura 21: Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul (RBEPS) e Parque Estadual Marinho do Aventureiro (PEMA) (Fonte: Acervo pessoal)

A respeito dos objetivos de uma Unidade de Conservação, Barretto Filho (2001) ainda menciona que:

Em função das alterações produzidas pela espécie humana na biosfera, as áreas protegidas, as reservas naturais e os refúgios de vida silvestre tropicais representariam, na condição de estoques genéticos *in situ*, a possibilidade de continuidade ao processo evolutivo à escala global (BARRETTO FILHO, 2001, p. 145).

A condição de ser um “estoque” endêmico, que, simbolicamente, carrega em si o isolamento, é continuada e potencializada, com o exotismo

quando se trata de áreas protegidas localizadas em ilhas. Por causa de seu maior isolamento, dificuldade em comunicação e acesso, a ideia de Unidades de Conservação como área de refúgio para a proteção das espécies e um lugar para o reencontro entre o homem moderno afastado e a natureza distante, de que o homem se afastou:

Se foi criada uma Reserva Biológica, foi para proteger a biota. Ali na REBIO é o único lugar no Estado do Rio de Janeiro que mantém os cinco ecossistemas preservados, o único lugar sem interferência humana é o rio Capivari, o único lugar com duas lagunas de água salgada é aqui, costão rochoso, restinga, mangue, tem isso tudo aqui. Então, o negócio é preservar isso. Você não vê um lugar assim no sul-fluminense, no norte-fluminense. Vê lá para os lados da Bahia. Até Joinville, SC, o lugar mais preservado é esse canto. E eu sou responsável pra tomar conta disso tudo (André Castro, 39 anos, Adjunto Operacional do INEA).

Por esse depoimento, pode-se perceber o claro objetivo das Unidades de Conservação do Aventureiro, consonante com grande parte das Unidades de Conservação de Proteção Integral do Brasil, de proteção da biota, ou seja, todos os seres da natureza exceto o homem, característica essa conformada pela letra da lei.

Tanto a RBEPS quanto o PEMA são áreas protegidas de Proteção Integral, que, originalmente, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (BRASIL, 2000), têm por objetivo a “manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana”⁴⁸, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais”.

No próprio SNUC, é possível notar o distanciamento institucionalizado que se perpetua, quando se diz que os ecossistemas serão protegidos pelas Unidades de Conservação dessas “alterações humanas”. Sabemos que esse distanciamento entre homem e natureza influencia sobremaneira a vida da população tradicional e os saberes inerentes, que dependem do uso direto dos recursos naturais encontrados em seu ambiente para serem transmitidos e postos em prática.

Contudo, esse não é um processo passivo, em que a população só é influenciada pela criação das Unidades de Conservação. Ela também pode influenciar positivamente na preservação da biodiversidade, tendo em vista que

⁴⁸ Grifo nosso.

sua vida é um “processo de desenvolvimento”, de cujo relacionamento surgem as capacidades e saberes quanto a seu ambiente, conforme cita Ingold (2010):

As capacidades não são nem internamente pré-especificadas nem externamente impostas, mas surgem dentro de processos de desenvolvimento, como propriedades de auto-organização dinâmica do campo total de relacionamentos no qual a vida de uma pessoa desabrocha (INGOLD, 2010, p. 15).

Em seu artigo sobre a “educação da atenção”, Ingold (2010) deixa claro seu posicionamento de que a transmissão e a adaptação dos saberes dependem do relacionamento dos indivíduos com seu ambiente (tudo que está a sua volta): espaço de trabalho, pessoas, recursos naturais, instituições e, nesse caso das Unidades de Conservação, também os indivíduos são influenciados pelas regras e restrições. Dentro dessa perspectiva, então, podemos dizer que um diálogo entre os saberes “tradicionais” e modernos de manejo dos recursos naturais seria positivo tanto para a preservação sociocultural da comunidade, quanto para a preservação dos ecossistemas dentro das Unidades de Conservação. Esse é um fator interessante, visto que “cada vez mais se reconhece o peso dos fatores dos socioculturais [...] na conformação atual das áreas silvestres tropicais” (BARRETTO FILHO, 2001, p. 146).

Como já foi citado no capítulo 1, as Unidades de Conservação “sobrepostas” ao Aventureiro situam-se em área de remanescente da Mata Atlântica, com a ocorrência de cinco ecossistemas na Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul: “mata de encosta, manguezal, restinga, lagunas (com campos inundáveis em seu entorno) e costões rochosos” (INEA, 2012).

Vianna (2008) expõe que:

A partir dos anos 1950 – e mais acentuadamente a partir da década de 1970 –, cresceu significativamente o estabelecimento de áreas naturais protegidas. Entre 1970 e 80, criaram-se cerca de 2.100 áreas naturais protegidas nacionais em todo o mundo (VIANNA, 2008, p. 151).

A autora ainda cita que, no início da década de 1980, começaram a ser elaborados os planos de manejo dos parques nacionais e reservas biológicas, mas “foram elaborados sem que houvesse qualquer preocupação com o envolvimento das populações locais” (VIANNA, 2008, p. 172), da mesma forma como foram criadas as próprias Unidades de Conservação. Seguindo essa

tendência de alto índice de criação de áreas naturais protegidas entre as décadas de 1970 e 1980, e tendo em vista que “os Parques Nacionais e Reservas Biológicas predominaram no país até os anos 80 (DIEGUES & VIANNA, 1995, p. 270), foi criada a RBEPS, com seus 3.600 hectares, em 02 de dezembro de 1981 pelo Decreto nº 4.972 (ANEXO A) com a finalidade de “preservar, sob rigoroso controle⁴⁹ do Governo Estadual, os ecossistemas naturais que abrigam exemplares da flora e fauna indígenas”, protegendo a área de ameaças de especulação imobiliária. Essa Reserva leva o nome de uma de suas maiores praias⁵⁰ (Praia do Sul, mostrada na Figura 22).



Figura 22: Praia do Sul (Fonte: Acervo pessoal).

A parte do mar mais próxima à areia e à praia, antes espaços comuns a homens, mulheres e crianças para a pesca de arrasto, também sofreram modificações quanto ao seu uso, depois do Decreto nº 15.983 de 27 de novembro de 1990 (ANEXO B), por meio do qual foi criado o Parque Estadual Marinho do Aventureiro (PEMA), que engloba toda a área do mar da reentrância entre a Ponta do Drago e a Ponta da Tacunduba (vide Figura 21), vetando “a exploração dos recursos naturais, especialmente a pesca, e

⁴⁹ Grifo nosso.

⁵⁰ As praias que inclusas na RBEPS são: dos Meros, do Aventureiro, do Demo, do Sul e do Leste.

qualquer atividade potencialmente poluidora”. Ficaram permitidas a pesca artesanal e atividades como o turismo ecológico e pesquisas científicas.

Contudo, o que se nota até na leitura desses Decretos é que os “Filhos do Aventureiro”, na época, não foram considerados na decisão de sua implantação, porque, segundo diversos relatos, ninguém os consultou ou explicou o que seria uma Reserva ou um Parque Marinho: *A REBIO entrou aqui sem consultar com ninguém, ela entrou, botaram, criaram essa Reserva, mas é sempre assim*” (Suely, 48 anos, agente de saúde).

E, como menciona Dasmann:

Sabemos que os parques nacionais, reservas naturais e outras áreas protegidas do mundo foram mais comumente criadas sem sequer o conselho ou consentimento das pessoas que possivelmente seriam afetadas diretamente por sua criação (1984, p. 668).⁵¹

Isso se deu devido ao apelo majoritariamente ambiental historicamente estabelecido por esses modelos de Unidades de Conservação. Mas, como citado no relato anterior, há prós e contras na criação da RBEPS. Por um lado, protegeu-os de um mal maior, que veio a partir da abertura da Rodovia Rio Santos, na década de 1980: a especulação imobiliária e o Turismo. Por outro lado, cerceou suas manifestações socioculturais, limitou suas formas tradicionais de trabalho e afetou, de certo modo, a subsistência das famílias, que precisaram se adaptar ao novo contexto colocado com as novas formas de trabalho com o Turismo.

Segundo Ferreira (2004, p. 30), como o Parque Marinho tem função complementar à Reserva, haveria um conflito com o Decreto dessa área protegida, já que permite a pesca artesanal, o que supõe “a existência de uma população radicada na região”; e o turismo ecológico, que supõe “infraestrutura e atividades também em terra”, ou seja, na área da RBEPS.

Acontece que, teoricamente, Unidades de Conservação de Proteção Integral não permitem a permanência de pessoas em seu interior, de acordo com o SNUC. Ainda, para Diegues & Vianna (1995, p. 340), “o maior problema encontrado para a efetiva implantação das Unidades de Conservação, é, sabidamente, o da regularização fundiária”, sendo que o Rio de Janeiro é o estado com pior situação com relação a isso porque “apenas 10% das UCs tem

⁵¹ Tradução nossa.

regularização total” (*op cit*, p. 342). A restrição extrema de populações no interior das áreas protegidas teve algumas consequências:

Antes de sua demarcação, uma boa parte das reservas tinha habitantes históricos e muitos foram desalojados, de modo violento [...]. Eram populações locais cujo uso dos recursos tinha formas e ritmos inteiramente diversos do homem urbano (VIANNA, 2008, p. 148).

Sendo que, ainda segundo a autora (*op cit*, p. 188), “o estado do Rio de Janeiro tem população em 73% de suas áreas restritivas, o Espírito Santo, 25% e o Paraná, 20%”, o que nos faz refletir que essa situação de conflito se repete ao longo de todo o país, o que contradiz a Convenção da Diversidade Biológica (MMA, 2000), por meio do Decreto Legislativo nº 2, de 05 de junho de 1992, reconheceu a dependência “estreita e tradicional” de comunidades locais “com estilos de vida tradicionais”, unindo a conservação da biodiversidade à repartição equitativa de benefícios provenientes do uso de conhecimentos tradicionais e práticas sociais próprias das populações, enfatizando inclusive o papel da mulher no uso sustentável dos recursos biológicos para a conservação da biodiversidade. Então, à população local cabe parte da responsabilidade pela gestão suficiente das Unidades de Conservação em que vivem.

Vianna (2008) cita as áreas de roças, de coleta de recursos para confecção de utensílios como sendo algumas das atividades cotidianas desses grupos humanos que viviam na área das Unidades de Conservação antes mesmo de sua criação, retratando uma “miopia” com que a população é tratada pelo órgão ambiental quando da desconsideração da existência daquela população nesse processo.

A partir de 1981, a RBEPS, por um lado, protegeu a área da especulação imobiliária, popularmente chamada “expulsão branca”. A especulação imobiliária e o Turismo começaram seu ciclo maior na região da Costa Verde, onde fica a Baía da Ilha Grande, em torno de 1973 e 1975, quando a BR-101 (Rodovia Rio-Santos) começou a cortar todo o litoral sul do Estado do Rio de Janeiro, dando acesso aos lugares que, antes, eram quase, ou até praticamente, inacessíveis.

Em Ilha Comprida (SP), conforme expõe Carvalho (1999), a especulação imobiliária teve início na década de 1950, também a partir da construção da

Rodovia Rio-Santos, quando começaram a “propor a compra da terra dos moradores da ilha”. Entre as décadas de 1960 e 1970, surgiram mais empresários interessados, “não tinham escrúpulos quanto aos meios empregados para a obtenção [...] de terras”. Em meados da década de 1980, começou uma tentativa de regularização da posse das terras de Ilha Comprida, o que, nos anos 1990 ainda caminhava em passos lentos.

Certamente, esse processo de tentativa e de regularização da posse de terras, mesmo que em passos lentos, teve influência da criação da Área de Proteção Ambiental (APA) de Ilha Comprida, criada em 1987 e regulamentada em 1989. Mesmo que essa categoria de Unidade de Conservação seja bem menos restritiva que uma Reserva Biológica (REBIO), ainda assim, pode ser comparada ao que acontece no Aventureiro, visto que, por mais que a RBEP interdicte alguns de seus costumes, por outro lado, os resguarda quanto à especulação imobiliária.

Parecido com esse caso de Ilha Comprida (SP) é o da comunidade da Praia do Sono, Paraty (RJ), cuja área sofreu uma “irrefutável falsificação cartorial e atos de terrorismo contra os moradores” (VIANNA, 2008, p. 73). Contudo, eles, cientes de seus direitos sobre a terra, resistiram, lutaram e, assim, puderam continuar morando e exercendo suas atividades a contragosto dos interesses daquele que se dizia proprietário das terras dos moradores do Sono.

Um pouco diferente do que acontece em Ilha Comprida (SP) é a situação de Pipa (RN). Lá, segundo Xavier (2008), a especulação imobiliária tomou a frente de qualquer interesse social da comunidade quilombola tradicionalmente residente. O crescimento do Turismo que, antes, foi visto pela própria comunidade como “a salvação da gente”, toma outra forma, mais agressiva e, aos poucos, os expulsa de sua terra. A autora (*op cit*) ainda menciona que “O poder aquisitivo abre muitas portas e fecha muitos olhos”, quanto à situação de Pipa e seu atual apelo turístico intensivo. Vianna menciona que:

Os municípios com maior concentração de conflitos fundiários, no período entre 1970 e 1985 são Angra dos Reis e Paraty. A microrregião da Ilha Grande tem alta concentração de propriedade, o que também se explica pela intensificação da especulação imobiliária a partir da construção da rodovia BR-101 (2008, p. 72).

Em toda a Ilha Grande, praias foram submetidas a essa especulação, decorrente do maior conhecimento de turistas acerca do lugar tratado como “paradisiáco”. Depois da construção da Rio-Santos, os turistas tiveram a chance de “desbravar” todo o litoral sul do Estado, o que chamou sua atenção e a atenção de empreendedores no afã de obter grandes lucros com a chegada desses novos visitantes. Mas o maior exemplo dos efeitos da especulação imobiliária é, sem dúvida, a Vila do Abraão⁵², que sofre com o inchaço populacional e suas consequências, como o desemprego, que acarreta diversos outros problemas sociais. Turistas de outros estados do Brasil e de outros países que se apaixonam pelo lugar, alguns empresários individualistas que só querem o lucro e não se juntam em ações pelo bem-estar social, e uma minoria de nascidos na Ilha – assim é formado o empresariado no Abraão, pousadeiros, donos de agências de viagens, restaurantes, bares, lojas de artesanato.

Os Filhos do Aventureiro ficaram menos expostos ao perigo da “expulsão branca” justamente por estarem dentro da RBEPS. De acordo com o que deixa claro o SNUC sobre a categoria de Reserva Biológica, eles não deveriam permanecer ali. Porém, como direi mais à frente, no capítulo 4, foi feito um Termo de Compromisso para a permanência da comunidade no local em que vive há cerca de 150 anos (WUNDER, 2000).

Acontece que, contrariamente a essa proteção dos empresários, segundo eles, os “*Marajás*” propiciando que a Costa Verde ficasse vulnerável, o Estado, por meio da RBEPS e do PEMA, apropriou-se da terra e do mar do Aventureiro, apenas com a explicação posterior (à sua criação) de que aquela área teria se tornado uma Reserva. Então a terra foi protegida da apropriação do privado pelo público para ser apropriada pelo Estado, sob o argumento de proteção à biota e, posteriormente, com a consolação de que a apropriação do Estado os protegeu da apropriação do privado. Ressalto que essa última devasta o espaço de trabalho, os recursos naturais e a cultura local; enquanto, no caso do Estado, muda os significados de importância dos recursos naturais, diminui o espaço de trabalho e, assim, também, a prática cultural do lugar, e a transmissão de saberes.

⁵² A distância entre o Aventureiro e a Vila do Abraão é de cerca de 2h30 de barco.

No ano de 2006, estudiosos⁵³ sobre Vila do Aventureiro e a Ilha Grande juntaram-se para elaborar o documento “Argumento Pró-Aventureiro” (ANEXO C), por eles assinado, que foi entregue ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, com base em seus próprios trabalhos e pesquisas, com o objetivo de:

- A) Contribuir (até que se concretize, por via de legislação, uma mudança de categoria de Unidade de Conservação) para o estabelecimento de um acordo jurídico que tire os moradores da Praia do Aventureiro da condição de irregularidade em que foram colocados, garantindo-lhes condições de sobrevivência através do exercício das atividades relacionadas ao turismo que já vêm exercendo há mais de uma década.
- B) Contribuir para uma fundamentação no sentido de re-categorizar a área da Praia do Aventureiro (Ilha Grande, Angra dos Reis, RJ), hoje situada dentro dos limites da Reserva Biológica da Praia do Sul, como uma RDS -Reserva de Desenvolvimento Sustentável. (ARGUMENTO PRÓ-AVENTUREIRO, 2006, p. 2).

O documento argumenta os porquês de a área não ser transformada em Área de Proteção Ambiental (APA), mas sim em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Cita que uma APA é menos restritiva, colocando-os sob o perigo da especulação imobiliária e da acentuação do processo de favelização nos morros de Angra, já que, permanecendo a Reserva, é para lá que os Filhos do Aventureiro iriam possivelmente. Além do quê, a APA é vista como uma “catástrofe ambiental” para a área do Aventureiro. Em contrapartida, mostra que uma RDS pode ser tratada como uma zona de amortecimento para a RBEPS, uma “política pública de peso social” que evitaria o êxodo com condições precárias de moradia, fixando a população em sua terra, além de permitir que o Turismo aconteça, mas com características a serem aprimoradas.

No dia 26 de dezembro de 2006, passou a ter validade o Termo de Compromisso temporário entre a comunidade; a Associação de Moradores e Amigos da Praia do Aventureiro (AMAV)⁵⁴; o Ministério Público Estadual do Rio

⁵³ Os estudiosos que assinaram o “Argumento Pró-Aventureiro” foram: Aparecida Vilaça (MN / UFRJ), Daniel Di Giorgi Toffoli (PUC-RJ; Analista Ambiental do IBAMA), Gema Juárez Allen (EICOS / UFRJ), Gustavo Villela Lima da Costa (MN / UFRJ), Helena Catão (CPDA / UFRRJ), Luiz Renato Vallejo (UFF), Marc-Henry Piauxt (EHESS Paris), Marcus Machado Gomes (UERJ; Analista Ambiental do IBAMA e Representante do CNPT / IBAMA no Rio), Myrian Sepúlveda dos Santos (UERJ), Patrícia Birman (UERJ), Rogério Ribeiro de Oliveira (PUC-RJ), Rosane Manhães Prado (UERJ), Sven Wunder (CIFOR).

⁵⁴ A AMAV nasceu no ano de 2000, a partir da necessidade de representação dos Filhos do Aventureiro perante o conflito em que foram colocados quando do inquérito civil aberto no

de Janeiro; a Prefeitura de Angra dos Reis; e a FEEMA, atual INEA. Esse acordo ensejou o respaldo da permanência da população na vila, concedendo autorização de estadia de 560 visitantes diários⁵⁵ e do funcionamento de 18 *campings*, para que as atividades econômicas fossem exercidas sustentavelmente.

E, em 2008, por meio da Resolução nº 057 (D.O.E.R.J., 2008, Parte I, p. 9), da Secretaria Estadual do Ambiente (SEA), foi instituído o Grupo de Trabalho (GT) do Aventureiro, composto por membros da SEA, da FEEMA e do Instituto Estadual de Florestas (IEF) para “estudar e propor a exclusão da Vila do Aventureiro [...] dos limites da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul” (Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2010).

Já em 22 de maio de 2010, foi enviada pela AMAV ao INEA (ANEXO D), aos cuidados do GT Aventureiro, uma Carta assinada pelo então presidente da Associação, solicitando a implantação da RDS no Aventureiro, argumentando que ela garantiria:

A manutenção das nossas raízes, nossa cultura e nossa identidade, com o direito à própria subsistência e das gerações futuras e sobretudo com o dever de preservar o meio ambiente através dos ensinamentos transmitidos pelos nossos antepassados⁵⁶ (Carta da AMAV ao INEA, 2010).

Em 2010, foi proposto o Projeto de Lei nº 3.250/2010 (ANEXO E), que está sob o crivo do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, e propõe a alteração dos limites da REBIO da Praia do Sul, “com a redução de aproximadamente 3% (três por cento) de sua área original, que passam a integrar a porção terrestre da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro” e o Parque Marinho “fica re-categorizado como Reserva de Desenvolvimento Sustentável, passando a sua área a corresponder exatamente à porção marinha da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. “A Associação de Moradores, apesar ser uma forma de organização externa ao povoado do Aventureiro, se apropria de novas identidades e do discurso ambiental na defesa de seus interesses” (COSTA, 2009, p. 1) e esse foi o motivo de sua criação.

⁵⁵ Para visitar o Aventureiro, os turistas precisam pedir uma autorização em Angra dos Reis, informando a data de ida e de volta e o camping em que ficará instalado. Essa ação serve primordialmente para controle do número de visitantes por dia.

⁵⁶ Grifo nosso.

Aventureiro”. Os limites do que seria a RDS do Aventureiro foram demonstrados pelo Comitê de Defesa da Ilha Grande – CODIG⁵⁷ (Figura 23).

O Projeto de Lei, com a recategorização para RDS, prevê a permanência da população, dando-lhes a garantia do direito de continuar, agora legalmente, com as atividades na roça e na pesca artesanal, além do quê, eles podem continuar com o Turismo, com algumas melhorias para ser mais sustentável.

O Projeto de Lei está sujeito ao parecer dos deputados na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), distribuídos em sete Comissões: (1) Constituição e Justiça; (2) Defesa do Meio Ambiente; (3) Saneamento Ambiental; (4) Política Urbana, Habitação e Assuntos Fundiários; (5) Combate às Discriminações e Preconceitos de Raça, Cor, Etnia, Religião e Procedência Nacional; (6) Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Regional; (7) Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle.



Figura 23: Limites propostos para a RDS do Aventureiro (Fonte: CODIG, 2010, p. 2)

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), segundo o artigo 20, caput, da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000), é uma unidade de conservação

⁵⁷ CODIG é uma organização não governamental criada em 2000 para o beneficiamento e a proteção ambiental e social nas comunidades da Ilha Grande.

“que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica”.

Assim, a população ali nascida e residente poderia permanecer em sua terra legalmente, sendo assegurados seus modos de vida, seu trabalho e o uso dos recursos naturais, numa perspectiva sustentável. E o Turismo também poderia continuar sendo desenvolvido em seu cotidiano nessa mesma perspectiva, com ações de controle para não ser intensivo e com o mínimo de efeitos sociais e ambientais negativos.

Acontece que, atualmente, podemos notar uma divisão entre os Filhos do Aventureiro sobre o assunto “Reserva - Parque Marinho – RDS”, sendo que a RDS é tratada por alguns como “*mais um conflito que criaram na comunidade*”. Outros continuam querendo a recategorização, sob o argumento de que poderão viver com menos proibições. Há uma parcela dos moradores, entretanto, que desacreditaram do processo e das instituições a ponto de não esperar que possa mudar algo com a entrada da RDS e, mais grave, alguns acreditam que a vida deles pode mudar drasticamente, inclusive citando a possível “entrada de grandes empresários” e o impedimento do Turismo, para então acontecer a expulsão de sua terra.

Cátia fala a respeito de seu medo sobre a possível entrada da RDS, no depoimento a seguir:

Acho que a primeira coisa a acabar quando entrar a RDS é o camping. E algumas pessoas com quem a gente conversa também falam isso. Disseram que não entrou a RDS ainda porque não teve a assinatura do pessoal. Quem queria e quem não queria RDS. [...] Aí entrou mais desunião ainda, porque uma parte queria RDS e outra parte não queria RDS (Cátia, 54 anos, merendeira).

Há desinformação dos estudos que são feitos e dos procedimentos para a criação da RDS do Aventureiro, por parte do órgão ambiental, o que sugere que é um processo instituído de cima para baixo, sem a participação efetiva dos moradores. Dasmann menciona que:

Sem o apoio, ou na pior das hipóteses, aceitação dessas pessoas, o futuro de uma área protegida não pode ser considerado seguro, desde sua pesquisa pelos meios de sobrevivência até a coleta de

recursos naturais da área, ou a infração dos limites, tenderão a ser impossíveis de resistir (1984, p. 668).⁵⁸

Analisemos as falas da Suely sobre a falta de integração do órgão ambiental com os moradores quanto às tomadas de decisões:

A discussão é que o pessoal [...] vem e fala que a RDS é a melhor coisa para o caiçara, que vai segurar os caiçaras, ninguém vai tirar os caiçaras daqui, mas só que a gente fica em dúvida porque não sabe se isso é verdade, se está tudo parado, ninguém sabe de nada. Se vai ser realmente uma boa para nós ou se vai ser ruim, a gente não sabe. Isso aí é uma coisa que pode dizer para você que a RDS é a melhor coisa do mundo, a gente não sabe. Não tem um advogado bom que fala para nós que é isso, isso, isso, a gente não tem, então a gente nem sabe. (Suely, 48 anos, agente de saúde).

Até os jovens, cuja geração já nasceu dentro da Reserva, sentem-se ameaçados pela presença que cerceia, reprime, ameaça. Nas entrevistas, por várias vezes, utilizaram palavras fortes como “desunião”, “medo”, “confuso”, “limitados”, “ameaça” demonstrando que as relações de confiança entre os moradores e entre moradores e instituição estão desgastados, o que é, inclusive, reafirmado pelo responsável pelas Unidades de Conservação no Aventureiro:

Quando tinha Presídio, não tinha Estado. Acabou o Presídio, a Vila do Aventureiro, a Praia do Sul e a Praia do Leste continuaram intactas, então eles vieram e fecharam tudo para não deixar ninguém aqui. Então, o impacto foi opressão com o povo. Então, você pede para assinar um abaixo-assinado para luz, para internet, as pessoas não assinam porque não confiam, porque não vão assinar um papel que está escrito INEA. Então, é uma visão negativa que a comunidade tem (André Castro, 39 anos, Adjunto Operacional do INEA)⁵⁹.

Vianna (2008, p. 194) coloca essa situação também como uma forma de “expulsão branca”, sendo essa o “efeito da inoperância para solucionar a imposição”. Os que não saem para a cidade, mas decidem permanecer, o fazem na condição de medo de serem expulsos de sua terra e destituídos de seus direitos.

Contudo, para que a Reserva seja, de fato, de desenvolvimento sustentável, e que essa alternativa seja viável para a conservação da biodiversidade e da sociodiversidade, considerando as “populações tradicionais” como “parceiros com muitas afinidades, devido a suas práticas

⁵⁸ Tradução nossa.

⁵⁹ Grifos nossos.

históricas de adaptação” (LITTLE, 2002, p. 18), o cerne da questão se dá pela preservação da cultura, a transmissão dos saberes tradicionais numa relação dialógica com os saberes modernos e no uso desses conhecimentos e consequente beneficiamento da população.

A RDS do Aventureiro confere a possibilidade de que o modo de vida e os “valores tradicionais” sejam como o “antídoto” para a disfunção dos cenários utópicos que são os da sociedade moderna, segundo Barretto Filho (2001, p. 148). Os saberes transmitidos, responsáveis pela construção de valores tradicionais, seriam o princípio para pensar numa solução para o diálogo entre “populações tradicionais” e a sociedade moderna, por meio da aceitação e do respeito pela existência dessas populações enquanto em “sintonia natural com a natureza” a ser preservada.

3.2 A COMUNIDADE E O ÓRGÃO AMBIENTAL

Antes mesmo de abordar a questão da relação entre comunidade e órgão ambiental (antiga FEEMA e atual INEA), é preciso abrir o assunto com um questionamento sobre a perspectiva “de fora” sobrepondo as perspectivas e vontades dos de dentro. A comunidade que vive no local, em outros tempos, não estava sob tutela do Estado e as imposições do órgão ambiental responsável pelas Unidades de Conservação “sobrepostas” à área daquela população, já que o problema da tutela do Estado é a “sujeição dos moradores à categoria de objetos da administração” (COSTA, 2008, p. 55).

Como já foi exposto, a visão dos órgãos ambientais ao criar Unidades de Conservação de Proteção Integral é aquela propagada na sociedade moderna, de distanciamento entre homem e natureza. Segundo Vianna, o “distanciamento físico da natureza de grandes parcelas de habitantes das cidades reforçou a representação da natureza como exterior ao homem” (2008, p 138).

Mais que isso, a natureza passou a ser tratada como em um patamar inferior, na visão antropocêntrica de um ser superior com poder e direitos sobre o restante das espécies, usando-as como matéria-prima e objeto de troca para o aumento de seu poder econômico. Acrescenta-se a isso, a falta de preocupação de manejo para seu uso suave e constante, mas tendo como

enfoque a exploração massiva, intensa, até que se acabem os recursos ou que se degrade a capacidade de regeneração natural.

Essa perspectiva da sociedade urbana tem sido transmitida e até perpetuada geração a geração, e vai de encontro não somente à visão de mundo das “populações tradicionais”, mas também à sua vivência, que é de dependência da mata como fonte de recursos e suporte de vida. A perspectiva do distanciamento influencia o pensamento da sociedade moderna, e vai além, têm efeitos sobre o cotidiano da comunidade, desde a mudança e a adaptação de costumes, até sua expulsão para outra terra, sob o argumento de que aquela seria uma área “única” a ser “preservada” e, mais uma vez, está colocada a degradação social, como veremos a seguir:

A intenção inicial da FEEMA⁶⁰ era assentar a comunidade na cidade de Angra dos Reis, o que não se concretizou. Poucos anos depois, em 1985, a FEEMA abandonou o plano inicial, preferindo redelimitar a Reserva de modo a excluir a área do povoado e assim manter a comunidade. A segunda intenção também não se efetivou e, como resultado, criou-se um conflito e uma ilegalidade que se arrasta por mais de duas décadas (BIDEGAIN & FRESCHI, 2009, p. 09).

Essa situação causou receio, ou melhor, medo no Aventureiro, sentimento que, por diversas vezes, se repetiu nos relatos. Uma jovem Filha do Aventureiro de 20 anos, quando perguntei “*Como se sente por morar no Aventureiro, dentro da REBIO?*”, respondeu:

Meio ameaçada né? Porque em Reserva não pode ter morador, mas quando eles inseriram a Reserva aqui, já existia morador, por isso que não consegue arrancar a gente, mas de alguns tempos pra cá está tendo muita polêmica, porque tentaram tirar a gente daqui mas não conseguem (Fernanda, 20 anos, estudante).

Seu “rigoroso controle”, nos termos do Decreto Estadual 4.972, de 02 de dezembro de 1981 (ANEXO A), consequência da “miopia” institucional, utilizando o termo de Vianna (2008), incidiu sobre a área não apenas na dimensão ambiental, mas teve influência enorme sobre a vida de sua população, que já residia naquele local há cerca de 150 anos (WUNDER, 2000), tendo cerceado suas manifestações culturais, e “tudo foi proibido ao caçara: não se podia pescar, não se podia caçar, não se podia plantar”

⁶⁰ A FEEMA, Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente, foi criada em 1975, para o controle do uso dos recursos naturais. Por sua fusão com o IEF, Instituto Estadual de Florestas, e com a SERLA, Superintendência Estadual de Rios e Lagoas, originou-se o INEA, Instituto Estadual do Ambiente, em 2007.

(MACIEL, SOUZA & CARDOSO, 2011, p.101), forçando-os a se adaptar ou sair em busca de um terreno para morar na cidade⁶¹. E, para Costa (2004, p.152), “esses conflitos se tornaram mais agudos quando os moradores passaram a viver [...] do turismo”, tendo em vista que a atividade turística também passou a ser controlada por meio de restrições do Estado, o que será tratado no capítulo 4.

Alguns depoimentos de moradores deixam claro o “rigoroso controle” por que passam os Filhos do Aventureiro, conforme se segue:

Não pode fazer uma roça, não pode pescar, vai viver de quê? Vai roubar, vai matar, vai assaltar? Não veem quem tá roubando lá fora, aí a gente que tá aqui, que é sofredor, aí querem parar a gente, ah, pelo amor de Deus! [...] O quê que eles querem mais? Quer que a gente saia, quer que a gente vá pra onde? Complica, né? A gente fica num beco sem saída, né? E cada dia que passa é pior. (Um pescador).

O trecho do morador acima, o qual teve o nome resguardado, foi, na verdade, um desabafo espontâneo. Antes mesmo que eu iniciasse a entrevista, começou a falar emocionadamente sobre as limitações a eles colocadas. Como podemos perceber, o discurso está carregado de negatividade, marcado por termos como “não pode”, “roubar, matar, assaltar”, “sofredor”, “pior” e, por fim, a frase “*Se correr o bicho pega, se parar o bicho come*”, explicitando sua opinião de que, não importa se na terra ou no mar, qualquer que seja a atividade em questão, isso será proibido, limitado, cerceado, interditado.

Os saberes e as práticas dos Filhos do Aventureiro foram considerados como sendo danosos ao seu ambiente. As ações do órgão ambiental, desde a criação da RBEPS, em 1981, são tidas pelo próprio órgão como sendo uma forma de “educação ambiental”, que, de acordo com Costa (2008, pp. 165-166), “significava na prática o abandono de certas práticas como as queimadas para abertura de roças, a caça e a pesca no interior das lagoas, por exemplo”. As práticas sociais do Aventureiro foram submetidas a punições “sob a forma de embargos de obras e [...] sob a forma de multas ambientais”, causando um “imobilismo social”, um cerceamento. Para melhor entendimento dessa

⁶¹ Quando se disser “continente”, entenda-se Angra dos Reis (principalmente) e arredores como Mangaratiba ou Paraty.

questão, aproprio-me aqui do termo “arame farpado”⁶² simbólico, porque “*parece que essa cultura está ficando para trás*” (Nilton, 27 anos, guardião do INEA), e se perdendo gradativamente os saberes e os meios de transmiti-los.

Outro caso de cerceamento sociocultural ocorreu na Cidade de Goiás (GO), em que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) planejou ações para com os bens culturais por um processo de patrimonialização. Essa prática de “patrimonilização e musealização de uma parcela importante dos bens culturais vilaboenses” (TAMASO, 2007, p. 12) vai além da dimensão material, chegando à dimensão simbólica, tendo em vista a materialização dos objetos, lugares e celebrações, segundo a autora (*op cit*). Embora em contextos diferentes, os casos se assemelham. Na Cidade de Goiás (GO), acontece um cerceamento sociocultural da comunidade por parte de uma instituição, enquanto que no Aventureiro, o cerceamento pelo órgão ambiental se dá nos espaços de trabalho, do cotidiano.

É visível, para Maciel, Souza & Cardoso (2011), que a antiga FEEMA, apesar de presente fisicamente por meio de uma sede construída bem no meio da comunidade, de certa forma, não teve a preocupação de orientá-los e explicar sobre os trabalhos que porventura sejam desenvolvidos na vila. Nas palavras da moradora Candinha:

Bem dizer eles entraram aí a gente não ficou sabendo não. Eles entraram e colocaram a FEEMA aqui sem ninguém saber, já foram e colocaram a FEEMA, e quando a gente descobriu, isso aqui já era Reserva. Eu acho que se o pessoal soubesse, eles não iam querer (44 anos, dona de casa).

Aconteceu assim quando das pesquisas para criação da RBEPS e do PEMA, “*sem autorização, sem ninguém saber se queria ou não queria, colocaram por conta deles mesmo*” (Cátia, 44 anos, dona de *camping*). Mais recentemente, no ano de 2012, já como INEA, a história se repete em um outro contexto. A empresa licitada para o Plano de Capacidade de Carga da Ilha Grande, reuniu-se com a população de várias comunidades da Ilha, fazendo-lhes perguntas, e, no Aventureiro, não lhes explicavam do que se tratava e apenas queriam que as perguntas dos questionários fossem respondidas, o

⁶² Termo usado por Woortmann (1991; 1992) sobre a situação de cercamento físico que as comunidades “pesqueiras” do Nordeste sofreram.

que era direcionado a pessoas específicas, e desagradou a alguns dos moradores do Aventureiro.

Sobre sua entrada como representante do órgão ambiental, André Castro (39 anos, Adjunto Operacional do INEA) expôs sua estratégia de aproximação dos moradores do Aventureiro: *“Tenho que ser rígido mas saber entrar, mas pouco a pouco eu entro na casa deles, tomo o café que fizeram e digo que não pode construir e vai me agradecer por isso. Se não for assim, quem vai perder são eles”*. De alguma forma, o órgão necessita de aproximação da comunidade e legitimidade para ter controle sobre a RBEPS, porque são os moradores que conhecem como manejar a natureza ao redor. E, criando atritos e relações desfavoráveis, o INEA não teria controle sobre a Reserva. Em uma conversa com um jovem morador, ele disse: *“Ele não sabe nada desse lugar, depende da gente para conhecer os lugares por aí”*, o que remete a pensar que o órgão ambiental leva em conta a dependência que tem da população para a preservação do ambiente, apesar de não reconhecer que isso acontece.

Uma forma de “entrada facilitada” na comunidade para o órgão ambiental foi a cooptação de alguns moradores Filhos do Aventureiro para trabalhar para a “*firma*”:

Pegaram uns dois logo e colocaram pra trabalhar aí, que eram o Pepê, marido da Suely, e o Florindo, marido da Cátia. O Osório, que é até uma casinha que tá caindo lá na ponte, no mato, pra lá da casa da Suely lá, pra lá da Cabine, ele morava lá. Era ele e um tal de Reinaldo que agora mora no Abraão, irmão da Josefa. Depois não colocaram mais ninguém, e começaram a proibir, proibir (Candinha, 44 anos, dona de casa).

Com relação à cooptação de moradores para trabalhar nas Unidades de Conservação em remanescentes da Mata Atlântica, Diegues & Vianna (1995), de acordo com pesquisas sobre “comunidades tradicionais” no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, no Paraná e em São Paulo, expuseram o seguinte:

Na contratação de antigos moradores como servidores públicos percebe-se que estes passam a trabalhar para a UC como empregados, mas continuam habitando sua antiga moradia, e inclusive, potencialmente, desenvolvendo as atividades econômicas anteriores, senão por ele mesmo, por sua família (DIEGUES & VIANNA, 1995, p. 352).

Com a cooptação de moradores para ter um emprego fixo pelo órgão ambiental, agregando-os a seus objetivos de “rigoroso controle”, há uma dissonância entre esses funcionários e os demais moradores quanto a proibições, e surge também um fator de desigualdade e estratificação social porque alguns poucos têm acesso a essa oportunidade, enquanto o restante da comunidade continua dependendo de empregos sazonais e alguns serviços que aparecem, e, então, cria-se “uma suposta hierarquia de poder”, segundo Diegues & Vianna (1995, p. 352). Isso também ocorre com os funcionários da limpeza (Locanty) e da educação (Escola). Sobre essa “hierarquia de poder”, vejamos o trecho abaixo:

Tem gente que não gosta do André por causa disso, tem gente que usa a camisa do INEA e quer ser o bam-bam-bam. Se tiver alguma coisa errada, não pode chegar lá e falar “olha, vou derrubar essa coisa aqui”, tem que chegar e conversar (Dudu, 28 anos, caseiro e artesão).

Os moradores, Filhos do Aventureiro, contratados pelo INEA para trabalhar como guardiões passam, algumas vezes, por desavenças com os demais moradores, quando esses “agem fora da lei”, aos olhos do Estado e aqueles precisam adverti-los sobre suas ações. A dificuldade da relação está exatamente aí, no fato de que, enquanto representantes do INEA, tornam-se INEA, mesmo que continuem sendo Filhos do Aventureiro. Vejamos o seguinte relato de uma senhora do Aventureiro sobre seu marido que trabalha no INEA:

Já sofreu muito porque as pessoas não gostam porque da proibição mas eles não tem culpa porque eles são empregados, não mandam nada, quem manda é o chefe lá que manda neles, mas eles não esquentam a cabeça não, nunca esquentou a cabeça porque disso não (Suely, 48 anos, agente de saúde).

Esse tipo de discriminação não acontece somente com os vizinhos cooptados pelo INEA, mas também e principalmente com empregados que vêm “de fora”, como é o caso do responsável pelo INEA no Aventureiro. Ele mencionou o seguinte:

Fiquei 1 mês com o pessoal virando as costas para mim. Meu primeiro dia do trabalho aqui quando amanheceu e eu abri a porta, tinha um machado plantado na minha porta. Eu fui meio que excluído [...]. Porque eu era o cara novo, aí ficavam com medo de eu dedurar, de ser o chato, e com o tempo, fui mostrando o André calmo, mas com limite. Porque se não der limite aqui, você perde. Aí eu passei a fazer coisas, benefícios para a comunidade, uma delas foi Sundara que foi ideia minha, plantar, fazer coisas com o colégio,

monitoramento com a Reserva Biológica, de sempre estar indo lá para recolher armadilhas, rede, esse cuidado com o monitoramento, manutenção da trilha. O INEA não quer me tirar porque o Aventureiro não cresceu porque eu estou aqui (André Castro, 39 anos, Adjunto Operacional do INEA).

Gradativamente, a relação com alguns dos Filhos do Aventureiro mudou enquanto pessoa, e não como representante do órgão que os limitou. Até hoje, existem algumas desavenças, porém, segundo ele, a relação com as pessoas melhorou bastante. As opiniões se dividem, mediante o histórico de quebra da confiança entre moradores e órgão ambiental, e isso causa uma divisão nas relações de parentesco e compadrio, como se, com as perspectivas individuais diferentes, na visão de um, o outro estivesse errado, e vice-versa:

Às vezes a gente queima umas folhas secas pra fortalecer a terra. Isso já deu problema, quando a FEEMA vê ou quando algum vizinho cagueta. Falei pra eles [Inea] que coloquei fogo na minha roça e não na floresta (Maneco, 52 anos, pescador).

Quando um vizinho “cagueta”, ele está demonstrando sua insatisfação por já ter sido advertido a respeito do que seu vizinho segue fazendo e, ao tomar a iniciativa de denunciar seu vizinho ao INEA, está em busca da igualdade de direitos perante a lei que os rege. Entretanto, a relação de confiança entre os vizinhos fica abalada.

A propósito da influência das Unidades de Conservação no cotidiano das populações que vivem em sua área:

As unidades de conservação são instrumentos de modernização que redefinem o território, dando-lhe outro significado, pela própria delimitação. Além disso, trazem consigo atores sociais externos – turistas, pesquisadores, estudantes e funcionários –, que interagem com as populações residentes: as mudanças são inerentes a essa interação (VIANNA, 2008, p. 278).

O efeito da criação das Unidades de Conservação sobre a população e seu estilo de vida “tradicional”, o que pode ser positivo ou negativo, é de modernização porque, apesar de ser restritiva, ou até por causa disso, as práticas sociais precisaram sofrer alterações e adaptações para seguir com o sustento da família. Adaptações essas chamadas também por “estratégias adaptativas” por Diegues, sendo definidas pelo autor como:

Diferentes estratégias que o homem criou para explorar os recursos naturais e para enfrentar as limitações ecológicas que pesam sobre a

reprodução dos recursos naturais e dos próprios grupos humanos (2001, p. 76).

Além disso, todas as pessoas “de fora” que entram em contato com eles por meio do órgão ambiental, criam vínculos e, em alguns casos, tornam-se amigos dos Filhos do Aventureiro, sejam pesquisadores, que passam boa parte do tempo com as pessoas ou procuram saber de sua história enquanto têm sua estadia nos *camping*; ou empregados do INEA, enviados para trabalhar e morar na vila, devido ao acesso difícil e à distância. Por meio desses agentes “de fora”, pesquisadores e empregados do INEA alocados no Aventureiro, pode haver mudanças de comportamento, no modo de vida e de trabalho dos moradores.

Não digo que isso é necessariamente negativo, contudo, uma ação tida como “inocente” ou despreziosa de membros da sociedade moderna pode ter consequências desagradáveis para a população tradicional, como a possibilidade de iniciação a um vício por meio de novos amigos, e até o uso sexual dos jovens moradores por parte de turistas. Nesse caso, o INEA daria a abertura autorizada do moderno ao tradicional, mas sem, contudo, ter condições de controle.

A relação do INEA com os moradores da Vila do Aventureiro é conflituosa, por ter um controle que impõe mais restrições que a FEEMA anos atrás. De modo geral, apesar das tentativas de solucionar o problema da relação entre os órgãos gestores das Unidades de Conservação e as populações, as propostas vão de encontro a algumas dificuldades:

Ineficácia da ação repressiva, nas dificuldades de fiscalização, nos problemas sociais decorrentes da expulsão das populações e conseqüente formação ou ampliação das favelas nos municípios próximos, nos conflitos crescentes e, conseqüentemente, na disseminação do significado das políticas ambientais como políticas repressivas e contra os interesses e necessidades das populações locais (ARRUDA, 1999, p. 86).

Exemplo dessa incompatibilidade é demonstrado nas palavras de uma moradora, em uma das reuniões que a comunidade teve com o INEA: “*Antes, a gente ficava aqui isolado e ninguém nem queria saber da gente. Agora, ficam sempre aqui querendo tomar conta do que a gente faz*”.

Além disso, nas falas do Pepê (62 anos, guardião do INEA), sobre a época atual em comparação aos “tempos do presídio”, apesar de sua esposa

Suely ter sido refém de bandidos fugidos de lá: “*Eu prefiro aquela época do presídio, era mais tranquilo que agora*”. E, por mais que haja algumas variações de discurso quanto ao fato de não aguentarem mais “*muita humilhação*”, aborrecimentos pelos quais passam com esses cerceamentos, o sentimento de pertença ainda é maior que uma certa vontade de saírem de sua terra, como disse a Suely: “*Lá fora, não tem lugar pra morar, é difícil conviver com a bandidagem. Aqui ainda é tranquilo*”.

Essa “*muita humilhação*” refere-se a qualquer passo que se planeje dar no Aventureiro, desde a coleta de algum recurso na mata, ou a reforma e a ampliação de uma casa, criação de estrutura para *campings*, já que o INEA, como um sentinela, vigia-lhes os passos. É preciso pedir autorização para reformar ou aumentar a casa, reerguer uma parede que tenha caído, catar sururu, atear fogo em folhas secas no perímetro da roça ou até trafegar pela Praia do Sul até a Parnaioca. Para os moradores, a Reserva é que causa conflitos, enquanto para o órgão ambiental são os moradores os causadores do conflito:

A união de antes era muito boa, era até bonito, mas depois que começou a colocar essas coisas aí começou a botar conflito aqui, porque fica essa indecisão entre os moradores, o que é melhor pro Aventureiro. A comunidade, todo mundo do Aventureiro quer o melhor pro Aventureiro mas fica dividido porque não sabe o que é melhor pro Aventureiro (Nilton, 27 anos, guardião do INEA).

O que se observa é que os moradores acreditam que as restrições mais pesadas da RBEPS tornaram-se marcos históricos de quando começou a desunião entre os moradores, “*começou a botar conflito*” entre parentes, amigos, vizinhos, abalando a solidariedade entre eles, porque os limitou quanto à prática de suas atividades econômicas e socioculturais, enquanto a continuação de algumas dessas atividades ainda nos dias atuais é também ponto de conflito por se tratar de uma “desobediência” das regras expostas na lei e impostas a eles. Com relação a isso, vejamos o que foi dito por Diegues & Vianna:

Conflito implica existência de duas [ou mais] partes com interesses diferentes e distintos, muitas vezes opostos. As partes envolvidas no conflito consideram a outra como agente do problema. Assim, ambas as partes são agente e sujeito ao mesmo tempo, dependendo do referencial (1995, p. 215).

Nesse sentido, podemos dizer que há, na perspectiva dos Filhos do Aventureiro (Tabela 2), alguns dos principais motivos de conflito relatados durante as entrevistas, listados de 1 a 5, de acordo com a frequência com que foram citados, sendo 1 equivalente à maior frequência e 5 à menor frequência.

Pela Tabela 2, podemos ver que o conflito mais citado com relação às Unidades de Conservação foi a questão da regularização fundiária, seguida pela proibição ou limitação quanto à dimensão dos terrenos de roça e ao seu manejo utilizando fogo nas tigueras (áreas de terra plantada).

Interessante ressaltar a diferença de menção ao espaço/trabalho feminino e masculino, tendo em vista que o conflito causado quanto às restrições de trabalho na roça foi mais frequentemente citado que o causado quanto às restrições na pesca. Isso vem reafirmar a questão que tenho trazido, de a mulher ter sido mais prejudicada quanto à perda ou limitação de espaço e de trabalho consequentes das restrições do órgão ambiental.

Tabela 2: Conflitos causados pelas Unidades de Conservação, na perspectiva dos Filhos do Aventureiro

ATIVIDADES RELATADAS	FREQUÊNCIA: 1 (>) a 5 (<)
Regularização fundiária	1
Roças (manejo com fogo, dimensão dos terrenos)	2
Fiscalização e administração das Unidades de Conservação	2
Proibição de ir para a Praia do Sul	3
Construção, reforma e ampliação das casas	3
Inacessibilidade à energia elétrica	4
Pesca (subsistência/ venda)	4

Fonte: Acervo pessoal.

Acerca da **regularização fundiária**, a comunidade fica dividida entre os benefícios e malefícios de “entrar uma RDS”, ou até uma APA, fazendo emergir um dilema entre “*vai acabar com o camping*” e “*vai ser uma boa para nós*”:

Minha opinião é a seguinte, se sair a Reserva e entrar a RDS, esse pessoal de fora vai sair tudo, vão ficar só os moradores. Esses que falam que a RDS é ruim, dizem pra entrar uma APA, mas nunca vai entrar uma APA aqui, jamais o governo vai tirar uma Reserva pra

colocar uma APA e daqui a pouco ter prédio, ter tudo. No Abraão que antes só tinha morador, você não vê morador, os moradores moram tudo lá pra cima do morro, lá pra trás, ali você vê só gente rica, só milionário, aquelas pousadas, é cada uma mais bonita que a outra (Rosa, 41 anos, dona de camping e bar).

Há um consenso entre os Filhos do Aventureiro de que não é lógico “ter Reserva onde já tem morador”, porque em Reservas Biológicas não há permanência humana. A Vila do Abraão situa-se em área do Parque Estadual da Ilha Grande, onde a presença humana e algumas atividades são aceitas, mas, à parte dessa característica, os moradores do Aventureiro estão cientes de que, dando abertura de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral a uma de Uso Indireto, menos restritiva, isso chamaria a atenção de ricos “de fora”, expelindo-os do Aventureiro, ou de sua situação atual, o que causaria maior conflito do que o de estar morando dentro de uma Reserva.

As **formas de manejo e a diminuição do tamanho e fixação das roças** foram o segundo maior fator para conflito entre a comunidade e o órgão ambiental, tendo em vista que o discurso de que “*não pode colocar fogo nas folhas*” e que “*não querem colocar fogo na mata*” por causa disso, e que “a roça antes era bem maior que agora” se repete com frequência na fala dos Filhos do Aventureiro.

Ademais, a **fiscalização** e a forma de **administração das Unidades de Conservação** incomoda os moradores, fazendo-os sentirem-se transgredidos e tolhidos quanto às atividades cotidianas, seja na roça, nos *campings*, na pesca, na coleta vegetal e de mariscos.

Algumas vezes, citaram que, vez ou outra, “*passa helicóptero aí em cima para vigiar o que a gente faz*”. têm restringidos seus movimentos e cerceados seus direitos porque “*só querem saber de rabisca*” (dar multa). Usam de coerção para convencê-los de que seu modo de vida seria degradante para a “natureza”, e fazendo com que o “não pode” e o “é proibido” sejam proferidos com muita frequência pelos Filhos do Aventureiro. Isso diminui as possibilidades do saber-fazer e do fazer, e a transmissão dos saberes no lugar de vivência.

Os Filhos do Aventureiro também demonstram insatisfação quanto ao conflito gerado pela **proibição de ir para a Praia do Sul**, sobre o que relatam que acham “absurdo” o fato de não poderem mais usar o caminho que eles e

seus antepassados usavam, o que, em sua visão, é algo “simples” e, por isso, seria um conflito “absurdo”. Alguns até sugerem a permissão de caminhadas na Praia do Sul, com guiagem de turistas monitorada, em que os turistas poderiam trazer todo o lixo da praia, que é trazido pelo mar.

Sobre o conflito criado quanto à **construção, reforma e ampliação de edificações**, chega-se ao ponto de que “*se essa parede cair, não pode fazer outra, tem que falar com a FEEMA*”. É preciso pedir autorização ao órgão ambiental, e essa restrição da Unidade de Conservação ainda é potencializada pelo fato de que os jovens não se interessam tanto mais pelos saberes das técnicas de construção de estuque, o que também é decorrente da criação das Unidades de Conservação, tendo em vista que os jovens já nasceram em uma época após a implantação das Unidades de Conservação.

Além disso, a questão da **pesca** também foi citada como fator de conflito, porém sendo uma atividade que, para subsistência, não deixa de ser feita, com restrições. Vemos que é uma atividade que acontece de forma velada, porque, se no papel, a restrição existe, na realidade, ela continua acontecendo, como vimos no capítulo 2. Como observamos pela Tabela 2, observa-se que a pesca foi menos citada que o trabalho na roça, o que demonstra que a atividade feminina foi mais afetada pelo cerceamento do órgão ambiental que a atividade masculina.

A **inacessibilidade à energia elétrica** é mais uma causa de conflito, tendo em vista que até no Provetá existe a distribuição por cabos e, no Aventureiro, não conseguem ao menos placas de energia solar. Notei que a esperança de que venha a energia elétrica junto com recategorização de parte da RBEPS para RDS é pouca, devido à quebra de confiança histórica da comunidade para com o órgão ambiental.

Apesar de o alicerce das tradições ainda sustentar a comunidade, por meio das relações de parentesco e compadrio, foram notados aspectos pontuais que apontam para a “desunião” da comunidade:

Alguns homens, quem não saía pra pescar, as mulheres ajudavam, e quem saía, as mulheres cuidavam da roça, aí ia um e ajudava, outro ajudava. E hoje em dia que não tem união no Aventureiro, mas antigamente existia união no Aventureiro. Todo mundo, um ajudava o outro, um ajudava o outro, hoje em dia não (Cátia, 54 anos, merendeira).

Por mais que os vizinhos se falem e compartilhem atividades ainda hoje, alguns vizinhos e antigos compadres e comadres têm intrigas entre si, o que são sintomas de uma ruptura social. Refletindo sobre sua vida conturbada, e num momento até de desabafo, um morador deixou escapar a seguinte frase: “*Antes eu não pensava nisso, mas hoje já penso nisso*” quando perguntado se, hoje em dia, pensava em sair do Aventureiro.

Dentro das questões de regularização fundiária, a RDS também é um dos assuntos sobre os quais há desavenças entre os moradores. Segundo um jovem morador:

Plantaram a desunião aqui. Os grandes vieram aqui e os moradores ficaram com raiva um do outro. Um contra e outro a favor [...]. Tem que ver o que a RDS traz de bom, tem que ver. Parar tudo e começar a discutir do zero de novo.

Sendo assim, e tendo em vista que a RDS seria também outra influência do órgão ambiental, do INEA, assim como a criação da RBEPS e do PEMA foram responsabilidade da FEEMA entre as décadas de 1980 e 1990, alguns moradores não confiam que aquela Unidade de Conservação possa trazer benefícios para a comunidade. Pelo contrário, pensam que podem ser expulsos de sua terra por causa disso, preferindo ficar como está, em uma situação de ilegalidade, a deixar entrar a RDS. Isso demonstra claramente um desgaste nas relações de confiança entre a comunidade e o órgão ambiental e entre os membros da comunidade. Não há ordem, não há estabilidade, mas um desgaste da relação população – INEA.

Enquanto, para a comunidade, a palavra dita é o que vale, dentro de relações de confiança, para o INEA, importa o que está escrito, e nessa diferença pode estar uma das causas importantes do conflito entre eles. Então, “apesar da solidariedade tradicional, notamos um certo desgaste nas relações de confiança, ocasionado por esses marcos históricos de interdição cultural” (SILVA & BRANDÃO, 2012).

Ainda, Vianna acredita que a efetiva proteção das áreas naturais só terá futuro “se as populações envolvidas, que têm direitos sobre a terra e as águas, aferirem algum benefício direto das medidas de conservação” (2008, pp. 157-158). E para Arruda, ao invés de serem “desprezadas e afastadas” das contribuições à elaboração de políticas públicas, deveriam ter uma real gestão

participativa, compartilhada, não apenas em termos de concordância ou não das decisões pré-programadas vindas de fora para dentro (1999, p. 83). A AMAV poderia ser importante para a intermediação e a solução de alguns dos conflitos do Aventureiro, caso houvesse participação efetiva da comunidade:

Ter uma associação de moradores que funcione, que proteja os direitos da comunidade, porque associação é um órgão forte, e se não for forte, aí vai ser sempre oprimido, não vai ter como crescer (André Castro, 39 anos, Adjunto Operacional do INEA).

Essa participação conta na tomada de decisão, nas escolhas e de acordo com seu modo de vida. Sendo assim, mesmo que aconteça a conversão de parte da RBEPS e de todo o PEMA para RDS, ela será satisfatória apenas se houver uma relação suficientemente estável entre os Filhos do Aventureiro e o INEA. Vejamos o seguinte depoimento de um jovem:

Eles se unindo, vai dar exemplo para os mais velhos. Eles vão ver que “eles estão se unindo pra ajudar esse lugar. Por que eu que moro aqui há mais tempo, não posso me unir às outras pessoas?”. Mas falta consciência. Oportunidade é o que não falta, né. Eu acho que, assim, eu não gosto dele porque ele tá fazendo isso, mas ir lá, brigar, conversar, tá faltando eles conversarem. Mas os pais deles são espelho, né? Então, o que eles veem no pai, eles vão fazer (Toninho, 16 anos, estudante).

A desunião interfere nas relações entre os Filhos do Aventureiro, e os jovens têm um papel importante para a “união” e a participação para a mudança. Contudo, o que se nota é que, de certa forma, os pais não se preocupam tanto em transmitir os saberes tradicionais porque são trabalhos “muito cansados” e porque esses trabalhos e o “progresso”, a “evolução”, seguem por caminhos separados. Os pais não querem que seus filhos e filhas sofram da mesma forma que sofreram há tempos atrás, na lida cotidiana da enxada ou puxando a rede em tempos de tempestade. A isso, adicione-se o fato de que o Turismo entrou como uma alternativa de trabalho mais leve e com ganho monetário maior que os trabalhos “tradicionais”, do que tratarei com mais detalhes no capítulo 4.

Ademais, vejo que, como os espaços de trabalho “tradicionais” diminuíram consideravelmente em relação ao período anterior à Reserva, as possibilidades do saber-fazer tornaram-se menores, na medida em que as oportunidades da transmissão do saber diminuem gradativamente com o passar do tempo, sabendo-se que os jovens não se interessam tanto por isso.

3.3 O “ARAME FARPADO” SIMBÓLICO

Com relação à percepção dos Filhos do Aventureiro quanto à presença de um órgão ambiental e da “sobreposição” da comunidade pelas Unidades de Conservação:

Tem hora que eu fico pensando que ela acabou com nós, mas tem hora que eu penso que, bem, num momento, ela segurou nós, porque se não entra essa Reserva Biológica, hoje, do jeito que tá o Aventureiro, os Marajás ia tomar conta e nos não estaria mais aqui. Ela segurou, foi boa pra gente nessa parte, porque já tinha muito tubarão de olho grande aqui (Suely, 48 anos, agente de saúde).

Para Ferreira (2004), há diferentes formas de percepção da comunidade sobre cada unidade de conservação no Aventureiro. Isso porque a RBEPS representa maior perigo por “imobilizar” em termos suas condições de vida, aspectos e expressões socioeconômicos, principalmente porque na parte da terra a população tem suas casas e suas plantações, que não podem ser simplesmente transferidas para outro lugar, e o Parque Marinho, na prática, só existe formalmente; além do quê, no mar, os pescadores ainda têm a possibilidade de exercer seu trabalho com adaptações, como já foi dito.

Observei que todos os entrevistados citaram como responsável pelo cerceamento de sua vida, por meio do “*não pode*” e do “*é proibido*”, a RBEPS, enquanto o PEMA foi citado apenas por um dos entrevistados, pescador – “*não pode pescar, agora não pode, mas a gente pesca aqui*” – num posicionamento de ilegalidade, “sobreposto” à sua vida de pescador. Destacam que é como se não existisse o PEMA, já que “*não tem nada sinalizando que aqui tem um parque, você viu alguma placa?*”, nenhuma sinalização delimitando que ali também se encontra um Parque Marinho.

Apropriando-se fisicamente do Aventureiro, do Demo e da Praia do Sul e do Leste, não houve apenas cerceamento físico, mas esse acarretou em cerceamento de elementos da cultura do lugar, já que eles se viram sem ter como plantar e colher nas roças, caçar. Depois das proibições, as roças diminuíram consideravelmente.

Woortmann aborda a questão da atribuição de novos significados ao espaço, como veremos a seguir:

A história desses grupos, e das mulheres em particular, é a história de alteração do seu ambiente, da atribuição de novos significados econômicos ao espaço por novos componentes da “população” humana, isto é, de novos agentes sociais, e do deslocamento dos agentes tradicionais. Estes agentes são tanto agentes das relações sociais quanto agentes sobre o ambiente (1991, pp. 44-45).

Tomando como base o que a autora citou, e trazendo ao caso do Aventureiro, as Unidades de Conservação atribuíram novos significados ao modo de vida da população, tanto que os próprios jovens reconhecem que não há tanta influência em suas vidas, porque *“para falar a verdade, eu não sinto quase nada porque pra falar a verdade isso aí veio depois da gente, isso aí não era pra estar aí não”* (Dudu, 29 anos, caseiro e artesão). Essa nova significação trazida pela presença estatal no Aventureiro já interfere na geração de jovens que nasceram após a criação da RBEPS. Esses, por sua vez, serão os adultos que, possivelmente, não transmitirão os saberes “tradicionais” de maneira prática, ou os transmitirão de forma diferente. Vejamos o seguinte:

Ninguém mais quer aprender da roça, da farinha. Eu sei disso tudo, pescar, fazer roça, farinha, casa de estuque. Eu passaria isso tudo pra eles se quisessem aprender, mas ninguém quer mais saber da terra não, filha, e com essas proibições [do INEA] também não dá mais (Pepê, 62 anos, guardião do INEA).

Como acontece no Pouso da Cajaíba, Paraty (RJ), no Aventureiro as desavenças têm seu início na entrada da modernização na vida dos seus moradores, a partir da abertura da Rodovia Rio-Santos. Contudo, com a criação da RBEPS, esse processo foi contido, dando lugar às interdições culturais materiais e simbólicas. No depoimento, a seguir,

Hoje tá todo mundo dividido, cada um pra um lado. Nós moramos juntos, mas, em compensação, ser como era antes, sair daqui pra roça, passar o dia inteiro e voltava, mas isso aí acabou. Agora um trabalha na FEEMA, outro trabalha na casa, arrumando quarto, outro trabalha na casa de informações turísticas, entendeu? Eu em Angra, e agora estou voltando para cá. Cada um no seu quadrado (Nilton, 27 anos, guardião do INEA).

Segundo consta em Garrote (2004, p.138), na comunidade do Saco do Mamanguá, Paraty (RJ), as mudanças socioculturais aconteceram também de forma gradativa devido à dificuldade de acesso, mas que, mesmo assim, o comportamento da população mudou como efeito da especulação imobiliária e do Turismo, e que a mudança foi mais visivelmente notada nos jovens, porque

“perderam a tradição agrícola e se interessam apenas por atividades remuneradas e ligadas ao turismo”. Quando perguntado por que não gostava da ideia de trabalhar na roça, um jovem do Aventureiro respondeu:

Porque não dá. É porque, cara, era um trabalho muito pesado, as crianças não tinham essa infância, era uma infância trabalhando, então o jovem [...] imagina o jovem curtindo com seus amigos, ao invés disso, está lá na roça trabalhando, então é a morte, né? (Toninho, 16 anos, estudante).

Esse jovem sonha em sair para estudar, se tornar advogado para defender a causa da população, mas espera para ver o que a vida lhe reserva. Em 2013, mudou da escola do Provetá para uma escola no centro de Angra e mudou-se para lá, morando na casa que sua mãe comprou para isso. Fernanda, sua irmã, no ano anterior, mudou-se para Angra, por ter passado no vestibular para cursar a graduação em Turismo no CEDERJ, como já foi citado.

Um morador da Juréia, em Paraty (RJ), de acordo com Nunes (2003, p. 126), pensa ser difícil que seus filhos sigam seu modo de vida, “ou porque alguns jovens não têm mais interesse nesse trabalho, ou porque eles serão reprimidos pela legislação ambiental”. No caso do Aventureiro, ocorre algo semelhante. Durante uma entrevista, uma mãe comentou sobre o nível de interesse dos jovens sobre o trabalho tradicional:

Essa rapaziada hoje em dia acho que nem teve contato com roça, por exemplo meu filho não teve contato com roça porque quando ele nasceu nem roça mais tinha (Cátia, 54 anos, merendeira).

Na realidade, as gerações de jovens atuais do Aventureiro já nasceram em um tempo em que as influências da modernidade se instalavam na comunidade. A diminuição do espaço de trabalho, minimizou as possibilidades do fazer, mas manteve o contato com o saber-fazer. Os mais novos foram privados quase totalmente do fazer e do saber-fazer. Na opinião de Candinha, seus filhos não gostam muito de ajudar quando ela vai para a roça e para a casa de farinha:

Eles preferem ficar mais na praia ou em casa mesmo, porque essa rapaziada de hoje não gosta mais de roça. Não acostumou, é por isso. O meu filho mesmo, se perguntar pra ele onde é a roça, ele não sabe onde é (Candinha, 44 anos, dona de casa).

Por outro lado, no depoimento a seguir, vemos outro viés sobre o interesse dos jovens em participar dos trabalhos tradicionais:

Tem [interesse] porque vem do sangue, eles gostam de pescar. Antes que tinha a roça, não é do tempo deles agora, que roça não existe mais, mas a gente mostra pra eles que antes tinha a roça que tudo era roça, nem sabem, esse morro era tudo roça de todo mundo, nos tempos de antes trabalhava mais do que hoje, trabalhava muito, e era roça de manhã a tarde, todo dia de segunda a sexta, direto, pra você não passar fome, nem eles. Falo pra eles, contava a historia pra eles (Suely, 48 anos, agente de saúde).

Nesse fragmento, fica claro inclusive o que já citei anteriormente, de que o “fazer” pode ter ficado impossibilitado em casos de algumas famílias e dificultado em outros. Mas o “saber-fazer”, o conhecimento sobre a história do lugar, de como era o morro, como eram as roças, a alimentação, isso ainda é possível. Mesmo que o interesse dos jovens não seja mais o de voltar a trabalhar o tempo todo na roça, essa é uma opção para complemento da alimentação, do trabalho e do sustento.

Até agora, expus relatos de mães desses jovens. Agora, coloco as vozes da juventude do Aventureiro acerca do assunto:

Não gosto da roça. A farinha eu não sei fazer mas sei plantar, sei carpir [...]. Quem sai para estudar fora, eles procuram além do que tem aqui no Aventureiro. Eu quero morar fora, conhecer pessoas diferentes, trabalhar. Quero ser professora, fazer o ensino normal, Letras ou Pedagogia (Denise, 17 anos, estudante).

Quando participei do processo de produção de farinha com sua mãe, Denise se manteve com certo afastamento porque não faz farinha e não tem interesse por essa atividade. Assim, naquele momento, ela se encarregou de tomar conta de seu irmão mais novo e da filha de sua irmã, enquanto essa ajudava no trabalho. No trecho, ela demonstrou uma vontade de não permanecer no Aventureiro, de sair para estudar e conhecer o diferente, novas pessoas, o moderno e ter acesso à educação mais facilmente, de conseguir “algo melhor para o futuro”.

O fato é que os tempos são outros, e os jovens têm uma relação de “passado” com as tradições, tratando o moderno como o “hoje” e o “amanhã”, um trabalho mais fácil, menos penoso, menos perigoso, e o trabalho “tradicional” demanda mais tempo que o trabalho moderno, sob o argumento de que “não é mais o meu ramo”. Isso os põe em condição de perder a dimensão prática dos conhecimentos tradicionais e, de certo modo, os saberes contados, histórias. Esse não é um processo que se passa gradativamente,

transpassando as vidas das pessoas, já que há descarte de alguns aspectos e a colocação de outros em seu lugar, por meio de escolha individual, é “encontrar seu próprio caminho pelo terreno de sua experiência” (INGOLD, 2010, p. 22).

No Aventureiro, bem como nas comunidades do Nordeste estudadas por Woortmann (1992), os moradores continuam exercendo suas atividades de forma velada, em que a comunidade trabalha com isso em períodos com menor afluxo de pessoas “de fora”, enquanto que o INEA “fecha os olhos” para esses acontecimentos nos momentos em que não tomar atitudes ostensivas não deixaria sua imagem institucional ficar abalada perante a sociedade.

Exemplos claros de atividades veladas são diversos: O luau dos jovens do Aventureiro, que acontece com uma fogueira na areia da praia. Transitar pela Praia do Sul. Teoricamente, nenhuma pessoa poderia, pela lei, passar dentro de uma Reserva Biológica, mas os moradores consideram isso como seu direito. Pescar na Praia do Sul, isso lhes é concedido como direito porque o fazem para sua subsistência, apesar de a lei citar que não se pode pescar em sua área. A catação do sururu, quando é feita, é em pequena quantidade e em raros momentos, mas é uma atividade a qual o INEA “fecha os olhos”.

Ressalto ainda a questão das reformas nas construções, já que esse foi o motivo mais citado para o conflito entre a comunidade e o órgão ambiental (Tabela 2). Destaco o que Suely contou a respeito da parede de sua cozinha, antes feita de estuque⁶³, que foi reformada em alvenaria no final de 2011:

Se essa parede aqui [da cozinha] cair, você acha que a gente pode fazer outra parede? Não pode não. Tem que pedir pra FEEMA, pra eles decidirem se a gente pode levantar uma outra parede no lugar. Arriscado nem poder levantar a parede. Aí, como que a gente fica? (48 anos, agente de saúde).

Na Vila do Aventureiro, há uma regra imposta para novas construções: deve-se preencher um formulário de solicitação para qualquer que seja a modificação ou construção a ser feita nas casas, nos *campings*, e, segundo o

⁶³ A casa de estuque, ou pau-a-pique, que é uma modalidade de adobe, era feita com “o barro amassado, o bambu, caibros retirados da mata, sapê, cipó para fazer às vezes de pregos” (MACIEL, SOUZA & CARDOSO, 2011, pp. 83-84). Hoje em dia, as casas sofreram modificações, “quando não foram totalmente reconstruídas em alvenaria, têm partes em alvenaria acopladas ao restante, de estuque (FERREIRA, 2004, p. 71), ou ainda paredes de estuque acopladas ao restante, em alvenaria.

André, representante do INEA na comunidade, a maior dificuldade na relação INEA - Vila do Aventureiro é a questão da moradia:

Eles dizem que o INEA atrasa a vida deles não liberando reforma, obras. Mas sabem que tem que pedir, tem solicitação aqui, mas ficam com medo de levarem um não e acabam fazendo escondido. Aí, levam multa. Mas quando cai alguma parede, quando é emergencial, só precisa pedir pra documentar, mas até eu libero.

E, como não podem mais utilizar como antes os materiais encontrados na natureza como recursos para construção das casas, com as restrições impostas, começaram a importar materiais de construção vindos de Angra. Com isso, por um lado, tem-se construções mais fortes de alvenaria, porém, perdem-se os saberes referentes às técnicas de construção de estuque e o costume do mutirão se vai, já que não é necessária a força de trabalho dos parentes e vizinhos para ajudar na construção. Hoje, precisam de pedreiros pagos pelo serviço. Da mesma forma, ocorreu com as comunidades “pesqueiras” do Nordeste, estudadas por Woortmann (1991), tendo em vista que nessas comunidades:

Antes, ela [a construção, a casa] se alicerçava nos insumos disponíveis no próprio ambiente natural circunvizinho, e nas trocas internas ao ambiente social local. Agora, ela é feita com “material de construção” comprado no mercado e, em parte, através do trabalho remunerado de uma mão de obra especializada. Em vários sentidos, pois, a casa foi invadida pelo “nexo monetário” que crescentemente governa a vida dessas comunidades (WOORTMANN, 1991, p. 40).

Levando em consideração o exposto por Devidé, Valle & Curi (2005), as restrições da legislação ambiental põem as populações tradicionais em uma situação de insegurança alimentar e nutricional. Isso ocorre porque são limitadas as formas de cultivar alimentos com as técnicas tradicionais e são postas como ilegais a pesca, a catação de mariscos e a caça como faziam em período anterior à lei. Logo, as técnicas e o saber-fazer se perdem, mas, mais importante que isso, a segurança alimentar e nutricional também se perde. Mudanças nos modelos de produção, o uso de novas técnicas de manejo dos recursos e a adaptação a uma nova condição legal (restrições) afetam a dieta cotidiana, mudam os hábitos alimentares.

Como dito no capítulo anterior, usavam o fogo para recuperação dos nutrientes do solo, como forma de manejo e, hoje em dia, a terra é mais “fraca”, porque não há uma circularidade do uso do solo. Os espaços de roça também

diminuíram em quantidade e tamanho. Há apenas 4 roças pequenas e fixas (vide FIGURA 15, no capítulo 2), o que demonstra que entre os anos 1960 e 1980 não houve mudança significativa quanto à quantidade de espaços disponíveis para esse modelo de produção, e, mesmo com o crescimento da importância da pesca, como será visto a seguir, ela se manteve. A maior mudança ocorreu a partir da década de 1980, o que coincide com a criação da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul (RBEPS), segundo trecho abaixo:

É, depois disso aí que piorou. Antes a gente tinha roça, tinha tudo, ninguém se metia. Sei que botar fogo no mato sempre foi proibido, ninguém ia botar fogo na roça de sacanagem. Mas aí depois disso foram proibindo, foram acabando as roças. Era maior e era bem lá em cima do morro, era terra forte, agora é terra mais fraca (Candinha, 44 anos, dona de casa).

Os Filhos do Aventureiro passaram a gastar muito mais dinheiro com compras vindas de Angra (Figura 24), depois das restrições de sua produção de alimentos.



Figura 24: Compras vindas de Angra (Fonte: José Bernardo)

Havia uma segurança alimentar e nutricional substancial para eles. Hoje, como dependem mais de um ganho monetário, caso não tenham dinheiro, não há muitas opções de alimentos plantados, e precisam comprar na cidade boa parte de produtos básicos.

A lista de compras (Tabela 3) aumentou, o percentual de dinheiro demandado para isso também, o que os tornou suscetíveis a um comprometimento da diversidade alimentar e a um empobrecimento nutricional acarretados pela dependência econômica anteriormente inexistente, porque tinham ao seu redor sua fonte variada de alimentos e o que compravam na cidade era o óleo, roupas, tecido, o que não dava na terra e no mar.

A procedência do dinheiro disponível para as compras depende, ou é conseguido com algum serviço, ou com o turismo notadamente sazonal, tendo em vista que os empregos fixos são minoria no Aventureiro:

O que a gente colhe na roça às vezes é feijão, farinha, faz a farinha e a cana, que às vezes a gente faz café de cana, às vezes milho que a gente planta aqui, banana, só essas coisas mesmo (Candinha, 44 anos, dona de casa).

São comprados desde alimentos, passando pelo combustível para o gerador, até materiais de construção. “Antes [meados da década de 1980], quase tudo mesmo era vindo da roça, comprava em Angra mesmo era só roupa, sal, óleo” (Suely, 48 anos, agente de saúde).

Tabela 3: Lista de Compras (antes e hoje)

LISTA DE COMPRAS DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS				
Itens	1	2	3	4
Arroz	x			M-T
Sal		x		M-T
Óleo		x		M-T
Milho	x		M	M
Feijão	x		M	M-T
Cana-de-açúcar / Açúcar	x		M	M-T
Café	x			M-T
Banana	x		M	
Mandioca	x		M	
Farinha de mandioca	x		M-T	
Batata	x			M-T
Aipim	x			M

LEGENDA:

1) Era produzido no Aventureiro
 2) Era comprado na cidade
 3) É produzido no Aventureiro
 4) É comprado na cidade
 M) Para morador
 T) Para turista
 M-T) Para morador e turista

Fruta-pão	x		M	
Pão	x	x		M-T
Cará	x			
Couve	x			M
Guando	x		M	
Abóbora	x		M	
Batata doce	x		M	M
Carne bovina				M
Carne suína	x			M
Frango	x		M	M-T
Peixe	x		M-T	
Sabão		x		M-T
Detergente				M-T
Tecido, roupas		x		M
Combustível do fogão	x			M-T
Material de construção	x			M-T

Fonte: Acervo pessoal.

Além disso, hoje, o extrativismo vegetal não é permitido no Aventureiro por estar na área de Reserva Biológica. A população extrai da mata apenas o que já caiu das árvores ou as árvores que já caíram, para pequenas reformas, artesanato, como na produção de miniaturas de canoas e remos, de barcos e de casas. Alguns moradores têm habilidades manuais para a criação de itens domésticos e pequenos *souvenirs* para os turistas. A permissão para extração e uso de vegetação viva é para o bambu, considerado vegetação “exótica” no bioma Mata Atlântica, e que se alastra muito rapidamente. É usado para construir algumas paredes de estuque, cercados, colunas de sustentação de telhados em varandas. A caça não é mais feita, do mesmo modo, devido às restrições provindas da criação da Unidade de Conservação de Proteção Integral.

CAPÍTULO 4 “TRABALHAR COM O TURISMO”

“A gente tinha que dar apoio, ainda mais eles que estavam ali e a gente viu que a barraca deles tava flutuando na água, quase indo pro mar Depois disso, nem passou a ser mais turista, passou a ser da casa. E até agora, no carnaval, ela teve aqui, na semana santa, na semana que vem, ela volta aqui de novo. Então, a gente passou a ser amigo mesmo” (Filha do Aventureiro, 54 anos).

4.1 CAMINHANTES, DURISTAS E MOCHILEIROS: UMA LINHA CRONOLÓGICA

Trabalharei, aqui, com três categorias cronológicas de turistas que marcaram o fenômeno turístico no Aventureiro e que serão detalhadas abaixo: (1) os caminhantes, (2) os “duristas” e (3) os “mochileiros”, como a esquematização na Tabela 4, abaixo. Cabe ressaltar que essas categorias foram definidas conforme poderemos notar pelas falas dos Filhos do Aventureiro, mesmo que o turista seja “um ser complexo”, sendo difícil classificá-lo ao certo em uma categoria, segundo Krippendorf (2009, p. 49).

Tabela 4: Esquematização das características dos turistas no Aventureiro

	Vida em Risco	Contato com o Ambiente	Contato com os Moradores	Disponibilidade Monetária	Estrutura Turística
Caminhantes	Sim	Sim	Sim/Não	Sim	Não
Duristas	Não	Sim	Não	Não	Não
Mochileiros	Não	Sim	Sim/Não	Sim	Sim

(Fonte: Acervo pessoal).

O Turismo foi mais difundido na Ilha Grande principalmente após o fechamento e a implosão do presídio de Dois Rios. Mas, no Aventureiro, esse fenômeno não aconteceu nos moldes do restante da Ilha, graças a três principais fatores, como mencionado por Costa, Catão & Prado (2009): a proteção da RBEPS contra a especulação imobiliária, o perfil dos turistas

“mochileiros”, diferente das outras praias da Ilha Grande⁶⁴; e por conta da peculiar gestão dos negócios pelos próprios “Filhos do Aventureiro”.

Na Vila de Dois Rios, havia um presídio, conhecido como “Caldeirão do Diabo”. Esse Presídio foi um marco histórico muito importante para as populações de toda a Ilha Grande Antes disso, existia no lugar, a Fazenda de Dois Rios, que foi comprada em 1884 pelo Império. Em 1893, foi autorizada sua criação, sendo sua implantação iniciada pelo Governo Federal, onde foram mantidos os participantes da Revolta da Armada. Foi fechado em 1895, “por dificuldades econômicas e precariedade de pessoal” (RIO DE JANEIRO, 2008a) e reaberto em janeiro de 1903, com o nome de Colônia Correccional de Dois Rios. Na década de 1930, passou a receber presos políticos, tendo sido seu nome alterado para Colônia Agrícola do Distrito Federal.

Em 1954, houve a desativação da Colônia Penal Cândido Mendes, o antigo Lazareto⁶⁵, na Vila do Abraão⁶⁶. Em 1963, tornou-se um “presídio de segurança máxima destinado a presos de alta periculosidade” (RIO DE JANEIRO, 2008a), sob o nome Instituto Penal Cândido Mendes. Segundo Santos (2006, p. 445-446), entre 1964 e 1990:

O Instituto Penal Cândido Mendes tornou-se uma penitenciária de segurança máxima, mantendo no local os indivíduos considerados mais perigosos à sociedade. Durante todo esse período, estas instituições foram também utilizadas como prisão política (SANTOS, 2006, pp. 445-446).

Finalmente, em 1969, passou a receber também presos políticos. Inclusive, no Instituto Penal Cândido Mendes, em 1979, nasceu a facção criminosa Comando Vermelho (CV), devido à mistura de presos comuns e presos políticos na ditadura militar. O prédio do Presídio encerrou suas

⁶⁴ Na Ilha Grande, há diversas categorias de turistas. Há os mochileiros, que procuram um contato maior com a natureza e o sentimento de desbravamento, além de esportes como o surfe e o *stand up paddle* (praticado em pé sobre uma prancha e com um remo). Há os que chegam em cruzeiros e visitam rapidamente os atrativos mais próximos. Há os de luxo, que se hospedam em pousadas mais caras e passeiam de barco, de lancha. Há os que visitam a Ilha por causa de seus eventos e festas.

⁶⁵ O Lazareto foi, inicialmente, construído nas proximidades da Praia Preta, na Vila do Abraão, na década de 1880, para funcionar como um hospital de quarentena que recolhesse viajantes de países que tivessem alguma doença contagiosa, para evitar uma possível epidemia no país. O Império comprou a Fazenda do Holandês em 1884, para que fosse construído, e funcionou até 1913, e “acabou desativado devido às mudanças na política de controle sanitário dos portos e aos avanços médicos” (RIO DE JANEIRO, 2008a). Na década de 1940, foi transformado em presídio para presos comuns, sob o nome de Colônia Penal de Cândido Mendes. Em 1954, foi desativado e, seus presos, enviados para Dois Rios.

⁶⁶ Ver localização da Vila do Abraão na Figura 4.

atividades em 1990 e foi implodido no ano de 1994, dando lugar à expansão da atividade turística em toda a Ilha Grande.

Devido à proximidade entre a vila do Aventureiro e a vila de Dois Rios, antes do fechamento e da implosão do presídio, havia problemas naquela comunidade com presos fugitivos:

Os presos vieram pra cá num dia que uns homens tinham ido pescar, outros homens foram socorrer um barco encalhado. As mulheres, crianças sozinhas no Aventureiro. Juntou todo mundo [as mulheres e crianças] e se trancou ali em casa, quando eu morava ali na frente, e os [homens] que estavam aqui brigaram com os bandidos. Três [bandidos] morreram na luta. Eles vinham pra fugir da cadeia, pra pegar barco pra sair da Ilha (Cátia, 54 anos, merendeira).

Os fugitivos iam em direção ao Aventureiro para se apossar de barcos e tentar sair da Ilha. Segundo Costa (2009, p. 62), “o aumento da violência urbana se refletiu para dentro da prisão da Ilha Grande e afetou com maior intensidade a vida dos moradores”. Então, por mais que a Rio-Santos (Rodovia BR-101) tenha sido construída entre 1971 e 1973, nesse período, o Turismo não era intensivo, apenas os turistas que se arriscavam pelas trilhas não se importando com o possível encontro com algum fugitivo.

Durante o período em que funcionou o presídio em Dois Rios, havia algumas pessoas que, ainda assim, aventuravam-se pelas trilhas no meio da mata na Ilha Grande. Esses são os que chamo de “caminhantes”, que existiam mesmo que em pequena quantidade, até pondo sua vida em risco devido aos recorrentes fugitivos da prisão escondidos na mata, pela própria experiência de aventura e para ter contato com a “natureza”, dispensando a necessidade de estrutura turística para os atender, visto que eles simplesmente passavam:

Os primeiros turistas do Aventureiro pagavam quantias hoje irrisórias para dormir nos terrenos dos moradores e praticamente realizavam o chamado ‘camping selvagem’, já que não havia a estrutura que existe atualmente (COSTA, CATÃO & PRADO, 2009, p. 188)

Esses caminhantes começam a chegar no período antes da década de 1980, quando foi criada a RBEPS. De acordo com Castro (2013):

Há cerca de 18 ou 20 anos atrás, durante o feriado de Carnaval, a Vila chegava a ter no máximo 20 pessoas de fora. Todos os campings praticamente surgiram após a demolição do presídio (CASTRO, 2013, p. 72).

Entre as décadas de 1960 e de 1970, foi quando houve o crescimento da contracultura *hippie*. Embora não haja traços nos depoimentos dos moradores de ter sido a contracultura *hippie* a responsável pela entrada do Turismo no Aventureiro, sabemos que assim aconteceu em diversas comunidades pelo litoral de todo o país e, portanto, pode ter havido alguma influência sobre a entrada do Turismo no Aventureiro. Isso, entretanto, não pode ser provado por meio dos dados obtidos em campo. Acerca da contracultura *hippie*:

A contracultura floresce sempre e onde quer que alguns membros de sua sociedade escolhem estilos de vida, expressões artísticas e formas de pensamento e comportamento que sinceramente incorporam o antigo axioma segundo o qual a única verdadeira constante é a própria mudança (JOY & GOFFMAN, 2007, p. 9).

Os membros de uma contracultura constroem sua vida a partir de seu próprio modo de pensar e viver, sem ditames alheios. Foram muito caracterizados por seu estado de espírito, modo de vestir ligado ao anticonsumo e também o uso de drogas. Então, influenciados pela contracultura *hippie*, os jovens saíam dos centros urbanos para lugares bucólicos, comunidades alternativas aos modelos de vida das cidades grandes.

Para Begossi *et al* (2009), a vila de Trindade (Paraty) foi muito procurada por *hippies* na década de 1980, o que, segundo o autor, “deu início ao turismo desordenado”, aumentando a procura pelo lugar para passeio e fuga dos grandes centros urbanos. Nesses moldes da contracultura *hippie*, estão os “caminhantes” que passavam pela Ilha Grande, mesmo com a presença do atemorizante presídio em Dois Rios e a possível fuga de presos perigosos para o mato, para as vilas mais próximas.

Também na vila de Pipa, no município de Timbau do Sul (Rio Grande do Norte), o Turismo começou na década de 1980 por “surfistas e hippies que invadiram a destinação [...], atraídos pelas belas praias e natureza praticamente intocada” (XAVIER, 2008, p. 57), que se hospedavam nas casas dos moradores, e não tinham todas as facilidades específicas para turistas mas, por outro lado, era maior o contato entre visitantes e visitados. Na década de 1990, alguns turistas decidiram se fixar em Pipa, que apresentava ao mundo sua “forte vocação turística”, tendo sido criada infraestrutura, agora sim, para receber os visitantes e garantir sua permanência temporária na vila:

Hoje, a Vila de Pipa é uma destinação nacional e internacionalmente conhecida, fator que contribui para mercantilização da paisagem, transformada agora em produto comercializado principalmente entre estrangeiros, devido a alta valorização do mercado de terras, impulsionado pela especulação imobiliária. A antiga vila de pescadores parece agora, subordinada à lógica da atividade turística, muitas vezes predatória. A natureza intocada cede espaço para a exploração e transformação de paisagens que passam a ser urbanizadas para representar modelos e padrões internacionais (XAVIER, 2008, p. 58).

Pipa apresentou um grande crescimento, sendo, de fato, conhecida nacional e internacionalmente. Segundo o mesmo autor, “a chegada dos visitantes logo foi observada como uma alternativa econômica para a pesca e uma oportunidade de gerar renda” (XAVIER, 2008, p. 66), levando em consideração que o Turismo traz um trabalho menos penoso, com um ganho monetário maior. O fluxo de turistas aumentou muito e, assim, depois da turistificação da vila de Pipa, tornou-se mais um destino a ser vendido como produto do mercado turístico no Brasil e fora dele, o que causa efeitos ambientais e sociais de transformação e de degradação.

Em muito se assemelha o início do Turismo em Pipa e no Aventureiro, visto que nesse os primeiros a chegar – os “caminhantes” – eram de fato aventureiros que, antes mesmo da criação da RBEPS, na década de 1980, buscavam a tranquilidade não oferecida nos centros urbanos e desejavam conhecer os lugares aparentemente intocados, inexplorados, mesmo com a existência de presos potencialmente perigosos bem próximos a eles. Não havia também infraestrutura e o que acontecia era um favor oferecido pelos moradores aos passantes que iam a seus quintais pedindo para armar suas barracas de *camping*. Assim, como em Pipa, há alguns turistas que decidiram fixar residência no Aventureiro, porém, apenas com a locação da casa ou do *camping*, visto que a venda do imóvel é ilegal.

O diferente entre as duas vilas é que em Pipa, o Turismo cresceu muito e tornou-se um destino vorazmente mercantilizado, guiado pelo processo de especulação imobiliária. E, no Aventureiro, esse processo voraz foi freado pela presença da RBEPS, na categoria de Unidade de Conservação de Proteção Integral mais restritiva no Brasil, que os protegeu dos efeitos negativos da “expulsão branca” a que todo o litoral brasileiro foi submetido. Enquanto Pipa virou um ponto de encontro intensivo de turistas, o Aventureiro não chegou a

ser um destino turismo intensivo urbanizado. Contudo, em 2006, passou a ser controlado e permaneceu assim até hoje.

Como citei anteriormente, no Aventureiro, não havia infraestrutura turística para receber os “caminhantes”, que cuidavam de sua própria estadia, alimentação e locomoção. O entretenimento era justamente o desbravamento, a busca pelas belezas naturais do “paraíso perdido”:

Teve uma família que veio pra cá de barco, a mãe, o pai e a filha pequena. Mas estava chovendo muito, chegaram aqui com tudo molhado. Roupa, sapato, mochila, tudo molhado. Ela bateu na minha porta e pediu pra ficar na varanda. Estavam muito molhados. Falei pra tomar um banho e dei umas roupas secas pra vestir. Eles comeram e ficaram num quarto. No dia seguinte acordaram e agradeceram tanto. (Cátia, 54 anos, merendeira).

Além disso, em 1981, com a presença estatal restritiva nas esferas penal e ambiental, a presença de “caminhantes” era ainda menos difundida e apenas ia ao Aventureiro quem pretendia de fato se aventurar. No final dos anos 1980, turistas desejosos de paisagens “paradisíacas” e de “natureza intocada”, “produtos de um ideário ambientalista que se firmava na época chegaram ao Aventureiro por terra e, a partir dessas pessoas, a praia ficou sendo conhecida como destino muito interessante para aqueles que gostavam de aventuras e caminhadas” (MACIEL, SOUZA & CARDOSO, 2011, p. 103).

Cunha, Rougeulle & Von Behr (2004) menciona que “é mediante esse saber [da pesca] que os pescadores definem estratégias adaptativas às flutuações do ecossistema marítimo para assegurar a sua reprodução social no tempo (CUNHA, ROUGEULLE & VON BEHR, 2004, p. 5). E, como nos saberes da pesca, o Turismo também entra como uma “estratégia adaptativa”, também citada por Diegues (2001), como expus no capítulo 2, no sentido em que, para a mudança de condições para os modelos de produção, tendo sido limitada a prática dos trabalhos “tradicionais”, e não tendo muitas condições de autosubsistência, a população recorreu ao Turismo para garantir sua permanência no Aventureiro.

Mesmo com a implosão do presídio e a posterior “explosão” do Turismo em toda a Ilha Grande, a Vila foi preservada do movimento intensivo da atividade turística de massa, por estar inserida na RBEPS. A partir desse momento, vemos uma segunda categoria de turistas: os “duristas”.

Assim eram chamados os que chegavam ao Aventureiro, geralmente buscando contato maior com a natureza, jovens provenientes principalmente das capitais mais próximas à Ilha Grande (Rio de Janeiro e São Paulo), ligados de alguma forma à prática do surfe. Eram em maior quantidade que os “caminhantes”, como veremos no depoimento a seguir, todavia sem o risco de encontrar, pela mata, com os fugitivos do então Presídio de Dois Rios, fechado e implodido na década de 1990: *“Lembro da época das vacas gordas, quando aquilo lá lotava de chegar em média a 2000 pessoas no Carnaval. Aquilo lá era uma loucura! Mas era muito bom!”* (Uma turista do Rio de Janeiro - RJ, 28 anos, funcionária pública).

Os “*duristas*”, como o próprio nome sugere, tinham pouco dinheiro para pagar aos moradores pelos serviços prestados, como nos *campings*, nos bares e restaurantes, de traslado e passeios, e ficavam por lá, espalhados pela praia. Também não havia infraestrutura turística, como hospedagem e alimentação, adequada para atendimento desses turistas. De modo geral, os turistas de hoje são diferentes do tais “*duristas*”, porque eram causa de confusão, como constatamos nos depoimentos em campo. Observe que:

Os turistas de hoje não. Os de antes, nossa, era muita bagunça, muita bagunça, muita sujeira, é à noite muita gritaria, muita farra, gritavam a noite toda, berravam a noite toda, a gente não conseguia dormir. Aí era uma perturbação mas os de hoje em dia são melhores (Filha do Aventureiro, 20 anos, estudante).

Além do fato de que eles não tinham muito dinheiro para pagar pelos possíveis serviços prestados, ainda havia uma influência notadamente negativa no cotidiano dos moradores, visto que ficavam acordados até mais tarde que o costumeiro no Aventureiro, pediam para deixar ligados os geradores, tinham o costume de fazer uso de maconha nos quintais, sem se importar com a opinião dos moradores, o que faz pensar que, apesar de serem jovens em busca de um contato maior com a natureza, eram essencialmente “hedonistas”, priorizando seu prazer e bem-estar em detrimento do prazer e do bem-estar do outro, nesse caso, da comunidade visitada, como veremos a partir do depoimento abaixo, de uma turista que foi ao Aventureiro àquela época, sobre as festas que aconteciam para turistas:

Só luau e forró. Tinha uma rave, trance que eu detesto comendo solto. Teve o forró e depois começou o trance. A impressão que dava

era de uma colônia de férias jovem. Gente jogando beto, mas eu fui para lá porque era um universo paralelo (Uma turista de Brasília - DF, 27 anos, jornalista).

Na visão dessa turista, havia uma contradição de seu pensamento inicial sobre o Aventureiro, de um “paraíso”, “vila de pescadores”, “lugar tranquilo”, e o que ela encontrou ao chegar no lugar: “uma colônia de férias”, turismo de massa⁶⁷ no “paraíso”. Mas a violência visual, exacerbada pela quantidade e qualidade dos turistas presentes no Aventureiro, foi inibida pela violência institucional com que as novas regras das Unidades de Conservação foram impostas.

Devido à grande concentração desses “duristas”, no verão de 2006, houve uma operação para sua retirada: Segundo relato de uma turista, que lá esteve nesse período e que saiu um dia antes da operação, “*tinha barracas espalhadas pela praia e eram mais de duas mil pessoas*”. A opinião dos moradores é unânime em dizer que essa ação foi uma “violência”, uma “brutalidade” contra os turistas e a própria comunidade. Esse fato foi notícia para os jornais, como se pode ver no ANEXO F.

Sobre o comportamento dos turistas que são solicitados a se retirar da Praia do Sul pelos funcionários do INEA, Cátia contou no trecho a seguir acerca de sua preocupação com seu filho, recém-contratado pelo órgão ambiental para a função de guardião:

Sempre tem algum problema que não pode fazer isso, não pode fazer aquilo. Proibiu o pessoal de ir pra Praia do Sul, no feriado, feriadão não pode passar pra Praia do Sul, aí ele vai ter que ficar lá. Aí tem pessoas que aceitam, outros já ficam alterados que não aceitam, aí eu não queria que ele deixasse o trabalho dele não pra trabalhar nesse trabalho, mas ele queria, queria, queria, aí já deu baixa na carteira dele e vai trabalhar no parque, como é? Guarda-parque (Cátia, 54 anos, merendeira).

A preocupação da Cátia é que seu filho sofra algum malefício por parte de um dos turistas que não são amigos, aqueles tratados como “*marginais*” e que não entenderiam caso fossem solicitados a se retirar, até porque, de acordo com o André Castro (39 anos, Adjunto Operacional do INEA), “*eu corro atrás e tiro [os turistas dentro da RBEPS], não pode*”, o que é seguido pelos guardiões. E, de fato, os guardiões e guarda-parques estão submetidos a esse

⁶⁷ Turismo de massa é definido por Ruschmann como aquele que “se caracteriza pelo deslocamento de grande número de pessoas para os mesmos lugares nas mesmas épocas do ano” (2008, p. 23).

tipo de relação com aqueles turistas “hedonistas”, cujo prazer, quando interrompido, é sentido por esses como a interrupção de um direito de descanso, o que é controverso já que aquele ambiente é, antes de tudo, dos Filhos do Aventureiro, e os turistas são seus habitantes temporários.

A Operação Angra Legal⁶⁸, que, segundo o artigo “IEF encerra Operação Carnaval em 12 municípios do estado”, constante do ANEXO F, foi composta por “115 fiscais e 16 veículos [...] na Ilha Grande”, proibiu, no verão de 2006, o funcionamento de *campings* ilegais na Ilha Grande toda. Porém, dos 29 *campings* fechados na Ilha, 21 eram no Aventureiro, como será visto abaixo, mostrando que a vila foi o foco dessa ação. No Aventureiro, “consistia em uma ‘força-tarefa’ formada pela Prefeitura de Angra dos Reis, Polícia Federal e Militar, Capitania dos Portos e outras instituições” (MACIEL, SOUZA & CARDOSO, 2011, pp. 104-105), para remoção das barracas e expulsão dos “duristas” em barcos fretados. No ANEXO F, artigo “BRA-027: Ordem no Paraíso”, vemos a logística montada para essa “força-tarefa”:

A equipe é formada por fiscais da TurisAngra, órgão da prefeitura de Angra dos Reis, pela Capitania dos Portos e por PMs do Batalhão Florestal, usando um helicóptero e seis lanchas de grande porte⁶⁹. Por terra, homens da Marinha e do 33º BPM (Angra) impedem as partidas de traineiras do Cais de Santa Luzia levando visitantes para a Ilha Grande, caso os turistas não tenham reservas nas pousadas e 13 *campings* licenciados pela prefeitura.

Segundo o que escreveu Juliana Tinoco, colunista da página da internet O Eco, em abril de 2006 (ANEXO F):

A praia de Aventureiro [...], que fica em área de reserva biológica, teve 21 *campings* ilegais fechados. “A situação lá é diferente da dos *campings* em Abraão, que apenas estavam irregulares. Em Aventureiro não se pode acampar mesmo”, diz Cristiane.

Os fiscais retiravam agressivamente barracas de moradores e turistas, fazendo ameaças, com barcos, como se notou em diversos relatos como: “*tinha helicóptero voando*”, “*pegaram umas câmeras fotográficas*”, “*chutavam as barracas*”, “*tiravam os turistas para o barco e levaram tudo para Angra*”. Certamente, havia um número tão grande de população fixa e flutuante, que o

⁶⁸ A Operação Angra Legal é de ação contínua para combater crimes ambientais, desde seu início em 2004, durante todo o ano, sendo intensificada nos períodos de maior afluxo de turistas – verão, grandes feriados, Réveillon, Carnaval, Semana Santa.

⁶⁹ Grifo nosso.

ecossistema não poderia suportar por muito tempo, o que acabaria degradando mais o ambiente do Aventureiro. Segundo uma turista que esteve no Aventureiro nesse período e saiu pouco tempo antes do “caos instaurado”: “*eu soube que foi uma bagunça, que tiraram as pessoas com violência, um absurdo*”.

Contudo, o que se expõe é a forma como os moradores e os visitantes foram tratados nessa “força-tarefa”, varridos como sujeira, no sentido de que é a lei que vale, o “meio ambiente” que importa, e as relações sociais e as pessoas não importam. Inclusive pela leitura dos artigos constantes no ANEXO F, pode-se ter uma ideia da “repressão” com que os fiscais agiam, estando sempre à espreita dia e noite para barrar os “turistas fora-da-lei”, como foram tratados. Mais uma vez, como foi mencionado no capítulo 3, voltamos à separação homem-natureza, cultura-natureza estabelecida junto com a criação de algumas Unidades de Conservação de Proteção Integral. Os moradores respeitaram essa proibição violenta, mas lutaram por seus direitos ao longo do ano, como o fazem até hoje.

Em março de 2006, moradores, com a ajuda de ONGs locais, a AMAV, pesquisadores, turistas, acionaram o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro:

Instaurando inquérito civil que forçou o cumprimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC que prevê a permanência de populações tradicionais em áreas que se tornam Unidades de Conservação (MACIEL, SOUZA & CARDOSO, 2011, p. 105).

Seus representantes assinaram um termo de compromisso, que passou a ter validade a partir do dia 26 de dezembro de 2006, com a permissão da prática dos *campings*, desde que dentro dos novos limites: com o número de visitantes limitado a 560 pessoas por feriado e o número de *campings*, a 18. Além disso, o Termo de Compromisso sugeria a recategorização de parte da RBEPS, para garantir a permanência da população em sua terra efetivamente.

Após o “caos instaurado” e o estabelecimento da quantidade de *campings* e do número máximo de pessoas por dia no Aventureiro, no ano de

2006, podemos dizer que temos uma nova categoria de turistas no Aventureiro: os “mochileiros”, que são tidos como turistas alternativos⁷⁰.

À primeira vista, é possível notar uma diferença visível entre esses e os “duristas”, que é o limite, uma lei restritiva mais presente e guardiões que teoricamente garantem que os turistas não ultrapassem o limite do número de visitantes por dia e o limite entre o Demo e a Praia do Sul, onde a entrada, a passagem e a permanência são proibidas. Isso não os caracteriza de fato, mas a relação deles com o lugar, ou melhor, a Unidade de Conservação. Mas a fim de uma caracterização, temos o seguinte relato de uma jovem Filha do Aventureiro: “*Aqui a gente vive mais tranquilo, não tem aquela perturbação da cidade, só quando tem turista mesmo, mas o Aventureiro é um paraíso*”, não obstante sua opinião de que, mesmo assim, “*os de hoje em dia são melhores*”, tendo em vista que, antes de a atividade turística ser controlada, era uma bagunça, sujeira, gritaria, farra, berros e ninguém conseguia dormir.

Numa caracterização de “turista” como o “sujeito do desejo”, Santana (2009) menciona que:

Liberam-se muitos dos tabus, medos e proibições de sua cultura de origem, seus comportamentos na área visitada expressam a importância de ocupar uma posição superior e [...] é frequente o abandono da obediência à ‘legalidade’ e/ou ‘moralidade’ estabelecida (SANTANA, 2009, p. 79).

E levando em consideração o exposto pelo autor acima, temos no Aventureiro que, para alguns moradores, ainda restaram algumas características de “duristas” nos atuais turistas que trato como “mochileiros”, visto que “*uns ficam na calçada da varanda fumando maconha*” (considerando que são em menor número, já que a maioria respeita as famílias e fuma na praia para não incomodar), “*faz barulho, dormem tarde*” e há um certo receio quanto ao tratamento com eles para com os Filhos do Aventureiro que trabalham para o INEA e que têm que interrompê-los quando entram na Praia do Sul. Eles “*ficam alterados porque não aceitam [não poder entrar na*

⁷⁰ Turistas alternativos, segundo Krippendorf (2009, p. 61), são aqueles cujo imperativo essencial “é dissociar-se do turismo de massa. Agir diferentemente das outras pessoas, ficar longe dos caminhos percorridos pelo Turismo [...], querem ter mais contatos com os autóctones, renunciar à maioria das infra-estruturas normais, alojar-se de acordo com os hábitos locais”. Bindá (1995, p. 24) já havia tido essa visão, mencionando que “o contato com a população local é mais frequente” e ocorre “onde o conforto não é pré-requisito” mas pode haver algum conforto. (p. 24).

Reserva]”. Inclusive, já houve um caso de um turista que, muito alterado, apontou uma arma para um funcionário do INEA dentro da Reserva, arguindo-o: “*quem vai me impedir?*”, o que denota uma libertação de sua condição de membro da sociedade moderna, na qual é seguidor de regras.

Os mesmos “mochileiros” que respeitam demonstram maior interesse pela cultura, pela história de vida e pelas lutas pelas quais os Filhos do Aventureiro passaram, desde a época do Presídio, até 1994, até sua “sobreposição” pelas Unidades de Conservação: “*O pessoal de fora, a maioria é, eles ficam interessados de aprender as nossas paradas*” (Dudu, 28 anos, caseiro e artesão).

Mas é preciso observar que o “mochileiro” não é apenas um turista, mas uma tipologia. Quanto a isso, Ferreira criou uma tabela com os padrões comuns entre cada uma dessas tipologias de turistas (Tabela 5) no Aventureiro.

Tabela 5: Tipologias de turistas atuais no Aventureiro (Fonte: FERREIRA, 2008, p. 166).

Turistas ambientalistas	Aqueles que visitam as unidades de conservação e que se preocupam com a proteção da natureza. Esse tipo possui uma subdivisão, pois alguns se interessam também pelo “patrimônio cultural” representado pela “cultura caiçara”, com suas lendas, materialidades e saber-fazer, ou construções antigas, ruínas, etc. A outra vertente, que é hegemônica nesse caso, é mais voltada para os atrativos naturais (vegetação, fauna, aspectos geológicos, geográficos, etc.).
Turistas esportistas	Apreciam caminhadas longas e íngremes, e outras atividades que impliquem vencer desafios; visitam o Pico do Papagaio, fazem a volta na Ilha a pé, praticam surf em Lopes Mendes, na Parnaíoca e no

	Aventureiro, etc.
Turistas interessados em lazer na natureza	Os atrativos principais são as praias e os passeios de barco. Há um interesse marcante no aspecto ser um <i>lugar da moda</i> .

Nota-se a presença desses turistas em toda a Ilha Grande, segundo a autora, embora o turismo atual na ilha seja mais frequentemente voltado ao turista interessado em lazer na natureza.

Para Bindá (1995, p. 28), os mochileiros que iam a Jericoacoara (CE), eram vistos como “estudantes e malucos da BR”, “viajantes, andarilhos, que costumam vender artesanato e prestar serviços em pontos turísticos”. Assim como naquele lugar, no Aventureiro existem os “mochileiros” recorrentes que, por vezes, tornam-se empregados temporários nos estabelecimentos (bares e *campings*) para pagar sua estadia, tendo, assim, condições criadas para retornar ao Aventureiro, para rever amigos e desfrutar novamente da paisagem e de sua hospitalidade. Inclusive, quando estive no Aventureiro, quando perguntada sobre quando voltaria, tendo respondido que não sabia ainda, foi-me dada essa sugestão: “*Ah, por que você não trabalha durante o feriado no bar da Rosa? A Japinha vai fazer isso, aí ela consegue vir para cá*”.

Atualmente, para entrar e permanecer no Aventureiro, é preciso, ainda em Angra dos Reis, passar pela TurisAngra⁷¹, localizada em frente à Praia do Anil, no Centro, para preencher no dia da travessia, um Termo (ANEXO G) com os seguintes “Compromissos”, cujo não-cumprimento enseja crimes ambientais puníveis:

- 1) Utilizar apenas as praias da Vila do Aventureiro e do Demo, tendo em vista que tanto a passagem quanto a permanência no Costão Rochoso do Demo, na Praia do Sul e do Leste (incluindo as Lagoas e o Ilhote) são proibidas por Lei Federal nº 9985/2000⁷²;
- 2) Manter a área das praias em perfeitas condições de limpeza, ou seja, deposite seu lixo nas lixeiras;
- 3) Não alterar a paisagem local através de corte de arbustos, galhos e árvores para abertura de trilhas, bem como não utilizá-los para fazer fogueira.

⁷¹ Fundação de Turismo de Angra dos Reis.

⁷² SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Após o preenchimento desse Termo, o atendente da TurisAngra preenche uma “Autorização de Acesso” (Figura 25), a ser entregue na chegada ao Aventureiro, com o nome, identidade, telefone e origem do turista, além da identificação do *camping* em que ficará hospedado, o período de permanência e a embarcação que o levará até lá. Com essa autorização, o turista recebe uma pulseira a ser utilizada enquanto permanecer no Aventureiro.

Praia do Aventureiro
Autorização de Acesso - Camping

Nome: _____
 RG: _____ Tel.: _____
 Origem: _____
 Camping receptivo n°: _____
 Período de permanência: ____ / ____ / ____ a ____ / ____ / ____
 Embarcação condutora: _____

Ass. dos Moradores da Praia do Aventureiro Controle: Nº 6122

Figura 25: Autorização de Acesso - TurisAngra (Fonte: TurisAngra)

Na prática, esse procedimento funciona mais efetivamente na alta temporada, quando há maior afluxo de turistas. Nos períodos de baixa temporada, esse controle é mais livre, sem muita fiscalização. Enquanto estive em campo, observei que os turistas não utilizam a pulseira de identificação. Há também aqueles desinformados, que simplesmente vão ao Cais em Angra, e fazem a travessia até o Aventureiro ou até Provetá, sem pedir autorização para permanência, não sabem como é feito o controle, nem como se dá a hospedagem e não tem ao menos conhecimento de que aquele lugar tem uma Reserva Biológica, em alguns casos.

Com o Projeto de Lei nº 3.250 (ANEXO E), proposto em 2010, sobre a recategorização da parte da RBEPS relativa ao espaço da Vila do Aventureiro e de todo o PEMA, para se tornarem a RDS do Aventureiro, como mencionado no capítulo 3, a população poderá permanecer em seu lugar, garantidos seus direitos legalmente sobre o uso da terra e do mar, podendo fazer sua roça,

matar seu peixe e trabalhar com o Turismo de forma controlada, sem regras tão restritas nem um cerceamento sociocultural tão grave como nos dias atuais.

Quanto à aproximação, ao apego mútuo dos turistas e moradores do Aventureiro, de acordo com relatos dos próprios moradores, notei uma diferença clara. Então, mostrarei a seguir essa diferenciação entre “turistas clientes” e “turistas amigos”.

Todos os turistas que chegam ao Aventureiro o fazem na condição de turistas “clientes”, tendo em vista que o Turismo é uma atividade econômica, como menciona Tuna (2011, p. 2):

Quando visto da perspectiva econômica [...], o Turismo é um setor de serviços que tem dimensões de produção e consumo. [...] Em termos de atividade econômica, existe um intercâmbio econômico entre os clientes (turistas) e os produtores (quem trabalha com o Turismo) (TUNA, 2011, p. 2)⁷³.

Mas não é só isso. Vai além da terrível definição de Turismo como “indústria”, ou pior, “indústria sem chaminé”. O turista que busca uma experiência mais próxima da realidade e conversa com os moradores acaba por criar, junto com moradores e famílias do lugar, vínculos de amizade e compadrio, tornam-se turistas “amigos”. Tomo como exemplo o caso citado na epígrafe deste capítulo, de uma família de turistas que, tendo ido ao Aventureiro em período de chuvas fortes, teve sua barraca alagada e foi abrigada dentro da casa de uma família do Aventureiro. Depois desse ato de carinho e várias conversas, os turistas tornaram-se como “membros da família”, e, precisando, o abrigo era recíproco para os Filhos do Aventureiro na casa desses turistas na cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Um turista de Angra dos Reis – RJ mencionou que, estando no Aventureiro:

Tentei pegar um pouquinho da história do lugar, conversei com os mais antigos de lá, de como era antes, a primeira igreja, a relação das famílias, que todo mundo depende um pouco dela (Um turista de Angra dos Reis – RJ, 35 anos, arquiteto).

Esses vínculos são reforçados à medida que esse turista volta ao Aventureiro mais de uma vez. Os turistas tornam-se “membros temporários da família”, porque não apenas dormem naquele espaço e vão para a praia, mas

⁷³ Tradução nossa.

participam da vida cotidiana da família e, dialogicamente, dão início a um processo de reavivamento da memória do Aventureiro, quando se interessam e procuram saber de seu passado, de seu presente e de seu futuro.

Notamos também que, como exemplo, em tempos em que as condições climáticas não são adequadas para o tipo de hospedagem em barracas, e ocorre alguma tempestade forte a ponto de enchê-las de água e barro, os moradores os abrigam na varanda, ou dentro da própria casa, cedendo alguma peça de roupa, cobertores, roupas de cama, para que se sintam mais à vontade e por causa de sua responsabilidade como donos do *camping* e como seres humanos que veem “o outro” em situação de necessidade.

4.2 “TRABALHO DE FORMIGUINHA”

Os turistas hospedam-se nos *campings*, com a opção de ficarem em quartos (Figura 26) de casas separadas das moradias ou em barracas espalhadas organizadamente nos quintais das casas. “Um cenário que se monta e desmonta periodicamente” (COSTA, CATÃO & PRADO, 2009), com uma oscilação entre baixa e alta temporadas turísticas, que modificam a paisagem, o fluxo de pessoas, o uso do espaço e o trabalho, bastante diferentes se comparamos os grandes feriados (Reveillón, Carnaval e Semana Santa principalmente)⁷⁴ e o inverno, quando o Aventureiro fica praticamente vazio de turistas.

⁷⁴ *Réveillon*, Carnaval e Semana Santa foram os feriados citados, na pesquisa em campo entre março e abril de 2012, como os de maior fluxo turístico no Aventureiro.



Figura 26: Exemplo de quarto para turistas - *Camping do Ruben* (Fonte: Acervo pessoal)

Atualmente, os 18 *campings* legalizados para funcionar no Aventureiro são: do Nezinho, da Neneca, do Verte e da Zuleica, do Ruben, do Ferreira, do Mário, do Valdemiro, do Sr. Jorge, do Adilson, da Larissa, Clementino, do Roseno, do Ita, José e Zeca, do Ednaldo, do Benedito (Purungo), do Luciano, e do Luís.

A atividade turística, por muitas vezes, é vista como uma “salvação da lavoura”, devido ao ganho monetário superior às demais atividades, antes mais comumente exercidas, como a pesca artesanal, o artesanato ilhéu, a culinária do “caiçara” da Ilha Grande, o cultivo na roça e a produção de farinha, e o peixe seco.

Certamente, o Turismo traz consigo esse benefício, mas há de se pensar também que, quando o Turismo é tido como principal atividade na comunidade, ou, literalmente, uma “salvação da lavoura”, “a evolução” ou “o progresso”, como citado pelo Gustavo, os moradores tendem a ver isso como o mais importante, chegando a desvalorizar sua cultura, deixando-a de lado e vendo nas atividades turísticas uma mera forma de oferta-demanda de serviços, sem ponderação sobre o que os turistas vão ao local para ver, sentir, ouvir, perceber e viver em experiências diferentes das suas cotidianas e, no

momento em que a peculiaridade do lugar não existe mais, a atratividade se encerra, tornando aquele lugar similar a tantos outros. Isso é exposto por Cunha, Rougeulle & Von Behr (2004), quando chama a expansão do Turismo de uma “desordem destruidora” em comunidades pequenas, acarretando:

Redefinição ou descaracterização das formas de sociabilidade e estilo de vida tradicional, em particular com a transformação de suas áreas ancestrais em balneários: expulsos de suas casas próximos da praia, onde viviam concentrados em pequenos agrupamentos, hoje vivem espalhados em situações de contrastes em meio a construções de hotelaria, bares, restaurantes e casas de veranistas (ou de segunda residência), ocupando o espaço tradicional do pescador de forma desordenada e, muitas vezes, de modo efêmero – nas temporadas (CUNHA, ROUGEULLE & VON BEHR, 2004, p. 7).

Devido à sua sazonalidade bem marcada é que devemos pensar que o Turismo não tem condições de se manter como a “salvação da lavoura”, pois, assim, haveria em algum tempo o encerramento de seu ciclo. Podemos pensar, então, em um tipo de “safra turística”, pois, encerrando-se sua temporada de maior afluxo, a comunidade tem seu tempo de recuperação, uma forma de “defeso”, enquanto dá lugar a outras safras, as tradicionais, da terra e do mar.

Nas comunidades “pesqueiras” do Nordeste, estudadas por Woortmann (1991, p. 40), “as casas foram deslocadas para longe da praia e, portanto, da freguesia, o que impede de transformar a própria casa em *birosca*”. No Aventureiro, existem algumas casas de frente para a praia. Essas casas recebem mais turistas, como veremos mais à frente, e, por isso, têm maior ganho monetário com o Turismo. O que se percebe é que as casas localizadas na praia aproveitam uma parte do terreno para a construção dos bares para atender aos turistas e aos moradores. Análogo àquelas comunidades, acontece de algumas pessoas que moram na encosta descerem até a praia para vender lanches, ou de abrirem alguma “*birosca*” – bar – temporária, na alta temporada turística, para atender a essa demanda “de fora” de sazonalidade bem marcada.

Quanto mais perto da praia se localiza o negócio (bar, restaurante, *camping*), maior é o contato com os potenciais “clientes”, turistas que circulam livremente por esse espaço de encontro, e maior é sua inserção no mercado turístico, o que conseqüentemente gera maior ganho monetário proveniente de suas atividades para essa unidade familiar de produção, e há um certo

afastamento das atividades ditas tradicionais porque as atividades modernas, do Turismo, tomam mais tempo e lugar daquelas (Figura 27).

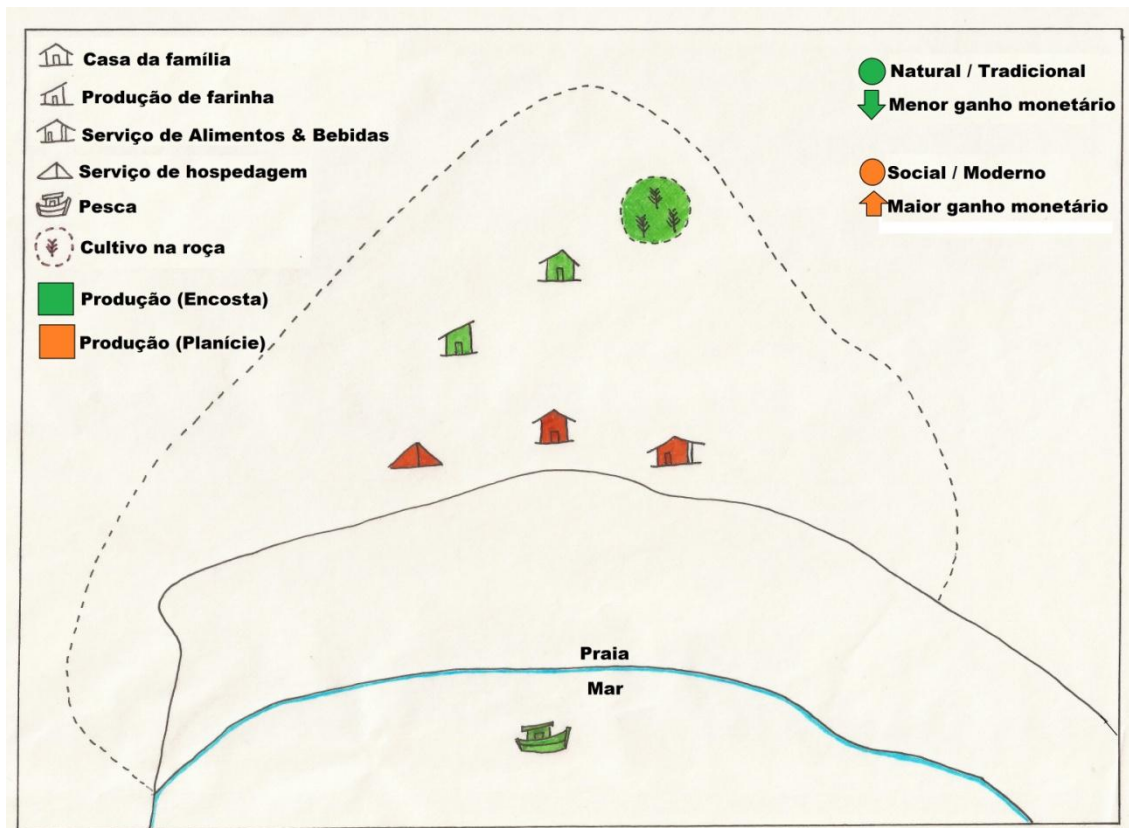


Figura 27: Ganho monetário de famílias na encosta e na planície (Fonte: Acervo pessoal)

Por outro lado, o negócio familiar que está mais próximo da mata, subindo a encosta, apesar de também estar inserido no mercado turístico, tem menos contato com os turistas, o que o faz perder em ganho monetário proveniente dessa atividade, tendo maior contato com o natural, com as produções artesanais nas roças que ainda restam, ou na pesca, ou em outra atividade governamental (INEA ou Locanty⁷⁵). Perguntada sobre o fluxo de turistas no *camping* de sua família, Candinha informou:

Não, só em feriado grande. Quando é feriado pequeno, eles ficam mais lá por baixo mesmo né? É mais difícil. Aqui em cima é mais Ano Novo, Carnaval e Semana Santa (Candinha, 44 anos, dona de casa).

Vejamos o viés apresentado por Bindá (1995):

⁷⁵ Locanty é a empresa que cuidava da conservação e da limpeza no Estado do Rio de Janeiro até o ano de 2012. No Aventureiro, tem dois moradores que são funcionários contratados da Locanty para limpeza da praia.

Do ponto de vista dos que trabalham com o turismo, é possível encontrar, em alguns desses casos, tentativas de posicionamentos diferenciados, ou mesmo contrários, àqueles do capitalismo. Assim, do ponto de vista dos que trabalham com o turismo é preciso considerar, igualmente, suas motivações e comportamentos pois, como os turistas, representam formas diversificadas de experiências, o que implica relações também diferentes com os locais visitados (BINDÁ, 1995, p. 32).

Assim, em um único Aventureiro, desdobram-se diversos Aventureiros conforme diferentes experiências, de acordo com o espaço em que o negócio familiar se localiza (encosta ou planície), de acordo com a época do ano (verão ou inverno) e fluxo turístico (alta ou baixa temporada), o perfil do turista (de paz ou de bagunça), o tipo de hospedagem (em quarto ou em barraca), a alimentação (PFs ou comida preparada por turistas). A experiência molda-se às escolhas do turista conforme o que lhe é oferecido.

Referente à visão dos Filhos do Aventureiro sobre o Turismo, como mencionou Toninho (16 anos, estudante), o Turismo “*é nosso ganha-pão*”, expondo que o trabalho de sua mãe é importante para manter sua família. Referente a isso, sua irmã Fernanda (20 anos, estudante) mencionou que “*ela trabalha, ela nem roça mais tem, é só o bar mesmo. E o dinheiro é o alimento que a gente põe dentro de casa. O dinheiro do bar é o que mantém a gente*”.

No caso dessa família, o Turismo é a principal atividade de sustento. Com o dinheiro que vem do Turismo, os alimentos, roupas, brinquedos para o filho menor, materiais de reforma, materiais escolares, enfim, os insumos necessários são comprados em Angra. No tempo em que fiz minha pesquisa em campo, Rosa, mãe de Fernanda, Toninho e Caique, comprou uma casa na cidade, onde a família pode ficar quando tiver que estar lá, para as compras e para os estudos, no caso de sua filha, Fernanda, que cursa Turismo no CEDERJ, e seu filho Toninho, que faz o Ensino Médio e começará a estudar Mecânica no CEFET⁷⁶, também em Angra.

A propriedade da família da Rosa fica localizada no canto da praia, bem próximo ao caminho que vem do Cais, à Cabine de Informações Turísticas e ao Coqueiro Deitado, “cartão-postal” do Aventureiro .

Já para Adriano (26 anos, guardião do INEA), o Turismo “*ajuda em casa. O camping é pequenininho. É um complemento da renda*”. Sua mãe, Cátia, é

⁷⁶ Centro Federal de Educação Tecnológica.

merendeira na escola, e ele é guardião do INEA. Adriano é casado e tem uma filha com menos de 1 ano. As fontes de renda principais são o emprego na escola (governo municipal) e o emprego no INEA (governo estadual). O dinheiro que vem do Turismo, nesse caso, serve como complemento a essas rendas, que não são provenientes de atividades tradicionais, mas de empregos na esfera pública. O quintal da casa da Cátia e da casa do Adriano fica localizada bem no centro da praia, ao lado da Igreja de Santa Cruz.

O caso da família da Bete é um pouco diferente dessas duas anteriores:

Meu marido que sustenta a casa. Tudo é ele. O Francisco dá uma força agora que está trabalhando também. Quando o Lourival compra comida, o Francisco dá o gás, e assim vai indo (Bete, 46 anos, dona de casa).

O dinheiro que mantém a casa vem do Lourival (marido da Bete) e do Francisco (seu filho mais velho), que trabalham com a limpeza da praia, pela Locanty. A família, de tempos em tempos, se une para produzir a farinha de mandioca, que é primeiramente consumida pela família, mas também vendida em pequenas quantidades para os vizinhos, compadres e alguns turistas. O *camping* também é responsável por pequena parte da renda que vem do Turismo. Como a casa está em uma das partes mais altas da comunidade, o fluxo de turistas é menor.

Mais um caso é o da família da Candinha e do Maneco. Sua família também mora na encosta, mais próximo à praia em comparação à casa da família da Bete. A Candinha é dona de casa, o Maneco é pescador. O que sustenta a família é o dinheiro que vem da pesca principalmente.

Maneco (52 anos, pescador) mencionou: “*a gente vive disso, da roça e da pesca*”, porque, segundo ele, “*minha vida é mais a pesca, e com a pesca que eu consigo um dinheirinho pra manter a casa, fazer um ranchinho pra casa, arrumar a casa*”. Então, o ganho monetário por meio da pesca, trabalho masculino, é mais contínuo, enquanto no Turismo, há uma nova temporalidade, porque o Turismo “*é uma vez no ano*”:

Quando chega o turismo também, ganha um dinheirinho com turismo também. O turismo é aquele negócio né, é uma vez por ano, só no verão, mas o turismo aqui, em casa, pra nós, eu vivo mais da pesca que do turismo (Maneco, 52 anos, pescador).

Por esse fragmento, podemos notar que é bastante diferente a perspectiva do morador, Filho do Aventureiro, daquela perspectiva acadêmica postulada com frequência (como será mais detalhado à frente) de que o Turismo seria a atual principal, ou “exclusiva” atividade geradora de renda na comunidade. O Turismo, na realidade, é visto por eles como “também”, uma atividade complementar, exceto nos casos de poucas famílias que dependem exclusivamente do Turismo, por terem uma localização privilegiada quanto à sua proximidade à praia, espaço de “encontro” preferido dos turistas.

A meu ver, entretanto, para uma comunidade como a do Aventureiro, viver exclusivamente do Turismo, seria seu fim como destino turístico, e seria o fim para a cultura do lugar, tendo em vista que as atrações que formam o atrativo “Aventureiro” homogeneizariam-se com a entrada da cultura da sociedade moderna de forma intensiva na vida das pessoas.

Por sua localização na encosta, o *camping* do Maneco não recebe quantidade grande proporcional aos *campings* na planície, mesmo no verão. Conforme exposto pelo pescador, os turistas ficam “*mais lá embaixo, quando dá o verão lá embaixo fica tudo lotado, às vezes transborda, entendeu? E aqui fica aí 8, 10 pessoas*” (Maneco, 52 anos, pescador).

Woortmann (1991, p. 40) expõe que, nas comunidades “pesqueiras” do Nordeste, “boa parte dos insumos precisam ser comprados no mercado, o que onera a produção e reduz o rendimento financeiro”, inclusive em vendas na praia e na constituição de “biroscas”. Num paralelo a esse fato, para garantir um complemento à renda junto à gestão de um *camping*, Candinha (44 anos, dona de casa) contou que “a gente vende uns *negocinhos* [lanches] *lá embaixo*”, fazendo alusão à localização de sua casa na encosta e à praia, na planície. Fazendo isso, ela vai ao encontro dos turistas, que estão desfrutando da praia, para vender lanches como alternativa aos PFs vendidos nos bares/restaurantes. “Vender uns *negocinhos* lá na praia”, além de ser uma possibilidade para o “encontro turístico” (SANTANA, 2009), que veremos abaixo, é um emprego indireto⁷⁷ do Turismo e que, por mais que os insumos comprados no mercado diminuam em parte o rendimento familiar, em

⁷⁷ Convenciona-se tratar, no Turismo, os empregos como “diretos” e “indiretos”. Os empregos diretos são aqueles que existem para serviço direcionado ao turista, em instalações próprias para esse fim. Os empregos indiretos são aqueles que existem para serviço sem direcionamento direto ao turista, mas que podem atendê-lo, tal qual ao morador.

comparação a se a maior parte dos recursos fossem retirados da terra e do mar, ainda assim, é uma forma de obter ganho monetário para a família.

Levando em consideração que a lista de compras aumentou, conforme a Tabela 3, no capítulo 3, devido às restrições de uso da terra por parte da RBEPS, os produtos – refeições, lanches e bebidas – vendidos para os turistas ajudam no sustento familiar, com um ganho monetário que poderia ser maior, caso a lista dos insumos de produção provenientes do Aventureiro fosse maior que a lista de compras que vêm da cidade. O que é plantado e colhido e os frutos do mar não estão sujeitos à inflação sobre os insumos que vêm de Angra, taxas essas que influenciavam, antes, apenas a sociedade urbana e que, hoje, também têm efeitos muito maiores sobre os Filhos do Aventureiro.

Uma Filha do Aventureiro expôs um viés muito interessante quanto à ocupação dos *campings* mais próximos da praia e dos mais próximos da encosta, que é o da cooperação entre os membros da comunidade:

Os campings que tem as quantidades certas para as pessoas, lá no Tião é 30, aqui em mim é 45, no Daniel é 30. Entendeu? Cada camping já tem seu número de pessoas para ficar, aí, por exemplo, no meu é 45, eu não posso colocar 50, esses 5, se eu colocar no meu camping ali, o dinheiro não vai ficar para mim, vai ficar para o Lourival, que não foi quase ninguém. Então é isso que a gente tem que ter consciência (Rosa, 41 anos, dona de bar e camping).

Esse movimento assemelha-se à reciprocidade peculiar de comunidades “caiçaras”. A ajuda aqui refere-se a um cobrir os custos e ganhos do outro, quando a taxa de ocupação de um *camping* foi melhor (maior que 100%)⁷⁸ que a de outro. Todos sabem de suas obrigações quanto a essa regra e a seguem. Então, o saber tradicional da reciprocidade passa de uma geração a outra, adaptando-se para um saber moderno e um trabalho adaptado da sociedade moderna à “tradicional”, que é o Turismo, pela reciprocidade em trabalho e ganhos. Ademais, a definição da capacidade máxima de carga de cada *camping* veio de fora para dentro, então, também foi transmitido um saber de fora para dentro.

No Aventureiro, cada núcleo familiar tem suas responsabilidades com o Turismo, embora algumas famílias tenham maior contato com os turistas que outras, por sua localização mais próxima das “áreas sociais” da vila, como já foi

⁷⁸ Quando a taxa de ocupação de um meio de hospedagem é maior que 100%, isso se caracteriza, no Turismo, como *overbooking*.

citado. A responsabilidade com o Turismo é dividida com toda a família, e cada membro tem uma função, ao que se referiu Cátia quando perguntada quem cuidava do *camping*: “*Bom, nós dois. Porque a gente conversa com ele, recebe eles. Ele que cuida de água, de banheiro do camping, ele que tá sempre lá. É a gente aqui, os dois*” (Cátia, 54 anos, merendeira).

Como “trabalhar com o Turismo” é um complemento à renda familiar e às atividades cotidianas, o membro que não tem um trabalho como principal fonte de renda da família toma para si a responsabilidade pelo atendimento aos turistas.

A relação entre os gêneros na gestão do Turismo é baseada na confiança, sabendo que homem e mulher, nessa atividade, são tidos em par de equidade. Nesse sentido, de acordo com o que foi observado no Aventureiro, que há respeito e reconhecimento do papel de cada gênero pelo outro, no Turismo, segundo as famílias entrevistadas, todos atendem e tem contato com os turistas, apesar de que há um membro da família que é o responsável pelo trabalho. Os *campings*, montados nos quintais, podem ser vistos como uma continuação da casa (espaço feminino), sendo um espaço onde os turistas dormem, preparam sua alimentação, conversam com outros turistas e com moradores.

O Turismo é um trabalho feminino e masculino. A mulher o faz e o homem o faz. A mulher cobra e recebe, o homem cobra e recebe. Não há “complementaridade” (WOORTMANN, 1991) de gênero nessa atividade, mas um trabalho alternado, os dois estão juntos no trabalho e nos ganhos. Quem está disponível para o trabalho no momento preciso, o faz.

Também os assalariamentos, como pensão, aposentadoria e salários provindos de empregos municipais e estaduais (professora e merendeira na Escola, guardiões no INEA, limpadores da praia pela Locanty) são fontes de renda de alguns Filhos do Aventureiro. Principalmente os aposentados e pensionistas afastaram-se das atividades ditas tradicionais por causa do trabalho pesado e com pouco ganho monetário, porém, seguem com atividades do Turismo, na gestão de *campings* familiares. Então, o Turismo também entra como um modelo de produção no sentido de que, além da apreensão sociológica que se faz sobre o “encontro” entre moradores e turistas

(SANTANA, 2009), é uma prestação de serviço para os “de fora” e que gera ganho monetário para a comunidade.

O Turismo em si já é um fenômeno que tem por característica própria a sazonalidade. No Aventureiro, a sazonalidade é bem marcada: “*É, no verão, só no verão. De Ano Novo até Semana santa. Junta a galera. Mas no inverno não tem ninguém, né?*” (Dudu, 28 anos, caseiro e artesão). Entretanto, nota-se que, passados esses períodos de alta temporada, suas vidas voltam-se às atividades rotineiras, ligadas à terra, ao mar, ao trabalho no INEA, na escola, a um turista ou outro que porventura apareça demandando serviços, o que é mencionado por Ferreira:

Na época do inverno, a vida local se parece mais com a de antigamente. As dificuldades aumentam, o isolamento é maior. As atividades mais praticadas voltam a ser a pesca e a lavoura. A vila se volta para o seu interior (2004, p. 44).

Durante os feriados (*Réveillon*, Carnaval, Semana Santa), o Turismo lhes toma todo o tempo diário. Quem mora nas encostas desce até a praia para fazer novas amizades e também para trabalhar com venda de lanches, bebidas, e, conseqüentemente, maior ganho monetário com essa atividade, como já vimos.

Além disso, nos grandes feriados e, no verão, aumentam as possibilidades de “encontro” dos Filhos do Aventureiro com os turistas, principalmente dos jovens e das jovens, ressaltando que os jovens (masculino) são mais vistos com os “de fora” que as jovens (feminino). Isso ocorre porque chegam mais turistas, mais gente da cidade, que podem conhecer, o que Santana (2009) chama de “encontro turístico” e nada mais é que a união temporária de indivíduos/grupos. Desses encontros turísticos, obviamente surgem relações sociais – algumas amizades e namoros.

Como citei anteriormente, por alguns pesquisadores, o Turismo é visto como “o principal meio de subsistência” ou até “a única opção” dos Filhos do Aventureiro (BIDEGAIN & FRESCHI, 2009; COSTA, 2009; ZANATTA, 2010), mas nas entrevistas concedidas, percebi uma perspectiva diferente.

Os moradores dizem que o “*Turismo é uma vez no ano*”, mas que ajuda sim nas reformas que precisam ser feitas nos barcos e nas casas. É um “*trabalho de formiguinha*”, nas palavras da Candinha (44 anos, dona-de-casa),

e que se repetiu em algumas entrevistas, porque se junta no verão para ter alguma condição monetária no inverno, estação em que fica difícil pescar, roçar e ir à cidade para comprar suprimentos.

Apesar de o Turismo ser um trabalho complementar às demais atividades cotidianas, é uma forma de obter maior ganho monetário que as outras atividades comunitárias, como enfatizou o Gustavo, pescador:

Eles [filhos do Gustavo] não se interessam por esses tipos de trabalho não [tradicionais] e quando veio a REBIO, a gente não pôde fazer mais muita coisa, e com o Turismo ficou mais fácil ganhar dinheiro e isso é normal, é a evolução⁷⁹. Não tem porquê fazer algo mais difícil se tem algo mais fácil pra fazer.

O que aparece aos olhos é que o Turismo poderia, sim, ser a “atividade que restou”, porque, por meio das imposições feitas pela RBEPS, as construções no local estariam proibidas, a roça e a pesca estariam limitados e a população teria sua cultura cerceada. Contudo o que se vê é que, mesmo com as proibições, há uma população com moradia fixa dentro da RBEPS, o que pressupõe que, conforme vivem, plantam, pescam, produzem, coletam para seu consumo próprio ou para venda no continente, por vezes de maneira velada.

O Turismo como atividade econômica, geradora de renda, segundo Candinha:

Também ajuda, também. É, a gente compra as coisas, né? Pra arrumar negocio de casa, igual agora ele comprou material que tem que emboçar essa cozinha toda, aí agora com o dinheiro que ele arrumou nessa semana, não, não foi na semana santa não, foi no carnaval, né? Aí ele comprou material pra arrumar a casa, é assim, pra arrumar o barco, o barco dele no estaleiro, pra arrumar, pra pintar, um monte de coisa, pra ele arrumar umas coisas lá que estão faltando, vem do Turismo (44 anos, dona de casa).

Como é adicional à renda familiar, o dinheiro que provém do Turismo ajuda a gerar fundos para reformas ou compras para providências nas propriedades (casas no Aventureiro e em Angra, barcos) e para fundos de emergência, como citou Bete:

A gente bota no banco para algum caso que precisar. Criança doente ou para o tempo de frio, para fazer uma reserva. O Lourival é caseiro na casa de trás da Cátia também. Ela fica vazia mas ele sempre

⁷⁹ Grifo nosso.

passa para dar uma olhada e fazer alguma coisa (Bete, 46 anos, dona de casa).

Assim, o dito “*trabalho de formiguinha*” indica essa qualidade do dinheiro que vem do Turismo. Serve, de toda forma, para a criação de uma reserva para o período de menor afluxo, quando também as condições climáticas adversas dificultam muito o trabalho para subsistência.

4.3 INFLUÊNCIA DO TURISMO NOS COSTUMES

Como já foi citado no capítulo 1, em comunidades litorâneas ditas “tradicionais”, o mar é espaço de trabalho masculino, enquanto a terra é espaço de trabalho feminino, com “complementaridade” (Woortmann, 1991) entre os gêneros. Não necessariamente somente mulheres tomam conta dos negócios ligados ao Turismo.

O fato é que, com o cerceamento de seu cotidiano pela RBEPS, como já vem sendo mencionado ao longo desta dissertação, e com a busca de uma solução para a situação de risco e ilegalidade em que foram colocados, acabam adaptando seus costumes à vinda dos turistas:

O contato com turistas, vindos de grandes centros urbanos, com costumes e valores muito diferentes dos encontrados nos pequenos vilarejos, tem deflagrado processos de intensa troca cultural (FERREIRA, 2004, p. 61).

Assim, passam por um processo de descarte de alguns aspectos cotidianos, e empréstimo de outros aspectos da cultura dos turistas, tudo para se adaptarem a uma nova fonte de sustento: o Turismo⁸⁰.

Exemplo claro disso é sua alimentação, que foi adaptada para atender ao gosto dos turistas. Em grande parte das vezes, o café da manhã é composto de café fraco e bem adoçado e leite, acompanhado de biscoitos e manteiga. Quando voltam de Angra, trazem pão e, então, esse se torna um item da refeição. É possível também que acompanhe fruta-pão, aipim ou

⁸⁰ Os produtos das roças dos Filhos do Aventureiro, tal qual os produtos da pesca, raramente são apresentados aos turistas, porque depende de alguns fatores, da abertura que o turista tem com a família, e da época em que o turista pediu que a família o apresentasse aos trabalhos e produtos tradicionais. Na alta temporada turística, essa apresentação se torna mais difícil, tendo em vista que as famílias ficam mais ocupadas com o grande afluxo de turistas demandando serviços e, precisando atender a todos, não têm tempo para apresentar-lhes sua dimensão tradicional.

inhome. Também podem trocar o café ou o café com leite por achocolatado com leite, no caso de uma criança.

O prato do almoço é montado com bastante feijão preto e arroz, peixe que pode ser frito ou ensopado, mas normalmente é frito, e farinha de mandioca. Nos casos em que a família é muito envolvida com o Turismo, a mesma colher que serve os turistas serve os membros da família, então, são incluídos na refeição salada ou batatas fritas, que fazem parte dos PFs para turistas. Sobre isso, vejamos o que cita Rosa:

As ilhas exportam matérias-primas, que tem preços mais baixos que a grande quantidade de produtos que necessitam importar, desde alimentos, remédios, roupas, [...], eletrodomésticos, móveis [...]. Esses gastos com importações em alguns momentos aumentam com a chegada do Turismo, porque os turistas começam a demandar produtos [...] que a população antes não demandava (2009, p. 78).

Os alimentos usados para preparo dos PFs são comprados em Angra, exceto o peixe, que é pescado ali no mar, “consertado” e conservado nos *freezers*.

Hoje, não se pesca só para alimentação da família e de venda em Angra, mas também existe o trabalho de “pesca do turismo”⁸¹, quando se mata peixe para o preparo dos PFs dos turistas nos bares. Segundo Deive, Valle & Curi (2005), as restrições da legislação ambiental os põem em uma situação de insegurança alimentar e nutricional. Isso ocorre porque são limitadas as formas de cultivar variados tipos de alimentos com as técnicas tradicionais e são postas como ilegais a pesca, a catação de mariscos e a caça como faziam em período anterior à lei. Logo, as técnicas e o saber-fazer se perdem, mas, mais importante que isso, a segurança alimentar e nutricional também se perde.

Sobre o almoço para turistas e para a família, Rosa (41 anos, dona de *camping*) cita que:

Eu já faço assim demais né? Eu sempre cozinho às vezes 1 quilo e meio de feijão, aí tempero um pouco e deixo um pouco sem temperar, aí já faço bastante arroz quando o pessoal encomenda antes, senão eu já faço demais que dá pra alguém quando chegar .

⁸¹ Uma atividade que ainda não é feita habitualmente é a participação ou acompanhamento do turista no barco de pesca ou na produção de farinha dos Filhos do Aventureiro. Essas atividades, contudo, são atrativas ao turista, que busca o “diferente”, é um Turismo participativo.

No lanche, para os turistas, muda um pouco o cardápio. Não é muito comum que peçam o lanche da tarde, mas quando pedem, Rosa disse que “o *café da tarde é mais o pessoal de lancha* [turistas que chegam ao Aventureiro de lancha, geralmente vindos da Vila do Abraão, no passeio de Volta à Ilha], *é pastel, é queijo quente, essas coisas*”.

Em alguns momentos, pode-se perceber um café da manhã diferente servido para a família. Na maior parte do tempo, café com biscoitos ou pão, que é trazido de Angra, e margarina. Mas também é possível observar inhame ou fruta-pão com café, ou café de cana. O inhame quase sempre trazido de Angra, e a fruta-pão, colhida no Aventureiro, consumida apenas nas épocas em que dá. As refeições para os Filhos do Aventureiro acabam seguindo uma linha da produção de alimentos para os turistas. Então, sua alimentação também mudou em função do Turismo. Outrossim, os turistas influenciam no sentido de dar ideias ou no melhoramento do processo de preparo de algum alimento específico:

Teve um pessoal que teve aí que me deu uma boa ideia sobre comida, molho de comida, entendeu? Falaram “é bom assim, faz isso assim”, mas a gente ensinou mais eles que eles nos ensinaram (Maneco, 52 anos, pescador).

Os pratos “tradicionais” que levam produtos da terra e do mar do Aventureiro, por exemplo, paçoca de banana ou peixe com banana, não são vendidos para os turistas. Falta valorização de seus produtos pelos Filhos do Aventureiro por não verem isso como atrativo aos olhos do turista. A alguns turistas, excepcionalmente, vendem algum produto artesanalmente produzido por eles, como a farinha da terra ou o vinagre de banana. Aqueles turistas que se tornam “amigos” têm mais acesso a esses alimentos “tradicionais” do Aventureiro – farinha da terra, paçoca de banana, café de cana, café da manhã com fruta-pão.

O vinagre de banana, produzido pela Dona Augusta, é vendido para os turistas. Até pouco tempo, ela fazia as vendas sozinha, mas uma administradora do restaurante Cantinho, a Tatiana, resolveu ajudá-la, e começou a vender aos turistas que vão ao restaurante as garrafas de água mineral reutilizadas com cerca de 500 ml de vinagre de banana, sob o preço de

R\$ 8,00. Todo o valor é destinado à Dona Augusta, nenhum percentual fica com a Tatiana.

Além da alimentação, há alguns costumes que foram adotados pelos Filhos do Aventureiro com a entrada do Turismo:

Nota-se uma assimilação, por parte dos moradores, de alguns hábitos e costumes urbanos, o que contribui para uma aproximação deles com os turistas. Os jovens dão mais importância que os adultos a essa identificação com os turistas (FERREIRA, 2004, p. 71).

No fragmento abaixo, podemos perceber costumes que foram aprendidos pelo jovem morador do Aventureiro com turistas:

Aprendi a surfar. E a tatuagem⁸² eu fiz com um turista. A gente começa a saber das coisas de fora, não tem como explicar, é no jeito de vestir, no jeito de falar, antes tinha gíria de pescador, agora é gíria da malandragem, aquela giriazinha que te leva no papo, a gíria carioca (Adriano, 26 anos, guardião do INEA).

Aliás, Adriano não é o único que tem uma tatuagem que remete ao sentimento de pertencimento que eles têm com sua terra e de reafirmação de sua identidade de “caiçara”, de Filho do Aventureiro, ou pertencente à Ilha Grande. Francisco (27 anos) carrega em sua perna uma tatuagem com o mapa da Ilha Grande e uma caravela como as que chegaram à Baía da Ilha Grande pela primeira vez, em 1502.

O trabalho na roça é visto pelos jovens como “passado”. Em contrapartida, o Turismo é visto como “presente” e “futuro” mas, para aqueles que trabalham mais diretamente com a atividade turística, ela não é vista com tanta empolgação, e preferem pensar no futuro diferente, com vistas a ter uma profissão diferente, melhor, terminar os estudos, fazer uma faculdade, mudar de vida, e, para alguns, mesmo assim, poder ajudar o Aventureiro em sua luta.

Os Filhos do Aventureiro referem-se à saída do jovem para a cidade como algo dentro da normalidade, buscando melhorar de vida, quanto ao que atualmente na comunidade é muito difícil: emprego e estudos.

⁸² Adriano tem uma tatuagem de um tubarão saindo do contorno do mapa da Ilha Grande, posicionada nas costas. Primeiramente, quem havia me falado sobre isso era sua mãe, Cátia. Durante uma conversa com a Cátia, ela tomou conhecimento da minha tatuagem, também um mapa da Ilha Grande nas costas, o Adriano chegou perto e sua mãe pediu que ele me mostrasse a sua.

Um jovem do Aventureiro menciona que deseja um futuro melhor, em comparação ao seu, para sua filha, e sobre a dificuldade de se estudar morando no Aventureiro:

A educação está mudando muito e hoje o pessoal está mais voltado para educação. O Aventureiro vai dificultar um pouco porque quando sair para estudar no Provetá e o mar virar cinco dias e as crianças não vão. Vai um dia por terra e depois não vão mais (Adriano, 26 anos, guardião do INEA).

Alguns jovens, ainda estudantes, pensam sobre seu futuro e almejam profissões pelas quais teriam que sair do Aventureiro temporariamente, como é o caso de um casal de irmãos, que querem estudar, se formar e voltar para o Aventureiro, ou continuar a luta dos Filhos do Aventureiro: “*Você faz no presente pra ajudar no futuro. A profissão que eu quero é o que o Aventureiro precisa e até hoje ninguém correu atrás, né? Que é advogado, um bom advogado*” (Toninho, 16 anos, estudante).

Por outro lado, há jovens que veem o Aventureiro como “passado” e percebem a chance de morar fora, na cidade, como libertação de certa forma: “*Eu quero morar fora, conhecer pessoas diferentes, trabalhar. Quero ser professora, fazer o Ensino Normal, Letras ou Pedagogia*”.

O Turismo também influenciou sobre as formas de lazer conhecidas pelos jovens do Aventureiro. Hoje em dia, as formas mais comuns e visivelmente perceptíveis são os luaus e os esportes: futebol masculino e feminino, surfe e, mais recentemente, o *stand up paddle*.

Em uma conversa informal, Rosa (41 anos, dona de *camping* e bar) mencionou que ela se divertia antigamente, em sua infância e juventude, com a Suely, a Bete, iam à praia à noite para brincar de pique ou de queimada porque “*era o tempo que a gente tinha, ficava trabalhando o dia todo e brincava de noite*”. Além disso, o que Adams (2000a), de forma geral, cita e que observei no Aventureiro, das formas de lazer das populações “caiçaras”, foram “as festas, procissões, danças, poucos jogos”.

Dudu mencionou o seguinte:

A gente pegava onda era de rolo de canoa, aquele rolo que bota, aí pegava onda daquilo. Empurrava e trepava naquilo. Mas a parada não era boa porque rolava na água. Aí os caras viram aquilo aí eu falei, os caras “ó, vocês conhecem a prancha?”, eu falei “aqui é prancha né?”. Aí ele chegou assim, falou “ó, quando eu voltar, vou trazer uma prancha pra tu e pro seu primo”. Falei, ó tranquilo, não sei

o que é, mas aí ele voltou e trouxe a prancha, aí os meninos viram a prancha. Olhei assim, pô, engraçado, uma parada de fibra, aí fui no mar, fiquei em cima, aí meu primo foi indo, aí demorou porque é difícil a primeira vez. Nós éramos magrinhos, aí era fácil. Remava e ia embora. Agora o que eu sei dá pra ensinar uma galera (28 anos, caseiro e artesão).

Ele era um menino de 7 anos de idade quando isso ocorreu, no ano de 1991. Antes de conhecer uma prancha de surfe, ele e seus primos já brincavam com o rolo de descer a canoa para o mar, de forma similar à prática do surfe. Depois disso, um turista apresentou-lhes o que seria o surfe, dando-lhe uma prancha, e causando curiosidade sobre o modo de usá-lo para a prática do esporte.

E, na época atual, a história se repete. Seu primo recebeu uma prancha de *body board* (Figura 28) como presente de uma turista que passou pelo Aventureiro. Com essa prancha, ele vai para a praia, coloca a prancha no mar e “pega as ondas”. Em abril desse ano, ele ainda não conseguia ficar em pé na prancha, apenas deitado. Em dezembro, ele já conseguia ficar em pé na prancha e chegava até a areia da praia. Algumas vezes, alguém o acompanha e o ajuda no processo de aprendizado. Mas em alguns momentos ele fica sozinho no mar aprendendo como surfar, à frente do bar de sua mãe.



Figura 28: Menino em sua prancha de *body board* (Fonte: Acervo pessoal)

Algumas vezes, os jovens do Aventureiro fazem luaus na praia, que são abertos aos turistas. O luau (Figura 29) conta com uma fogueira, ao redor da qual todos se sentam, e um dos jovens toca o violão acompanhado por outros instrumentos de percussão improvisados, ou triângulo, tambor. Quando participei de um luau, observei que as jovens (feminino) do Aventureiro não participam. Além dos jovens Filhos do Aventureiro, os turistas são bem-vindos, rapazes ou moças, e são convidados abertamente a participar desse momento de “encontro”. Nos luaus, há uma adequação cultural dos jovens aos turistas, porque interessa àqueles e é uma oportunidade de haver aproximação nas relações do jovem morador com o jovem e a jovem turista. Podemos enquadrar esse evento como feito para o turista, porque ele é participante bem presente e ocorre com mais frequência na alta temporada turística.

Quando fazem alguma comemoração acompanhada por um forró, é um evento familiar, fechado a turistas. Os que têm sua entrada permitida são aqueles “turistas amigos”, com maior contato com a família e que geralmente não estão no Aventureiro pela primeira vez, ou seja, há um vínculo já estabelecido. Um churrasco em família, um aniversário, uma celebração na igreja ou a formatura de algum aluno da escola. Esses eventos enquadram-se no tipo de eventos para os Filhos do Aventureiro apenas.



Figura 29: Luau na praia (Fonte: José Bernardo)

Já a Festa de Santa Cruz, feita originalmente em maio, em adoração à Santa Cruz, cujo festejo foi transferido para o mês de janeiro, depois da primeira lua cheia, os participantes são os moradores do Aventureiro, de praias próximas e os turistas. Tanto é assim, que a Festa de Santa Cruz é conhecida no meio dos turistas como “Festa da Lua”, devido à fase da lua em que ocorre o evento. Na visão de Ferreira (2004):

Os nativos a percebem como “sempre a mesma festa”. No entanto, ela se atualiza [...]. Muda de data “por causa dos de fora”. Isto parece significar que o olhar estrangeiro é importante para a manutenção da tradição, tradição esta que trabalha na reafirmação da identidade local, no reconhecimento como “o povo do Aventureiro”, diferenciado dos demais da Ilha Grande. (FERREIRA, 2004, p. 89).

Isso fica evidenciado também na fala da Cátia, quando arguida sobre a participação dos turistas na Festa: “*Participam de tudo que está na festa, até da Procissão também. É mais o forró, né?*” (Cátia, 54 anos, merendeira). Os turistas são bem-quistos em todas as partes da Festa, como disse a Cátia, até na parte mais solene e religiosa, que é o momento da Procissão, quando a Cruz é carregada num andor pela praia. Ainda, segundo ela:

Ano passado eu dei frango assado, esse ano eu não lembro. Foi comida. Ah, 3 caixas de bombom. Ano retrasado dei uma cesta de

fruta. Fiz uma cesta assim, botei um laçarote bonito, foi até uma turista que tirou (Cátia, 54 anos, merendeira).

O trecho acima remete ao leilão realizado na Festa de Santa Cruz, cuja participação também é aberta a turistas. Na ocasião do ano de 2009, a relatada turista arrematou a cesta de frutas que a Cátia havia doado.

Hoje em dia, a Igreja conta com o templo, um coreto acoplado, banheiros masculino e feminino, placas de energia solar, para iluminá-la à noite e ligar o microfone e o teclado⁸³, usados nas celebrações. O padre não permanece no Aventureiro, mas vai para as missas algumas poucas vezes, em ocasiões importantes, como é o caso da Festa de Santa Cruz. Quando isso não acontece e é necessário que alguém tome à frente de alguma solenidade, como a Quaresma, é a Suely a responsável, a Ministra da Igreja, e que tem autoridade para tal.

A comunicação com outras comunidades, que era feita apenas por trilha ou por mar, no caso da Ilha Grande, ou só por mar, no caso da cidade, passou a ter a alternativa dos telefones, da operadora Vivo, que chegaram a partir de 2006. Hoje em dia, os moradores, principal mas não exclusivamente os mais jovens mantêm perfis em redes sociais como o *Facebook*, têm acesso a *blogs*, *sites* dos *campings*, *e-mails* e, vez ou outra, conseguem muito escasso sinal a partir do Aventureiro para acesso à internet.

Hoje, as trilhas de chão são compartilhadas entre moradores e turistas “mochileiros”. Para esses, a função das trilhas muda, visto que a percorrem por lazer, não por necessidade como era feito antes. E além das trilhas de chão que levam de uma comunidade a outra dentro da Ilha, os moradores percorrem trilhas virtuais, que os levam do Aventureiro para qualquer lugar no mundo, permitindo-lhes contato com seus amigos e os turistas que querem informações ou querem fechar negócio acerca de estadia, alimentação e outros serviços.

Quando começam a percorrer as trilhas virtuais, tem entrada mais um saber moderno, o da informática, da *internet*, dos computadores e de acesso ao mundo moderno. E, com esse saber das trilhas virtuais, adaptam também seu trabalho, principalmente no tocante à comunicação sobre o Turismo no

⁸³ O dinheiro para esses equipamentos provém de doações de moradores e das arrecadações na Festa de Santa Cruz.

Aventureiro, já que montam *sites*, *blogs*, páginas em redes sociais, com fotos, listagem de serviços, atrações, telefones e *e-mails* para contato, como já foi citado.

Sobre o risco da entrada de fatores de degradação social pelo Turismo, o risco está principalmente direcionado para os jovens e as jovens da comunidade, já que são eles que têm maior contato com os turistas e nasceram já em um período com maior influência da modernidade. Exemplo disso são a exploração sexual, o uso de álcool e de drogas. No fragmento abaixo, Cátia fez um relato sobre o uso de drogas dos turistas em seu *camping*:

O que eu não gosto que eles fazem aqui no meu camping, vou falar a verdade, é que eles fumam maconha. Porque muitos que trazem e fumam lá pra praia, mas tem uns que ficam na calçada da minha varanda fumando [...]. É um desrespeito, né? eu não gosto. Aí eu chamo a atenção deles, aí eles ouvem, eles não implicam não. Eu chamo, converso com eles ali. Até que no carnaval foi calmo sobre isso, aqui em casa eu nem senti cheiro. Nunca foram agressivos, não. Sempre falava com eles, até o meu marido, aí agora foi no ano passado, no carnaval do ano passado, teve um grupo aqui, mas só veio rapaz, aí a gente tava dentro de casa e parecia que tava fumando na sala, aí eu com uma dor de cabeça, [...]. Aí falei “não dá”. Fui lá, falei com eles, disse “boa tarde, boa tarde. Escuta aqui, eu não vim reclamar com vocês sobre o que vocês gostam de usar. Vocês podem usar à vontade. Mas só peço para não usar aqui no meu quintal, na beira da minha casa. – Ah, não, tia, então a senhora desculpa, que eu não sabia. – Não, tudo bem, gente. Vocês querem usar, eu não sou contra. Cada um usa o que quer. Vocês usam, vão para a praia, usa de noite, vão para a praia fumar, usar a erva de vocês, mas eu não quero que fume aqui em casa, tá? – Ah, não, tudo bem”, aí eles acabaram, não continuaram. Aí no outro dia, eu vi eles fumando lá para a praia. Aí respeitam. Eu num tenho nada contra o meu pessoal que vem aqui em casa não (Cátia, 54 anos, merendeira).

Em campo, pude observar o uso aberto que alguns turistas fazem de cigarros de maconha, os baseados, popularmente chamados de “becks”. Essa é uma parte do mundo moderno que, desde o início do Turismo, por meio dos “caminhantes”, já marca o “encontro” entre o tradicional e o moderno. Alguns jovens do Aventureiro não se incomodam com esse uso, podendo até, em algum momento, fazer uso do “beck”, mesmo que de forma velada perante a comunidade. Todavia, esse é um hábito que incomoda sobremaneira os adultos, os mais velhos, e os turistas até evitam seu uso perto deles. No caso do relato da Cátia, o que se mostra é justamente o incômodo gerado por turistas que fumaram um “beck” no mesmo ambiente em que ela estava e, mais grave, em seu ambiente, em sua casa, espaço definido como seu por gênero.

No caso da exploração sexual, pude perceber em diversas conversas informais que as pessoas protegem umas às outras dentro da vila e que eles não têm conhecimento sobre casos de abuso sexual na comunidade. Apenas como adendo, nas conversas, surgiu uma história que todos contam a respeito de um homem “de fora”, em um momento de fúria, ameaçou trazer seus amigos da cidade do Rio de Janeiro para abusar sexualmente das mulheres do Aventureiro. Assim aconteceu, na fala da Candinha:

As mulheres todas estavam lá. As mulheres que se ajuntaram com os homens e expulsaram à noite, ele ficava ali no Fernando, o Fernandolevou ele embora no mesmo dia (Candinha, 44 anos, dona de casa).

Elas juntaram-se para expulsá-lo literalmente “*a pontapés*”, e, depois do ocorrido, ele nunca mais voltou para lá, o que nos remete a pensar que ainda há uma coesão social forte por meio da proteção da comunidade pela comunidade. E, como as relações de parentesco e compadrio são um alicerce para a continuidade da comunidade, elas ainda sustentam as bases sociais do Aventureiro. Mesmo com intrigas e desavenças, ainda existem relações de confiança. Homens e mulheres protegem-se de alguma forma de degradação social.

Um detalhe importante a ser ressaltado é que, “*na época do Presídio, então, o pessoal se uniu muito, muito, muito mesmo*” (Cátia, 54 anos, merendeira), um dependia mais do outro para a proteção da comunidade, e se uniam para isso. Mas, hoje em dia, a relação interna na comunidade mudou de figura e essa coesão é menor. Está mais para “*hoje em dia, é cada um pra si e Deus pra todos*” (Cátia, 54 anos, merendeira) e “*um quer ver a caveira do outro*” (Toninho, 16 anos, estudante). Frases diferentes, vindas de moradores de gerações e gêneros diferentes, mas que seguem pelo mesmo caminho simbólico.

O compadrio como se dava antigamente não está mais posto nos mesmos termos. As mulheres tinham o apoio de suas comadres para o cuidado com seus filhos desde antes do nascimento, o parto, e até em seu crescimento. Hoje em dia, a comadre acompanha, sim, o pré-nascimento, ajudando no preparo do enxoval, mas não mais o parto, que é feito na Santa Casa, em Angra, quando vê o bebê.

Alguns moradores relataram que a situação atual da relação entre eles é de “desunião”, cuja razão está no Turismo porque “*pegou a entrar dinheiro*”:

Se acabar o Turismo, aí volta a união de novo. Mas também falta o dinheiro pro pessoal, né? Pra quem vive do Turismo. Porque eu boto gente aqui em casa acampado, tenho camping, mas praticamente eu não vivo só do Turismo, eu tenho meu emprego, o Adriano tem o emprego dele, eu ganho dinheiro da minha pensão, eu não vivo só do Turismo. Agora, tem gente aqui que vive só do Turismo (Cátia, 54 anos, merendeira).

Caso não fosse mais permitida a prática do Turismo na comunidade, esses alguns moradores teriam prejuízos por terem sua atividade principal (e não exclusiva) cerceada, sem poder retomar as atividades anteriores, já que, em alguns casos, a mata já tomou o espaço da sua roça, o seu barco não é mais usado para a pesca, não se pode mais fazer coleta na mata. Logo, podemos dizer que a entrada do Turismo no Aventureiro foi um dos marcos históricos de ruptura entre a condição de “união” e a condição de “desunião”, junto com as restrições do órgão ambiental, e que remetem a uma mudança social na estrutura da comunidade.

Um jovem estudante fala sobre a família não estar tão unida como costumava ser antes, em sua infância. Dificilmente compartilham atividades, cada membro da família faz como pode para trabalhar e ganhar algum dinheiro por isso. Quanto a isso, há outra dimensão:

Antigamente, juntava maior pessoal, mas não era só criança, era adulto, velho [...]. Hoje em dia, vai um, dois. Antes todo mundo jogava bola, todo mundo falava. Hoje em dia, um quer ver a caveira do outro (Toninho, 16 anos, estudante).

Duas frases que achei mais importantes em seu discurso sobre o conflito intracomunitário do qual falo são, primeiramente, quando perguntado sobre seu sentimento por morar no Aventureiro nos dias atuais, mencionou:

Meu sentimento? Antigamente, se perguntasse, diria que é um lugar feliz onde as pessoas vivem normalmente. Hoje em dia, a gente se sente feliz por viver aqui, um lugar lindo, mas as pessoas não são as mesmas (Toninho, 16 anos, estudante).

Em segundo, citou que “*querem ganhar o bem deles pelo mal das pessoas, querem subir na vida pulando em cima dos outros*”, porque antes, conforme seu relato, os vizinhos, compadres, parentes ajudavam-se muito mais, o que caracteriza, inclusive, o modo de trabalhar de comunidades ditas

“caiçaras”, por meio de mutirão. Hoje em dia, com a ascendência do Turismo como atividade cotidiana, cada núcleo familiar de trabalho concentra-se em si próprio enquanto gestora (a família) de seu próprio negócio, para arrecadar mais dinheiro e conseguir prestar o serviço com a qualidade habitualmente oferecida em cada estabelecimento turístico.

4.4 DIÁLOGO COM OS SABERES “TRADICIONAIS”

A Ilha Grande tem em si uma atratividade principalmente amparada por suas características naturais, mercadologicamente mostradas pelos segmentos turísticos “Sol & Praia” e “Ecoturismo”⁸⁴. Está localizada em área de remanescente da Mata Atlântica, em que as montanhas parecem mergulhar no mar verde-esmeralda que a circunda. Por outro lado, essa valorização do “natural” e provável desfoque no “cultural” acabam por fazer continuar uma visão de “exótico” e de “natureza intocada” (DIEGUES, 2001).

Os produtos vendidos como artesanato na Ilha Grande em geral, atualmente, apresentam muitas influências, diria até tendências, do “continente” – Angra dos Reis, Paraty, Rio de Janeiro e São Paulo principalmente – e até de outros países. Hoje, é possível ver *souvenirs* orientais ornando as prateleiras das lojas na Vila do Abraão, além de cangas coloridas, com bandeira do Brasil ou ilustrando fitas do Senhor do Bonfim, e camisetas, mochilas e bonés ornando o nome da Ilha, mapas e figuras de atividades como *trekking* e mergulho. Isso é menos perceptível no Aventureiro como veremos a seguir.

Bindá (1995, p. 20) menciona que, em Jericoacoara (CE), “o artesanato que vinha sendo substituído por produtos industriais, mais baratos, por parte dos produtores, serve agora a outro propósito: o de decoração para turistas”. São os *souvenirs* de viagem que também são uma adaptação dos saberes tradicionais à dimensão moderna da sociedade. As cestarias são menos vistas porque pouquíssimas pessoas têm conhecimento das técnicas, mas, como exemplo, é possível observar que algumas casas expõem, nas varandas, canoas e remos em miniatura, feitos pelas mãos dos moradores, que são os

⁸⁴ Segmentos definidos pelo Ministério do Turismo.

produtos mais difundidos e vendidos no Aventureiro. Nesse sentido, Krippendorf (2009, p. 41) cita que “via de regra, o viajante não aprende nada, ou muito pouco, sobre como realmente é a vida nas regiões visitadas”. *Souvenirs* e fotografias são tidos pelos turistas como uma prova de que a viagem aconteceu, e um objeto que reaviva lembranças das experiências vividas.

Pensando sobre isso, temos um viés interessante. Olhar fazer, participar fazendo e levar consigo o produto material (um barquinho, um pequeno balaio, a farinha ou um vinagre de banana) e o imaterial (o conhecimento) de seu trabalho compartilhado pela comunidade podem ser pensados como uma experiência potencialmente atrativa para os turistas que visitam a vila, visto que não seria construída uma relação meramente mercantil, mas uma relação com maior profundidade, de troca de experiências. E o produto do trabalho, feito pelas próprias mãos do turista é mais que um simples *souvenir* de viagem, tendo em vista que traduz a experiência, ou, segundo Bindá (1995, p. 20) “é a prova de que se alcançou o diferente” ou uma forma de “troféu” (pp. 21) para o turista que aprendeu, em parte, dos saberes tradicionais da comunidade.

Certamente, uma experiência participativa na comunidade visitada toma lugar de maior importância na lembrança do turista. Mais que isso:

O processo de aprendizado por redescobrimto dirigido é transmitido mais corretamente pela noção de *mostrar*. Mostrar alguma coisa a alguém é fazer esta coisa se tornar presente para esta pessoa, de modo que ela possa apreendê-la diretamente, seja olhando, ouvindo ou sentindo⁸⁵ (INGOLD, 2010, p. 21).

A vivência cultural por parte do turista pode trazer bom significado à comunidade além daquele que já existe, um significado de diálogo entre as tradições e a modernidade, com o morador, jovem ou adulto, como “tutor” de seu conhecimento tradicional e o turista como “aprendiz” (Figura 30). Vejamos o seguinte:

O Turismo faz com que milhões de pessoas desloquem-se de seu lugar de residência comum e se instalem no seio de determinadas comunidades que passaram a ser destinos turísticos. A presença constante de visitantes, a construção de infraestruturas necessárias, assim como a realização de espetáculos [...] desencadeiam o

⁸⁵ Grifo nosso.

desenvolvimento do potencial do Turismo como agente de mudanças socioculturais (ROSA, 2009, p. 14)⁸⁶.

Nesse sentido, o jovem do lugar, que também participa das manifestações festivas da comunidade, pode, por meio da percepção da satisfação dos “de fora” em participar de seu cotidiano, reconhecer o valor de sua cultura, querendo preservá-la em vez de apenas interessar-se pela cultura urbana e pelo convívio com os turistas, retirando, assim, o estigma de mero usufruto da natureza e completando-o com a vivência da cultura. A respeito disso, Bindá (1995) menciona que:

A atividade turística [...] não elimina de suas possibilidades experiências diferenciadas [...]. Pode-se, ao contrário, considerando motivações e comportamentos diversos, incentivar aqueles que determinem formas mais criativas de convivência com ‘nativos’ e de vivências dos espaços visitados, tentando eliminar os impactos negativos do turismo (BINDÁ, 1995, p.30).

Assim, por um reavivamento da memória, a cultura é fortalecida por meio de uma relação dialógica de saberes (Figura 30), à qual importam tanto os moradores (tutores do conhecimento) quanto os turistas (“aprendizes” do conhecimento).

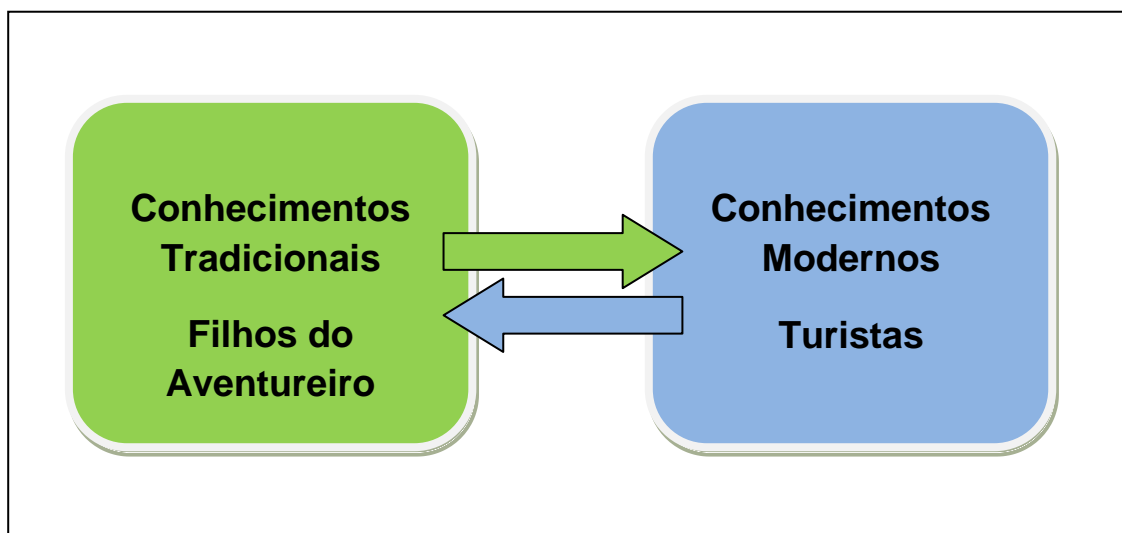


Figura 30: Diálogo de saberes tradicionais e modernos (Fonte: Acervo pessoal).

Conversando com a Bete sobre o interesse dos turistas pela cultura dos Filhos do Aventureiro, ela citou que “*é reconhecido sim. Sai em livro, revista, a gente é que não dá valor, mas as pessoas gostam sim*”, fala que foi confirmada

⁸⁶ Tradução nossa.

por sua filha Mariana (21 anos, dona de casa) no trecho: “*Quem não dá valor é o pessoal do lugar, mas é bem reconhecido sim*”. Existe uma consciência sobre a não-valorização da comunidade pela comunidade. Todos os entrevistados disseram que os turistas têm interesse em conhecer algo de sua cultura, e quem não reconhece seus valores são os próprios Filhos do Aventureiro. Os mais jovens até apresentam uma certa dificuldade de aceitação às tradições, tendo em vista que “*não conhece nem o caminho da roça*”, tomando como exemplo este fragmento citado pela Candinha sobre seu filho mais novo, que não se interessa pelas tradições nem por saber os caminhos para chegar a esses conhecimentos tradicionais. Aqui, notamos um distanciamento da possível relação entre comunidade e turista na busca por conhecimentos tradicionais dos Filhos do Aventureiro.

Ainda sobre essa questão, de acordo com entrevistas feitas entre março e abril de 2012, alguns dos entrevistados listaram as atrações para se conhecer naquela área e nos arredores (Tabela 6).

Tabela 6: Atrações indicadas para os turistas pelos Filhos do Aventureiro

ATRAÇÃO	FREQUÊNCIA: 1 (>) a 5 (<)
Sundara	1
Praia do Sul, Lagoa, Praia do Leste *	2
Trilhas / Trilha Provetá	3
Parnaioca	4
Lopes Mendes	4
Dois Rios	4
Acaiá	4
Furna *	4
Demo, Pico do Surfe	4
Caxadaço	5
* Citado, mas não recomendado.	

Fonte: Acervo pessoal.

O que se nota pela leitura da tabela acima é que todas as citadas são “atrações naturais”. Nenhuma “atração cultural” material ou imaterial foi citada por qualquer entrevistado. E as atrações mais citadas pelos Filhos do Aventureiro ficam localizadas no ou próximo ao Aventureiro, com exceção de Lopes Mendes e do Caxadaço, que estão situadas um pouco mais distantes. Uma turista do Rio de Janeiro – RJ, 28 anos, funcionária pública listou o que mais lhe chama a atenção no Aventureiro:

O Coqueiro, ele é perfeito. O cais, porque eu gostava de pular no mar de lá, era muito bom, sensação de liberdade, sabe? A vista que temos de lá da casa do Lourival, sempre subia para ver os barcos chegando. Tem um outro lugar especial que dá para pensar na vida, nas pedras onde dá para ver o Costão e a Ponta da Parnaioca, lá também me chama muito a atenção (Uma turista do Rio de Janeiro – RJ, 28 anos, funcionária pública).

A propósito, sobre as atrações turísticas, Bindá (1995) cita que:

Quando se fala de atrações turísticas, é comum a afirmação da relação vir acompanhada desse ‘distanciamento da realidade’ capaz de deslegitimar a viagem, como se esta não configurasse uma experiência, a não ser no sentido de reproduzir a relação do capital. [...] Ao deslegitimar a experiência, perde-se toda a riqueza de significados que podem ser produzidos e transportados nas viagens [...]. Da parte do grupo visitado, perde-se a complexidade do encontro que se dá especialmente na situação do turismo, dado que os significados e usos do espaço do grupo local não se deparam apenas com a imagem distante mas no contato direto (BINDÁ, 1995, p. 44).

Deslegitima-se a experiência quando ela é estereotipada e exposta como em uma vitrine, à qual o turista pode recorrer para “conhecer” determinada comunidade. Mas a experiência vai além, e, certamente, o encontro estereotipado faz perderem em riqueza de experiência o turista e a comunidade visitada, visto que o significado se superficializa quando mercadologicamente apenas empresas turísticas se apropriam de certas “atrações” para usá-las como carro-chefe de um destino turístico. Posso usar como exemplo disso o Coqueiro Deitado, que é usado por diversas empresas para “vender” a imagem do Aventureiro, a Ilha Grande e até Angra dos Reis por meio de uso de imagem em *folders*, revistas, materiais promocionais de todo tipo. Assim, generaliza-se e deslegitima-se a experiência que está posta ao turista no Aventureiro, o qual pode transformar-se naquele produto apenas, e não no *locus* de vivência, caindo no risco de prevalecer a ideia de “*morro*

verdinho”, exposta no capítulo 3, sobre a real experiência do encontro entre Filhos do Aventureiro e “filhos da cidade”.

A atração mais citada foi o mirante da Pedra da Sundara, de onde se tem “*uma visão mais bonita*” (Suely, 48 anos, agente de saúde), visão panorâmica de toda a vila e da praia do Aventureiro, praia do Demo, Costão, Praia do Sul, Ilhote, Praia do Leste, até a Ponta da Tacunduba, demonstrando que a perspectiva de paisagem e cenário natural está muito mais difundida que a perspectiva da cultura como atrativa para o turista.

Prado (2003, p. 207) expõe que “o que quer que se deseje pesquisar e entender da vida na Ilha Grande hoje há que se considerar esse componente que é ‘o Turismo’”, o que deixa transparecer um fenômeno estudado por vários pesquisadores na academia, que é a importância positiva e negativa do Turismo na Ilha Grande.

Acontece na RESEX Marinha de Arraial do Cabo (RJ) que “os turistas são atraídos pelo prazer de usufruir das praias, do mar, do sol sempre presente” (FABIANO, 2011, p. 106). Quando os pescadores chegam à praia com as redes cheias de peixes, os turistas formam uma aglomeração “em torno da rede”, demonstrando “curiosidade” e “excitação” por estar presenciando um momento exótico ao seu modo de vida urbano, chegando até a ajudar na puxada da rede, “esperançosos por ganhar um peixe de prêmio pelo esforço”, o que seria uma forma de Turismo participativo, mas que não se realiza na plenitude porque o turista não ajudou a “matar o peixe”, nem a desmalhar a rede, e, sendo assim, também não ganhou a retribuição do trabalho, ficando apenas na expectativa. No Aventureiro, por ter participado de uma pesca, tendo “matado” e “consertado” peixes, recebi uma retribuição pelo trabalho, e horas depois disso, assamos alguns peixes na brasa.

No Aventureiro, o que tem-se notado ainda é a prática do Turismo como usufruto da natureza. Até porque “as ilhas representaram e representam a materialização da ideia de boa vida que muitos turistas potenciais tem em sua mente”⁸⁷ (ROSA, 2009, p. 83). O lazer, a tranquilidade, a paz e o descanso são, efetivamente, a principal motivação dos turistas que visitam o Aventureiro, como mencionou uma turista: “*Sabia que era uma vila de pescadores, com*

⁸⁷ Tradução nossa.

praias lindas, buscava tranquilidade, lugar com muitos jovens, forró, era pra curtir” (Uma turista de Brasília - DF, 27 anos, jornalista).

E este discurso se repete pelos turistas entrevistados, quando perguntados sobre sua imagem a respeito do Aventureiro antes de conhecer o lugar: *“Imaginava que seria louco e tal, mas imaginava mais ou menos o que era mesmo. Um lugar simples, com pessoas simples e muita natureza”* (Um turista de São Paulo – SP, 25 anos, tatuador).

Certa vez, tive a oportunidade de presenciar dois jovens que chegavam de “lanchinha” com a rede repleta. Aos poucos, formou-se uma aglomeração de moradores, o que chamou a atenção dos turistas para aquele ponto da praia, aumentando a aglomeração. Os moradores começaram a ajudar a desmalhar o peixe, alguns turistas também, enquanto outros turistas permaneciam apenas olhando, com uma pequena distância. Observavam e fotografavam aquele momento. Claro que os turistas que ajudaram a puxar a rede também demonstravam empolgação pela chance de participar daquela atividade junto com os Filhos do Aventureiro, mas não ganharam o “prêmio” que porventura estivessem esperando. Ao contrário, os moradores que ajudaram, ganharam uma parcela dos peixes, que o pescador os orientava a escolher, porque tinha uma quantidade considerável de pescado. Pelo que observei, os ajudantes do desmalhe do peixe ganharam entre dois e três peixes médios de aproximadamente 2 kg cada. Vejamos o depoimento abaixo:

Às vezes conversando com eles, eles vão perguntando como era antigamente aqui, como era nossa vida, não fazendo pesquisa, entendeu? Mas conversando pra entender mesmo, a gente conversa como era na roça, a vida aqui se melhorou com o turismo, isso tudo alguns perguntam (Cátia, 54 anos, merendeira).

Segundo os moradores, os turistas apresentam interesse de fato em conhecer sobre seus costumes, sua memória e identidade, confirmando a visão de que o “exótico” os atrai, aproximando-se da visão de comunidade “caiçara”, as diferenças entre a vida rústica em comparação à vida na sociedade urbana, de onde eles vêm: *“Eles ficam interessados de aprender as nossas paradas, do que a gente aprender as deles. Eles falam ‘a gente quer aprender as paradas de vocês aí’*” (Dudu, 28 anos, caseiro e artesão).

Ademais, com o potencial atrativo que é a história do povo, os costumes, modo de vida e o cotidiano atual dos Filhos do Aventureiro e o

interesse real dos turistas, de forma organizada e desenvolvida de dentro para fora, e não apenas implantada por agentes sociais “de fora” como uma solução mágica, é que os Filhos do Aventureiro poderiam realizar seu potencial atrativo em ações para a estabilidade do Turismo na comunidade. Ressalto, porém, que os agentes sociais “de fora” podem participar, mas não como instituidores e coordenadores, por outro lado, como indicadores de caminhos possíveis, estando a tomada de decisão nas mãos da comunidade.

Acerca da dificuldade de relacionamento entre morador e turista para conhecer da cultura “caiçara” do Aventureiro, segundo uma turista: *“Eu tive interesse de conhecer mais a história deles, só que eles não se abrem muito porque parece que tem vergonha, são pessoas muito tímidas para conversar”* (Uma turista de Brasília - DF, 27 anos, jornalista). Isso, de certa forma, demonstra que há uma dificuldade colocada porque, na perspectiva dos Filhos do Aventureiro, seu cotidiano, que lhes é comum, pode parecer sem atratividade ao turista. Isso é reafirmado por Bindá (1995):

A própria vivência de um espaço comum para turistas e ‘nativos’ permite experienciar o diferente, especialmente quando se considera que tal espaço está carregado de significados referentes à cultura visitada (BINDÁ, 1995, p. 15).

As peculiaridades, o diferente, os significados são o que o turista interessado pelo lugar, característico inclusive do Turismo de Base Comunitária, quer, não apenas as paisagens, o Coqueiro Deitado, os golfinhos no verão, as ondas da Praia do Sul e da Praia do Demo, mas sim, junto a isso, o cotidiano, a cultura, a história que transpiram no trabalho, e o produto desse trabalho, seja na terra ou no mar.

Do mesmo modo, acontece de não darem tanta atenção ao interesse do turista curioso por conhecer seu cotidiano por estarem ocupados com os trabalhos cotidianos. Assim, “mostrar” (INGOLD, 2010, p. 21) o trabalho cotidiano, de certo modo, é impedido pelo próprio “trabalhar”:

Às vezes querem saber como é na roça, querem conhecer a roça. Às vezes eu falo pra eles como é. Teve uns três que vieram no ano novo e no carnaval, lá de Vitória que queriam de qualquer jeito que a gente levasse eles pra conhecer como era a roça, aí falei “ah, pra vocês irem e conhecerem, vocês tem que vir aqui fora de temporada porque a gente também fica trabalhando né? A gente vende uns negócios lá embaixo, e não tem como, não dá tempo. Que eles queriam conhecer a roça, ver o que tinha plantado na roça, porque eles viam

banana aí, viam farinha, e não sabiam e ficavam malucos para conhecer. Aí eu dizia “ah, um dia eu levo vocês para conhecer a roça (Candinha, 44 anos, dona de casa e dona de camping).

A maior parte dos turistas que a visitam são cientes quanto à preservação do ambiente e da cultura, não obstante a minoria que dá problema, que “*arruma confusão*”, porém ainda não existe uma força real de mobilização da comunidade sobre a atratividade de seu cotidiano para a vivência cultural do turista, que também é a vivência cultural do Filho do Aventureiro, já que, dessa integração morador-turista, surge um “encontro turístico” (SANTANA, 2009). Então, efetivamente, a maior parte dos turistas se concentra no usufruto da natureza, apesar do interesse pela vivência do cotidiano. Sobre essa concentração no usufruto da natureza, da “*questão ecológica*”⁸⁸ como atrativo principal, vejamos o seguinte trecho de um depoimento de um turista sobre uma festa feita no Aventureiro:

Tinha gente pra caramba, tinha um cara tocando violão mas com caixa de som e tal, tinha umas velas na areia e tal. Muito bonito, mas o mais bonito mesmo foi a própria noite, tava sensacional, a lua refletia na água, parecia um quadro japonês, parecia cenário de filme, nem parecia verdade (Um turista de São Paulo – SP, 25 anos, tatuador).

Do “encontro turístico”, surge uma prática social com “troca de informações interculturais” (MOESCH, 2002, p.9), que pressupõe que há um movimento de transmissão de saberes tanto do morador para o turista quanto do turista para o morador, que vem do “contar sua história de luta” e do “ter interesse sobre a sua história de luta”.

Concordo que existam atividades tradicionais com atratividade turística ao mesmo tempo em que há uma reprodução de seu modo de vida. A comunidade não perderia, então, suas características identitárias, mas alguns de seus membros, engajados no Turismo, “constroem uma encenação de si mesmos”, numa, chamada por Grunewald (2003), “arena turística”, que pode ou não coincidir com o espaço da comunidade em si.

Há diversas casas de farinha desativadas no Aventureiro, por falta de roça que produza mandioca brava para o fabrico de farinha. Entretanto, como observei em campo, essas casas de farinha estão em excelentes condições na estrutura da construção e na preservação dos utensílios utilizados no processo.

⁸⁸ Mencionado por um turista de Angra dos Reis – RJ, de 35 anos, arquiteto.

Se bem aproveitadas, poderiam ser uma possível atração adicional para o turista curioso que quer conhecer a história, a cultura, e até participar, mesmo que de forma controlada, do processo de produção de farinha, e uma oportunidade para a “troca de informações”, de acordo com esse exemplo. Em outro viés, o masculino, há algumas canoas e remos no Aventureiro, inclusive a canoa “Lembrança”, com mais de 100 anos de sua construção, que poderia ser usada como gancho para a “troca de informações” por meio de contação de histórias antigas do mar, de tempos de vento forte e ondas altas, em que a Lembrança reavivaria a “lembrança” ao Filho do Aventureiro, ao mesmo tempo em que “o iniciante olha, sente ou ouve os movimentos do especialista” (INGOLD, 2010, p. 21), aprende com seu “tutor” sobre a história do lugar, e carrega consigo a “lembrança” que aquela vivência da cultura o possibilitou.

Então, há de se convir que o Turismo não necessariamente é uma atividade destrutiva e degradadora. Se controlado e planejado, incluindo a população com sua história de vida e participação como coordenadores e tutores de seus saberes e de sua vida, tende não a ser “a salvação da lavoura”, como citei no item 4.1 desse capítulo, mas inclusive como um reavivador da memória. O que acontece é que sendo uma área protegida, “a Ilha passa a ser representada pela idéia de um ‘paraíso ecológico’ a ser visitado e usufruído, mas também preservado” (PRADO, 2003, pp. 208-209), já que toda sua área⁸⁹ está institucionalmente transformada em Unidades de Conservação, por parte do INEA, promovendo majoritariamente o usufruto da natureza e minimizando a vivência da cultura pelos turistas.

Ainda pela Tabela 6, foi feita menção de duas “atrações” com a recomendação de que não se deve visitá-las, ou porque “*é proibido*” (Cátia; Bete) e “*não pode ir ninguém*” (Suely), ou porque “*não tem trilha e só morador conhece*” (Adriano, 26 anos, guardião do INEA). Então, os Filhos do Aventureiro entendem que é de sua responsabilidade informar aos visitantes que eles não podem passar para o outro lado do Costão, visto que estariam infringindo uma lei. Entendem, também, que devem informar-lhes sobre o

⁸⁹ Na Ilha Grande, há três Unidades de Conservação, o Parque Estadual da Ilha Grande (PEIG), o Parque Estadual Marinho do Aventureiro e a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, sendo que a área costeira à sua volta, pertence à Área de Proteção Ambiental (APA) Tamoiós, constituída pela parte continental e insular do município de Angra dos Reis.

perigo de ir a um ponto em que, sem acompanhamento dos conhecedores do lugar, significaria colocar suas vidas em risco de morte.

Sobre sua condição atual de usufruidores da natureza, conforme consta na Tabela 6, as atrações indicadas aos turistas são naturais, nenhuma manifestação cultural é exposta como potencialidade turística, mas o interesse do turista em conhecer e vivenciar a cultura do Aventureiro existe, embora não tenha se efetivado ainda. Arguido sobre seu retorno ao Aventureiro, um turista respondeu que:

Eu fiz isso no Sono.⁹⁰ A gente ficou amigo⁹¹ dos caiçaras e tal, eles mostraram vários lugares para a gente, aí queria fazer isso lá também porque eu gosto disso, de ver como as pessoas vivem, sabe? Aprender com elas, sem falar que não tem melhor maneira de você aproveitar o lugar 100% do que com o pessoal que mora lá, né? (Um turista de São Paulo – SP, 25 anos, tatuador).

Outra questão é que, apesar do grande interesse apresentado pelo turista, no depoimento citado anteriormente, Candinha sentiu-se impossibilitada de levá-los naquele momento à sua roça, para que a conhecessem, porque, na alta temporada, há vários turistas para atender e ela tem muitas responsabilidades diárias, não apenas com o Turismo, mas com o cuidado com sua família, a casa e o quintal. Na alta temporada, suas responsabilidades são dobradas, porque além do cuidado cotidiano da família, ela precisa também cuidar dos turistas.

Análogo a isso, durante as idas a campo, observei que, algumas vezes, uma mulher não pôde me levar até sua roça ou tomar parte de uma entrevista porque tinha que terminar os serviços domésticos ou porque iria à casa de uma vizinha, ou porque tinha outro trabalho a fazer. Durante a alta temporada turística, sua atenção com o trabalho é redobrada, por causa do aumento da demanda. Nesse caso, como o ritmo das comunidades “tradicionais”, mais especificamente do Aventureiro é diferente do ritmo da sociedade moderna, dos grandes centros de onde vêm os turistas, pode haver uma demora na prestação de algum serviço, na perspectiva dos “de fora”.

Mesmo não levando os turistas aos lugares comunitários importantes, contam histórias, lendas, acontecimentos importantes: “A gente fala pra eles,

⁹⁰ Praia do Sono, em Paraty (RJ).

⁹¹ Grifo nosso.

eles ficam meio assustados né, porque a gente passou por isso tudo e continuou aqui. A gente ama o Aventureiro, não tem jeito” (Suely, 48 anos, agente de saúde).

Em alguns momentos, há uma relação entre morador e turista, de vivência da cultura, embora essa não seja uma regra do Turismo no Aventureiro:

Ah, muita coisa, tem coisa que a gente faz, eles não sabem nem o que que é e perguntam “que que é isso?”. Come pra ver. Aí ele come e aí eles ficam tudo enrolados. Outro dia fez uma paçoca de banana, uma farinha, uma farofa, ficam tudo enrolados, não sabe o que é aquilo ali, muitos não sabem. Aí diz que vai voltar. É assim, faz sempre amizade pra sempre vir, né? Se não fizer agrado, se você vier na minha casa e eu não agradar você, você não vem mais aqui. Entao tem que agradar você pra você voltar sempre (Maneco, 52 anos, pescador).

Essa experiência é vista por Maneco como um “agrado” feito ao turista, um para que ele volte outras vezes e fique com sua família, chame novos amigos, e que se torne um “turista amigo”, o que nos remete à característica do Turismo como um trabalho de cuidado. Então, a vivência da cultura é tacitamente tida como um potencial atrativo para o turista, uma estratégia para “fidelizá-lo” e, a partir desse encontro entre morador e turista, tê-lo novamente como membro temporário de sua família em outra temporada.

Carpenter (2011) pontua o Turismo como um “trabalho produtivo”, que gera ganho monetário para os núcleos familiares, enquanto as mulheres teriam mais proximidade de “trabalhos reprodutivos”, relacionados ao cuidado com os filhos, com os idosos e os doentes. No caso de Ponta Negra, Paraty (RJ), a autora expõe, ainda, que as mulheres da comunidade têm um “portifólio muito mais diverso de modo de vida que os homens de Ponta Negra”⁹². Todavia, no Aventureiro, apesar de ser claramente um trabalho produtivo, com ganho monetário em hospedagem em barracas de *camping* ou em quartos próprios para turistas, bares e restaurantes, e passeios de barco, o Turismo tem uma característica muito peculiar de “cuidado”.

Acerca do “encontro turístico”, cabe ressaltar que:

É preciso ter cuidado para não olhar o encontro apenas pela via dos estereótipos que se formam, mas observar também os detalhes

⁹² Tradução nossa.

dessas relações que se estabelecem direta ou indiretamente, por exemplo pela ocupação do mesmo espaço (BINDÁ, 1995, p. 7).

Com isso, e sabendo que o Turismo não é meramente uma atividade econômica de oferta e demanda, mas, além disso, também um emaranhado de relações sociais, gostaria de expor essa questão da relação tão complexa entre as famílias do Aventureiro e os turistas, que estes tornam-se parte da família temporariamente, tomam parte do quintal como moradia, nas barracas, tem a possibilidade de preparar sua alimentação, ao mesmo tempo em que a família se abre para conversações, em que os turistas podem saber da história de lutas, os costumes antigos e seu cotidiano num ambiente relativamente isolado, submetido a condições climáticas adversas e residindo em uma Reserva Biológica. Nesse contexto, a família, que empreende os *campings*, cuida dos turistas, seus “filhos e irmãos com prazo estabelecido”. As relações acabam não sendo apenas econômicas, dentro da perspectiva de demanda-oferta. Vínculos são criados, e os turistas acabam retornando ao Aventureiro outras vezes, e aqueles turistas “clientes” passam a ser turistas “amigos”, como explicitado no relato da Suely:

Tem pessoas que ficam amigos da gente, né? A gente liga, de São Paulo, do Rio, de Belo Horizonte, de Minas, levam o telefone e entram em contato, fica amigo mesmo, né? Que nem vocês, fica amigo (Suely, 48 anos, agente de saúde).

Há casos em que, inclusive, a relação de hospitalidade reverte-se, quando algum membro da família, antes anfitrião, torna-se o hóspede, no caso de necessidade de permanecer em algum centro urbano longe de casa. Isso aconteceu com a Cátia, que fala sobre uma senhora que conheceu no Aventureiro durante sua estadia, e que tornou-se amiga, “*da casa*”, “*da família*”, justamente pelas condições adversas em que a estadia ocorreu:

A primeira vez, ela veio e acampou aqui. Aí depois ficou sempre vindo e acampando aqui em casa. Aí depois deu um temporal ela ficou ali naquele galpão aqui, não tinha nem aquela canoa, não estava ali, o galpão não era muito grande, aí meu marido chamou ela para aqui, porque estava ela, o marido e mais duas crianças. Aí colocou a barraca deles aqui na varanda e no outro dia amanheceu toda boiada as coisas dela, colchão, tudo. Aí ela disse “ai, dona Cátia, se vocês não nos chamassem aqui para dentro, o que seria de nós?”. Mas a gente tinha que dar apoio, ainda mais eles que estavam ali e a gente viu que a barraca deles tava flutuando na água, quase indo pro mar (risos). A gente não tinha coragem de deixar eles ali, dentro da água, nós com a varanda aqui vazia, não trazer eles pra cá. Depois disso, nem passou a ser mais turista, passou a ser da casa. E até

*agora, no carnaval, ela teve aqui, na semana santa, na semana que vem, ela volta aqui de novo. Então, a gente passou a ser amigo mesmo, como da família*⁹³ (Cátia, 54 anos, merendeira).

É interessante como essa relação diferenciada com os turistas “amigos”, surgida de uma motivação e um comportamento do turista, direcionados para o encontro e a aproximação da realidade local, não modifica, mas transforma a percepção do turista sobre a comunidade, e da comunidade sobre uma parcela dos turistas do Aventureiro, e desenvolve-se, assim, “um olhar menos para o exótico e mais para o humano” (BINDÁ, 1995, p. 31), aproximando-os como pessoas que não se relacionam ao acaso ou como obrigação, mas interessados no olhar sobre o “outro”, possibilitando o diálogo entre saberes tradicionais e modernos. É possível, então, ter uma vivência desse espaço que, com isso, transforma-se e adquire significados diversos:

Alguém que viaja tantas vezes ao mesmo local que, com a convivência e o conhecimento deste, acaba por transformá-lo em lugar. Daí o próprio percurso da viagem, que é movimento e, portanto, espaço, transforma-se também em algo profundamente conhecido (BINDÁ, 1995, p. 59).

Para esses turistas recorrentes, os “amigos”, até o percurso até o Aventureiro tem formações, espaços específicos que possuem significados especiais e remetem a lembranças das idas anteriores e de histórias contadas pelos Filhos do Aventureiro. Olham a Ponta do Acaiá, Provetá, Praia dos Meros, Ponta do Drago, até uma simples casa ou um pescador na costeira, tornam-se bastante familiares, e, ao chegar no Aventureiro, elegem locais preferidos, seja para prática de esportes, para refletir, descansar, lembrar momentos especiais em idas passadas.

Uma turista do Rio de Janeiro – RJ, 28 anos, que é turista “amiga” de uma família do Aventureiro, contou que, sempre que volta à vila, lembra: “*Meu primeiro amor conheci lá, foi meu primeiro beijo, com 13 anos. Aprendi a nadar lá no cais, onde esse meu primeiro amor me ajudou*”. Por minha própria experiência, como já mencionei na introdução dessa dissertação, fui ao Aventureiro pela primeira vez aos 9 anos, em 1994, e retornei como pesquisadora, em 2011. Do lugar, eu tinha lembranças da areia, do cais, do coqueiro, da Igrejinha e da mata apenas.

⁹³ Grifo nosso.

Sobre os negócios familiares, os *campings* e quartos estão nos quintais das casas. Alguns bares/restaurantes também. Outros contornam a praia. O Turismo é uma atividade da terra. Todo suporte para a ocorrência desse fenômeno social está na terra. Tendo em vista que a terra é espaço de trabalho predominantemente feminino, o Turismo seria, de forma geral, um trabalho predominantemente feminino.

Conforme observei em campo, ainda com a regra explícita de que nenhum turista pode entrar na RBEPS entre o Costão do Demo e a Pedra da Tacunduba, há algumas pessoas “de fora” que decidem fazê-lo. Quando em horário de trabalho dos funcionários do INEA, a fiscalização é feita e os turistas são solicitados a se retirar da Reserva fazendo o caminho de onde vieram. Quando não, antes ou depois de seu horário de trabalho, a fiscalização não tem como ser feita.

Alguns turistas estão desinformados sobre as regras de uma Reserva Biológica, e até sobre a existência da RBEPS no local. Entretanto, os turistas mochileiros que atravessam a Reserva para chegar ao Aventureiro, ou, fazendo o caminho contrário, o fazem para chegar à Parnaíoca, geralmente tem conhecimento sobre ela por meio de mapas, guias turísticos, panfletos e informações retiradas da internet, para não se perder nas trilhas. Esses turistas “hedonistas” entram na RBEPS de passagem, em busca de lazer, pensando em atividades para seu próprio prazer.

Alguns moradores têm a opinião de que não veriam problema que o turista passasse e que seria até uma solução para todo o lixo que vem do mar se os turistas que atravessam a RBEPS passassem recolhendo parte do lixo da praia, dentro de um grupo guiado e controlado, sob fiscalização dos guardiões ou guarda-parques do INEA:

Eu achava que tinha que liberar passagem, liberar para o pessoal passar. Na minha opinião, eu assino embaixo. Na minha opinião, se eu fosse o manda-chuva grandão do Aventureiro, sabe o que eu ia fazer? Ficava lá, com uns saquinhos na mão pequenos, aí vocês podem entrar com o saquinho, mas quando voltar, vem trazendo o lixo da Praia do Sul (Dudu, 28 anos, caseiro e artesão).

Essa é uma proposta “de dentro para fora” que aproximaria a Vila do Aventureiro de uma sustentabilidade, permitindo que os turistas controladamente entrassem na Praia do Sul, o que seria positivo para sua

experiência, mas que voltassem trazendo consigo o lixo que vem do mar e que fica jogado na praia, podendo ser reciclado pelos moradores e, inclusive, vendido aos turistas.

A questão do ordenamento no Turismo beneficia mutuamente comunidade e turista. A população de Praia Grande, em Arraial do Cabo (RJ) é tratada por Fabiano (2011) como “refém de uma prática massificada de turismo”, mesmo ocorrendo dentro de uma Unidade de Conservação como a Reserva Extrativista, que garante condições de vida à população local. Isso acontece por conta da não observância das regras e do conflito de interesse acerca das práticas sociais. O Aventureiro ainda não tem uma atividade turística equilibrada, mesmo que haja um certo controle para que o Turismo não seja intensivo, mas dentro de um padrão que garanta a sustentabilidade social, ambiental e econômica e, por esse motivo, o controle é importante.

Como já foi mencionado nesse capítulo, o Turismo deve ser trabalhado de maneira complementar, e não como o principal ou exclusivo modelo de produção da comunidade, para que não chegue a um desgaste natural pela intensidade da ocorrência do fenômeno turístico, ao mesmo tempo em que a possibilidade de prática dos modelos “tradicionais” de trabalho também diminuam. Pelo contrário:

O convívio entre culturas diferentes pode ser estimulante para o crescimento individual, trazendo novas formas de percepção, desmistificando preconceitos, impulsionando a descoberta do desconhecido, além de diversificar perspectivas e de ampliar a visão de mundo, principalmente entre os jovens (FABIANO, 2011, pp. 31-32).

Então, quando há um diálogo entre saberes “tradicionais” e saberes modernos, mesmo fazendo uso de técnicas e tecnologias provenientes da sociedade moderna, os saberes “tradicionais” não se perdem, mas mantêm-se em seu significado e sua forma. E mais: “A modernidade não deve ser encarada meramente em sua face destruidora – em recombinação com a tradição ela também se pode transformar em *tempo de criação* (elemento positivo)” (CUNHA, ROUGEULLE & VON BEHR, 2004, p. 9). Significa dizer que, além de manter os saberes em seus significados, a modernidade pode ser tida como uma mudança positiva, no sentido no “resgate cultural”, nas palavras da autora, um reavivamento da memória do Aventureiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista dos fatos mencionados no decorrer dessa dissertação, e especificamente no capítulo 1, os Filhos do Aventureiro relacionam-se tradicionalmente com o meio ambiente que os envolve de forma que sua sobrevivência é garantida, por meio do uso de recursos naturais para alimentação e cura. E, sabendo que os Filhos do Aventureiro mantiveram seu modo de vida baseado na pesca e na roça, embora o façam em menor escala atualmente, concluímos que a transmissão, a assimilação, a seleção e a adaptação de saberes de geração a geração, sobre sua vida e o meio ambiente ocorre, no Aventureiro, desde a indicação de condições climáticas, como acontece quando chega o vento Sudoeste, respeitado por todos os moradores da vila. Saberes sobre sua relação com a natureza permitem a continuidade da cultura, mesmo que haja a adaptação a novas tecnologias ou instrumentos de trabalho e equipamentos, que são inerentes aos saberes modernos, já que a transmissão de saberes é também transformação de saberes.

A seletividade de saberes tradicionais com sua adaptação aos moldes na geração “aprendiz”, como mencionado acima, deixa clara a essência de sua transmissão, haja vista que os conhecimentos não são forçados, mas postos para serem aprendidos, absorvidos junto com o sentido que a nova geração de “aprendizes” dá.

Por esse caminho é que o olhar atento dos filhos, que são “aprendizes”, dos movimentos dos pais, seus tutores e “praticantes já experientes” (INGOLD, 2010, p. 16), têm sua importância dando novo sentido aos saberes, enquanto mostram e ensinam como conviver com seu ambiente. E a relação dos jovens com o meio ambiente é diferente nos termos da relação de seus pais com o meio ambiente, no sentido de que aqueles já nasceram e foram ou são criados dentro da perspectiva de preservação da natureza nos moldes da sociedade moderna, instituído pela criação de algumas Unidades de Conservação de Proteção Integral bastante restritivas que, positiva ou negativamente, têm efeitos de modernização. Eles são colocados num contexto de que a “visão estética da natureza” (DIEGUES, 2004, p. 10) prevalece à visão de uso com respeito aos ciclos de vida e reprodutivos dos seres envolvidos.

Como vimos no capítulo 2, entendemos que os parentes e compadres dos Filhos do Aventureiro criam relações que são alicerce social no qual se baseia a continuidade das tradições e o trabalho, cujo saber é transmitido e passa de geração à geração adaptando-se, considerando a prática como elemento essencial para o aprendizado, o que inspira cuidados e supervisão. As mulheres têm suas responsabilidades de cuidado com a família, que continuam sendo transmitidas às filhas, embora tenham diminuído as atividades em família, o que enfraquece as relações de parentesco e compadrio. A relativização dos espaços de trabalho – mar e terra – por meio da cooperação, sendo um o suposto da produção do outro, ameniza-se o processo de “invisibilização” da mulher, tomando como base no que menciona Woortmann (1991).

Ainda conforme disposto no capítulo 3, podemos notar que os Filhos do Aventureiro não foram considerados quando da criação das Unidades de Conservação de Proteção Integral naquela área, no contexto da criação de Unidades de Conservação na década de 1980, com apelo principalmente direcionado ao “ambiental”, o que os livrou dos efeitos da especulação imobiliária e do Turismo pouco controlado, pelo que sofreu toda a Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro, após a abertura da Rodovia Rio-Santos, também na década de 1980. Entretanto, o espaço de vivência do Aventureiro foi apropriado pelo Estado, o que limitou seu modo de vida tradicional e os levou a um novo modelo de produção, que foi o Turismo, viabilizado na Ilha Grande com o encerramento, entre 1990 e 1994, da Ilha Grande como ilha-presídio.

Sabemos que a solução encontrada para a permanência dos moradores no Aventureiro, que foi proposta por projeto de lei, seria a recategorização daquela terra para RDS, concedendo-lhes o direito de permanecer legalmente, transmitir seus saberes e praticá-los na roça e na pesca artesanal e trabalhar com o Turismo controlado. Entretanto, a RDS vem sendo vista como fonte de conflito, pois, se alguns acreditam em seus benefícios, outros a creem como apenas uma continuação do modelo de gestão atual de Reserva. O que se nota é uma desinformação dos moradores por parte do órgão ambiental, com decisões instituídas de fora para dentro e sem participação comunitária efetiva. Mesmo os jovens, que nasceram no tempo da Reserva, tem medo do futuro quanto às ações estatais por meio do órgão impositivo.

Além disso, uma forma de aproximação e entrada na comunidade pelo órgão ambiental é a cooptação de moradores como empregados, que acontece desde a criação da RBEPS até os dias atuais, e acaba causando uma relação desigual entre os moradores de carteira assinada e os moradores que dependem de seu trabalho informal na roça, na pesca ou do Turismo. Desigualdade essa que também ocorre com empregados da limpeza e da escola. A desigualdade é explicitada por meio das desavenças criadas quando aqueles precisam agir em nome da lei contra os demais moradores que estão fora dos parâmetros legais.

A quebra de confiança entre os moradores emerge das opiniões divergentes. As relações de parentesco e compadrio, como já disse, base para a prática das atividades e para a transmissão de saberes, são enfraquecidas. Para mostrar sua insatisfação com a situação desigual entre eles, o morador prejudicado faz denúncias, no afã de igualá-los, por sua própria justiça, já que a justiça da lei escrita, aos seus olhos, parece não funcionar. Para o Estado, os moradores, que tornam-se como “objetos da administração”, segundo Costa (2008), são os criadores de conflito no Aventureiro. Em contrapartida, para os moradores, a Reserva é criadora de conflito.

Além da questão social levantada, notamos que as restrições dos espaços de trabalho do Aventureiro, principalmente das roças, também os colocaram em situação de insegurança alimentar, proibindo formas de captura e coleta de recursos naturais para alimentação, ao mesmo tempo em que a maior parte da comunidade não tem empregos fixos, dependendo da roça, da pesca e do dinheiro que vem do Turismo para comprar a maior parte dos alimentos nos supermercados da cidade, afetando, em geral, as famílias a partir do prato, baseado no que foi dito por Devide, Valle & Curi (2005). Ocorreu mudança nos hábitos alimentares das famílias no Aventureiro.

Mas a mudança no Aventureiro começa antes, com os japoneses, na década de 1970 (MUSSOLINI, 1980; VIANNA, 2008; FERREIRA, 2010), e não com o Turismo. Com o aumento do nexos monetário, que já existia, os modelos tradicionais de produção, como as práticas de “matar peixe” foram adaptadas. O processo produtivo continua tradicional, embora o peixe tenha se tornado mais fortemente mercadoria do que simplesmente o alimento para a família. Essa é uma marca da modernidade que entra com a presença dos japoneses

na Ilha Grande, e que traz adaptações ao mundo masculino – da pesca. A outra marca da modernidade vem com o Turismo, posterior a isso, que começa a se mostrar com os caminhantes entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980.

As técnicas de pesca da Ilha em geral e, então, especificamente do Aventureiro, adaptadas com técnicas trazidas pelos japoneses, teve efeitos mais notáveis na reprodução de saberes e na produção do mundo masculino, enquanto que, para as mulheres, isso não causou tanto efeito, o que ocorreu tempos depois, com a entrada do Turismo.

Como abordado no capítulo 4, tem-se uma questão de importância entre os modelos de produção, na perspectiva de gênero. A mulher estende o “cuidado” (CARPENTER, 2011) da casa ao cuidado do Turismo, visto que o *camping* e o bar são como uma extensão da casa, em que podem ser fornecidos café da manhã, PFs e espaço para preparo dos alimentos, caso o queiram. É uma continuação da família, tendo em vista que são tratados como seus “membros temporários”.

Para o homem, em termos de atividade econômica, o Turismo é uma fonte de sustento porque, por exemplo, em vez de apenas pescar para alimentação ou venda do produto na cidade, o barco serve para o transporte de turistas, a “pesca para o Turismo”, e abastecer os bares para montar os PFs.

Se, para a mulher, é uma extensão da casa e da terra, para o homem, é uma extensão do barco e do mar. Inclusive, por essa continuação da casa para a mulher é que ela manteve-se valorizada pelos homens da comunidade e, diferente do que acontece nas comunidades “pesqueiras” do Nordeste (WOORTMANN, 1992), não ocorre violência contra elas, porque a mulher não ficou sem trabalho. A força e a iniciativa da mulher são qualidades positivas, bem vistas e valorizadas pela família e pela comunidade em geral. Por exemplo, a mulher pode não pilotar um barco mas tem o saber inerente, e esse é o diferencial. A mulher não pilota no cotidiano, mas pode fazê-lo em caso de uma emergência, aumentando o domínio e o trabalho femininos.

Percebemos que há uma série de fatores pelos quais a experiência turística no Aventureiro é moldada de acordo com o perfil do turista, suas escolhas, período do ano, localização e o que é oferecido pelos moradores (BINDÁ, 1995, p. 32). A localização importa para a escolha por parte dos

turistas potenciais clientes: na praia, onde a circulação de pessoas é maior, os bares e *campings* têm maior ganho monetário com o Turismo e não são tão próximos a atividades “tradicionais”, enquanto que, na encosta, os *campings* têm menor ganho monetário com o Turismo e são mais próximos das atividades tradicionais. Devido a essa dificuldade apresentada, vemos uma relação de cooperação recíproca entre os vizinhos, em custos e ganhos, quando algum deles possui uma baixa taxa de ocupação no *camping*. É uma regra comunitária e todos a seguem, e é também uma adaptação do saber tradicional da reciprocidade que é posta no Turismo, de saber moderno.

A relação de gênero na gestão do Turismo é tida em par de equidade, mulheres e homens se respeitam e estão juntos num trabalho alternado e nos ganhos, o que é bastante interessante, da perspectiva de que há valorização entre gêneros. Isso nos leva a refletir na diferença do Turismo como uma atividade complementar, para um modelo em que o Turismo fosse a única fonte de renda.

Primeiramente, haveria um esgotamento da atratividade do Aventureiro, tendo em vista a homogeneização com a entrada exacerbada de elementos da sociedade moderna, sem controle. Em segundo, seguindo essa linha de raciocínio, o respeito e a valorização entre os gêneros tenderia a acabar, pela diminuição drástica de trabalho e, principalmente para a mulher, não podendo voltar aos trabalhos de antes por causa do fechamento das roças e tomada pela mata, e ficaria sem garantir parte da renda familiar, podendo chegar até à violência, como ocorreu no caso das comunidades “pesqueiras” do Nordeste (WOORTMANN, 1991). O homem, por outro lado, como ainda teria o saber tradicional da pesca e meios para fazê-lo, poderia voltar ao trabalho. Em terceiro, sem condições de continuar no Aventureiro sem meios de subsistência nem trabalho para ganho monetário, haveria a evasão dos moradores para a cidade, e sua conseqüente favelização.

Como há uma seletividade de saberes tradicionais, houve e há também quanto aos saberes modernos, porque não são aceitos ou postos em prática todos os costumes urbanos e saberes modernos com aporte na comunidade. Na verdade, a influência maior é sobre os jovens, como veremos a seguir, mas apesar disso, a transmissão de saberes ocorre como com os saberes tradicionais, adaptando seu modo de vida de acordo com o conhecimento que

lhes é apresentado e que faz sentido. Nesse caso, eles tornam-se “aprendizes” dos turistas (INGOLD, 2010).

O Turismo teve influências no modo de vida dos Filhos do Aventureiro. A mais básica foi a da alimentação. Junto com as restrições de uso da terra para tirar alimentos para a família, “duristas” sugeriam e começavam a demandar produtos (ROSA, 2009) o que queriam comer nas refeições. A adaptação às vontades alimentares dos turistas levou aos PFs, que da mesma panela servem os almoços da família, excetuando-se quando preparam algum prato deles, e que é exclusivo da família e, no máximo, oferecido aos turistas “amigos”.

Mas o tempo dos “duristas” se foi e podemos notar uma gama de “mochileiros” interessados sobre a cultura do lugar. Claro, os PFs já foram absorvidos pela comunidade e pelos turistas sobre a comunidade. Todavia, os de hoje são mais interessados pelo cotidiano do Aventureiro, o que me remete a pensar que seria positivo aproveitar o interesse para mostrar também seus pratos tradicionais⁹⁴ em alguns momentos.

Um belo início para aprofundar a vivência da cultura do lugar por parte do turista é o jovem do Aventureiro. Tendo em vista que o Turismo é tido como um “agente de mudanças socioculturais” (ROSA, 2009), e embora, hoje em dia, o jovem esteja afastado das tradições, numa condição de “passado”, ele também está bem próximo aos turistas, sendo muito mais influenciado que os adultos, por meio de tatuagens, o modo de vestir, de falar, de se comportar, e com festas. O jovem do Aventureiro pode ser um portador desses saberes tradicionais, no papel de intermediário entre os “de fora”, da sociedade moderna, e dos “do lugar”, da Vila do Aventureiro, no diálogo entre tradições e modernidade.

Essa vivência vai além da experiência estereotipada e vendida aos turistas em catálogos e que se fortalece pelo fato de ser um ambiente insular e que é envolvido por Unidades de Conservação. O Aventureiro não se resume ao Coqueiro Deitado, não é mera praia de areia “cantante” e mar de águas

⁹⁴ Sob essa perspectiva, para fins de elucidação, “pratos tradicionais” são ou eram os usados em seu cotidiano, e/ou sobre os quais possuem conhecimento. Exemplo disso são a paçoca de banana, a farinha da roça, o café de cana, dentre outros. E “pratos típicos” são os que possuem apelo turístico, pelos quais, são conhecidos e lembrados, cujo exemplo mais conhecido é o Peixe com banana, típico não somente do Aventureiro, mas da Ilha Grande, feito até na cidade, Angra dos Reis.

transparentes repleto de golfinhos e tartarugas, com ondas e o verde da mata debruçando sobre o mar. Essa é apenas a imagem vendida atualmente. Referente a isso, Margarita Barretto (2004, p. 11; 2007, p. 79), diz se tratar de uma “bolha turística”, que seria o pacote turístico todo estruturado, pronto para ser consumido, o que dificulta a oportunidade de se ter uma vivência mais próxima à realidade do lugar.

É certo que o coqueiro, a praia, o mar, os bichos e a mata fazem parte do Aventureiro, mas o diferente, os significados, o cotidiano, o modo de vida também fazem parte, são a alma do Aventureiro.

Quando são apresentadas apenas as atrações “naturais” do Aventureiro, deslegitima-se a experiência real do turista, que também perde em profundidade quando os próprios moradores, querendo que os turistas saibam mais de sua história e abrem-na em conversas, não expõem partes materiais importantes de sua história, como casas de farinha desativadas, que poderiam ser utilizadas como modelos para visitação, bem como a canoa “Lembrança”, que poderia ser mostrada durante uma visita guiada pelos pontos da comunidade com atratividade, durante uma contação de história. Entretanto, o que se nota é que os trabalhos e produtos da terra e do mar, ditos “tradicionais”, não são valorizados pelos próprios Filhos do Aventureiro, por não verem neles atratividade turística, o que, por outro lado,   buscado pelo turista, como o “diferente”, o “exótico” a seus olhos.

Então, o Turismo não   degradante por si só, como cismam alguns em dizer. Pode, por outro lado, ser controlado, propiciando vivência da cultura para os turistas, fazendo existir um diálogo de saberes, proporcionando benefícios tanto no aumento da taxa de permanência do turista na comunidade, quanto em melhora em ganhos monetários.

Há de se pensar sobre o diálogo entre saberes tradicionais e modernos como uma forma de preservação da cultura, já que “os turistas e o turismo em geral podem se transformar numa parte integral da cultura” (GRABURN, 2009, p. 19). Para tal, devemos refletir sobre a participação dos jovens a fim de tornar essa “*desunião*” em união, indo de encontro   contraposição “passado” (trabalhos tradicionais) e “presente” e “futuro” (Turismo), mas trabalhá-los na mesma direção.

Os turistas “amigos”, geralmente chamados assim aqueles que têm maior aproximação e conversam mais, criam vínculos com as pessoas e famílias do Aventureiro, são tratados de maneira humanizada, não apenas como “clientes”, mas traz para o Turismo uma característica de “trabalho de cuidado”, em que os moradores envolvidos fazem “agrados”, chamando para tomar café junto, conversar, participar de churrasco ou de celebrações na igreja. Aqueles que alcançam o *status* de “amigos” têm maior facilidade de conhecer com mais propriedade a cultura do Aventureiro. Todos são tratados com o cuidado, tornam-se membros temporários da família no sentido em que compartilham do quintal, e, em alguma condição climática adversa, chegam até a compartilhar da casa e de roupas. Mas os turistas “amigos” sempre voltam, e logo toda a praia já está sabendo de sua chegada, eles são convidados a entrar não apenas em suas casas, mas em suas vidas.

E, como a seletividade de saberes tanto tradicionais quanto modernos, há de se pensar sobre a seletividade da presença de turistas. Os “duristas”, que não respeitam a comunidade, que causam “bagunça” e “confusão” não são bem-vindos e o Turismo de massa não é bem quisto pelos Filhos do Aventureiro, mas os turistas respeitosos, “mochileiros”, “gente boa”, que são “amigos”, sim, são selecionados como o perfil de turista desejável no Aventureiro.

Assim, acontece uma atualização seletiva na comunidade: os saberes tradicionais e os modernos são transmitidos, adaptados e selecionados, assim como acontece com a seleção do perfil dos turistas bem aceitos no Aventureiro. Assim sendo, pelo diálogo dos saberes que se dá pelo Turismo, embora atualmente não esteja ocorrendo em sua plenitude, pode-se ter uma relação sustentável entre a comunidade, os turistas, o meio ambiente e o órgão ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Cristina. As Populações Caiçaras e o Mito do Bom Selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. In: **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, n. 1, vol. 43, 2000a.

_____. As Roças e o Manejo da Mata Atlântica pelos Caiçaras: uma revisão. In: **Interciência**, São Paulo, USP, n. 3, vol. 25, 2000b.

_____. **Caiçaras na Mata Atlântica: pesquisa científica versus planejamento e gestão ambiental**. São Paulo: Anamblume FAPESP, 2000c.

ARRUDA, Rinaldo. “Populações Tradicionais” e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. In: **Ambiente & Sociedade**. Ano 2, nº 5, 2º semestre de 1999.

BARRETTO, Margarita. Relações entre Visitantes e Visitados: um retrospecto dos estudos socioantropológicos. In: **Revista Turismo em Análise**, vol. 15, nº 2, p. 133-149, novembro, 2004.

_____. **Cultura e Turismo: discussões contemporâneas**. Campinas, SP: Papirus, 2007.

BARRETTO FILHO, Henyo. Utopias tecnológicas, distopias ecológicas e contrapontos românticos: “populações tradicionais” e áreas protegidas nos trópicos. In: **Revista Sexta-feira**. N. 6 Jutopia[. São Paulo: Editora 34, 2001.

BECK, Anamaria. Pertence à Mulher: mulher e trabalho em comunidades pesqueiras do litoral de Santa Catarina. In: **Revista de Ciências Humanas**, vol. 7, nº 10, 1991.

BEGOSSI, Alpina. Caiçaras, Caboclos and Natural Resources: Rules and Scale Patterns. In: **Ambiente & Sociedade**, ano 2, no. 5, 2º semestre de 1999.

BEGOSSI, Alpina; LOPES, P. F.; OLIVEIRA, L. E. C.; NAKANO, H. **Ecologia de Pescadores Artesanais da Baía da Ilha Grande**. São Paulo: FIFO, 2009.

BENEVIDES, Deise Cristina Leal Corrêa de Sá. Cálculo dos Investimentos para a Conservação (IMC) para Unidades de Conservação da Bahia da Ilha Grande/RJ. In: **VII CBUC – Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação**. Natal (RN), 2012.

BIDEGAIN PRIMO, Paulo & FRESCHI, Julieta Matos. **Situação Geral do Povoado do Aventureiro, da Reserva Biológica da Praia do Sul e do Parque Estadual Marinho do Aventureiro, Relatório Final, Volume I**. Rio de Janeiro, Secretaria de Estado do Ambiente, Grupo de Trabalho do Aventureiro, 2009.

BINDÁ, Andréa Havt. **Viajar é mais...** . Brasília: UnB, 1995. 80 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília, 1995.

BOFF, Leonardo. **Saber Cuidar: ética do ser humano – compaixão pela Terra**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. 6ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BORGES, Rodrigo; PEIXOTO, Ariane Luna. Conhecimento e uso de plantas em uma comunidade caiçara do litoral sul do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. In: **Acta bot. bras.** Ano 23, vol 3 pp.769-779. 2009.

BRASIL. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. **Biodiversidade Brasileira: avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente - MMA, 2002.

_____. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.

_____. **Convenção sobre Diversidade Biológica**. Série Biodiversidade n. 1. Brasília: Ministério do Meio Ambiente – MMA, 2000.

_____. **Ecossistemas Brasileiros – Mata Atlântica**. IBAMA. Disponível em: http://www.ibama.gov.br/ecossistemas/mata_atlantica.htm. Acesso em 22/08/2012, às 21h39.

CALLOU, Angelo Brás Fernandes. Povos do Mar: herança sociocultural e perspectivas no Brasil. In: **Cienc. Cult.**, vol. 62, no. 3, pp. 45-48, 2010.

CAMPANILI, Maura & PROCHNOW, Miriam (orgs). **Mata Atlântica: uma rede pela floresta**. Brasília: RMA, 2006.

CAMPOS, Marcio D’Olne. Saber Mágico, Saber Empírico e outros Saberes da Ilha de Búzios. In: EULALIO, Alexandre; WALDMAN, Berta; VOGT, Carlos; MacRAE, EDWARD; VELHO, Gilberto; CAMPOS, Marcio D’Olne; CORRÊA, Marisa; FRY, Peter. **Caminhos Cruzados: linguagem, antropologia, ciências naturais**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

CARDOSO, Neuseli. **Lendas da Ilha Grande**. Rio de Janeiro: Rimerson Gráfica e Editora, 2000.

CARPENTER, Lydia. **Livelihoods and Gender: a case study on the Southeastern Brazil**. 179 p. Tese (Doutorado). Natural Resources Institute. Outubro de 2011, University of Manitoba. Winnipeg, Manitoba, 2011.

CARVALHAL, Fabiana; BERCHEZ, Flávio A. S. **Costão Rochoso: a diversidade em microescala**. Projeto Ecossistemas Costeiros / USP. Disponível em http://www.ib.usp.br/ecosteiros/textos_educ/costao/index2.htm. Acesso em 08/02/2013, à 1h48.

CARVALHO, Maria Celina Pereira de. **Histórias da Ilha: temporalidade e apropriação do espaço na Ilha Comprida**. Campinas: UNICAMP, 1999. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1999.

CARVALHO, Julia Manso Paes de. **O Patrimônio Imaterial da Comunidade Caiçara do Pouso da Cajaíba e a Escola: em busca de uma educação diferenciada Paraty, RJ**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. 125p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CASTRO, Edna. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. *In: Papers do NAEA nº 092*. Belém do Pará, 1998.

CASTRO, Tatiana Andrade Bardosa. **Vozes no Aventureiro: uma reflexão sobre as relações do turismo de base comunitária e os conflitos territoriais**. 98 p. Monografia (Graduação). Departamento de Turismo, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo. Niterói (RJ): Universidade Federal Fluminense (UFF), 2013.

CEPF. **Mata Atlântica: hotspot de biodiversidade**. Critical Ecosystem Partnership Fund – CEPF, 2001.

CHISTÉ, Renan Campos; COHEN, Kelly de Oliveira; MATHIAS, Erla de Assunção; OLIVEIRA, Suzy Sarzi. Quantificação de cianeto total nas etapas de processamento das farinhas de mandioca dos grupos seca e d'água. *In: Acta Amazonica*. Vol 40 (1). Pp. 221-226. 2010.

Congresso Brasileiro de Mandioca (XI), Campo Grande (MS), 2005. DEVIDE, Antonio Carlos Pries; VALLE, Teresa Losada; CURI, Nilton. **Transformações em Culturas Tradicionais: o papel da mandioca em uma comunidade caiçara do litoral paulista**.

COSTA, Gustavo Villela Lima da. **A População do Aventureiro e a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul: conflitos e disputas sob tutela ambiental**. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, Museu Nacional, 2004. 111 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2004.

_____. **O Aventureiro, RJ: uma análise de mudança social**. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, Museu Nacional, 2008. 313 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Rio de Janeiro, 2008.

_____. O Surgimento da Associação de Moradores do Aventureiro, Ilha Grande-RJ: reconfigurações de identidades e usos locais de direito. In: **Teoria e Sociedade**, no. 17.1, pp. 58-83, janeiro-junho, 2009.

COSTA, Paulo A. S.; MOREIRA, Paulo; HAIMOVICI, Manuel. A Pesca de Polvos e Lulas no Litoral do Rio de Janeiro. In: **Ciência e Cultura**, 42 (12), 1124-1130p., dezembro, 1990.

COSTA, Gustavo Villela Lima da; CATÃO, Helena; PRADO, Rosane Manhães. Praia do Aventureiro: um caso sui generis de gestão local do turismo. In: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (orgs). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

CRITICAL ECOSYSTEM PARTNERSHIP FUND. **Mata Atlântica: hotspot de biodiversidade**. Brasil: CEPF, 2001.

CUNHA, Lúcia Helena de Oliveira; ROUGEULLE, Marie Dominique; VON BEHR, Miguel Fernando. **Comunidades Litorâneas e Unidades de Proteção Ambiental: convivência e conflitos. O caso de Guaraqueçaba, Paraná**. Série Documentos e Relatórios de Pesquisa nº 3. São Paulo: NUPAUB-USP, 2004.

DASMANN, Raymond F. The Relationship Between Protected Areas and Indigenous Peoples. In: McNEELY, J.; MILLER, K. **National Parks, Conservation and Development: the role of protected areas in sustaining society**. Indonesia: IUCN – Commission on National Parks and Protected Areas – Proceeding of the World Congress on National Parks, 1984.

DEMO, Pedro. **Metodologia em Ciências Sociais**. 3 ed. ver. e ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

DENCKER, A. F. M. **Pesquisa em Turismo: planejamento, métodos e técnicas**. São Paulo: Futura, 1998.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3ª edição. São Paulo: HUCITEC Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, 2001.

_____. Saberes Tradicionais e Etnoconservação. In: DIEGUES, Antonio Carlos & VIANA, Virgilio M. (orgs). **Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica**. 2ª edição. São Paulo: HUCITEC, 2004.

_____. **Ilhas e Mares: simbolismo e imaginário**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

DIEGUES, Antonio Carlos & ARRUDA, Rinaldo S. V (orgs). **Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. São Paulo: USP, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana; VIANNA, Lucila Pinsard. **Conflitos entre Populações Humanas e Unidades e Conservação e Mata Atlântica**. São Paulo: NUPAUB, 1995.

DIEHL, Astor Antonio. **Cultura Historiográfica: memória, identidade e representação**. São Paulo: EDUSC, 2002.

Encontro de Turismo de Base Local (XI ENTBL), 2010, UFF-Niterói/RJ: FERREIRA, Helena Catão. **Produção e Consumo do Ambiente. Reflexões sobre o Turismo na Ilha Grande – RJ**.

Encontro Nacional dos Geógrafos (XVI), 2010, Porto Alegre. SOUSA, Denise Martins; SUZUKI, Júlio César. **Transformações do Modo de Vida Tradicional Caiçara da Comunidade de São Paulo-Bagre, Cananéia-SP**.

FABIANO, Celia Cristina Lapagesse. **O Turismo e sua Contribuição na Manutenção e na Preservação da Pesca Artesanal e da Cultura Tradicional na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo – RJ**. Brasília: UnB, 2011. 153 p. Dissertação (Mestrado) – Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

FERREIRA, Helena Catão Henriques. **Redefinindo Territórios: preservação e transformação no Aventureiro – Ilha Grande, RJ**. Seropédica: UFRRJ, 2004. 138p. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2004.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA. **Atlas dos Remanescentes Florestais da Mata Atlântica Período 2008-2010**. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, 2011.

GARROTE, Valquíria. **Os Quintais Caiçaras, suas Características Sócio-Ambientais e Perspectivas para a Comunidade do Saco do Mamanguá, Paraty-SP**. Piracicaba: USP, 2004. 186p. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Piracicaba, 2004.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GRABURN, Nelson. Antropologia ou Antropologias do Turismo?. *In*: GRABURN, Nelson; BARRETTO, Margarita; STEIL, Carlos Alberto; GRUNEWALD, Rodrigo de Azeredo; SANTOS, Rafael José dos. **Turismo e Antropologia: novas abordagens**. Campinas, SP: Papyrus, 2009.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azevedo. Turismo e Etnicidade. *In*: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 141-159. Outubro, 2003.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

HARDIN, Garrett. The Tragedy of the Commons. In: **E Science**, n. 3859, vol. 162 December, 1968.

INGOLD, Thimoty. Da transmissão de representações à educação da atenção. In: **Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr. 2010.

INSTITUTO RÃ-BUGIO. **Mata Atlântica – Ecossistemas da Mata Atlântica**. Disponível em: http://www.ra-bugio.org.br/mataatlantica_03.php . Acesso em: 22/12/2012, às 12h17.

JOY, Dan; GOFFMAN, Ken. **A Contracultura através dos Tempos**. Rio de Janeiro: Editora Ediouro, 2007.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. 3ª. Ed. Ver e ampl. São Paulo: Aleph, 2009.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEITÃO, Renata Marques. **Craftmanships as a means of empowerment for the traditional population of Guaraqueçaba: a case study**. Montréal: Université de Montréal. 119 p. Dissertação (Mestrado) – Faculté des études supérieures, Montréal, 2011.

LISBOA, Aline Vilhena; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha; JABLONSKI, Bernardo. Transmissão Intergeracional da Cultura: um estudo sobre uma família mineira. In: **Psicol. Estud.** Vol. 12, nº 1. Jan-abr. Maringá, 2007.

LITTLE, Paul. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. In: **Série Antropologia 322**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

MACHADO, Michael Ferreira. **Entre a Terra e o Mar: o trabalho das mulheres nas comunidades pesqueiras do Brasil**. 2009. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0530.pdf> Acesso em 10/08/2012, às 12h13.

MACHADO, Denise. Catadoras de Caranguejo e Saberes Tradicionais na Conservação de Manguezais da Amazônia Brasileira. In: **Estudos Feministas**, 15(2), maio-agosto. Florianópolis, 2007.

MACIEL, Alba Costa; CARDOSO, Neuseli. **Cura, Sabor e Magia nos Quintais da Ilha Grande**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2003.

MACIEL, Alba Costa; SOUZA, Hilda Maria de; CARDOSO, Neuseli. **Onde Deixei Meu Coração: a história dos últimos caiçaras da Ilha Grande**. Rio de Janeiro: O Eco Editora Ilha Grande, 2011.

MELLO, Carl Egbert Hansen Vieira de. **Apontamentos para Servir à História Fluminense (Ilha Grande) Angra dos Reis**. Angra dos Reis: Conselho Municipal de Cultura, 1987.

MELLO, Marco Antonio da Silva; VOGEL, Arno. **Gente das Areias: história, meio ambiente e sociedade no litoral brasileiro. Maricá, RJ – 1975 a 1995**. Niterói: EdUFF, 2004.

MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda; MORAES, Edilaine Albertino de (orgs). **O Povo do Aventureiro e o Turismo de Base Comunitária: experiências vivenciadas na Vila do Aventureiro – Ilha Grande, RJ**. Seropédica: Edur, 2011.

MOESCH, Marutschka. **A Produção do Saber Turístico**. 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

MORIN, Edgar, 1921. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva & Jeanne Sawaya. 2. ed. Brasília, DF : UNESCO, 2000.

MUSSOLINI, Gioconda. **Ensaio de Antropologia Indígena e Caiçara**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

NESI, Waldir. **Notícias Históricas da Ilha Grande**. Juiz de Fora: Esdeva, 1990.

NUNES, Márcia. **Do Passado ao Futuro dos Moradores Tradicionais da Estação Ecológica Juréia-Itatins / SP**. São Paulo: USP, 2003. 152 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Larissa Fernandes de. **Ecoturismo no Parque Estadual da Ilha Grande – RJ: refletindo o contexto atual a partir do olhar dos “badjecos”**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. 122 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

PAES, Silvia Regina. A Herança Indígena na Cultura Caiçara. *In: Cad. Pesq.*, vol. 17, n. 3, set-dez. São Luís, 2010.

PAIVA, Melquíades Pinto; FALCÃO, Ana Paula da Costa. Estrutura de Cardumes da Sardinha-Verdadeira, *Sardinella Brasiliensis* (Steindachner, 1897) no Estado do Rio de Janeiro (Brasil). *In: Revista Brasileira de Zoologia*, vol. 19, n. supl. 2, pp. 85-92, 2002.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PRADO, Rosane Manhães. As Espécies Exóticas Somos Nós: reflexão a propósito do Ecoturismo na Ilha Grande. *In: Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 9, nº 20, p. 205-224, outubro de 2003.

RIO DE JANEIRO. O Lazareto e os Presídios. **Informativo do Parque Estadual da Ilha Grande**. Edição Espacial. Rio de Janeiro, 2008a. Visita a Sítios e Construções Históricas, p. 3.

_____. **Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul**. INEA. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/unidades/pqpraiasul.asp>. Acesso em: 12/04/2012, às 14h17.

_____. **Educação Ambiental**. INEA. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/fma/educacao-ambiental.asp>. Acesso em 12/06/2013, às 17h13.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Tradição e Modernidade**. Universidade Nova de Lisboa, 1997. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-tradicao-modernidade.pdf>, em 02/02/2013, às 22h42.

ROSA, Beatriz Martín de La. **Turismo en Ecosistemas Insulares: antropología en el paraíso**. Colección Pasos Edita nº 3. El Sauzal, Tenerife, España: ACA y PASOS, 2009.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente**. 14ª edição. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e Razão Prática**. Rio de Janeiro; Zahar, 2003.

SAHLINS, Marshall. O “Pessimismo Sentimental” e a Experiência Etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em via de extinção (Parte II). *In: MANA*, 3(2): pp. 103-150, 1997.

SANCHES, Rosely Alvim. Caiçara Communities of the Southeastern Coast of São Paulo State (Brazil): Traditional Activities and Conservation Policy for the Atlantic Rain Forest. *In: Human Ecology Review*, vol. 8, no. 2, 2001.

SANTANA, Agustín. **Antropologia do Turismo: analogias, encontros e relações**. São Paulo: Aleph, 2009.

SANTOS, Myrian Sepulveda. Os Porões da República: a colônia correcional de Dois Rios entre 1908 e 1930. *In: TOPOI*, v. 7, n. 13, jul.-dez. 2006.

SHARPLEY, Richard. Tourism and Sustainable Development: exploring the theoretical divide. *In: Journal of Sustainable Tourism*. London, UK, 2010.

SILVA, Luiz Geraldo. **Caiçaras e Jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil (1920-1980)**. São Paulo: NUPAUB-USP, 2004.

SILVA, Juliana Fernandes da; BRANDÃO, Juzânia Oliveira da Silva. **Turismo, Gestão Participativa e Sustentabilidade: caso da Vila do Aventureiro (RJ)**. Anais do XII Encontro Nacional de Turismo com Base Local. São Paulo: Revista Brasileira de Ecoturismo, Nov-2012, v. 5, nº 4, p. 759.

SOUSA, Denise Martins de; SUZUKI, Júlio César. Transformações do Modo de Vida Tradicional Caiçara da Comunidade São Paulo-Bagre, Cananéia – SP. *In: Anais do XVI Encontro Nacional dos Geógrafos*. Porto Alegre, 2010.

TAMASO, Izabela. **Em Nome do Patrimônio: representações e apropriações da cultura na Cidade de Goiás** (volume I). Brasília: UnB, 2007. 737 p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Relações de gênero e a história das mulheres camponesas. *In: Revista de Educação Ciência e Cultura*, v. 14, n. 2, jul-dez 2009.

TINOCO, Juliana. **O Planejamento faz o Turista**. Jornal O Eco, 07-abr-2006, O Eco Colunas. Disponível em: http://www.oeco.com.br/todos-os-colunistas/37-reportagens/1564-oeco_16351. Acesso em: 22/08/2012.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TROVATTO, Cássio Murilo Moreira et al. **Manual Agroflorestal para a Mata Atlântica**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Agricultura Familiar, 2008.

TUNA, Muammer. **Social and Environmental Impacts of Tourism Development in Turkey**. *In: KOZAK, Metin; KOZAK, Nazmi. Sustainability of Tourism: cultural and environmental perspectives*. Newcastle, Tyne, UK: Cambridge Scholars Publishing, 2011.

VIANNA, Lucila Pinsard. **De Invisíveis a Protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2008.

VILAÇA, Aparecida Maria Neiva; MAIA, Ângela de Azevedo. *In: PRADO, Rosane Manhães (org.). Ilha Grande: do Sambaqui ao Turismo*. Rio de Janeiro: Garamond: EDUERJ, 2006.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. O Ambiente e a Mulher: o caso do litoral do Rio Grande do Norte, Brasil. *In: Latin American Studies*, Tokyo, Japan, The Association for Latin American Studies, dezembro, 1992.

_____. Da Complementaridade à Dependência: a mulher e o ambiente em comunidades “pesqueiras” do Nordeste. *In: Série Antropologia*. Brasília, 1991.

WUNDER, Sven. **Big Island, Green Forests and Backpackers: land-use and development options on Ilha Grande, Rio de Janeiro State, Brazil**. Copenhagen: Centre for Development Research, 2000.

XAVIER, Roberta Fabrício. **As Influências do Desenvolvimento do Turismo nas Relações de Posse e Propriedade da Terra na Região Turística de Pipa, Município de Tibau do Sul, Estado do Rio Grande do Norte, Brasil**. Recife: UFPE, 2008. 103p. Dissertação (Mestrado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Geográficas. Recife, 2008.

YÁZIGI, Eduardo. **A Alma do Lugar: turismo, planejamento e cotidiano**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

ZANATTA, Roberta Mociaro. **Abraão e Aventureiro: pensando o turismo de *camping* na Ilha Grande – RJ**. *In: Intratextos*, Rio de Janeiro, Número Especial 01, PP. 123-133, 2010.

ANEXOS

ANEXO A – DECRETO ESTADUAL Nº 4.972 – DE 02 DE DEZEMBRO DE 1981

Cria a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, na Ilha Grande.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que o ambiente primitivo da Praia do Sul, na Ilha Grande, bem como a flora e a fauna remanescentes naquele recanto, ainda de difícil acesso, representam fonte inestimável para as pesquisas ecológicas,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, na Ilha Grande, no Município de Angra dos Reis, com a área inicial de cerca de 3.600 ha.

Art. 2º - A Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul é de domínio público, está compreendida na categoria de áreas naturais protegidas e é criada com a finalidade de preservar, sob rigoroso controle do Governo estadual, os ecossistemas naturais que abrigam exemplares da flora e fauna indígenas.

Art. 3º - A Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul terá sua área patrimonial inalienável, podendo ser acrescida de outras áreas adquirida por doação ou desapropriação.

Art. 4º - A Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul compreende todas as áreas situadas dentro do seguinte perímetro: Começa na Ponta da Escada, a sudoeste da Ilha Grande (ponto 1), e segue pelo divisor de águas, passando pelos topos de 419 m (ponto 2), 369 m (ponto 3), 464 m (ponto 4), 479 m (ponto 5), 388 m (ponto 6), 452 m (ponto 7), até o Morro do Pilão, topo de 419 m (ponto 8); daí segue pelo divisor de águas na direção geral leste, até a Serra de Araçatiba, passando pelo topo de 679 m (ponto 9); prossegue pela Serra de Araçatiba, na direção sudeste, sempre pelo divisor de águas, até a Serra do

Papagaio, cota de 900 m (ponto 10); daí desce, sempre pelo divisor de águas, na direção geral sudoeste, até a ponta de Tacunduba, entre a Enseada de Parnaioca e a Enseada da Praia do Sul (ponto 11); daí segue, pelo litoral, até o ponto 1.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 02 de dezembro de 1981.

A. DE P. CHAGAS FREITAS

Waldir Moreira Garcia

Heitor Brandon Schiller

(D.O. 03/12/81)

ANEXO B - DECRETO ESTADUAL NO 15.983 – DE 27 DE NOVEMBRO DE 1990

Cria o Parque Estadual Marinho do Aventureiro.

O Governador do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº E-07/201535/90,

DECRETA:

Art. 1º - É criado o Parque Estadual Marinho do Aventureiro, situado na parte Sudoeste da Ilha Grande, Município de Angra dos Reis, com o objetivo de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção da flora e fauna e das belezas naturais, com a utilização para objetivos educacionais, recreacionais e científicos.

Parágrafo único - A administração e fiscalização do Parque Estadual Marinho do Aventureiro ficará sob a responsabilidade da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente.

Art. 2º - O Parque Estadual Marinho do Aventureiro, adjacente a Reserva Biológica da Praia do Sul, tendo como limites definidos a partir da ponta do Drago, prosseguindo pela linha do preamar média de 1831, no sentido nordeste, pela linha de costa, até encontrar a ponta do Aventureiro. Desse ponto, prossegue em sentido horário até o ponto mais a sudoeste da Ponta da Tacunduba, incluindo costões rochosos, matacões, e a elevação existente na desembocadura das lagoas do Leste e Sul, e as praias do Aventureiro, Demo, Sul e Leste. A partir da Ponta da Tacunduba, prossegue acompanhando a isóbata de profundidade de 30 (trinta) metros até o ponto mais a sudoeste da Ponta do Drago, englobando basicamente todo o volume de mar do espelho d'água daquela reentrância natural da ilha, bem como os meios físicos e bióticos existentes da superfície até o fundo do mar que naquela região varia na profundidade zero até 30 (trinta) metros.

Art. 3º - No Parque Estadual Marinho do Aventureiro ficam vedadas a exploração dos recursos naturais, especialmente a pesca, e qualquer atividade potencialmente poluidora.

Parágrafo único - Sob controle e fiscalização da FEEMA, será permitida a pesca artesanal.

Art. 4º - Serão permitidas as atividades de pesquisa científica, turismo ecológico e de educação ambiental, desde que previamente autorizadas pela FEEMA.

Art. 5º - A Comissão Estadual de Controle Ambiental (CECA) baixará a regulamentação necessária ao fiel cumprimento no disposto neste Decreto.

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1990.

MOREIRA FRANCO

CARLOS HENRIQUE ABREU MENDES

(D.O. 28/11/90)

ANEXO C – ARGUMENTO PRÓ-AVENTUREIRO

SUMÁRIO

1. OBJETIVO / JUSTIFICATIVA
2. CONTEXTUALIZAÇÃO
3. O DIREITO DA POPULAÇÃO NATIVA
4. SUSTENTABILIDADE NO AVENTUREIRO
5. POR QUE UMA RDS
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. OBJETIVO / JUSTIFICATIVA

Apresentamos aqui uma argumentação com dupla finalidade:

A) Contribuir (até que se concretize, por via de legislação, uma mudança de categoria de Unidade de Conservação) para o estabelecimento de um acordo jurídico que tire os moradores da Praia do Aventureiro da condição de irregularidade em que foram colocados, garantindo-lhes condições de sobrevivência através do exercício das atividades relacionadas ao turismo que já vêm exercendo há mais de uma década.

B) Contribuir para uma fundamentação no sentido de re-categorizar a área da Praia do

Aventureiro (Ilha Grande, Angra dos Reis, RJ), hoje situada dentro dos limites da Reserva Biológica da Praia do Sul, como uma RDS-Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

Argumentamos na qualidade de pesquisadores da área de Ciências Sociais que temos estudado as condições de vida das populações do Aventureiro e da Ilha Grande. Fazemos isso com base nos nossos próprios trabalhos e, direta ou indiretamente, no trabalho de outros colegas que têm igualmente pesquisado a realidade da Ilha Grande –

aparecemos, listados entre outros autores, nas referências do item 6 e assinamos juntos este documento.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO

Com o objetivo de proteger importantes trechos de Mata Atlântica e ecossistemas associados, como restinga e manguezal, além de representativos sítios arqueológicos existentes no local, em 1981 foi criada a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, na

parte sudoeste da Ilha Grande, pertencente ao município de Angra dos Reis, no estado

do Rio de Janeiro, que passou a ser administrada pela Fundação Estadual de Engenharia

do Meio Ambiente - Feema. Essa reserva, entretanto, inseriu dentro de seus limites a Praia do Aventureiro, onde havia uma população morando há cerca de 300 anos, descrita como caiçara.

Reserva Biológica é a categoria de Unidade de Conservação mais restritiva quanto à presença humana em seu interior, não admitindo habitantes em sua área e nem mesmo visitantes que não sejam estritamente motivados pela pesquisa científica, tornando, portanto, ilegal a permanência de moradores em seus limites. Por esse motivo, no momento de criação da reserva no Aventureiro, foi prevista a retirada da população nativa, que seria re-allocada em Angra dos Reis, fato que não ocorreu, por decisão da própria Feema. A reserva foi criada ali sem um trabalho de informação ou de consulta à população local, que além de ficar em uma posição de ilegalidade, teve seu modo de vida tradicional ameaçado pela legislação. Desde 1981 até os dias de hoje, essa população foi levada a conviver com tal situação de ilegalidade e a tutela do órgão ambiental, o que também impediu a chegada de serviços públicos como luz elétrica e telefone, além de outras benfeitorias que sempre esbarraram na legislação ambiental.

A população auto-denominada “povo do Aventureiro” vive naquela região há pelo menos quatro gerações, como indicam os relatos orais de moradores, que afirmam que os “avós de seus avós” nasceram naquela praia da Ilha Grande. Um importante símbolo local de pertencimento é o enterro do cordão umbilical dos recém nascidos nos terrenos, o que na visão nativa representa o nascimento de mais um “filho do Aventureiro”. A praia, com suas encostas íngremes e seus costões rochosos, voltada para o mar aberto, pode ser considerada como uma terra em constante processo de conquista por parte de seus habitantes, que sempre tiveram que lidar com a dificuldade de acesso e com poucos recursos econômicos e de infra-estrutura. Destaca-se que a dificuldade de viver naquela região se torna ainda mais aguda no inverno, quando as condições do mar podem isolar totalmente o povoado do continente. Ao longo dos séculos a população local adquiriu um importante conhecimento

empírico do seu ambiente – das espécies vegetais, da fauna marinha, do regime de marés e do clima, por exemplo. Ao longo da história, os diversos ciclos econômicos também marcaram a vida do local, entre os quais o extrativismo de madeira, plantações de cana e café e criação de gado, além de formas mais recentes de trabalho como a pesca embarcada e o turismo.

Esse cenário de sucessivas mudanças econômicas é propício para que se observe que, apesar do isolamento em que sempre viveram os moradores do Aventureiro, houve inúmeras adaptações aos grandes ciclos econômicos vividos na região. Este dado contribui para que não se crie a imagem de uma população cristalizada e imune à passagem do tempo. Existe, portanto, um risco em atribuir categorias ou rótulos que não contemplam essas mudanças, que são incorporadas à vida cotidiana dos moradores, como demonstram os estudos mais recentes realizados no local (Catão 2005, Costa 2004, Vilaça e Maia 1988, Wunder no prelo). Entre os ciclos econômicos mais recentes, citados por moradores em entrevistas, podemos destacar os seguintes: trabalho na construção da Rodovia Rio-Santos, trabalho na pesca embarcada a partir dos anos 60, trabalho de pesca para as fábricas de sardinha que funcionavam na Ilha Grande até os anos 70 e, mais recentemente, o turismo. Esses dados são importantes pois demonstram que as pessoas do local, embora tenham mantido formas tradicionais de trabalho como a roça e a pesca, sempre precisaram de trabalho externo e mantinham contato com os mercados das cidades e com empregos que surgiam de acordo com a conjuntura econômica. Estudos demonstram que uma das características dos povos litorâneos do sudeste-sul brasileiro é sua capacidade de adaptação e de inovação e que, também, seu isolamento é relativo (Willems 1952, Mussolini 1980).

Apesar dessas adaptações, é importante destacar que a população local mantém um padrão tradicional de organização do trabalho, baseado no trabalho familiar e na divisão sexual de tarefas. As técnicas de roçado (rodízio de plantações, produção de farinha) e da pesca (rede de espera) também se mantêm. O turismo, que chegou ao Aventureiro doze anos atrás, com a desativação do presídio Cândido Mendes, mesmo sendo uma atividade recente, é mais uma atividade sujeita a esse padrão de adaptação e inovação conjugadas à manutenção do trabalho familiar e de práticas como a pesca

artesanal e as roças. No trabalho de Vilaça e Maia, a roça aparece constituindo a unidade familiar e hoje podemos afirmar que este papel é representado pelos campings nos terrenos (Catão 2005, Costa 2004, Wunder no prelo).

Um fator fundamental na história recente do povoado do Aventureiro foi a desativação do presídio da Ilha – o Instituto Penal Cândido Mendes – ocorrida em 1994. A convivência de um século com uma instituição penal na Ilha Grande tem efeitos até os dias de hoje, sobretudo para a população do Aventureiro, que sempre viveu mais isolada e distante de postos policiais. O presídio Cândido Mendes passou por inúmeras fases como demonstram os estudos de Sepúlveda (no prelo), mas após os anos 70, com o aumento da violência urbana e a reclusão na Ilha Grande de bandidos perigosos, ligados ao crime organizado, houve também o aumento do risco para as populações locais⁹⁵. Nessa época, é importante ressaltar, os homens adultos passavam boa parte do tempo fora de casa pescando, e apenas os mais velhos faziam a vigia da praia. As mulheres, com seus filhos, agrupavam-se em algumas casas onde dormiam várias famílias juntas, a fim de buscar maior proteção. Essas dificuldades também serviram para aumentar a coesão social das famílias e o sentido de comunidade, de pertencimento ao “povo do Aventureiro”. A vila vizinha da Parnaioca, por exemplo, tornou-se praticamente desabitada em decorrência das fugas constantes de presos (o presídio localizava-se na praia de Dois Rios, contígua à Parnaioca) (Vilaça e Maia 1988).

Após a desativação do presídio, acompanhando uma tendência que se observa em toda a Ilha Grande, a população do Aventureiro se viu livre da ameaça constante dos presos fugitivos e passou a conviver com novos atores sociais: os turistas. O turismo vem se constituindo na principal atividade econômica do povoado, que hoje depende dos insumos provenientes desse trabalho, como demonstram os estudos mais recentes. Além disso, as famílias conseguiram uma significativa melhoria de suas condições de vida, com acesso a bens de consumo e a serviços antes fora do seu alcance. (Catão 2005, Costa 2004, Wunder no prelo).

⁹⁵ Há inúmeros registros de fugas de presos que, além de escapar da prisão, tinham que conseguir sair da Ilha Grande e chegar ao litoral. Por esse motivo era comum o seqüestro de moradores que os levariam em alguma embarcação para o continente. No ano de 1987 houve o seqüestro de um morador do Aventureiro, que terminou com a morte dos três presidiários envolvidos. Os moradores foram ameaçados por presos que juraram vingança e viviam atemorizados por essas fugas.

3. O DIREITO DA POPULAÇÃO NATIVA

Como mostrado no item anterior, a população do Aventureiro tem vivido nos tempos recentes com base em atividades específicas de atendimento a turistas, no momento suspensas e impedidas pela fiscalização dos órgãos públicos, sob a alegação de que o turismo ali incidente, inclusive pela quantidade excessiva de visitantes, é incompatível com a reserva. Deve ser lembrado que a situação do Aventureiro é marcada por muitas incongruências, que começam do fato de que a reserva foi criada com a população ali já existindo, e passam pelo fato de que as atividades relacionadas ao turismo vêm ali ocorrendo ao longo de anos com a anuência da Feema. Sem entrar nos meandros de tais incongruências, julgamos que o recorte e a re-categorização da área original do “povo do Aventureiro” como uma RDS resolverá os muitos impasses dessa situação, tornando “regulares” as práticas que hoje fazem parte da vida local e são classificadas como “irregulares”, com a possibilidade de desenvolvê-las de forma planejada e ordenada.

Julgamos que é direito dessa população, não só permanecer na área, mas também continuar realizando aquilo que encontrou como solução para sua sobrevivência no contexto da penetração irreversível do turismo na Ilha Grande. Se dentro de uma Reserva Biológica isso é considerado algo totalmente irregular (tornando surreal e absurdo tudo que ocorre no Aventureiro), no caso de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, ao contrário, está previsto o exercício desse direito, uma vez que essa UC se propõe a “assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução e a melhoria dos modos e da qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais” (lei do SNUC, art. 20 pr.1º).

Diante das possíveis alegações em relação ao conceito de “populações tradicionais”, chamamos a atenção para a relatividade dessa classificação, ao ponto de que na própria regulamentação da lei do SNUC foi abolido o item que pretendia indicar os critérios para uma definição. Assim, não há um modelo, um gabarito, mediante o qual se possa “conferir” se uma população é ou não é “tradicional”. E nesse sentido, chamamos a atenção para a armadilha de certas tendências consagradas, como a de se querer fazer essa aferição atribuindo/demandando uma condição cristalizada para as populações assim

consideradas – “elas não devem mudar”; ou como a visão de que tais populações têm uma economia voltada apenas para a subsistência⁹⁶.

Assim, entendemos que os moradores do Aventureiro de hoje são os mesmos, ou são os herdeiros, daquele “povo do Aventureiro” que nos é apresentado nos trabalhos de Aparecida Vilaça e Angela de A. Maia (1988) e de Rogério R. de Oliveira e Ana Luiza Coelho Netto (1996) como uma população caiçara. Trata-se da mesma população que, como todos os grupos humanos, passa por mudanças. O povo do Aventureiro guarda as marcas dos seus referenciais culturais ao mesmo tempo em que dialoga com o mundo contemporâneo, representado pelos valores ecológicos e pelo turismo – é isso que podemos atestar com as pesquisas que ali vimos realizando.

4. SUSTENTABILIDADE NO AVENTUREIRO

Com a opção adotada (campings nos quintais e pequenos bares com fornecimento de comida e bebida) para atendimento do tipo específico de turista que recebe, em geral classificado como “mochileiro”, a comunidade do Aventureiro iniciou um processo que, sempre sujeito a ajustes, pode ser qualificado com a tão valorizada categoria de sustentabilidade.

Como mostra Sven Wunder no seu trabalho (b, no prelo), a significativa melhora das condições de vida da população do Aventureiro através das atividades relacionadas ao turismo não afeta as condições de preservação da mata⁹⁷.

Compare-se o caso do Aventureiro com o restante da Ilha Grande e com o modo como diferentes localidades vêm ali absorvendo o turismo a partir da década de 1990 – marcado por toda sorte de problemas num processo intempestivo de urbanização, sendo a população nativa original colocada numa posição subalterna/excluída em relação aos mais diversos interesses dos que vêm de fora para explorar ou usufruir o turismo⁹⁸. A comunidade do Aventureiro é a única da Ilha Grande – e um caso raro, pelo menos no Brasil – que criou

⁹⁶ Nesse sentido, ver a argumentação apresentada por Gustavo Villela Costa (2004: 37) a propósito mesmo do Aventureiro; e Barreto Filho (2001).

⁹⁷ Entre outros aspectos, Sven Wunder mostra os índices da prosperidade local relacionada ao turismo, e rebate certas idéias cristalizadas que atribuem aos turistas freqüentadores do lugar uma atitude predatória (como, por exemplo, responsabilizá-los por um acúmulo de lixo na praia que se trata na verdade do chamado “lixo de maré”). Ver Wunder b, no prelo.

⁹⁸ A propósito, ver os trabalhos de Rosane Prado (2003, 2005, no prelo)

uma solução própria para lidar com o turismo e que gerencia ela mesma o turismo que ali ocorre. Em termos ambientais também é possível observar que, mesmo na área onde a população reside e onde se opera o turismo, as condições são as melhores de toda a Ilha, não se observando as inúmeras construções que desmatam e se multiplicam incessantemente nas outras localidades. O turismo no Aventureiro assemelha-se a um cenário que se monta e desmonta periodicamente (Catão 2004).

Não depende da população do Aventureiro o turismo que atinge a Ilha Grande, e nem a atração que exercem as áreas naturais – fenômenos contemporâneos de ordem global. Evidentemente que uma tal demanda turística requer regulação onde quer que ocorra e nesse sentido essa população já é vitoriosa, tendo inventado suas próprias soluções para atender a essa demanda. Se fez isso numa área de reserva, sem apoio governamental ou técnico, imagine-se o quanto poderá aprimorar o sistema até aqui utilizado se tiver essa possibilidade sob a categorização de RDS – em termos de regulação, infra-estrutura e planejamento turístico – e sobretudo sob as condições legais para que isso ocorra. É um processo já iniciado ao qual resta apenas dar continuidade, dentro do diálogo já estabelecido entre a comunidade, os valores de preservação e o turismo ali incidente.

5. POR QUE UMA RDS

APA não

- Todos reconhecem que, apesar dos impasses, a condição de Reserva Biológica protegeu a área do Aventureiro de um tipo de situação que caracteriza outras localidades da Ilha Grande e do litoral brasileiro, que é a avassaladora especulação imobiliária, que acaba por expulsar os nativos de seu lugar de origem (cf. Luchiari 2000, Prado 2005, Catão 2004). Assim, simplesmente desafetar a população dos limites da reserva a faria cair na abrangente APA Tamoios, que pouco restringe e a deixaria exposta a uma tal especulação.

- O histórico das populações consideradas caiçaras mostra que elas, ou têm sido expulsas pelo poder econômico/especulação imobiliária, ou pela criação de Unidades de Conservação restritivas. No caso da Ilha Grande, estar apenas no âmbito da APA significaria seguir a tendência que já temos testemunhado: mais um morro de Angra dos Reis que seria designado pelo nome de uma

praia da Ilha Grande em razão da migração em massa dos respectivos moradores para o continente (cf. Prado 2005).

- Em termos ambientais seria uma catástrofe, considerando-se: a tendência de seguir o modelo mal-sucedido do restante da Ilha (vide o Abraão); e a vizinhança da Reserva Biológica da Praia do Sul com uma área exposta ao que nos referimos acima.

RDS sim

- Desde a década de 1980, o trabalho de Aparecida Vilaça e Angela de A. Maia (1988), que foi elaborado como um relatório da própria Feema, recomendou que fosse atribuída à localidade do Aventureiro uma categoria de área protegida que a separasse e distinguisse da reserva, sendo que naquela ocasião ainda não existia a lei do SNUC nem a categoria de RDS.

- A RDS resolve a contradição entre os usos de recursos naturais demandados contemporaneamente e as necessidades da própria conservação. No caso em questão, ninguém melhor do que a população do Aventureiro para colaborar com/garantir a preservação da Reserva Biológica da Praia do Sul. Uma RDS funcionará ali como uma área de amortecimento em relação à pressão sobre a reserva, guardando uma continuidade em relação à mesma.

Helena Catão (2004) mostra como se relacionam Feema, moradores e turistas, numa configuração em que os moradores do Aventureiro já vêm há anos adaptando seu modo de vida à existência de uma reserva e se relacionando com o turismo de uma maneira singular associada ao seu “modo de fazer a própria vida”.

- Ao mesmo tempo, uma RDS ali permitirá o exercício das atividades turísticas que já vêm sendo exercidas, de um modo que pode ser aprimorado conforme a regulação em um Plano de Manejo e concretizando ou aperfeiçoando itens tais como: base e apoio para pesquisa científica; ecoturismo; a “casa da Feema” como um centro irradiador de educação ambiental; um museu da localidade referido à cultura local, ou a própria localidade como um museu segundo as novas concepções de museu aberto ou ecomuseu – atividades entre outras que são previstas numa RDS, tal como se pode ver no exemplo pioneiro e bem-sucedido da Reserva de Mamirauá.

- Devidamente discutida com o povo do Aventureiro e aprovada/absorvida pelo mesmo, a criação de uma RDS corresponderá a uma política pública de peso social: de um lado, impedindo o êxodo de uma população que sai para viver em condições precárias segundo um modo de vida totalmente diverso no continente, enquanto se perde o patrimônio da sua cultura; de outro lado, propiciando a fixação dessa população no seu lugar de origem e a possibilidade de dispor não só da natureza local como também de sua própria singularidade cultural como atrativo turístico, sem que isso signifique a transgressão que hoje é atribuída aos moradores, que já não suportam mais viver na ilegalidade.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO FILHO, Henyo.

2001 - *Da nação ao planeta através da natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira*. Tese de doutorado. São Paulo: USP/PPGAS/FFLCH

BIRMAN, Patrícia 2006 - O Espírito Santo, a mídia e o território dos crentes. *Ciencias Sociales e Religion*.

CATÃO, Helena

2004 - *Redefinindo territórios: preservação e transformação no Aventureiro - Ilha Grande-RJ*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: CPDA/UFRuralRJ.

2005 - Território caiçara: memória e identidade na demarcação do espaço social. Campinas: Seminário Memória e Contemporaneidade - Centro de Memória da Unicamp.

2006 - Redefinindo territórios: disputa por significação e direito de uso do espaço social na construção de ruralidades contemporâneas. Brasília: III Encontro da ANPPAS.

2006 - Território e identidade: os caiçaras do Aventureiro. Goiânia: 25ª Reunião Brasileira de Antropologia, ABA.

CATÃO, Helena & CARNEIRO, Maria José

2005 - Conservação ambiental, turismo e população local. *Cadernos EBAPE / FGV Nº3/2005*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas.

COSTA, Gustavo Villela Lima da

2004 - *A população do Aventureiro e a Reserva Biológica da Praia do Sul: Conflitos e disputas sob tutela ambiental*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social / Museu Nacional / UFRJ.

GOMES, Marcus Machado no prelo - A natureza sob vigilância: etnoecologia e ethos penitenciário na Ilha Grande. In PRADO, R. M. (org.). *Ilha Grande: do sambaqui ao turismo*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

LUCHIARI, Ma. Tereza D. P.

2000 - Turismo e cultura caiçara no litoral norte paulista. In RODRIGUES, Adyr Balasteri (org.) *Turismo. Modernidade. Globalização*. São Paulo: Hucitec.

MASCARENHAS, Rodrigo T. de Alencar

2004 - O ordenamento territorial da Ilha Grande - Relatório do Programa de Promoção do Turismo Inclusivo na Ilha Grande. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE/IVT.

MUSSOLINI, Gioconda

1980 - *Ensaio de antropologia indígena e caiçara*. São Paulo: Paz e Terra.
OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de 1999 - *O rastro do homem na floresta. Sustentabilidade e funcionalidade da mata atlântica sob manejo caiçara*. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFRJ

OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de & COELHO NETTO, Ana Luiza.

1996 - O rastro do homem na floresta. A construção da paisagem da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul (Ilha Grande, Rio de Janeiro) a partir das intervenções antrópicas. *Albertoa* vol. 4 n. 10.

PRADO, Rosane M.

2003 - As espécies exóticas somos nós: Reflexão a propósito do ecoturismo na Ilha Grande. *Horizontes Antropológicos – Antropologia e Turismo*, nº 20 ano 9, Porto Alegre: UFRGS.

2005 - De praias que viram morros e do valor da natureza. Caxambu, MG:

XXIX Encontro Anual da ANPOCS. no prelo - Depois que entrou o 'Imbamba': percepção de questões ambientais na Ilha Grande. In PRADO, R. M. (org.). *Ilha Grande: do sambaqui ao turismo*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

RANAURO, Marcio de Lima

2003 - 'Educação ambiental pra quê': Discurso e práticas ambientais dos jovens da Brigada Mirim Ecológica da Ilha Grande. Monografia de Graduação em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: UERJ.

SANTOS, Myrian Sepulveda dos

no prelo - A construção da violência: o caso da Ilha Grande. In PRADO, R. M. (org.). *Ilha Grande: do sambaqui ao turismo*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

TENÓRIO, Maria Cristina

1999 - Os fabricantes de machado da Ilha Grande. In _____. (org.): *Pré-história da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

2003 - *O lugar dos aventureiros: identidade, dinâmica de ocupação e sistemas de trocas no litoral do Rio de Janeiro há 3500 anos antes do presente*. Tese de doutoramento. Porto Alegre: PUCRS.

VALLEJO, Luiz Renato

2005 - *Políticas públicas e conservação ambiental: territorialidades em conflito nos parques estaduais da Ilha Grande, da Serra da Tiririca e do Desengano (RJ)*. Tese de doutoramento. Niterói: UFF.

VILAÇA, Maria Aparecida & MAIA, Ângela de Azevedo

1988 - *O povo do Aventureiro*. Rio de Janeiro: Feema.

WILLEMS, Emilio. *Búzios Island. A Caiçara community in southern Brazil*. Seattle/Londres: University of Washington Press.

WUNDER, Sven

a - no prelo - A história do uso do solo e a cobertura florestal. In PRADO, R. M. (org.). *Ilha Grande: do sambaqui ao turismo*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

b - no prelo - Modelos de turismo, florestas e rendas locais. In PRADO, R. M. (org.). *Ilha Grande: do sambaqui ao turismo*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

ASSINAM ESTE DOCUMENTO:

Rio de Janeiro, 04 de julho de 2006

- Aparecida Vilaça (MN / UFRJ)
- Daniel Di Giorgi Toffoli (PUC-RJ; Analista Ambiental do IBAMA)
- Gema Juárez Allen (EICOS / UFRJ)
- Gustavo Villela Lima da Costa (MN / UFRJ)
- Helena Catão (CPDA / UFRuralRJ)
- Luiz Renato Vallejo (UFF)
- Marc-Henry Piauxt (EHESS Paris)
- Marcus Machado Gomes (UERJ; Analista Ambiental do IBAMA e Repr. do CNPT / IBAMA no Rio)
- Myrian Sepúlveda dos Santos (UERJ)
- Patricia Birman (UERJ)
- Rogério Ribeiro de Oliveira (PUC-RJ)
- Rosane Manhães Prado (UERJ)
- Sven Wunder (CIFOR)

ANEXO D – CARTA DA AMAV AO INEA SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA RDS

Praia do Aventureiro, 22 de maio de 2010

Ao

INEA – Instituto Estadual do Ambiente

A/C do Grupo de Trabalho do Aventureiro

Prezados Senhores

Gostaríamos de solicitar a este Órgão a implantação da Unidade de Conservação RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável – em nossa comunidade, na Praia do Aventureiro, na Ilha Grande- Angra dos Reis-RJ, nos termos da proposta apresentada na última reunião, no dia 08 de maio de 2010, no coreto da Igreja de Santa Cruz, nesta localidade.

Entendemos que este tipo de Unidade de Conservação atende aos nossos anseios de permanecermos em nossa comunidade garantindo a manutenção de nossas raízes, nossa cultura e nossa identidade, com o direito à própria subsistência e das gerações futuras e sobretudo com o dever de preservar o meio ambiente através dos ensinamentos transmitidos pelos nossos antepassados.

Acreditando que seremos atendidos em nossa reivindicação aguardamos confiantes o andamento do processo de recategorização, agradecemos a atenção de todos.

Atenciosamente,



Fábio dos Santos de Sousa

Presidente da AMAV – Associação de Moradores e Amigos da Praia do Aventureiro

ANEXO E - PROJETO DE LEI Nº 3.250/2010

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Parte II Poder Legislativo

ANO XXXVI - Nº 150 QUARTA-FEIRA, 18 DE AGOSTO DE 2010

Págs. 2 e 3

Pg. 2

PROJETO DE LEI Nº 3250/2010

DISPÕE SOBRE A REDUÇÃO DO LIMITE DA RESERVA BIOLÓGICA DA PRAIA DO SUL, RE-CATEGORIZAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL MARINHO DO AVENTUREIRO PARA CRIAÇÃO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AVENTUREIRO, NA ILHA GRANDE, MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Autor: Deputado CARLOS MINC

DESPACHO:

A imprimir e às Comissões de Constituição e Justiça; de Defesa do Meio Ambiente; de Saneamento Ambiental; de Política Urbana, Habitação e Assuntos Fundiários; de Combate às Discriminações e Preconceitos de Raça, Cor, Etnia, Religião e Procedência Nacional; de Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Regional; e de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle.

Em 17.08.2010.

DEPUTADO CORONEL JAIRO, 1º VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA. A

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RESOLVE:

Art. 1º - Fica alterado o limite da Reserva Biológica da Praia do Sul, criada pelo Decreto Estadual 4.972, de 02 de dezembro de 1981, com a redução de aproximadamente 3% (três por cento) de sua área original, que passam a integrar a porção terrestre da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro, de que tratam os artigos seguintes desta lei.

Parágrafo Único. O memorial descritivo dos novos limites da Reserva Biológica da Praia do Sul consta do anexo I.

Art. 2º - O Parque Estadual Marinho do Aventureiro, criado pelo Decreto Estadual 15.983, de 27 de novembro de 1990, fica re-categorizado como Reserva de Desenvolvimento Sustentável, passando a sua área a corresponder exatamente à porção marinha da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro.

Parágrafo Único na área re-categorizada, só será admitida a pesca de caráter artesanal, sob controle e gestão compartilhados entre o Instituto Estadual do Ambiente - INEA e a população beneficiária da RDS do Aventureiro.

Art. 3º - Fica criada a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro, doravante RDS do Aventureiro, nos termos do artigo 20 da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, composta por uma porção terrestre e outra marinha, e objetivando conciliar a preservação dos ecossistemas locais com a cultura caiçara, valorizando os modos de vida locais, assim como as práticas em bases sustentáveis desenvolvidas pela população beneficiária da unidade.

§ 1º. A porção terrestre da RDS do Aventureiro será composta pela área excluída da Reserva Biológica da Praia do Sul, conforme o artigo 1º desta lei.

§ 2º. A porção marinha da RDS do Aventureiro será composta pela área resultante da re-categorização integral do Parque Estadual Marinho do Aventureiro, conforme o artigo 2º desta lei.

§ 3º. O memorial descritivo da RDS do Aventureiro consta do anexo II.

§ 4º. O mapa da RDS do Aventureiro e dos novos limites da Reserva Biológica da Praia do Sul consta do anexo III.

§ 5º. Entende-se por população beneficiária da RDS do Aventureiro:

I - as pessoas que já residiam no povoado do Aventureiro à época de criação da Reserva Biológica da Praia do Sul;

II - os descendentes das pessoas mencionadas no inciso I deste parágrafo;

III - as pessoas casadas ou em regime de união estável com aquelas mencionadas nos incisos I e II deste parágrafo.

Art. 4º - A posse e o uso das áreas ocupadas pela população beneficiária da RDS do Aventureiro serão regulados por contrato vitalício e sucessório de

Concessão de Direito Real de Uso, bem como pelo Plano de Manejo dessa unidade de conservação.

§ 1º. A transferência do direito real de uso só poderá ser efetivada para outros membros da população beneficiária da RDS que ainda não detenham uma concessão ou para o próprio INEA, ficando assegurada a preferência do INEA

§ 2º. Fica assegurado ao beneficiário o direito a devolver a posse ao INEA, em condição de transferência onerosa

§ 3º. De forma onerosa, o valor da transferência será fixado pela Procuradoria Geral do Estado, após vistoria de avaliação do imóvel.

§ 4º. Novas construções somente serão permitidas após a elaboração e aprovação de zoneamento e estudo a ser feito pelo INEA sobre a capacidade de carga da área edificável, devendo ainda ser aprovadas pelo conselho deliberativo da unidade.

Art. 5º - O Poder Executivo, no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação, regulamentará a presente lei, entre outras providências, procedendo no cadastramento da população beneficiária, dispondo sobre os direitos, deveres e o zoneamento preliminar, a serem observados até a aprovação do Plano de Manejo da Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Plenário Barboza Lima Sobrinho, em 17 de Agosto de 2010.

Deputado CARLOS MINC

ANEXO I - Memorial Descritivo da Reserva Biológica da Praia do Sul

A Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul compreende todas as áreas situadas dentro do seguinte perímetro: começa na Ponta da Escada, a sudoeste da Ilha Grande (ponto 1) de coordenadas (X 566405/Y 7432360); e segue pelo divisor de águas, passando pelos topos de 419 m (ponto 2) de coordenadas(X 567695/Y 7433379); 360m (ponto 3) de coordenadas(X 568021/Y 7434273); 464 m (ponto 4) de coordenadas(X 568629/Y 7435665); 479 m (ponto5) de coordenadas(X 569268/ Y 7436918); 388 m (ponto 6) de coordenadas (X 569836/ Y 7438559) ; 452 m (ponto 7) de coordenadas (X 570383/ Y 7439690); até o Morro do Pilão, topo de 419 m (ponto 8) de

coordenadas (X 571786/ Y 7439291); daí segue pelo divisor de águas na direção geral leste, até a Serra de Araçatuba, passando pelo topo de 679 m (ponto 9) de coordenadas (X 5757711/ Y 7441186); prossegue pela Serra de Araçatuba, na direção sudeste, sempre pelo divisor de águas, até a Serra do Papagaio, cota de 900m (ponto 10) de coordenadas (X 578200/Y7439701); daí desce, sempre pelo divisor de águas, na direção geral sudoeste, até a ponta de Tacunduba, entre a Enseada de Parnaioca e a Enseada da Praia do Sul (ponto 11) de coordenadas(X 574523/ Y 7434449); daí segue, pelo litoral até pedra do demo (ponto 12) de coordenadas(X 570103 /Y 7436017); sobe pelo divisor de águas até a cota de 200 m (ponto 13) de coordenadas (X 569552/ Y 7436399); por onde segue até um divisor de águas (ponto 14) de coordenadas (X 569308 / Y 7434950); por onde desce até a linha da costa(ponto 15) de coordenadas (X 570103/ Y 7435318); segue pela linha da costa até fechar o perímetro no ponto 1.

ANEXO II - Memorial Descritivo da RDS do Aventureiro

Inicia na Pedra do Demo, ponto 01 de coordenadas (X570103 /Y 7436017), segue pela linha de mar, passando pelas praias do Sul e do Leste até o ponto 02 de coordenadas (X 574523/Y 7434449) na Ponta da Tucunduba, desse ponto o limite da RDS segue por uma reta no sentido Sudoeste por 6.961,00 metros até a Ponta do Drago, ponto 03 de coordenadas (X 568158 /Y 7431528), desse ponto o limite segue pela linha de costa até atingir a Ponta do Aventureiro, ponto 04 de coordenadas (X570103 /Y 7435318), desse ponto passa a seguir pelo divisor de águas até atingir a cota altimétrica 200 metros, ponto 05 de coordenadas (X 569308/ Y7434950), desse ponto passa a seguir por esta cota até o ponto 06 de coordenadas (X569552 / Y7436399), desse ponto segue por um divisor de águas até a Praia do Demo, no início da Pedra do Demo, ponto inicial deste descritivo. Tendo como área de abrangência 1910 hectares.

JUSTIFICATIVA

A comunidade caiçara do Povoado da Praia do Aventureiro (Ilha Grande, Angra dos Reis/RJ) habita aquela região há pelo menos 150 anos. Ainda assim, em 1981, diante da grave ameaça proporcionada pela indústria imobiliária e o turismo de luxo, a FEEMA transformou a área do Aventureiro e adjacência na

Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul. Em 1984, um estudo sobre “O Povo do Aventureiro”, conduzido pela FEEMA, sublinhou a importância de garantir a permanência da população nativa do Aventureiro, propondo a redelimitação da Reserva. A proposta, entretanto, não avançou. Ainda em 1994, a FEEMA transformou a área marítima contígua à Reserva, caracterizada pela enseada da Praia do Sul, no Parque Estadual Marinho do Aventureiro. O caráter altamente restritivo dessas categorias de Unidades de Conservação tornou ilegais os usos e costumes locais, inclusive a própria permanência daquelas famílias no local. Por conseqüência instalou-se nesta porção da Ilha Grande um conflito socioambiental, entre comunidade e Poder Público, que já perdura 29 anos. Por outro lado, a partir de meados da década de 90 as famílias do Aventureiro conseguiram melhorar de vida, graças ao turismo de base comunitária e à proteção garantida pela mesma Reserva Biológica. Diferentemente de outras comunidades caiçaras, o povo do Aventureiro ficou protegido das ameaças de remoção perpetrada por empreendimentos hoteleiros, imobiliários e da grilagem de terras valorizadas em virtude da localização à beira mar. Em 2008, o então Secretário de Estadual do Ambiente, Carlos Minc, instituiu um Grupo de Trabalho, através da Resolução SEA 057, de 15/04/2008, denominado GT do Aventureiro, com o objetivo de estudar e propor uma solução que garantisse a permanência definitiva da comunidade nativa no local. Antes disso, em 2006, o Ministério Público instaurou Inquérito Civil Público (ICP nº 581/06) “com a finalidade de tutelar os direitos da comunidade caiçara da Praia do Aventureiro... bem como para, ao mesmo tempo, fazer o Poder Público instituir outra Unidade de Conservação, na mesma área, com a finalidade de garantir a permanência da Comunidade no local que tradicionalmente habita e garantir meios para a subsistência da comunidade através do desenvolvimento sustentável com a preservação do meio ambiente”. Vários cientistas e estudiosos da Ilha Grande se manifestaram formalmente pela garantia da permanência definitiva da comunidade do Aventureiro em seu local de origem. Durante dois anos, o GT do Aventureiro procedeu em várias incursões no Aventureiro, visitando as famílias, realizando entrevistas, consultas, tomada de depoimentos, levantamento, sistematização de informações e compilação da documentação existente. Promoveu articulações políticas com instituições públicas afetas,

além da realização de oficinas temáticas com a comunidade. No dia 16 de junho do corrente ano, a comunidade, através de sua Associação de Moradores, apresentou um abaixo-assinado, solicitando formalmente a criação de uma Unidade de Conservação, na categoria Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Como resultado dos estudos promovidos pelo GT do Aventureiro, a criação dessa nova área protegida deverá acontecer, simultaneamente, à redefinição do limite da REBIO e à re-categorização do Parque Estadual Marinho do Aventureiro, cuja área passará a compor a porção marinha da RDS. A re-categorização do Parque Marinho não afetará a proteção do ecossistema da enseada, pois, o Plano de Manejo da RDS definirá o ordenamento da pesca, em consonância com o parágrafo único do decreto de criação do Parque Marinho, que já permitia a pesca artesanal sob vigilância dos órgãos competentes. Assim, vislumbra-se uma equação socioambiental, na qual simultaneamente, através de Projeto de Lei, será reduzida em aproximadamente 3% a área da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, para excluir a área ocupada pela Vila do Aventureiro; a extinção do Parque Estadual Marinho do Aventureiro; e a criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável, abrangendo a área reduzida da Reserva Biológica e a área abrangida pelo Parque Marinho. A simples criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável poderia ser procedida por simples decreto do Poder Executivo, atendendo ao disposto no artigo 22 do SNUC (Lei 9.985/00). Entretanto, a equação demanda uma lei para ser efetivada, em respeito à Constituição Federal (artigo 225, § 1º, inciso III), haja vista a redução de limites de uma UC e extinção de outra, mesmo considerando que as áreas reduzidas e pertencentes à unidade extinta estejam sendo abrangidas por outra Unidade de Conservação, ainda que de Uso Sustentável. Entende-se que a RDS protegerá o patrimônio natural e cultural da área; favorecerá a conservação da biodiversidade, protegendo e fortalecendo efetivamente a Reserva Biológica da Praia do Sul; garantirá a permanência definitiva e exclusiva da população nativa do Aventureiro no local, regularizando a situação dessa comunidade, que esteve inserida desde 1981 nos limites da Reserva Biológica; fomentará a melhoria das atividades econômicas e sociais das famílias nativas beneficiárias; incrementará a proteção sobre a cultura caiçara local e criará condições para elevar a renda e a qualidade de vida; deverá manter as terras

sob domínio público e usufruto exclusivo da população beneficiária. Acredita-se que a criação da RDS resolverá, de vez, a impropriedade da presença humana numa categoria de UC na qual isto seria impossível. Associado a tal fato, contem-se o risco do avanço da especulação imobiliária, bem como o risco de um crescimento desordenado na região.

ANEXO F – ARTIGOS DE JORNAIS: OPERAÇÃO ANGRA LEGAL

FORÇA TAREFA REPRIME CAMPING NA ILHA GRANDE

TÚLIO BRANDÃO - O GLOBO

Publicado:25/02/06 - 0h00

Atualizado:25/02/06 - 0h00

RIO - A força tarefa composta por órgãos do município de Angra dos Reis, estado e do governo federal retirou neste sábado os cerca de 150 campistas que estavam instalados nos campings da Praia do Aventureiro. A ação foi realizada um dia depois de a prefeitura de Angra dos Reis conseguir caçar a liminar que autorizava o camping na região. A comunidade caiçara tinha conseguido uma liminar na última quinta-feira que permitia o camping nos terrenos dos moradores. A Praia do Aventureiro está dentro da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, onde nenhuma atividade comercial pode ser desenvolvida.

A liminar tinha sido solicitada depois que órgãos do município, do estado e do governo federal decidiram reprimir acampamentos ilegais.

A ação a favor dos campings foi assumida pela Promotoria de Tutela Coletiva do Ministério Público estadual de Angra, que entendeu ser um caso de interesse público. O juiz da 2ª Vara Cível da cidade, Paulo Luciano de Souza, tomou a decisão com base nos direitos constitucionais da comunidade local à dignidade e ao livre exercício da profissão, que estariam acima da legislação para a reserva.

Já Siro Darlan alega que mais importante é a conservação de seu habitat sem a interferência dos costumes que degradam a natureza, como o turismo sem controle.

O controle do turismo na Ilha Grande, anunciado pela prefeitura de Angra dos Reis em conjunto com outros órgãos, reduziu o número de visitantes que pretendiam passar o carnaval na região. No Porto de Mangaratiba, a fila para a primeira barca de sexta-feira começou na noite de quinta-feira, mas a embarcação, que tem capacidade para transportar mil pessoas, saiu com 113 lugares vazios. A barca que partiu à tarde de Angra tinha apenas metade de sua capacidade.

Mantida a liminar pedida pela prefeitura, que proíbe barcas extras para a ilha, a Barcas S/A, concessionária responsável pelo transporte, manteve apenas as três saídas regulares. Alguns turistas optaram pelos barcos particulares.

Fonte: <http://oglobo.globo.com/rio/forca-tarefa-reprime-camping-na-ilha-grande-4597456#ixzz2Vd28Fv1z>. Acesso em 08/06/2013, às 09h53.

IEF ENCERRA OPERAÇÃO CARNAVAL EM 12 MUNICÍPIOS DO ESTADO

PUBLICADO: 1/03/06 - 0H00

Atualizado: 1/03/06 - 0h00

RIO - O Instituto Estadual de Florestas (IEF), órgão da Secretaria estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, encerrou na manhã desta quarta-feira a Operação Carnaval 2006. Foram sete Autos de Constatação, dez intimações, 36 notificações, quatro Termos de Apreensão, um Termo de Soltura e um Termo de Depósito. Os principais problemas foram encontrados no Parque Estadual da Ilha Grande, onde foram registradas 18 ocorrências.

Os técnicos do IEF também fizeram o trabalho de conscientização ecológica na Rodoviária Novo Rio, na estação das barcas, em Niterói, e no Porto do Abraão, na Ilha Grande. A intenção era que os turistas evitassem os campings clandestinos, além do desmatamento e da caça ilegal. Foram feitos três registros em delegacias, um de apreensão de armas e munições, em Cachoeiras de Macacu; um na Barra da Tijuca, intimando os responsáveis pela construção de um condomínio dentro do Parque da Pedra Branca; e a apreensão de palmito extraído irregularmente na Reserva Ecológica da Joatinga, em Parati.

A Operação Carnaval 2006, do IEF, atingiu 12 municípios: Rio, Niterói, Maricá, São Gonçalo, Campos, São Fidélis, Santa Maria Madalena, Nova Friburgo, Teresópolis, Cachoeiras de Macacu, Angra dos Reis e Parati. Foram 115 fiscais e 16 veículos, além de uma lancha e um helicóptero, na Ilha Grande. Os fiscais tiveram apoio do Batalhão de Polícia Florestal, da Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente e do Corpo de Bombeiros.

Fonte: <http://oglobo.globo.com/rio/ief-encerra-operacao-carnaval-em-12-municipios-do-estado-4597677#ixzz2Vd3h0TF4>. Acesso em 08/06/2013, às 09h59.

BRA-027: ORDEM NO PARAÍSO

Dicler Simões de Souza *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro January 2006

Deflagrada operação para impedir que a Ilha Grande seja invadida durante o carnaval

Uma força-tarefa deflagrou anteontem a operação Angra Legal, que até o carnaval combaterá a invasão da Ilha Grande. A equipe é formada por fiscais da TurisAngra, órgão da prefeitura de Angra dos Reis, pela Capitania dos Portos e por PMs do Batalhão Florestal, usando um helicóptero e seis lanchas de grande porte. Por terra, homens da Marinha e do 33º BPM (Angra) impedem as partidas de traineiras do Cais de Santa Luzia levando visitantes para a Ilha Grande, caso os turistas não tenham reservas nas pousadas e 13 campings licenciados pela prefeitura. Agentes do Ibama estão aproveitando a operação para descobrir construções ilegais na ilha.

Nas primeiras horas de ontem, três embarcações foram apreendidas tentando chegar à Praia do Aventureiro, pelo lado sul, de mar aberto. A área é de preservação ambiental. Seis adolescentes tiveram as barracas apreendidas no cais quando embarcavam numa traineira para a Praia do Abraão, a mais procurada. As pontas da ilha dos lados sul e norte estarão vigiadas por lanchas durante 24 horas até o fim do carnaval.

Áreas desmatadas em quatro praias

À tarde, integrantes da força-tarefa destruíram cozinhas e banheiros em áreas desmatadas nas florestas junto às praias do Aventureiro, de Palmas, Cachadaço e Santo Antônio. As áreas foram preparadas para campings clandestinos. Os locais foram descobertos ocasionalmente pelo sobrevôo do helicóptero do lado sul da ilha, quando foram visto pessoas correndo no meio do mato. Por causa da copa das árvores não dava para ver a área desmatada.

Duas lanchas que patrulhavam próximo foram acionadas e encontrados os locais onde a vegetação rasteira e muitos pequenos arbustos tinham sido cortados. Hoje de manhã serão feitas incursões por terra, com apoio do helicóptero, para localizar novos desmatamentos e estranhos que estão agindo na mata. Segundo os fiscais da TurisAngra, os responsáveis criam os camping e lucram alugando as áreas para as barracas e cobrando pela alimentação que eles preparam e uso dos sanitários.

- Desmanchamos várias cozinhas e banheiros de plástico que já estavam prontos. Num dos locais encontramos algumas barracas já armadas, mas não conseguimos localizar os donos - disse o presidente da TurisAngra, Francisco José de Almeida.

Por causa da repressão na Ilha Grande, a força-tarefa vai fazer incursões a partir de hoje na Ilha da Gipóia, principalmente na Praia do Dentista, do lado sul, outra área preservada. Homens do 33º BPM estão revistando passageiros nos pontos de embarque de Angra e Mangaratiba e no desembarque na Vila do Abraão à procura de drogas e armas.

Desde sexta-feira estão proibidas as viagens extras programadas pela Barcas S/A de Angra e Mangaratiba para a Ilha Grande, por decisão do juiz da 2ª Vara Cível de Angra, Luciano de Souza Teixeira. Ele considerou que os direitos patrimonial e ecológico estão acima do direito de ir e vir, ao conceder liminar

favorável à prefeitura proibindo as 16 viagens extras programadas durante a semana para transportar foliões para o carnaval.

Ilha só suporta 7.500 visitantes

A liminar é válida até a prefeitura concluir o plano de carga da Ilha Grande e determina multa de R\$10 mil para cada viagem extra da Barcas S/A. A TurisAngra, que pediu a liminar, alegou que as viagens extras foram programadas sem consulta ao órgão e que a ilha não suporta mais que 7.500 visitantes. O excesso de pessoas tem causado o aumento dos campings e pousadas clandestinas.

O presidente da TurisAngra, Francisco José de Almeida, disse que, com a proibição dos horários extras das barcas, as pessoas estão se aventurando a fazer a travessia de quase duas horas clandestinamente em traineiras:

- As pessoas estão sendo enganadas por agentes de viagens e barqueiros inescrupulosos. O cais do porto está vigiado pela Capitania dos Portos, e um helicóptero e seis lanchas fazem abordagens no mar e nas passagens pelos dois extremos, inclusive de madrugada. Até terça-feira de carnaval ninguém acampa clandestinamente na ilha - disse ele.

A Praia do Aventureiro era a mais procurada para fazer acampamentos clandestinos antes da operação. No entanto, a maior parte das pessoas desembarca na Praia do Abrahão, lado leste da ilha, e se embrenha na mata levando barracas para ficar em campings clandestinos.

A Barcas S/A tem cinco horários regulares que partem de Mangaratiba e Angra, transportando mil passageiros por viagem. Pelo menos 15 mil pessoas chegariam à Ilha Grande até o carnaval se o juiz não tivesse expedido a liminar impedindo os horários extras que estavam programados. As barcas também vão ser fiscalizadas. Durante as festas de fim de ano, foi constatado que elas navegam sem coletes salva-vidas suficientes e que os equipamentos ficam misturados à carga, dificultando o acesso dos passageiros a eles.

Fonte:

<http://www.biodiversityreporting.org/article.sub?docId=17830&c=Brazil%20Print&cRef=Brazil%20Print&year=2006&date=January%202006>. Acesso em 08/06/2013, às 10h06.

O PLANEJAMENTO FAZ O TURISTA

Juliana Tinoco

07 de Abril de 2006.

Os feriados do mês de abril e maio se aproximam e para quem é fã de praias, belezas naturais e, de quebra, gosta de fazer ecoturismo, Ilha Grande, distrito de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, oferece excelentes opções de passeios. Um turista ecologicamente correto precisa saber como se hospedar na ilha dentro da lei.

A Operação Angra Legal, deflagrada no primeiro mês deste ano na ilha, fechou campings ilegais e proibiu a lotação de barcos. Após um Réveillon que atraiu 30 mil pessoas ao local, no Carnaval houve uma redução de 40% no número de visitantes. Muita gente teve que voltar para casa sem curtir o feriado. Agora, com menos opções de acomodação, o turista precisa se planejar para não embarcar em programa furado.

A companhia Barcas S/A, que oferece transporte para a Ilha Grande, possui duas barcas que saem de Mangaratiba às 8 horas da manhã. De Angra, partem mais duas, às 13h em fins-de-semana e feriados, e às 15h, em dias normais. Durante a semana, o transporte custa R\$ 4,90. Mas nos sábados, domingos e feriados sobe para R\$ 15. A lotação máxima é de mil pessoas por barco. Para garantir vaga o telefone é: Telebarcas Barcas S/A (21) 4004-3113.

Quem perder o horário da barca tem a opção de chegar na ilha com os saveiros de pescadores, que esperam os turistas no cais. Eles não estão proibidos, mas o serviço é desvinculado da Secretaria Municipal de Turismo (TurisAngra), por isso não se pode estimar horários nem preços. São esses barcos que oferecem também passeios de um dia para os que estão hospedados em localidades próximas, como Angra dos Reis.

Depois da varredura e do fechamento de 29 campings ilegais, 14 funcionarão durante o feriado: 12 em Abraão e dois na praia de Palmas, com espaço para um total de 825 barracas. A TurisAngra traz uma lista com os telefones para contatos e reservas nos campings. [Apenas dois possuem site com fotos do local.](#)

Nenhuma pousada foi fechada na Operação, mas para garantir lugar também é recomendável se planejar com antecedência. São 76 pousadas, com cerca de 4 mil leitos. Vale fazer reserva. Os telefones da Central de Informação ao Turista são: (24) 3367-7855 e (24) 3367-7826.

Restrições

A estimativa é de que 10 mil pessoas visitem a ilha durante os feriados da Semana Santa, Tiradentes e 1o de maio. A Barcas S/A chegou a propor a criação de 16 novos horários de partida para a ilha. Idéia logo vetada. Cristiane Brasil, chefe da TurisAngra, explica o problema: “A ilha só tem saneamento básico para suportar 7 mil e 500 pessoas, divididas entre os moradores e os turistas”. Atualmente, em torno de 4 mil pessoas residem Vila do Abraão.

A praia de Aventureiro (**foto**), que fica em área de reserva biológica, teve 21 campings ilegais fechados. “A situação lá é diferente da dos campings em Abraão, que apenas estavam irregulares. Em Aventureiro não se pode acampar mesmo”, diz Cristiane. Na praia de Palmas, três campings foram fechados por estarem em situação irregular. Outras belas praias, como Lopes Mendes e Santo Antônio, não possuem hospedagem.

Conhecer as praias da ilha demanda energia para caminhada. Lopes Mendes, Dois Rios, Santo Antônio e Palmas, por exemplo, são alcançáveis por trilha e é possível ir e voltar no mesmo dia. A cachoeira da Feiticeira é outra boa opção, mas a caminhada é mais puxada. Em Abraão é possível ainda agendar passeios de barco para a Lagoa Azul, região de águas claras para a prática de snorkel.

Para Aventureiro ou Parnaioca, é possível ir de barco quando a maré não está muito alta, mas as praias ficam em mar aberto. Outra alternativa é alcançar Provetá ou Araçatiba de barco e de lá fazer a caminhada, de aproximadamente quatro horas e dificuldade média. Também dá para ir e voltar no mesmo dia.

Eduardo Tábite, subsecretário de Meio Ambiente de Angra dos Reis, garante que a prefeitura “está disposta a lutar com mão de ferro pela preservação do meio ambiente na região, especialmente na ilha”. Já corre na Câmara dos Vereadores projeto para a implantação de uma taxa a ser paga por todos que pisam na ilha, a exemplo do que ocorre em Fernando de Noronha.

Nelson Palmas é dono de camping e diz que a decisão da Operação Angra Legal está sendo bem vista por quem vive do turismo na ilha. “A expectativa é de que se receba turistas de maior gabarito. Quem estava acampando em Aventureiro, por exemplo, não era turista. Era vândalo”, afirma.

Fonte: http://www.oeco.org.br/todos-os-colunistas/37-reportagens/1564-oeco_16351. Acesso em 08/06/2013, às 10h12.

OPERAÇÃO ANGRA LEGAL VAI COIBIR CRIMES AMBIENTAIS NA ILHA GRANDE

Publicado: 13/04/06 - 0h00

Atualizado: 13/04/06 - 0h00

RIO - A Operação Angra Legal, iniciada em fevereiro para evitar o acesso de turistas a campings ilegais na Ilha Grande, não afastou os visitantes da região. O controle na entrada da ilha é rigoroso, mas, mesmo assim, a procura tem sido grande para o feriado da Semana Santa. Mas quem escolher a Ilha Grande como destino terá que se adequar às regras estabelecidas por uma ação conjunta entre prefeitura, Capitania dos Portos e instituições ambientais.

- Nós temos lanchas, apoio de helicópteros para trazer para Angra essa tranquilidade que faz os turistas procurarem a ilha - diz o presidente da TurisAngra, Manoel de Oliveira.

A ação vai coibir crimes ambientais e evitar a superlotação da ilha, que deve receber 10 mil turistas durante o feriado. Para desembarcar na Praia do Abraão, principal porto da baía, o passageiro terá que comprovar reserva em pousadas e campings legalizados. Não haverá linhas extras nas barcas que operam na ilha.


Para garantir que as normas serão obedecidas, 15 agentes distribuídos em 12 embarcações e um helicóptero vão fiscalizar toda a área. A Ilha Grande é a terceira maior do país com 193 quilômetros quadrados e está sob a proteção ambiental dos Tamoios que abrange toda a baía. Segundo os hoteleiros, a medida não assustou os turistas.



- Já estamos com as pousadas praticamente lotadas. As pessoas estão procurando pousadas legalizadas. Para nós, está sendo maravilhoso - conta a gerente de pousada Ana Rita Stokue.

Quem deseja saber quais campings e pousadas são legalizados deve ligar para o Centro de Informações Turísticas. O telefone é: 24- 33677855.

Fonte: <http://oglobo.globo.com/rio/operacao-angra-legal-vai-coibir-crimes-ambientais-na-ilha-grande-4589419#ixzz2Vd9DoPta>. Acesso em 08/06/2013, às 10h19.

ANEXO G – EXEMPLO DE TERMO DE COMPROMISSO DO TURISTA


 GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 Secretaria de Estado do Ambiente – SEAMB
 Fundação Instituto Estadual de Florestas – IEF.RJ
 Diretoria de Conservação da Natureza – DCN
 Parque Estadual da Ilha Grande – PEIG

Termo de compromisso

Eu, *****, portador do documento de identidade, n.º *****, residente em *****, visitante na localidade da Vila do Aventureiro, área situada dentro da Reserva Biológica da Praia do Sul, na Ilha Grande, Município de Angra dos Reis, me comprometo a seguir os itens aqui apresentados, sabendo que, na desobediência de um ou mais itens, poderei responder legalmente pelos meus atos que estiverem em desacordo com a legislação ambiental vigente.

COMPROMISSOS

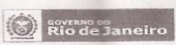



- 1) Utilizar apenas as praias da Vila dos Aventureiros e do Demo, tendo em vista que tanto a passagem quanto a permanência no Costão Rochoso do Demo, na Praia do Sul e do Leste (incluindo as Lagoas e o Ilhote) são proibidas por Lei Federal nº 9985/2000;
- 2) Manter a área das praias em perfeitas condições de limpeza, ou seja, deposite seu lixo nas lixeiras;
- 3) Não alterar a paisagem local através do corte de arbustos, galhos e árvores para abertura de trilhas, bem como não utiliza-los para fazer fogueira;

INFORMES

- 1) Considerando a proibição da passagem pelas Praias do Sul e do Leste, a travessia entre Aventureiro e Parnaioca deverá ser feita única e exclusivamente pelo mar, através por exemplo de embarcação;
- 2) A inobservância das determinações estabelecidas no presente instrumento, bem como qualquer intervenção não autorizada na área da Reserva Biológica da Praia do Sul, implicará na aplicação das sanções administrativas prevista na Lei Estadual nº 3467/2000 e na Lei Federal nº 9605/1998, relativas aos crimes ambientais.

Vila do Aventureiro, ** de ***** de 2012.

 Assinatura

Av. Nacib Monteiro de Queiroz, s/nº - Vila do Abraão - Ilha Grande
 23.960-000 - Angra dos Reis - RJ
 Telefax: (24) 3361-5540 - secretaria.peig@gmail.com e falecompeig@gmail.com